



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

**Crianças Refugiadas e Migrantes: Acolhimento, Rotinas e Brincadeiras
em Santarém - PA**

Andréa Imbiriba da Silva

Belém– PA
2025



**Crianças Refugiadas e Migrantes: Acolhimento, Rotinas e Brincadeiras
em Santarém - PA**

Andréa Imbiriba da Silva

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, como pré-requisito para obtenção do título de Doutora.

Área de concentração: Ecoetologia
Orientadora: Prof.^a Dra. Lília Iêda Chaves Cavalcante

Belém – PA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

S586c Silva, Andréa Imbiriba da, 1981-
Crianças refugiadas e migrantes: acolhimento, rotinas e brincadeiras
em Santarém - PA / Andréa Imbiriba da Silva. — 2025.

258 f. il.: color

Orientadora: Lília Iêda Chaves Cavalcante
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria
e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria
e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2025.

1. Análise do comportamento. 2. Ecoetologia. 3. Crianças refugiadas
(migrantes). 4. Crianças (acolhimento e rotinas). 5. Desenvolvimento
Infantil (brincadeiras). 6. Crianças migrantes – Santarém – PA. I. Título.

CDD - 23. ed. — 150.7709811

Catálogo na fonte: Maria Célia Santana da Silva – CRB-2/780

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Andréa Imbiriba da Silva, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

Contato: (93) 99110-0024.

E-mail: andreambiriba04@gmail.com

Defesa de Doutorado

“Crianças Refugiadas e Migrantes: acolhimento, rotinas e brincadeiras em Santarém – PA.”

Aluna: Andréa Imbiriba da Silva.

Data da Defesa: 16 de abril de 2025.

Resultado: Aprovada.

Banca Examinadora:

Profª Drª Lília Iêda Chaves Cavalcante (orientadora – UFPA).

Profª Drª Stella Rabello Kappler (membro 1 – Instituto de Pesquisa PENSI-São Paulo).

Profª Drª Sara Guerra Carvalho de Almeida (membro 2 – Universidade de Fortaleza).

Profª Drª Amanda Cristina Ribeiro Costa (membro 3 – UFPA).

Profª Drª Celina Maria Colino Magalhães (membro 4 – UFPA).

**Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital no
Repositório Institucional da UFPA**

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Andréa Imbiriba da Silva

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (X) Discente Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: (X) Tese; () Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico; () Trabalho de Evento; () Outro. Especifique: _____

Título do Trabalho: Crianças Refugiadas e Migrantes: Acolhimento, Rotinas e Brincadeiras em Santarém - PA

Data da Defesa: 16/04/2025 Área do Conhecimento: Ecoetologia

Agência de Fomento: Capes

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

(x) Sim () Não

Permitir modificações em sua obra?

() Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença (x) Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

() Sim (x) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém(PA), 27/06/2025



Documento assinado digitalmente

ANDREA IMBIRIBA DA SILVA

Data: 27/06/2025 10:17:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor

Dedico esta tese às crianças migrantes e refugiadas, cuja história de resiliência e esperança inspiram esta pesquisa. Que seus direitos sejam sempre reconhecidos e protegidos, e que o brincar continue sendo um caminho para acolhimento, aprendizado e reconstrução.

Agradecimentos

Muitas vezes achei impossível chegar ao final do doutorado, mas, finalmente, aqui estou. Agradeço, primeiramente, a Deus, Senhor de todas as coisas e responsável por minha existência, por me dar força nos momentos de medo, insegurança e tristeza, e por me fazer entender que nada acontece por acaso.

A trajetória desta pesquisa foi marcada por desafios, aprendizados e pelo compromisso com a construção de um conhecimento que contribua para o acolhimento digno de crianças migrantes e refugiadas. Por isso, este trabalho não é fruto de um esforço individual, mas do apoio e da inspiração de muitas pessoas e instituições.

Agradeço, primeiramente, às crianças e famílias migrantes e refugiadas, cujas histórias e resiliência dão sentido a esta pesquisa. Que este estudo possa, de alguma forma, contribuir para a construção de políticas mais humanizadas e espaços mais acolhedores para todas elas.

Aos meus pais, Edna e Vallindo (in memoriam), que, mesmo diante de dificuldades, nunca deixaram de proporcionar educação a todos os filhos. Através do exemplo de vida, ensinaram valores essenciais e sempre incentivaram a busca pelo conhecimento. Em especial, agradeço à minha mãe e irmãos que ajudaram no cuidado com meus filhos em incontáveis momentos em que precisei me ausentar para desenvolver as atividades acadêmicas.

À minha família, meus filhos, Ágatha Vasconcelos Imbiriba e Ândreo Vasconcelos Imbiriba, meus companheiros constantes. Obrigada por estarem sempre ao meu lado, por me lembrarem, em cada momento, que eu não estava sozinha. Obrigada por suportarem minhas ausências enquanto estudava e escrevia, e por me darem forças quando pensei que não conseguiria concluir essa jornada.

À minha querida e amada orientadora, Dr^a Lília Iêda Chaves Cavalcante por sua orientação sensível e criteriosa, pelo incentivo constante e pelas reflexões que enriqueceram este trabalho. Sua dedicação e apoio foram fundamentais para a concretização desta pesquisa. Registro a minha admiração e respeito por sua pessoa, exemplo de ser humano digno e íntegro em todas as suas ações. Agradeço pela confiança e o incentivo para a conclusão deste trabalho. À minha amiga e parceira nessa jornada, Priscila Priante, por compartilhar mais do que dúvidas acadêmicas, mas as dores e as alegrias de conciliar a vida familiar com a carreira científica. Nossos “infinitos áudios” nos ajudavam a não nos sentirmos sozinha e que sempre haveria alguém capaz de entender exatamente o que cada uma estava vivendo naquele momento.

Às minhas amigas, Ananda, Ana Karla, Mariane e Suzane pelo suporte emocional, pela paciência nos momentos mais desafiadores e pelo incentivo inabalável. Sem vocês, esta caminhada teria sido muito mais árdua.

Aos colegas e professores que compartilharam conhecimentos, questionamentos e trocas valiosas ao longo do percurso acadêmico. O ambiente de aprendizado e colaboração que vivemos juntos foi essencial para o amadurecimento deste estudo.

A Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS) de Santarém por autorizar a realização da pesquisa na casa de acolhimento. Ao Coordenador da instituição e equipe técnica, por terem atendido sempre que possível as demandas desta pesquisadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo através de bolsa de estudos.

Por fim, a todos que acreditam na importância do acolhimento e da inclusão de populações migrantes e refugiadas, e que, de alguma forma, dedicam seu trabalho e sua vida a essa causa. Que possamos continuar construindo juntos um mundo mais justo e solidário.

“Ninguém coloca suas crianças num barco ao menos que a água
seja mais segura que a terra” Warsan Shire.

Resumo

Imbiriba-Silva, A. (2025). *Crianças Refugiadas e Migrantes: Acolhimento, Rotinas e Brincadeiras em Santarém-PA*. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-PA, 258 p.

Esta pesquisa utilizou a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner e o Modelo Bioecológico para analisar questões ambientais e as interações sociais no desenvolvimento infantil em uma instituição de acolhimento voltada para o atendimento a essa população. Essa abordagem permite compreender fatores como as políticas públicas, cultura local e interações com cuidadores e familiares influenciam a adaptação e o bem-estar das crianças refugiadas e migrantes. A pesquisa investiga as especificidades do acolhimento institucional de crianças migrantes e refugiadas na Região Oeste do Pará, com foco na iniciativa de Santarém-PA. A tese compreende cinco estudos independentes, mas interligados, que seguem uma abordagem teórico-metodológica orientada pela teoria bioecológica. O objetivo central da tese é compreender como a instituição se configura como um contexto ecológico de desenvolvimento, proporcionando cuidado, educação e proteção por meio de suas rotinas e brincadeiras. Esse acolhimento ocorre em um cenário no qual essas crianças e suas famílias buscam melhores condições de vida no Brasil, após deixarem para trás seus países de origem, lares, familiares e redes de apoio. O primeiro estudo realiza uma revisão integrativa da literatura para mapear como os serviços de acolhimento para migrantes e refugiados se organizam em diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil. Os resultados demonstram que existem diferentes formas de conduzir esse acolhimento. A análise temática da literatura mostra a existência de duas formas: primária e secundária. A primária abrange questões emergenciais como triagem, primeiros socorros, providência de documentação e espera pelo encaminhamento para a próxima fase. Já a segunda refere-se à efetivação do acolhimento em uma instituição ou casa destinada a esse público. O segundo estudo priorizou a investigação das condições físicas e sociais da instituição pesquisada, avaliando seu papel como ambiente de desenvolvimento infantil. Os resultados evidenciam fragilidades estruturais, especialmente na divisão dos dormitórios destinados às famílias. As acomodações não possuem divisórias fixas, sendo separadas por materiais improvisados, como tecidos e lonas plásticas. A ausência de uma infraestrutura adequada pode comprometer a privacidade, segurança e conforto das famílias, além de gerar impactos emocionais para as crianças refugiadas, que já enfrentam dificuldades de adaptação. Esses achados indicam a necessidade de investimentos na infraestrutura do acolhimento, garantindo condições dignas para essa população. O terceiro estudo traçou um perfil biopsicossocial das crianças e famílias acolhidas nesta instituição, fornecendo um panorama detalhado dessa população. A análise estatística, realizada por meio do software R, revelou padrões significativos. Os resultados indicam que a maioria dos acolhidos é venezuelana, com destaque para a etnia indígena Warao (36% mulheres e 34% homens). Adicionalmente, 67% dos homens e 62% das mulheres possuem protocolo de refúgio ativo, 41% dos homens e 32% das mulheres estão desempregados, evidenciando desafios para inserção no mercado de trabalho. Ademais, 15% dos homens e 15% das mulheres não possuem formação acadêmica, dificultando ainda mais a inserção profissional. Apenas 5,5% das crianças participam de programas de ambientação escolar, e 15% estão matriculadas no ensino fundamental, indicando barreiras ao acesso educacional. Esses dados reforçam a vulnerabilidade social e econômica dessa população, destacando a necessidade de políticas públicas que garantam inclusão educacional, qualificação profissional e integração socioeconômica. O quarto estudo analisou a rotina das crianças no acolhimento, identificando padrões de atividades e interações ao longo do dia. Os dados indicam que 95% das atividades ocorrem dentro da instituição pela manhã e 100% à noite ($p < 0,001$), o que sugere interação limitada com a comunidade externa. A companhia dos pais é reduzida à convivência nos finais de semana (2,2% a 6,4%, $p < 0,001$), enquanto a presença de parentes próximos aumenta à noite (72%). O brincar ocorre principalmente à tarde (38% nos finais de semana, 21% durante a semana, $p < 0,001$), mas está ausente no turno da noite. Embora a previsibilidade da rotina possa proporcionar estabilidade emocional, a falta de interações sociais diversificadas afeta negativamente o desenvolvimento infantil. Esses achados reforçam a importância de estimular a participação das crianças em atividades externas e ampliar sua interação com a comunidade local. O quinto estudo investiga as brincadeiras das crianças migrantes e refugiadas, explorando seu papel no desenvolvimento infantil. A análise de 64 registros de brincadeiras revelou que 78% delas envolveram interação com outra criança, enquanto 22% foram realizadas de forma solitária. Além disso, 56% das interações ocorreram entre meninas e 44% entre meninos. No que se refere à faixa etária, 82% das interações foram entre crianças da mesma faixa etária (coetâneas), enquanto 18% envolveram crianças de idades diferentes (não coetâneas). Esses resultados indicam que as crianças buscam ativamente socialização por meio do brincar, mas a presença significativa de brincadeiras solitárias sugere que algumas enfrentam dificuldades de adaptação ou socialização. Outrossim, a falta de espaços com diferentes estímulos físicos e sociais pode limitar a aquisição de habilidades essenciais para o desenvolvimento infantil. A pesquisa evidencia que o acolhimento de crianças migrantes e refugiadas ainda enfrenta desafios estruturais, sociais e políticos, comprometendo o desenvolvimento pleno dessa população. A referência à Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano permitiu compreender como diferentes níveis do

ambiente impactam a experiência do acolhimento como um contexto de desenvolvimento da criança migrante e refugiada.

Palavras-chave: Acolhimento de migrantes e Refugiado, Desenvolvimento infantil, Brincadeira.

ABSTRACT

Imbiriba-Silva, A. (2025). *Refugee and Migrant Children: Reception, Routines and Games in Santarém-PA*. [Doctoral Thesis]. Graduate Program in Behavior Theory and Research. Belém-PA, 258 pages.

This research used Bronfenbrenner's Bioecological Theory of Human Development and the Bioecological Model to analyze environmental issues and social interactions in child development in a shelter institution focused on serving this population. This approach allows us to understand factors such as public policies, local culture, and interactions with caregivers and family members that influence the adaptation and well-being of refugee and migrant children. The research investigates the specificities of institutional sheltering of migrant and refugee children in the Western Region of Pará, focusing on the Santarém-PA initiative. The thesis comprises five independent but interconnected studies that follow a theoretical-methodological approach guided by bioecological theory. The central objective of the thesis is to understand how the institution is configured as an ecological context of development, providing care, education, and protection through its routines and games. This sheltering occurs in a scenario in which these children and their families seek better living conditions in Brazil, after leaving behind their countries of origin, homes, relatives, and support networks. The first study conducts an integrative literature review to map how reception services for migrants and refugees are organized in different parts of the world, including Brazil. The results show that there are different ways of conducting this reception. The thematic analysis of the literature shows the existence of two forms: primary and secondary. The primary covers emergency issues such as screening, first aid, documentation, and waiting for referral to the next phase. The second refers to the effective reception in an institution or home designed for this population. The second study prioritized the investigation of the physical and social conditions of the institution studied, evaluating its role as an environment for child development. The results reveal structural weaknesses, especially in the division of dormitories intended for families. The accommodations do not have fixed partitions, but are separated by improvised materials, such as fabrics and plastic tarps. The lack of adequate infrastructure can compromise the privacy, safety, and comfort of families, in addition to generating emotional impacts for refugee children, who already face difficulties in adapting. These findings indicate the need for investments in the shelter infrastructure, ensuring decent conditions for this population. The third study outlined a biopsychosocial profile of the children and families sheltered in this institution, providing a detailed overview of this population. Statistical analysis, performed using R software, revealed significant patterns. The results indicate that the majority of those sheltered are Venezuelan, with emphasis on the Warao indigenous ethnic group (36% women and 34% men). Additionally, 67% of men and 62% of women have an active shelter protocol, 41% of men and 32% of women are unemployed, highlighting challenges to entering the job market. Furthermore, 15% of men and 15% of women do not have an academic background, making professional integration even more difficult. Only 5.5% of children participate in school placement programs, and 15% are enrolled in elementary school, indicating barriers to educational access. These data reinforce the social and economic vulnerability of this population, highlighting the need for public policies that guarantee educational inclusion, professional qualification and socioeconomic integration. The fourth study analyzed the routine of children in foster care, identifying patterns of activities and interactions throughout the day. The data indicate that 95% of activities occur within the institution in the morning and 100% in the evening ($p < 0.001$), which suggests limited interaction with the external community. The company of parents is reduced to socializing on weekends (2.2% to 6.4%, $p < 0.001$), while the presence of close relatives increases at night (72%). Play occurs mainly in the afternoon (38% on weekends, 21% during the week, $p < 0.001$), but is absent in the evening. Although the predictability of the routine can provide emotional stability, the lack of diverse social interactions negatively affects child development. These findings reinforce the importance of encouraging children to participate in external activities and to increase their interaction with the local community. The fifth study investigates the play of migrant and refugee children, exploring its role in child development. Analysis of 64 play records revealed that 78% of the play involved interaction with another child, while 22% were solitary. Furthermore, 56% of the interactions were between girls and 44% between boys. In terms of age group, 82% of the interactions were between children of the same age group (contemporaries), while 18% involved children of different ages (non-contemporaries). These results indicate that children actively seek socialization through play, but the significant presence of solitary play suggests that some face difficulties in adaptation or socialization. Furthermore, the lack of spaces with different physical and social stimuli can limit the acquisition of essential skills for child development. The research shows that the reception of migrant and refugee children still faces structural, social and political challenges, compromising the full development of this population. The reference to the Bioecological Theory of Human Development allowed us to understand how different levels of the environment impact the reception experience as a context for the development of migrant and refugee children.

Keywords: Reception of migrants and refugees, Child development, Play.

Lista de Figuras

Estudo 1

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos segundo recomendações PRISMA.

Figura 2 - Mapa temático inicial

Figura 3 - Mapa temático em desenvolvimento

Figura 4 - Mapa temático final

Estudo 2

Figura 1- Mapa com Localização da cidade de Santarém

Figura 2- Foto interna da Casa de acolhimento de adultos e Famílias

Figura 3 – Foto Dormitório I da Casa de acolhimento

Figura 4 - Foto Dormitório II da Casa de acolhimento

Figura 5- Foto Cozinha da casa de acolhimento

Figura 6- Foto vista externa dos banheiros

Figura 7- Foto Estrutura do Ranoco

Figura 8- Foto Estrutura do Ranoco

Figura 9 – Foto da Lavanderia do dormitório 1

Figura 10 – Foto da Lavanderia dormitório 2

Figura 11 – Foto da Quadra de areia

Figura 12 – Foto Quintal da Instituição

Figura 12- Foto Quintal da instituição

Estudo 3

Figura 1 – Foto Preparo de “arepa”

Figura 2- Mulheres durante coleta nas ruas.

Estudo 4

Figura 1 - Foto do Ambiente de pesquisa

Figura 2 – Foto do Preparo de alimentação

Estudo 5

Figura 1- Foto vista aérea da casa de acolhimento

Figuras 2 – Foto do ambiente de observação das brincadeiras

Figura 3 - Foto divisões das casas ranoco

Figura 4 – Foto brincadeira simbólica, mãe e filhas.

Figura 5 - Foto brincadeira simbólica, fazendo arepa.

Figura 6 - Foto brincadeira simbólica, casinha

Figura 7 - Foto brincadeiras exploratória

Figura 8 - Foto brincadeiras exploratória

Figura 9 - Foto brincadeiras exploratória

Lista de Tabelas e Quadros

Estudo 1

Quadro 1- Síntese das fases de análise temática

Tabela 1- Quantitativo por ano de Publicação

Tabela 2- Método e tipo de pesquisa

Tabela 3 - Local de coleta de dados

Tabela 4- Agrupamento de códigos em temas potenciais

Estudo 2

Tabela 1- Distribuição de espaços físicos áreas internas.

Tabela 2 - Ano de chegada na instituição

Tabela 3 - Modo de como é ofertado atividades e serviços na instituição

Estudo 3

Tabela 1- Características biopsicossocial dos migrantes e refugiadas

Tabela 2- Dados sobre processo migratório de famílias

Estudo 4

Tabela 1. Categorias de Atividades, Companhias e Ambientes descritas no IR.

Tabela 2- Características das famílias

Tabela 3 - Atividades crianças semana

Tabela 4 - Atividades crianças final de semana

Estudo 5

Quadro 1- Requisitos metodológicos necessários para estudo com observação e sua aplicabilidade na pesquisa

Tabela 1- Descrição geral dos episódios de brincadeiras

Tabela 2- Caracterização, frequência e percentual Geral dos Episódios de brincadeiras

Tabela 3- Frequência e porcentagem de materiais utilizados em episódios de brincadeiras

Lista de Abreviaturas

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CASMUC - Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança-
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
DeCS- Descritores em Ciências da Saúde
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FCC Formulário Caracterização das Crianças
FCFA - Famílias Migrantes e Refugiadas Acolhidas
FCI - Formulário de Caracterização da Instituição
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IR - Inventário de Rotinas
LED- Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento
MBDH- Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano
NEPAIA- Núcleo de Estudos e Pesquisa em Acolhimento Institucional e Adoção
NTPC- Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento
ONGs - Organizações não governamentais
ONU- Organização das Nações Unidas
PBF - Programa Bolsa Família
PPCT - Processo, pessoa, contexto, tempo
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PRISMA- Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises
PSE - Proteção Social Especial
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SEMTRAS - Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social
SPRAR - Sistema de Proteção para Requerentes de Asilo e Refugiados
STF - Supremo Tribunal Federal
SUS - Sistema Único de Saúde
TALE- Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDAH -Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade
UBS - Unidade Básica de Saúde

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFOPA- Universidade Federal do Oeste do Pará

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

UNICEF – Fundo da Nações Unidas para a Infância

Sumário

Apresentação	21
Introdução Geral	26
Estudo 1 - Acolhimento de Refugiados: Uma Síntese dos Desafios e Oportunidades Apontados na Literatura Internacional.....	36
Resumo	36
Abstract.....	36
Introdução	37
Critérios de Elegibilidade	41
Seleção e Análise dos Dados	42
Resultados e Discussão.....	45
Considerações Finais	66
Referências.....	69
Estudo 2 -- Caracterização do Serviço de Acolhimento a Migrantes e Refugiados em Santarém-PA e suas Peculiaridades no Contexto Amazônico	75
Resumo	75
Abstract.....	75
Introdução	76
Método.....	81
Delineamento	81
Contexto.....	82
Participantes	83
Ambiente.....	83
Instrumentos e Materiais.....	84
Procedimento de Coleta e Análise dos Dados.....	85
Resultados e Discussão.....	86
Considerações Finais	100
Referência	101
Estudo 3 - Acolhimento de Migrantes e Refugiados em Santarém-PA: Caracterização Biopsicossocial, Demandas e Desafios para o Desenvolvimento Infantil.....	106
Resumo	106
Abstract.....	107

Introdução	107
Método.....	111
Delineamento	111
Contexto.....	112
Participantes.....	113
Ambiente.....	113
Instrumentos e Materiais.....	113
Resultados e Discussão.....	115
Considerações Finais	133
Referências.....	135
Estudo 4 - O Acolhimento Institucional como Contexto de Desenvolvimento: As Rotinas de Crianças Migrantes e Refugiadas sob a Ótica do Modelo Bioecológico.....	139
Resumo	139
Abstract.....	139
Introdução	140
Método.....	146
Delineamento	146
Contexto.....	146
Participantes.....	146
Ambiente.....	147
Procedimento de Coleta de Dados.....	149
Procedimento de Análise de Dados.....	150
Resultados e Discussão.....	150
Considerações Finais	171
Referências.....	173
Estudo 5 - O Brincar e as Brincadeiras entre Crianças Refugiadas em Acolhimento Institucional.....	177
Resumo	177
Abstract.....	177
Introdução	178
Método.....	187
Delineamento	187
Contexto.....	187

Participantes.....	188
Ambiente.....	188
Instrumentos e Materiais.....	190
Procedimento de Coleta de Dados.....	191
Procedimento de Análise de Dados.....	196
Resultados e Discussão.....	198
Considerações Finais	209
Referência	212
Consideração Finais da Tese.....	219
Apêndice A -Parecer de Aprovação em Comitê de Ética.....	224
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	226
Apêndice C - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE.....	228
Apêndice D - Termo de Compromisso de Utilização de Dados - TCUD	231
Apêndice E- Formulário de Caracterização das Instituições (FCI).....	232
Apêndice F- Formulário de Caracterização de Famílias Migrantes e Refugiadas Acolhidas (FCFA)	242
Apêndice G- Formulário de Caracterização das Crianças- FCC	250
Apêndice H-- Registro de Observação Cursivo	255
Apêndice I – Inventário de Rotina - IR	256

Apresentação

A necessidade de expandir o olhar acadêmico para incluir as atuais demandas de proteção social à infância e à adolescência, particularmente no que se refere à medida de acolhimento, pode ser vista como o propósito desta pesquisa. Isso implica considerar os serviços de acolhimento como contextos de desenvolvimento, nos quais o ambiente institucional deve não apenas promover o bem-estar físico, social e emocional da população atendida.

Durante muito tempo, as instituições socioassistenciais eram vistas como espaços destinados a recolher e acolher crianças que se encontravam na chamada “situação irregular”: desassistidos pela família, crescendo nas ruas e longe da escola, devendo seu comportamento e disciplinarização serem ajustados aos preceitos sociais e políticos da época. Essa prática estava fundamentada no Código de Menores de 1927 e reeditada em 1979, que, nessa conjuntura, via as crianças e os adolescentes como um perigo para a sociedade, especialmente quando oriundos de famílias de baixo nível socioeconômico, defendendo a necessária intervenção do Estado para promover o seu ajustamento social.

Entretanto, a Constituição Federal de 1988 proporcionou novos debates e diálogos acerca de como estava sendo tratada a situação de crianças e adolescentes no Brasil. Assim, foi elaborada a Lei 8.069, de 13 de julho 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que trouxe significativas contribuições para esse público, efetivando as formas de atendimento para crianças e adolescentes abandonadas ou vítimas de algum tipo de violência e/ou maus-tratos. Atualmente, assume-se que o serviço de acolhimento deve ser prestado por instituições capazes de cuidar, educar e promover o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Dito isso, a motivação para a presente pesquisa orientou-se pela intenção da doutoranda de conhecer as possibilidades de desenvolvimento de crianças em situação de desproteção social, frequentemente acolhidas institucionalmente. Em 2017, à época, ainda como mestranda, ingressou no curso de Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Para (UFOPA), vivenciando momentos importantes para levantar questões mais elaboradas sobre o desenvolvimento dessas crianças, o que oportunizou a construção da pesquisa intitulada “Cognições de Educadores/Cuidadores de Instituição de Acolhimento sobre Atividades Lúdicas e Habilidades Sociais”. Através dessa pesquisa, foi possível conhecer este contexto como um ambiente de educação não formal com possibilidade de gerar múltiplas

aquisições desenvolvimentais por meio de atividades lúdicas, como as brincadeiras por exemplo.

A pesquisa realizada na instituição em questão, uma casa de acolhimento para crianças e adolescentes situada em Santarém-Pará, permitiu descrever não somente o espaço físico observado, as experiências no cenário desse serviço voltado à infância e adolescência na região, mas também revelou aspectos de uma realidade que demandou reflexões aprofundadas sobre as desigualdades sociais e as políticas propostas para proteger crianças e adolescentes dos seus efeitos nocivos ao desenvolvimento humano. Essa atenção especial à condição de risco de crianças e adolescentes fez emergir uma série de preocupações relacionadas ao modo como estão organizadas as instituições destinadas ao acolhimento provisório e excepcional de crianças e adolescentes, como por exemplo, aquelas mantidas por medidas que objetivam protegê-las de situações adversas e dos impasses à promoção do seu desenvolvimento.

Estudos como de Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), Cavalcante e Corrêa, (2012), Pedroso, Lobato e Magalhães (2016), Corrêa (2016) e Cruz (2019), enriquecidos por investigações acerca dessa problemática, oportunizaram a aproximação da doutoranda com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Acolhimento Institucional e Adoção (NEPAIA), que integra o Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED) e está vinculado ao Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Este Núcleo, desde 2008, desenvolve pesquisas com temas relacionados à condição biopsicossocial de crianças e adolescentes em diversos contextos, tais como: família de origem, família adotiva, instituições de acolhimento, casa lar, entre outros. A proposta é construir um olhar ampliado para esses contextos de desenvolvimento, seguindo os pressupostos teóricos do modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH), proposto por Urie Bronfenbrenner (1996).

Fazem parte do NEPAIA/LED estudantes de iniciação científica, alunos em nível de mestrado e doutorado, pesquisadores e orientadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da UFPA, que almejam a sua formação como pesquisadores qualificados para uma análise ecológica do desenvolvimento humano e comprometidos com seu papel social na Amazônia, buscando descrever processos relacionais característicos de cada contexto encontrado, com destaque para pesquisas sobre as rede de relações e os ciclos de desenvolvimento observados.

No NEPAIA/LED, a primeira contribuição aos estudos sobre acolhimento institucional veio com a defesa da tese de doutorado da Prof.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante, intitulada *Ecologia do Cuidado: Interações entre a Criança, o Ambiente, os Adultos e seus Pares em Instituição de Abrigo*. A partir deste estudo, foram realizadas outras investigações para o aprofundamento dos estudos sobre a temática do acolhimento institucional, tornando o grupo atualmente responsável por várias produções técnicas e científicas acerca do assunto no Brasil.

Entre as pesquisas mais recentes, destacam-se os seguintes temas: *Rotina de Crianças e Adolescentes em Instituições de Acolhimento: Uma Abordagem Bioecológica* (Heumann, 2017); *Instituições de Acolhimento e Adolescentes Institucionalizados: Imagens Sociais de Profissionais da Educação* (Praia, 2021); *Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional: Perfil e Situação Sociojurídica* (Pantoja, 2021); *Investigações com Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional: Pressupostos Teóricos Interdisciplinares e Metodologias Participativas* (Costa, 2021). Assim, observa-se que frente às inúmeras demandas sociais que se colocam à política de proteção social por meio dos serviços de acolhimento, cabe às universidades produzir conhecimentos cientificamente válidos e que sejam sensíveis à relevância social desses temas, especialmente quando remetem a demandas que precisam ser melhor compreendidas por pesquisadores e gestores da área.

Desse modo, verifica-se que, nos últimos anos, têm despontado questões relacionadas ao atendimento das necessidades de crianças migrantes e/ou refugiadas, em particular a política de proteção social dirigida a essa população. Atualmente, o número de crianças que cruzam fronteiras internacionais e buscam refúgio ou entram como migrantes no Brasil cresceu significativamente, tornando-se parte importante desse fenômeno atual que modifica o cotidiano brasileiro (Cantinho, 2018). Existem, no Brasil, 65.811 decisões de reconhecimento de refúgio, com 9.533 pedidos indeferidos, respectivamente 86,9% e 12,6%. Deste total, 3.988 são crianças, sendo 1.982 do gênero feminino e 1.971 masculino (Conare, 2023).

Segundo Moreira et al. (2020), desde 2017, o Estado do Pará começou a receber um grande número de pessoas vindas de outros países e com diversas nacionalidades, que podem ser denominadas como “pessoas refugiadas”, ou seja, diz respeito àquela pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer

regressar ao mesmo. Igualmente, são inúmeras as pessoas vindas de outros países ou estados brasileiros que não se enquadram propriamente no termo refugiadas, mas sim, migrantes. Estes, por sua vez, são entendidos como pessoas que estão em movimento (ou deslocamento) por razões diversas, mas geralmente em busca de trabalho e outras oportunidades socioeconômicas. A migração ou deslocamento podem ocorrer dentro do próprio país ou em forma de intercâmbio, não podendo ser vistas como situações em que há pedido de refúgio.

O atendimento às necessidades dessas populações que estão em movimento colocou a necessidade de se pensar em formas apropriadas de proteção à infância em deslocamento, caracterizada por crianças marcadas por condições de vida precárias, com muitas incertezas e experiências de abuso (Lazarin, 2019). Para tanto, entende-se ser importante conhecer as demandas de atendimento trazidas pelos refugiados e migrantes, em especial, aquelas que dizem respeito ao atendimento de crianças, além das condições nas quais se deslocaram do seu estado ou país de origem e chegaram ao Brasil. Enfim, conhecer quantos e quem são as crianças refugiados e migrantes e o modo como suas necessidades e interesses se constituem em demandas sociais para os serviços de acolhimento institucional na cidade de Santarém, na região Oeste do Pará.

Em razão do número de refugiados e migrantes no estado paraense, cresce a preocupação com essa população e o modo como suas demandas são apresentadas e atendidas pelo poder público. Além disso, corroborando com a concepção de que as instituições de acolhimento são contextos de desenvolvimento, como defendem Bronfenbrenner e Morris (2007), assume-se ser importante descrever e analisar as experiências vivenciadas por essas pessoas no ambiente institucional desde quando chegaram ao Brasil, mas principalmente em Santarém-PA, incluindo características objetivas e subjetivas por eles percebidas.

Entretanto, para compreender adequadamente essas experiências, é imprescindível considerar o processo migratório que precedeu a chegada dessas pessoas à cidade. A região amazônica, historicamente, tem sido marcada por intensos fluxos migratórios, motivados por questões políticas, econômicas, ambientais e humanitárias. Mais recentemente, a Amazônia brasileira, e particularmente o estado do Pará, têm se configurado como rota de entrada e permanência para migrantes e refugiados oriundos de países como Venezuela, Haiti, Colômbia, entre outros. Muitos desses deslocamentos são caracterizados por longas jornadas, marcadas por vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

Santarém, por sua vez, ocupa um papel estratégico nesse processo de circulação humana. Localizada entre as duas maiores cidades da Amazônia brasileira — Manaus e Belém — e situada às margens dos rios Tapajós e Amazonas, a cidade tem sido, ao mesmo tempo, um ponto de passagem e um local de fixação para esses grupos. O acesso fluvial e terrestre facilita a chegada de migrantes, mas também evidencia as dificuldades relacionadas à interiorização e à oferta de políticas públicas adequadas para sua acolhida.

Assim, ao analisar o desenvolvimento dos migrantes e refugiados no contexto institucional de acolhimento, é indispensável reconhecer que suas trajetórias são atravessadas por experiências prévias de deslocamento, perda, adaptação e resistência. Essas vivências influenciam não apenas as suas expectativas e necessidades, mas também a maneira como se relacionam com as instituições, com a comunidade local e com o próprio processo de inserção social em Santarém.

Esta pesquisa, portanto, investiga aspectos peculiares do acolhimento institucional de crianças migrantes e/ou refugiadas na Região Oeste do Estado do Pará, especificamente em Santarém-PA, no sentido de compreender como a instituição envolvida constituem-se como contextos ecológicos de desenvolvimento para essa população, promovendo cuidado, educação e proteção por meio de suas rotinas e brincadeiras, entre outras atividades. Afinal, eles buscam no Brasil e no estado do Pará melhores condições de vida, deixando para trás seu país, sua casa, sua família e comunidade de origem e relações mais significativas.

A tese está organizada em torno de cinco estudos independentes, porém interligados, que constroem uma linha de raciocínio contínuo, com base teórica e metodológica única. O primeiro estudo apresenta uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de compreender como se especificam os serviços de acolhimento para migrantes e refugiados em diversas partes do mundo, o que inclui o Brasil. Depois, o segundo estudo focaliza as características específicas do serviço de acolhimento pesquisado, abordando seu ambiente institucional como um contexto de desenvolvimento humano. O terceiro estudo traça o perfil dos acolhidos, oferecendo um panorama geral dessa população. O quarto estudo, por sua vez, dedica-se à análise da rotina das crianças, relacionando às atividades, companhias e ambientes a partir das quais são organizadas ao longo do dia. Finalmente, o quinto estudo, descreve as brincadeiras das crianças migrantes e refugiadas, ressaltando aspectos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento infantil nesse contexto. Em linhas gerais, este trabalho busca não apenas ampliar a compreensão sobre as crianças migrantes e refugiadas e as peculiaridades do

seu acolhimento na Amazônia e no Brasil, mas também reunir contribuições teóricas e práticas para aumentar o potencial de proteção dessas políticas a essa população.

Introdução Geral

Historicamente, verifica-se que a vulnerabilidade de crianças e adolescentes sempre esteve presente, motivado por diversos fatores como o agravamento das práticas de maus-tratos e a violação de seus direitos no contexto familiar. Essa realidade, simultaneamente antiga e contemporânea, manifesta-se em escala mundial. Inúmeros pesquisadores e profissionais (Cassarino-Perez, Montserrat, Sarriera, 2020; Couto & Rizzini, 2021; Cruz, Cavalcante & Pedroso, 2022; Negrão et al., 2019; Vieira, Silva & Cavalcante, 2020) têm se dedicado a analisar essa problemática em sua multidimensionalidade, buscando promover e garantir os direitos das crianças e adolescentes diretamente afetados.

No Brasil, o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco social exige esforços pessoais de diversos setores da sociedade, especialmente das instituições socioassistenciais governamentais, organizações não governamentais, religiosas ou filantrópicas. No âmbito legal, a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe à tona debates sobre a situação de crianças e adolescentes no país. Essas discussões culminaram na aprovação da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa legislação trouxe contribuições significativas ao público infanto-juvenil, fortalecendo as formas de atendimento a crianças e adolescentes abandonados ou vítimas de violência e maus-tratos. Assim, é possível afirmar que, no que diz respeito à efetivação das leis, muitos avanços ocorreram a partir do ECA.

Atualmente, o desafio e os esforços se concentram em garantir que essas instituições se consolidem como espaços coletivos de cuidado e educação, promovendo o desenvolvimento humano, mesmo que de modo excepcional e provisório. No Brasil, pesquisadores têm se dedicado ao estudo das modalidades de acolhimento institucional, abordando suas especificidades conforme as características da população atendida. Autores como Silva e Barros (2018), Araújo (2019), Barros et al., (2020) e Rocha et al., (2020) destacam a importância das relações previstas no acolhimento institucional e como as práticas de cuidado influenciam o desenvolvimento dos acolhidos.

Ressalta-se, em especial, a necessidade por atendimento a crianças refugiadas ou migrantes, que enfrentam os efeitos da mudança forçada ou voluntária e precisam se adaptar a outra cultura e seus costumes (González, 2010). Essa pressão sofrida por

sucessivos deslocamentos por países e regiões, podem gerar novas e graves situações de risco pessoal e social.

É de conhecimento público que, desde os tempos mais remotos, as populações humanas se deslocam por diversas partes do mundo. A história do Brasil oferece vários exemplos que mostram como o deslocamento humano ocorreu no passado e persiste de forma constante até hoje, resultando em uma sociedade marcada pela diversidade cultural e as particularidades territoriais dos seus estados e regiões. Segundo Conde e Alcubierre (2018), embora os deslocamentos tenham ocorrido desde os tempos antigos e o discurso contemporâneo enfatize que as pessoas migram em diferentes situações e contextos, é importante observar que esses movimentos estão diretamente ou indiretamente relacionadas às determinações e condições históricas da forma capitalista de produzir e reproduzir a vida humana em cada época. Nesse sentido, a manifestação das migrações e o refúgio ocorre em número cada vez maiores, incluindo-se no contexto atual da sociedade brasileira.

Atualmente, inúmeras famílias são obrigadas a fugir de diversas formas de conflito, deslocando-se ao redor do mundo em busca da própria sobrevivência. Entre essas inúmeras pessoas, encontram-se crianças que trazem consigo a realidade de vida transformadas pelo deslocamento de suas famílias, promovidas por decisões dos adultos responsáveis (Lopes & Mota, 2021). O número de crianças que cruzam fronteiras internacionais e buscam refúgio, como ocorre com os migrantes no Brasil, tem crescido significativamente, tornando-se parte relevante desse fenômeno contemporâneo que modifica e molda nosso cotidiano (Cantinho, 2018).

De acordo com a Lei nº 9.474 de 1997, refugiados são indivíduos que deixam seus países por estarem sujeitos a sofrer perseguição motivadas por raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou ainda por enfrentarem graves e generalizadas violação de direitos humanos em seus país de origem. Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos ONU (2019), em seu artigo 14, prevê que toda pessoa sujeita a perseguição tem o direito de buscar e usufruir do asilo em outro país. Assim, observa-se que o conceito de refugiado vem evoluindo para abranger não apenas aqueles que deixam suas terras de origem devido à perseguição (por exemplo, religiosa), mas também aqueles que sofrem danos oculares de direitos humanos e buscam uma oportunidade de sobrevivência.

Paralelamente, a Lei de Migração nº 13.445, de 2017, define o migrante como um sujeito de direito, englobando tanto brasileiros no exterior quanto migrantes

internacionais residentes no Brasil. Essa legislação regulamenta que, independentemente de atravessar ou não fronteiras nacionais, a mobilidade, o deslocamento e os movimentos migratórios são aspectos fundamentais do ser humano. Além disso, o artigo 3º da referida lei, com seus incisos, destaca de forma clara a proteção integral e atenção ao interesse superior da criança e do adolescente migrante.

Para Santos (2020), a criança, devido à sua vulnerabilidade física e mental, requer proteção e cuidados especiais, incluindo amparo legal. A Declaração Universal dos Direitos da Criança, em seu preâmbulo, destaca que seu objetivo é garantir uma infância feliz, certificando que a criança usufrua de direitos efetivos na sociedade, organizados em princípios. Um desses princípios afirma que a criança, em qualquer circunstância, deve ser uma das primeiras a receber socorro. Assim, em situações de fuga da miséria, agressões contra a dignidade humana ou durante pedido de refúgio, e acolhimento em fronteiras ou países que representam esperança, a criança tem o direito à prioridade na proteção e socorro (Santos, 2020). A convenção sobre o direito da criança, aprovada pela ONU em 20 de novembro de 1989, é o instrumento de direitos humano mais amplamente aceito no mundo, contando com ratificação de 196 países.

No contexto brasileiro, o ECA constitui um importante amparo legal nacional. Ele foi desenvolvido para prevenir e proteger situações como exploração sexual, tráfico de menores, influências de drogas e para garantir direitos das crianças e adolescentes. Para isso, foi implementado um sistema de proteção para crianças refugiadas, baseado na atuação integrada da família, do estado e a sociedade civil organizada. Esse sistema está expressamente previsto na parte II Eca (Farias, 2020). Entretanto, Lopes e Mota (2021), destacam que, majoritariamente, as políticas públicas nacionais externas para a proteção dos refugiados ainda têm foco nos adultos, relegando as crianças a um segundo plano nas discussões sociais, jurídico-políticas e acadêmicas.

O ECA, em seu artigo 5º, garante que nenhuma criança será submetida à negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão. Além disso, o artigo 58º garante que, no processo educacional, os valores culturais, artísticos e históricos das crianças serão respeitados para promover a liberdade de criação e o acesso aos recursos culturais. Este artigo é fundamental no atendimento a crianças migrante ou refugiada, oriundas de outras culturas e países, muitas vezes portadoras de valores e crenças diferentes dos brasileiros, os quais devem ser respeitados. Esse entendimento é defendido por Lopes e Mota (2021), que ressaltam a necessidade de incluir crianças de pouca idade nas políticas públicas que orientem seu atendimento no destino do refúgio. As sociedades

são beneficiárias de diversidades culturais, que influenciam diretamente no desenvolvimento de suas populações. Em algumas culturas, como apontado por Moreira et al., (2020), a menarca é vista como um marco na vida das adolescentes, indicando a maternidade como horizonte. Da mesma forma, para os adolescentes, a paternidade pode representar uma mudança de status social.

No âmbito das publicações acadêmicas, observa-se que a literatura nacional tem buscado compreender melhor o atendimento às demandas de crianças migrantes ou refugiadas. Nas últimas décadas, observa-se um movimento crescente de migrantes e refugiados ingressando no território brasileiro. Esse processo está inserido em um contexto global de intensificação dos fluxos migratórios impulsionados por fatores como conflitos armados, crises humanitárias, perseguições políticas, violações de direitos humanos e dificuldades socioeconômicas em seus países de origem. O Brasil, tradicionalmente reconhecido por sua política de acolhimento, tem se tornado um dos destinos buscados por aqueles que almejam condições mais seguras e dignas de vida.

Os reflexos dos estudos sobre o acolhimento institucional no Brasil podem ser identificados em diversos autores, com destaque para Galina et al. (2017), Cantinho (2018), Conde e Alcubierre (2018), Raffoul (2020), Moreira et al. (2020), Lopes e Mota (2021) e Lazarin e Abramowicz (2021). Tais estudos enfatizam o movimento crescente de migrantes e refugiados no território brasileiro, processo inserido em um contexto global marcado por conflitos armados, crises econômicas, violações de direitos humanos e desastres ambientais, que forçam populações inteiras a buscar segurança e melhores condições de vida em outros países. Nesse cenário, destaca-se a necessidade de que o Brasil se organize para implementar políticas públicas ativas voltadas à proteção de crianças em situação de migração forçada, bem como para estruturar uma rede institucional capaz de assegurar efetivamente seus direitos e garantir condições adequadas de acolhimento e integração social.

No que diz respeito ao acolhimento institucional para refugiados, os estudos destacam questões relacionadas à garantia de direitos, aspectos estruturais, procedimentos e responsabilidades (Cantinho, 2018; Costa, 2020; Seixas & Lima, 2020; Vale et al., 2021). O fluxo migratório abrange todas as faixas etárias e possui objetivos e destinos variados. Contudo, os estudos específicos sobre crianças em situação de refúgio ainda são insipientes, como exemplifica Costa (2020). Em sua dissertação de mestrado, investigou o processo de construção da identidade da criança síria refugiada em Campo Grande/MS, analisando aspectos culturais, identitários, e sociais presentes em desenhos das crianças

e nos relatos de seus pais. Os resultados revelaram que as crianças mantêm vínculos fortes com seu com o país de origem, apresentando um apego ao local e identidade.

Por sua vez, Lazarin (2019) denuncia a falta de dados sobre uma parcela de crianças refugiadas no Brasil. Seu trabalho teve como objetivo mapear a infância que se constitui como refugiada no país, com base em análises quantitativa dessas crianças. Os resultados indicaram que a infância refugiada é caracterizada por uma multiplicidade de solicitantes e critérios de enquadramento. Além disso, o fluxo infantil não segue o mesmo padrão do fluxo de adultos. Considera-se, portanto, que obter o status de refugiado tende a aumentar a acessibilidade do indivíduo no país. No entanto, Siqueira e Testi (2019) apontam a existência de uma lacuna na legislação, tanto no âmbito nacional quanto internacional, que expõe esses seres humanos em desenvolvimento, a uma situação de dupla vulnerabilidade, tanto pelos riscos associados à sua faixa etária quanto pela insuficiência de proteção nos locais de acolhimento.

Uma situação apontada por Almeida, Santos e Silva (2020) remete à questão da educação escolar de crianças refugiadas. Os autores têm o objetivo de discutir a “cegueira” observada em uma instituição escolar pública Fluminense a partir do acompanhamento do caso de uma criança refugiada congoleza. As considerações do estudo enfatizam que o sistema escolar investigado apresenta uma “cegueira” em relação à inclusão de crianças refugiadas no sistema regular de ensino. Em contrapartida, Noronha (2020), em sua tese intitulada *A produção da criança refugiada a partir das fotografias nos documentos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)*, afirma que “a vida dessas crianças passa por um processo de comoção como forma de buscar essas vidas passíveis de luto, conseguindo, assim, uma proteção necessária” (Noronha, 2020, p. 16).

Até o momento, as pesquisas sobre acolhimento de crianças migrantes e/ou refugiadas no Brasil têm se concentrado em questões imediatas, abordando as demandas que emergem dessa realidade contemporânea. Essas questões são de grande relevância, especialmente para a compreensão do fluxo migratório e as necessidades sociais a ele associado. Esse tipo de conhecimento contribui para a formulação de intervenções nesse contexto, com vistas à garantia de direitos humanos, entre outros objetivos, no entanto, considera-se igualmente importante avançar em relação às pesquisas que desvelem aspectos do cotidiano dessas pessoas em situação de acolhimento institucional, explorando a rotina e as práticas observáveis em casas de acolhimento e outros serviços similares.

O ambiente físico e social em que uma pessoa está inserida desempenha um papel essencial no seu desenvolvimento, podendo gerar efeitos tanto positivos quanto negativos (Bronfenbrenner, 1996, 2011). Assume-se, pois, que as instituições de acolhimento que recebem crianças em situação de migração ou refúgio podem ser reconhecidas como ambiente físico e social com potencial desenvolvimental. Dada a relevância desse contexto, torna-se importante compreender sua dinâmica de funcionamento onde quer que estejam localizadas. Nesse sentido, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), formulada por Bronfenbrenner (1996, 2011), oferece fundamentos teóricos que permitem analisar e interpretar dados sobre as rotinas dessas instituições, subsidiando o entendimento do funcionamento do ambiente de pesquisa.

Para se compreender as particularidades desse ambiente institucional sob a ótica do TBDH, é necessário investigar a qualidade das oportunidades oferecidas à pessoa em desenvolvimento. Isso porque as interações nesse contexto específico podem influenciar positivamente ou negativas o desenvolvimento humano. De acordo com Bronfenbrenner (2011), é fundamental observar se o ambiente proporciona condições para que a criança como pessoa desenvolvente estabeleça e mantenha relações face a face de forma duradoura, além de oferecer oportunidade de interação com objetos, estímulos variados e atividades progressivamente mais complexa em períodos prolongados de tempo.

Para elucidar essas questões, a presente pesquisa enfatizará as rotinas em uma instituição de acolhimento para migrantes e/ou refugiados, considerando-a como microsistema e elemento constituinte dos sistemas ecológicos da criança em desenvolvimento. O estudo buscou compreender as interações entre esse nível e os demais sistemas ecológicos, organizados da seguinte forma: o Mesossistema, representado pela relação dos pais com instituições externas ao acolhimento, como o sistema escolar das crianças; o Exossistema, envolve estruturas sociais mais amplas como políticas públicas, que abrange as possibilidades e recursos oferecidos; e o Macrossistema, formado por valores, ideologias e normas que moldam o comportamento social. No caso dos migrantes e refugiados, a articulação entre esses sistemas é particularmente relevante, já que as condições culturais e legais do país em acolhimento podem impactar diretamente a adaptação e o bem-estar dos indivíduos e suas famílias. Por exemplo, políticas públicas inclusivas, associadas a rede de apoio comunitário são fundamentais para reduzir as desigualdades e promover a integração social.

Essa abordagem tem como objetivo aprofundar o entendimento sobre o processo de desenvolvimento das crianças acolhidas. Nesse contexto, serão consideradas as

hipóteses teóricas dos números 1, 7, 14, 15, 17, 19 e 29, nas quais Bronfenbrenner (1996) apresenta a importância de cada sistema no processo de desenvolvimento e aprendizagem do indivíduo. A hipótese 1 destaca que, para um desenvolvimento integral, é essencial que uma pessoa em desenvolvimento se envolva engajada em atividades molares, comportamentos contínuos envolvendo objetos ou interações específicas com outras pessoas. Já a hipótese 7 ressalta que essas interações devem ocorrer com alguém com quem existe uma relação de proximidade, reciprocidade e duração, formando uma díade. Esses elementos são fundamentais para a construção de vínculos e para a promoção do desenvolvimento.

No caso da hipótese 14, a qual faz referência aos papéis que são ocupados pela pessoa em desenvolvimento, aqui Bronfenbrenner (1996) mostra que o desenvolvimento é facilitado quando existe interação com uma pessoa que desempenha diferentes papéis e também quando participa de um repertório de papéis cada vez mais amplo. Tendo em vista que o microsistema é a instituição de acolhimento para crianças migrantes ou refugiadas, baseado na hipótese 15, vale considerar que o ambiente institucional pode dificultar o desenvolvimento quando este oferece poucas interações entre cuidador e criança em atividades diversificadas e o ambiente físico que restringe as oportunidades de locomoção e contém poucos objetos para a criança utilizar durante atividades espontâneas (Bronfenbrenner, 1996).

Adicionalmente, Bronfenbrenner (1996) nos apresenta a hipótese 17, na qual pressupõe que o contexto terá maior potencial desenvolvimental quando possibilita à pessoa em desenvolvimento engajar-se em atividades cada vez mais complexas, a partir das relações diádicas (relações entre duas ou mais pessoas). Assim, o ambiente se potencializa quando o ambiente físico e social encontrado no contexto permite e motiva a pessoa desenvolve a engajar-se em atividades molares, padrões de interação recíprocos e relacionamento diádico primário cada vez mais complexos com outras pessoas do ambiente, este proferido por Bronfenbrenner (1996), na hipótese 19.

Por fim, apresenta-se a discussão sobre os pressupostos da bioecologia do desenvolvimento da criança, em especial, neste caso, relaciona aquelas que se encontram em situação de acolhimento institucional, é a hipótese 29. Esta apresenta que o desenvolvimento está diretamente ligado ao número de ambientes diferentes dos quais a pessoa em desenvolvimento participa, engajando-se em atividades variadas e relacionando-se com os outros de forma sólida e duradoura. Assim, essa hipótese reafirma a necessidade de interação com diferentes pessoas, diferentes ambientes, participando de

diferentes atividades, contribuindo assim para que seu desenvolvimento ocorra de forma mais positiva possível, confirmando as demais hipóteses aqui levantadas (Bronfenbrenner, 1996).

Dessa forma, levando em conta os elementos envolvidos no ambiente de desenvolvimento em questão, esta pesquisa se dedicou ao estudo da rotina como estratégia para acessar informações relacionadas às interações que ocorrem neste contexto de desenvolvimento. Assim, pretende-se que as hipóteses teóricas levantadas por Bronfenbrenner e aqui propostas como base teórica do MBDH podem demonstrar, a partir de evidências empíricas, a importância da rotina de crianças migrantes ou refugiadas em situação de acolhimento institucional.

Este estudo se propõe a investigar as instituições de acolhimento como contextos de desenvolvimento, com o foco no atendimento de crianças migrantes e/ou refugiadas e nas relações desenvolvidas no contexto. Busca-se conhecer o campo de investigação em conjunto com o interesse do grupo de investigação sobre desenvolvimento humano Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED) e o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Acolhimento Institucional e adoção (NEPAIA) da Universidade Federal do Pará. O NEPAIA/LED tem desenvolvido inúmeras pesquisas no âmbito das instituições de acolhimento institucional. Dentre os principais focos dos estudos desenvolvidos, destacam-se as crianças nesses espaços com os trabalhos de Cavalcante, Magalhães e Ponte (2007), Cavalcante (2008), Corrêa (2016), Pantoja (2021) e os educadores de abrigo Magalhães; Corrêa e Cavalcante (2013), Costa (2021), Praia (2021) entre outros temas.

Os estudos aqui referenciados demonstram o interesse que o grupo de pesquisa desenvolve no campo científico, tendo como ponto de investigação os espaços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Para tanto, este projeto de pesquisa pretende investigar as rotinas e brincadeiras de crianças dentro das instituições que acolhem crianças em situação de migração ou refúgio.

Dessa forma, é necessário realizar investigações exploratórias no sentido de conhecer quem são os acolhidos, como vivem, as relações que estabelecem com outros acolhidos e adultos envolvidos no ambiente institucional, bem como identificar os diversos elementos envolvidos no processo de acolhimento. Ou seja, busca-se produzir conhecimentos que contribuam para preencher as lacunas existentes neste tema de investigação. Ainda que um único trabalho não seja capaz de suprir todas essas lacunas, este poderá oferecer uma contribuição significativa para a área.

Para tanto, propõem-se as seguintes questões orientadoras: Quantos e quem são os migrantes e refugiadas em situação de acolhimento em Santarém- PA? Quais são as rotinas dessas instituições de acolhimento? Quais são as brincadeiras presentes nos contextos de acolhimento institucional de crianças migrantes e refugiadas na cidade de Santarém, Estado do Pará? Dessa forma, apresenta-se a proposição da tese a ser defendida é de que as rotinas e as brincadeiras de crianças migrantes e refugiadas, no contexto pesquisado, expressam aspectos peculiares para o acolhimento dessa população. Esses aspectos são elementos constituintes da bioecologia do seu desenvolvimento, incluindo pessoas, objetos e símbolos, que influenciam cotidianamente o processo de adaptação e bem-estar dessas crianças.

A seguir o Quadro1 que especifica e organiza informações sobre os estudos: objetivos, participantes e instrumentos.

Quadro 1-Demonstrativo de estudos

Estudo	Objetivo	Método	
		Participantes	Instrumentos
Estudo 1	Analisar desafios e oportunidades relacionados às formas acolhimento de refugiados, com base em estudos nacionais e internacionais sintetizados a partir de uma revisão integrativa da literatura	Não se aplica: Estudo baseado em revisão da literatura sobre o tema	Roteiro de pesquisa
Estudo 2	Descrever as condições físicas e sociais da instituição pesquisada	Gestor/coordenador e equipe multidisciplinar	Formulário de Caracterização da Instituição (Cavalcante, 2008; Corrêa, 2016) adaptado para este estudo.
Estudo 3	Descrever e analisar o perfil biopsicossocial das famílias acolhidas em conjunto com crianças nas instituições pesquisadas	Famílias	Formulário de Caracterização de Famílias migrantes e refugiadas Acolhidas (FCFA) (Professora Ana Maria) adaptado para este estudo.
		Crianças	Formulário Caracterização das Crianças (Cavalcante, 2008; Corrêa, 2016) adaptado para este estudo.

Estudo 4	Analisar as rotinas de crianças migrantes ou refugiadas moradoras de instituição de acolhimento, com destaque para <i>pessoas, objetos e símbolos</i> na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano.	Famílias	Inventário de Rotina (Heumann, 2017)
Estudo 5	Analisar as brincadeiras para crianças em acolhimento, relacionando-os a variáveis como nacionalidade, etnia, idade, sexo, entre outras relativas à experiência da migração e do refúgio.	Crianças Migrantes Refugiados	Protocolo de Observação de adaptado de Cerqueira-Santos (2004)

Fonte: Autora (2025)

Esta investigação seguiu as considerações da resolução 466/2012 (Brasil, 2012), que trata sobre ética na pesquisa com seres humanos, sendo garantidos todos os direitos dos participantes. Para tanto, solicitou-se a autorização da Secretaria de Assistência Social do Município de Santarém para a realização da pesquisa nos termos definidos, assim como a anuência da Coordenação de Divisão de Proteção Social Especial. A submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa foi realizada concomitantemente às demais autorizações exigidas. O parecer 6.087.367 aprovou a realização da pesquisa Apêndice A.

A pesquisa está subdividida em cinco estudos, cada um com sua respectiva introdução, objetivo, método e procedimento para análise de dados, além de referencial teórico que contemple a discussão de temas como acolhimento institucional, desenvolvimento humano, rotinas, brincadeiras, provocando um olhar bioecológico para as pessoas, objetos e símbolos observados, e aspectos peculiares do atendimento às demandas das crianças refugiadas ou migrantes no contexto pesquisado.

Estudo 1 - Acolhimento de Refugiados: Uma Síntese dos Desafios e Oportunidades Apontados na Literatura Internacional

Resumo

A mobilidade humana tem sido uma constante ao longo da história, impulsionada por diversos motivos, como a busca por melhores condições de vida, fuga de conflitos armados, perseguições políticas e religiosas, e desastres naturais. A transição entre diferentes contextos causa inúmeros impactos na vida das pessoas em deslocamento, pois as populações refugiadas são diretamente afetadas por essas situações adversas. Os fluxos migratórios têm gerado debates contemporâneos, especialmente no que se refere às políticas de acolhimento para migrantes e refugiados. Este estudo teve como objetivo analisar desafios e oportunidades relacionados às formas de acolhimento de refugiados, com base em estudos nacionais e internacionais sintetizados a partir de uma revisão integrativa da literatura. As buscas foram realizadas nas bases de dados Capes, Scielo e Scopus. A revisão incluiu artigos publicados em português e inglês entre 2014 e 2024. No total, 283 artigos foram encontrados e adicionados ao Mendeley Desktop para verificação de duplicidades, resultando em 221 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 24 estudos para análise. De modo geral, verificou-se que os sistemas de acolhimento de refugiados e requerentes de asilo em todo o mundo mostram uma diversidade de abordagens e práticas adaptadas às necessidades e capacidades específicas de cada país. O acolhimento de refugiados demonstra como diferentes contextos e práticas podem impactar a resiliência e a capacidade de adaptação dos indivíduos em deslocamento. As políticas de acolhimento demonstram preocupação com formas adaptativas que possam levar em conta as complexas necessidades dos refugiados, que variam de acordo com suas experiências e contextos individuais. Compreender essas dinâmicas é crucial para abordar questões como saúde mental, educação e integração social, além de aprimorar as estratégias de apoio e promover o desenvolvimento humano. Isso reflete a complexidade dos desafios enfrentados pelos refugiados e sublinha a importância de uma abordagem multidimensional e adaptativa para o acolhimento. As políticas de acolhimento precisam evoluir com base em evidências e práticas eficazes para melhorar a vida dos refugiados e enfrentar crises humanitárias de forma mais eficiente e humana. O acolhimento eficaz deve não apenas atender às necessidades básicas dos refugiados, mas também fortalecer sua capacidade de adaptação a novas realidades, apoiando o desenvolvimento pessoal e comunitário como parte do processo de inclusão desses indivíduos e suas famílias.

Palavras-chave: Acolhimento, refugiado, migração, família.

Abstract

Human mobility has been a constant throughout history, driven by various reasons, such as the search for better living conditions, the escape from armed conflicts, political and religious persecution, and natural disasters. The transition between different contexts causes numerous impacts on the lives of people on the move, as refugee populations are directly affected by these adverse factors. Migratory flows have generated contemporary debates, especially regarding reception policies for migrants and refugees. This study aimed to analyze challenges and opportunities related to the forms of reception of refugees, based on national and international studies synthesized from an integrative literature review. The searches were carried out in the Capes, Scielo, and Scopus databases. The review included articles published in Portuguese and English between 2014 and 2024. In total, 283 articles were found and added to Mendeley Desktop for verification of duplicates, resulting in 221 articles. After applying the inclusion and exclusion criteria, 24 studies were selected for analysis. Overall, it was found that refugee and asylum-seeker reception systems around the world show a diversity of approaches and practices adapted to the specific needs and capacities of each country. Refugee reception demonstrates how different contexts and practices can impact the resilience and adaptive capacity of individuals on the move. Reception policies demonstrate a concern for adaptive approaches that can take into account the complex needs of refugees, which vary according to their individual experiences and contexts. Understanding these dynamics is crucial to addressing issues such as mental health, education, and social integration, as well as improving support strategies and promoting human development. This reflects the complexity of the challenges faced by refugees and underscores the importance of a multidimensional and adaptive approach to reception. Human development science and reception policies need to evolve based on evidence and effective practices to improve the lives of refugees and address humanitarian crises more efficiently and humanely. Effective reception must not only meet the basic needs of refugees, but also strengthen their ability to adapt to new realities, supporting personal and community development as part of the process of inclusion of these individuals and their families.

Keywords: Reception, refugee, migration, family.

Introdução

O deslocamento humano é uma realidade global e, em muitos casos, é classificado como deslocamento forçado, no qual as pessoas envolvidas são frequentemente denominadas de refugiados. Diversos cenários contribuem para esse deslocamento, como questões políticas, sociais, conflitos armados, guerras civis e crises econômicas (Silva & Kauchakje, 2023). Os refugiados são indivíduos forçados a deixar seus países de origem devido a situações recorrentes de violação de direitos humanos. A proteção e o acolhimento dessas pessoas são regulamentados por acordos internacionais, notadamente a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, adotada a partir de 28 de julho de 1951, além do Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados. Esses instrumentos legais estabelecem os direitos dos refugiados e as responsabilidades dos estados signatários em relação à proteção e assistência devidas a essas populações vulneráveis.

A Convenção de 1951 define um refugiado como uma pessoa que, devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade e pertencimento a um determinado grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não pode ou não quer valer-se da proteção desse país (Acnur, 1951). Este Estatuto confere aos refugiados uma série de direitos, incluindo o direito de não serem devolvidos, e proíbe os estados de retornarem refugiados para territórios onde suas vidas ou liberdades estariam ameaçadas.

Além disso, a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 estabelecem obrigações específicas para os estados signatários, como a necessidade de fornecer documentos de viagem, garantir acesso ao trabalho, educação, assistência pública e tratamento igualitário perante a lei. A implementação eficaz dessas obrigações é crucial para assegurar que os refugiados possam reconstruir suas vidas com dignidade e segurança.

Nesses termos, assume-se que o acolhimento de refugiados é um tema complexo e polêmico, marcado por questões sociais, políticas, econômicas e culturais das sociedades e indivíduos, que envolve tanto os países de origem das populações em deslocamento, onde os conflitos e perseguições ocorrem, quanto os países de destino, que lhes oferecem abrigo e novas oportunidades de vida. Nos últimos anos, tem havido um aumento no debate sobre o atendimento das necessidades de refugiados, especialmente em relação à sua proteção social (Claro, 2020).

A literatura destaca a importância das políticas de imigração e as variações nos sistemas de acolhimento entre diferentes países como medida de proteção social. Estudos como os de Lazarin (2019), Conde e Alcubierre (2018), Lopes e Mota (2021) e Santos

(2020) analisam como políticas nacionais e internacionais influenciam a integração e a proteção dos refugiados. A implementação dessas políticas pode ser influenciada por fatores econômicos, sociais e políticos, incluindo a opinião pública e a capacidade administrativa dos estados. No entanto, apesar dos esforços políticos, os refugiados frequentemente enfrentam barreiras significativas ao tentar se estabelecer em novos países. Essas barreiras podem ser legais, como restrições ao trabalho e acesso limitado a serviços públicos, ou sociais, como discriminação e xenofobia. A literatura (Mendelski, 2024) explora como essas barreiras impactam a saúde mental e física dos refugiados, sua integração econômica e social, e suas chances de construir uma vida estável e segura.

Outros estudos recentes Sandrin (2020), Brito (2021), Santos (2021), Silva (2021), Vasconcelos e Librelotto (2022), Martins (2023), Arcos (2024), evidenciam que o acolhimento de refugiados não é apenas um dever humanitário, mas também uma oportunidade de enriquecer cultural e economicamente as sociedades anfitriãs. Embora os desafios sejam significativos, a colaboração e o compromisso entre as comunidades podem resultar em soluções sustentáveis, beneficiando tanto os refugiados quanto as populações locais. Contudo, a revisão da literatura destaca que as populações migrantes ou refugiadas enfrentam sobremaneira impactos psicológicos profundos, muitos experimentam traumas significativos antes e durante a fuga, e a adaptação a uma nova cultura pode agravar esses traumas.

Com o intuito de atualizar dados sobre os desafios contemporâneos relacionados à saúde mental, Rodrigues (2021) e Yus, Guillén-Riquelme e Quevedo-Blasco (2023) realizaram uma revisão da literatura focando em estudos que apresentam estratégias de apoio psicológico e social que podem facilitar a integração e promover a resiliência entre os refugiados. Os resultados dessas pesquisas indicam que o trauma do deslocamento frequentemente leva a momentos de fragilidade na saúde mental, afetando especialmente crianças refugiadas, que vivenciam de maneira direta e intensa o sofrimento psíquico.

Além disso, ao examinar as revisões anteriores, observa-se que elas se concentram principalmente nas questões psicológicas dos refugiados, explorando como intervenções diretas podem contribuir para sua saúde mental. No entanto, muitas vezes, esse foco não considera o contexto e as condições de acolhimento que são fundamentais para atender a essas demandas. Assim, à medida que essa temática ganha visibilidade, torna-se evidente a necessidade de investir em estudos que revisitem a literatura sobre as formas de acolhimento oferecidas a populações em deslocamento, especialmente refugiados, em níveis nacional e internacional.

Entende-se que o fluxo migratório abrange todos os níveis de idade, além de possuir os mais variados objetivos e destinos. Dessa forma, observa-se que estudos apresentam que as formas de acolhimento para refugiados recebem interferência direta do tipo de organização que gerencia o processo de acolhimento e integração da população refugiada. Enfatiza-se que é necessária a sensibilização da sociedade para a necessidade do acolhimento de pessoas que estão em deslocamento, e que é preciso que sejam atendidas dentro do sistema público. Rocha e Muniz (2023) tiveram o objetivo de analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, a formação da rede organizacional de acolhimento de refugiados e requerentes de asilo em Portugal, sob a perspectiva da governança multinível. Os autores afirmam que o envolvimento das organizações locais no acolhimento pode trazer inovações e, assim, apresentar soluções para os desafios do cotidiano. Embora o sistema de acolhimento ocorra de forma efetiva, ainda existem lacunas que geram debates e que precisam avançar, principalmente sobre os processos de descentralização do poder e tomada de decisão.

No Brasil, Dantas (2023), em sua pesquisa, analisou as políticas públicas brasileiras de acolhimento para refugiados ambientais. A análise dos dados e a revisão da literatura apresentam como resultado que o Brasil ainda precisa melhorar as políticas públicas de acolhimento, visando que estas se firmem e sejam dispostas para o longo prazo, não apenas para resolver os casos que surgem a partir de problemas mundiais. Fernandes, Torres e Santos (2023) analisaram o sistema brasileiro de acolhimento voltado aos refugiados venezuelanos, em resposta à crise humanitária enfrentada por essa população. As autoras apontam que, de modo geral, o Brasil oferece um acolhimento inicial positivo, ao disponibilizar abrigo e alimentação. No entanto, destacam a necessidade de melhorias nos mecanismos de inserção desses refugiados no mercado de trabalho e na sociedade. Embora o país proporcione oportunidades para que reconstruam suas vidas com dignidade, muitos ainda permanecem em situação de desproteção social devido à dificuldade de acesso ao emprego.

A análise das políticas públicas de acolhimento de refugiados no Brasil revela uma série de lacunas que necessitam de atenção para garantir a efetividade e a sustentabilidade dessas iniciativas. Além disso, é imperativo entender o impacto das políticas públicas na qualidade de vida dos refugiados a longo prazo. Estudos longitudinais que acompanhem os refugiados desde a sua chegada até a sua plena integração na sociedade podem fornecer percepções valiosas sobre a eficácia das políticas atuais e áreas que precisam de melhorias (Lopes & Mota, 2021; Mundt, 2020;). Estes estudos exploram essas lacunas, destacando

a necessidade de estratégias de longo prazo, a integração dos refugiados no mercado de trabalho, a descentralização do poder e da tomada de decisão, a sensibilização da sociedade, o impacto das políticas públicas na vida dos refugiados, comparações internacionais e o papel das organizações locais.

Para tanto, buscou-se responder à seguinte questão de pesquisa: Quais são as formas de acolhimento para refugiados descritas na produção científica nacional e internacional? O objetivo geral foi analisar essas formas de acolhimento, com ênfase na identificação das modalidades relatadas em estudos nacionais e internacionais, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A seguir, apresenta-se a metodologia utilizada na busca dos estudos, bem como os resultados e discussões, seguidos das considerações sobre os dados encontrados.

Método

Esta revisão integrativa de artigos empíricos publicados nos últimos 10 anos sobre acolhimento de refugiados ressalta as formas de acolhimento descritas na literatura desse período. Esse método de revisão é abrangente e proporciona, de forma sintetizada, o conhecimento e a aplicabilidade dos resultados dos estudos (Fernandes, Yunes & Dell’Aglia, 2023). A revisão foi realizada a partir dos critérios do protocolo Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análise (PRISMA).

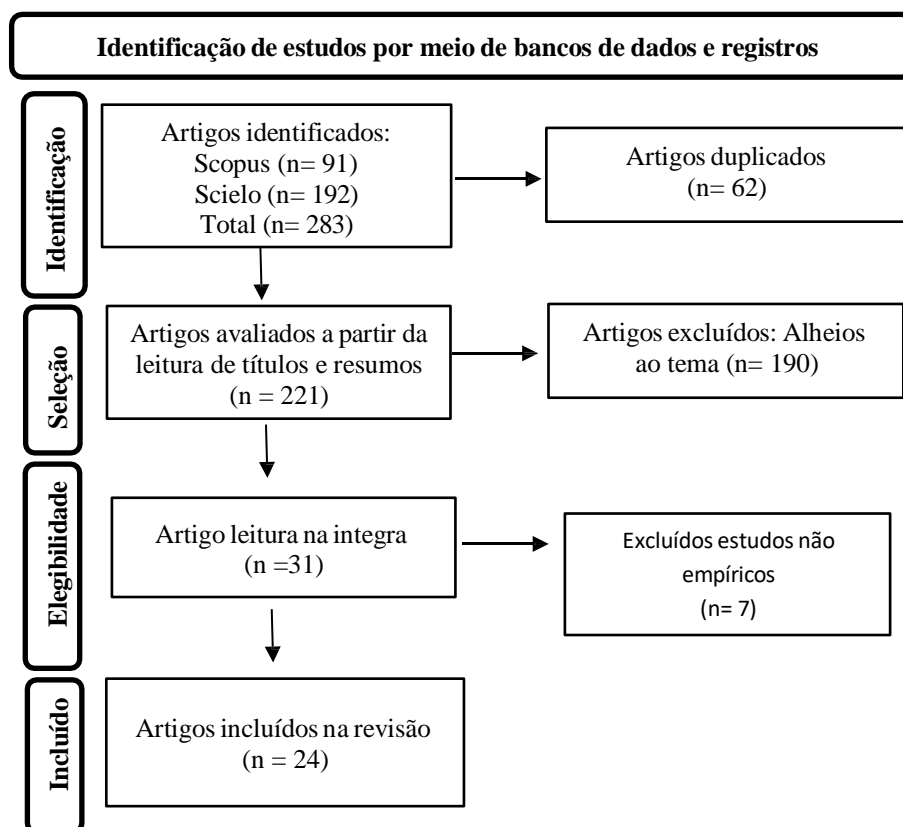
Com base nessas orientações, a questão de pesquisa foi assim delimitada: Quais são as formas de acolhimento para refugiados descritas na produção científica nacional e internacional? Para responder a essa pergunta, foi realizada uma busca exploratória por artigos nacionais e internacionais relacionados ao tema, utilizando o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como ferramenta de busca. A escolha do Portal CAPES foi motivada por sua ampla utilização global na divulgação de trabalhos científicos, bem como por sua abrangência em diversas áreas do conhecimento e idiomas. O objetivo desta busca exploratória foi obter uma visão abrangente da produção existente sobre o tema pesquisado.

Como não foram encontrados termos específicos nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) que indicassem uma terminologia padronizada para esse tipo de pesquisa, a seleção dos descritores foi baseada na sua óbvia associação com o tema. Foram escolhidos três descritores em português: “acolhimento de refugiados”, “políticas públicas para refugiados” e “migrações internacionais”, e os seguintes termos em inglês: “refugee reception”, “public policies refugee” e “international migrations”. O termo booleano utilizado na pesquisa foi “and”. A partir dessa busca preliminar, foi possível

estabelecer as bases para o levantamento dos artigos na segunda fase da revisão, optando por selecionar aqueles referenciados por periódicos indexados. Foram definidas as seguintes bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e SciVerse Scopus.

A busca pelos artigos foi realizada pela pesquisadora e compreendeu o período de quatro meses, de 5 de janeiro de 2024 a 28 de abril de 2024, com duração média de quatro horas diárias, três dias por semana. Ao todo, computaram-se 283 artigos, que foram adicionados ao Mendeley Desktop para verificação de duplicidade, resultando em um total de 221 artigos. Após esse procedimento, os títulos e resumos foram lidos e aplicados os critérios de inclusão e exclusão dos estudos, conforme mostrado na Figura 1.

Figura 1- Fluxograma de seleção dos estudos segundo recomendações PRISMA. Fonte: Dados da pesquisa (2024)



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Critérios de Elegibilidade

Foram incluídos na pesquisa artigos publicados em português e inglês; estudos empíricos completos; itens disponíveis para *download*; trabalhos que envolvessem exclusivamente acolhimento para refugiados; publicados no período de 2014 a 2024. Destaca-se que este recorte temporal foi estabelecido devido ao aumento do fluxo migratório no Brasil nesse período, em razão da crise humanitária na Venezuela, pelos

conflitos internos em outros países da América Latina, como Haiti e Colômbia, e pela implementação de políticas que facilitavam a entrada de imigrantes no país. Esses fatores resultaram em uma maior demanda por políticas públicas para o acolhimento das pessoas que buscavam refúgio no país.

Como critérios de exclusão adotou-se as seguintes orientações: literatura cinzenta (por exemplo: orientações técnicas, anúncio de jornais, relatório de pesquisa, *blogs*, entre outros); trabalhos de conclusão de curso; artigos teóricos e documentais; artigos de revisão sistemática ou integrativa da literatura; livros, artigos escritos em outras línguas que não as especificadas e dissertações e teses.

Seleção e Análise dos Dados

A partir da busca por publicações referentes ao tema da presente pesquisa, os artigos encontrados foram enumerados ordinalmente e, em seguida, classificados de acordo com as seguintes categorias: selecionados, duplicados e alheios ao tema. A seleção dos artigos foi realizada a partir da leitura do título e do resumo de cada estudo. Nos casos em que os resumos se mostraram insuficientes, procedeu-se à leitura completa da publicação.

Os artigos selecionados de acordo com os critérios de inclusão estão armazenados em uma planilha eletrônica, enquanto os demais, conforme os critérios de exclusão acima definidos, foram eliminados. As variáveis analisadas nos estudos levaram em consideração os seguintes aspectos: ano de publicação, autor, temática, tipo de estudo, região ou país, participantes e tipo de acolhimento. Para a consolidação dos dados, foi criada uma tabela em planilha Excel, a qual possibilitou a organização e análise dos dados de acordo com as variáveis de interesse da pesquisa.

Após a leitura na íntegra, os estudos foram divididos em três categorias, conforme análise temática. Seguiu-se os pressupostos descritos por Braun e Clarke (2006), utilizando um método que propõe um guia de seis fases para realizar uma análise temática (Quadro 1). Este método permite relatar padrões (temas) presentes nos dados. A análise temática constitui-se em um método que possibilita tanto refletir a realidade quanto desvendar a sua superfície.

Quadro 1- Síntese das fases de análise temática

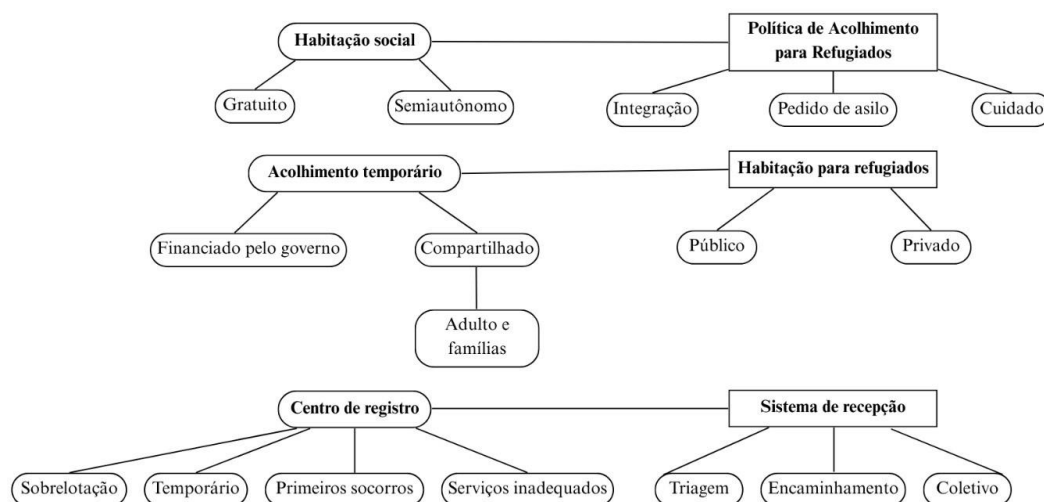
FASE	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO NA PESQUISA
1. Familiarizar-se com seus dados	Transcrição de dados (se necessário), leitura e releitura dos dados, anotação das ideias iniciais.	Leitura completa dos artigos incluídos na pesquisa, anotações das principais formas de acolhimento.

2. Geração de códigos iniciais	Codificação de recursos interessantes de forma sistemática, reunindo os dados relevantes para cada código.	Durante o processo de codificação foram observadas as características de cada forma de acolhimento descrita nos artigos selecionados.
3. Busca de temas	Agrupamento de códigos em temas potenciais, reunindo todos os dados relevantes. Em seguida, os códigos permitiram a emergência de cada tema em potencial.	Concentração de termos conforme vocabulário presentes nos títulos, resumos e palavras-chaves.
4. Revisão de temas	Verificar se os temas funcionam em relação aos extratos codificados (Nível 1) e a todo o conjunto de dados (Nível 2), gerando um "mapa" temático da análise.	Elaboração do mapa temático a partir das características dos resultados, conforme Figura 2.
5. Definição e nomeação de temas	Análise contínua para refinar as especificidades de cada tema e a história geral que a análise conta, gerando definições e nomes claros para cada tema.	A partir da codificação e delineamento dos temas foi possível elaborar duas temáticas gerais, que caracterizam os tipos de acolhimento.
6. Produção do relatório	Seleção de extratos vívidos e convincentes exemplos, análise final de trechos selecionados, relacionando o resultado da análise à questão da pesquisa e à literatura, produzindo um relatório acadêmico da análise.	Análise final dos resultados e comparação com os dados empíricos desta pesquisa.

Fonte: adaptado de Braun e Clarke (2006, p. 95)

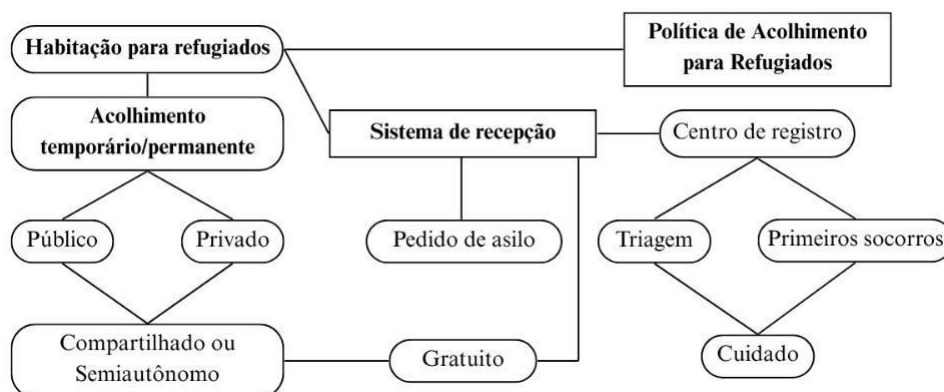
Seguindo as orientações de Braun e Clarke (2006), primeiramente foi realizada a leitura completa dos artigos encontrados, possibilitando a identificação de possíveis temas. Em seguida, foram gerados códigos, levando em consideração os vocabulários presentes nos títulos, resumos e palavras-chave, o que possibilitou a aproximação dos artigos por suas características, como forma de acolhimento. Na terceira fase, os códigos foram agrupados por tipo de acolhimento descrito em cada artigo, considerando os códigos elaborados na fase anterior.

Na quarta fase, foi elaborada uma representação visual, levando em consideração as características dos resultados, conforme Figura 2 (mapa temático inicial). Para cada tema central, foi criada uma figura e alocados diferentes códigos, possibilitando a organização e aglomeração das palavras-chave, facilitando a categorização das temáticas.

Figura 2- Mapa temático inicial

Fonte: Autora (2025)

Na quarta fase, é orientado que seja realizada uma revisão geral e refinamento dos temas. Nesse momento, é possível revisitar os extratos agrupados e verificar se eles apresentam um padrão coerente. Entretanto, se os possíveis temas não possuírem uma combinação padrão, pode-se retrabalhar o tema, criar um novo tema, encontrar um lugar para os extratos que no momento não cabem no tema existente ou até mesmo descartar tais extratos da análise (Souza, 2019). Dessa forma, assim que o pesquisador estiver satisfeito com os temas, pode-se passar para a próxima fase. O resultado desse processo de refinamento pode ser apreciado no mapa temático apresentado na Figura 3.

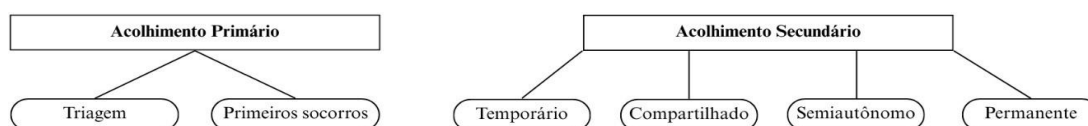
Figura 3- Mapa temático em desenvolvimento

Fonte: Autora (2025)

Na quinta fase, dedicada à análise, inicia-se com um mapa temático aceitável. A partir desse processo, são definidos e refinados os temas que serão apresentados como resultados da análise. Durante o processo de análise, é identificada a essência de cada tema, bem como a união de temas, que demonstram os aspectos dos dados a partir de cada tema. É fundamental identificar o que de interessante é apresentado nos dados e sua relação com o objetivo da pesquisa (Souza, 2019). Ao final desta fase, os temas e

subtemas apresentados na Figura 4 são resultados de um processo de refinamento dos dados. Ressalta-se que durante o encerramento da fase cinco, deve-se definir quais os temas de forma clara e objetiva. Este é também o momento de começar a pensar nas categorias que serão atribuídas no processo de análise final. Os nomes devem ser coerentes e dar ao leitor uma ideia geral do que está sendo tratado.

Figura 4- Mapa temático final



Fonte: Autora (2025)

No sexto passo, está prevista a produção do relatório dos dados. Nesta fase, realiza-se a análise final e a redação do relatório de pesquisa. A tarefa consiste em relatar uma análise temática com uma escrita lógica, coerente e concisa, indo além da simples descrição dos dados levantados. A seguir, serão apresentados os resultados encontrados, primeiramente dentro de uma perspectiva descritiva dos dados estatísticos e, posteriormente, apresenta-se a análise temática dos resultados da revisão da literatura.

Resultados e Discussão

A partir das buscas realizadas nas bases de dados, foram inicialmente identificados 283 estudos (Figura 1). Após a verificação de duplicidade nos resultados, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos. Constatou-se que muitos estudos estavam voltados para questões políticas de atendimento a refugiados, ao invés de pesquisas que abordassem o funcionamento dos serviços de acolhimento residencial. Em razão disso, foram excluídos 252 estudos e incluídos para outra fase somente os que mantiveram proximidade com os objetivos aqui propostos, totalizando 31. Após a leitura na íntegra desses estudos, outros sete estudos foram descartados por apresentarem pouca relação com o objetivo da pesquisa. Por fim, restaram 24 artigos, que constituíram o corpus da pesquisa. Em relação à indexação desses estudos na busca inicial, verificou-se um maior número na Scielo ($n = 192$), seguido da Scopus com ($n = 91$). Os estudos foram encontrados predominantemente em periódicos que compreendem a área da psicologia, direitos humanos e segurança pública. Quanto ao ano de publicação dos artigos selecionados, conforme mostra a Tabela 1, a maior parte dos estudos foi divulgada em 2022 e 2023.

Tabela 1- Quantitativo por Ano de Publicação (N=24)

ANO DE PUBLICAÇÃO	n	%
2021	1	4,17
2022	15	62,5

2023	7	29,2
2024	1	4,17
TOTAL	24	100,0

Fonte: Autora (2025)

No que diz respeito ao método/tipo de estudo, a maioria dos estudos (n = 20) adotou uma abordagem qualitativa, conforme demonstrado na Tabela 2 (Agafoshin, Gorokhov & Dmitriev, 2022; Atak, Linley-Moore & Kim, 2023; Aris Escarcena, 2022; Bakker, Dagevos & Djundeva, 2023; Bolzoni, Donatiello & Giannetto, 2022; Dimitriadis & Ambrosini, 2024; Emilsson & Öberg, 2022; Haselbacher & Segarra, 2022; Holmqvist, Jutvik & Lidén, 2022; Johnson, 2022; Jansson-keshavarz & Nordling, 2022; Kayali, 2023; Koroutchev, 2022; Kox & Van Liempt, 2022; Miellet, 2021; Nassim et al., 2022; Papatzani et al., 2022; Sadjad, 2022; Seethaler-Wari & Yanasmayan, 2023; Vianelli, 2022). Em menor número, foram identificadas pesquisas que empregaram um método misto, combinando abordagens qualitativas e quantitativas, totalizando quatro (n = 4) estudos (Asztalos, 2023; Gamalerio et al., 2023; Gamalerio & Negri, 2023; Pędziwiatr & Magdziarz, 2023). Outra característica relevante a ser destacada refere-se aos objetivos dos artigos incluídos na revisão, os quais foram classificados como pesquisas descritivas (n = 9), exploratórias/descritivas (n = 8) e exploratórias (n = 3). Isso evidencia que as pesquisas que abordam a temática dos refugiados têm um caráter predominantemente investigativo, levando em consideração aspectos gerais do acolhimento dessa população.

Tabela 2- Método e tipo de pesquisa (N=24)

MÉTODO DE PESQUISA	TIPO DE PESQUISA			TOTAL
	DESCRITIVA	DESCRITIVA/EXPLORATÓRIA	EXPLORATÓRIA	
Qualitativa	9	8	3	20
Misto	1	2	1	4
TOTAL	10	10	4	24

Fonte: Autora (2025)

Em relação ao local no qual os estudos se desenvolveram, vinte (n=20) foram conduzidos no continente Europeu (Agafoshin, Gorokhov & Dmitriev, 2022; Atak, Linley-Moore & Kim, 2023; Asztalos Morell, 2023; Bakker, Dagevos & Djundeva, 2023; Bolzoni, Donatiello & Giannetto, 2022; Dimitriadis & Ambrosini, 2024; Emilsson & Öberg, 2022; Gamalerio & Negri, 2023; Gamalerio et al., 2023; Jansson-Keshavarz & Nordling, 2022; Haselbacher & Segarra, 2022; Holmqvist, Jutvik & Lidén, 2022; Koroutchev, 2022; Kox & Van Liempt, 2022; Nassim et al., 2022; Miellet, 2021; Papatzani et al., 2022; Pędziwiatr & Magdziarz, 2023; Seethaler-Wari & Yanasmayan, 2023; Vianelli, 2022), um na África (Johnson 2022), um na América do Norte (Aris

Escarcena, 2022), um na Ásia (Sadjad, 2022) e um na Europa/Ásia (Kayali, 2023), conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Local de coleta de dados (N=24)

CONTINENTE	n
Africano	1
América do Norte	1
Asiático	1
Europeu	20
Europeu/Asiático	1
TOTAL	24

Fonte: Autora (2025)

No contexto dos participantes nos estudos analisados, observa-se que a maioria teve como público-alvo uma gama diversificada de atores sociais. Entre esses participantes, destacam-se funcionários de instituições relacionadas ao acolhimento de refugiados, refugiados, autoridades governamentais responsáveis pelas políticas de refúgio, especialistas com conhecimento específico sobre a temática, assistentes sociais envolvidos no processo de integração, voluntários que oferecem suporte e serviços, representantes de organizações não governamentais (ONGs) atuantes nesse campo, membros da população local que interagem com refugiados em suas comunidades e imigrantes em situação semelhante. Essa diversidade de participantes reflete a complexidade e a amplitude das questões relacionadas ao acolhimento de refugiados e evidencia a importância de considerar múltiplas perspectivas e experiências ao abordar essa temática.

Para alcançar o objetivo de identificar as modalidades de acolhimento para refugiados descritas em pesquisas nacionais e internacionais, os dados foram organizados e submetidos à análise temática de maneira abrangente e detalhada. Inicialmente, cada artigo foi minuciosamente examinado, levando em conta não apenas os títulos, palavras-chave e resumos, mas também o conteúdo completo, a fim de compreender profundamente as abordagens adotadas em cada estudo. A partir dessa análise exaustiva, foram identificadas e agrupadas diferentes temáticas, considerando tanto os aspectos explícitos quanto os implícitos abordados nos textos. Esse processo permitiu a criação de categorias temáticas mais abrangentes e refinadas, que refletissem de forma precisa as diversas abordagens e perspectivas encontradas na literatura revisada. Ao agrupar os dados relevantes em torno dessas categorias, foi possível obter uma visão mais completa e aprofundada das modalidades de acolhimento para refugiados abordadas nos estudos analisados.

Tabela 4- Agrupamento de códigos em temas potenciais (N=24)

TEMA	n	%
Habitação para Refugiados	8	33,3
Política de Acolhimento para Refugiados	9	37,5
Sistema de Recepção	7	29,2
TOTAL	24	100,0

Fonte: Autora (2025)

Conforme apresentados na Tabela 4, a categoria com maior número de trabalhos classificados foi "Política de Acolhimento para Refugiados", correspondendo a 37,5% dos artigos analisados. Em seguida, destacam-se as categorias "Habitação para Refugiados", com 33,3%, e "Sistema de Recepção", com 29,2%. Esses valores refletem a frequência das temáticas abordadas nos artigos inseridos na pesquisa. O que se observa é que, de maneira geral, os artigos analisados estão diretamente ligados a questões de política de atendimento e garantia de direitos, como o pedido de asilo, integração, cuidado, além da efetivação de moradia e a inserção dos refugiados no mercado de trabalho, para que assim eles possam subsidiar suas despesas dentro do local escolhido para o refúgio.

Considerando os princípios metodológicos delineados por Braun e Clarke (2006) para a realização da análise temática dos dados, foram aplicadas codificações e análises de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos autores. Este processo foi conduzido com o intuito de explorar e identificar os padrões emergentes nos dados coletados durante a revisão da literatura sobre acolhimento para refugiados. A análise temática foi realizada de forma a compreender as nuances dos temas abordados nos artigos selecionados, permitindo uma visão holística e aprofundada das questões relacionadas ao acolhimento para refugiados. A seguir, são descritas as categorias temáticas dos estudos.

Acolhimento Primário

A análise temática dos artigos revisados permitiu a identificação de duas temáticas principais que abordam os tipos de acolhimento para refugiados descritos na literatura. A primeira temática centra-se na modalidade de acolhimento primário, que compreende as etapas iniciais e essenciais do processo de acolhimento, focadas na recepção, triagem, necessidades básicas de subsistência, como alimentação, abrigo e cuidados médicos emergenciais. Essa fase primária visa garantir a segurança e o bem-estar imediato dos refugiados, oferecendo suporte inicial e encaminhamento para serviços e programas mais especializados, conforme necessário.

Dentro desta temática, estão incluídos quatro artigos que trataram, em suas pesquisas, especificamente sobre acolhimento primário: Papatzani et al., (2022); Vianelli

(2022); Pędziwiatr e Magdziarz (2023). Bakker, Dagevos e Djundeva (2023). Além desses, três estudos apresentam a descrição das duas formas de acolhimento: Miellet (2021); Gamalerio e Negri (2023); Gamalerio et al., (2023). No que se refere ao local de coleta de dados, foram mencionados os seguintes contextos: Holanda; Tessalônica, ilhas de Lesbos e Chios; Itália e Suécia; Polônia; Chéquia; Hungria e Eslováquia; Itália e Holanda, respectivamente. Tendo como participantes, de maneira geral, autoridades, refugiados, especialistas sobre a temática, funcionários e representantes de ONGs.

O tipo de acolhimento descrito por Bakker, Dagevos e Djundeva (2023) é realizado em Centros de Acolhimento, os quais se caracterizam por serem locais onde os refugiados permanecem durante o tempo de espera por uma decisão sobre o pedido de asilo. Durante esse período de espera, o público atendido recebe aulas de língua holandesa, pois, sem dominar o idioma, é difícil estabelecer contatos sociais e encontrar trabalho. A aprendizagem do holandês é considerada essencial não apenas para a integração social e econômica, mas também como um critério importante na decisão sobre a autorização de asilo. Portanto, os refugiados são incentivados a se envolver ativamente no aprendizado da língua para aumentar suas chances de serem aceitos. Além das aulas de língua, os Centros de Acolhimento frequentemente oferecem outros serviços de apoio, como assistência jurídica, orientação sobre os direitos e deveres dos refugiados, e atividades sociais que promovem a interação com a comunidade local. Esses serviços são projetados para ajudar os refugiados a se adaptarem ao novo ambiente e a se prepararem para uma possível vida futura na Holanda.

Por sua vez, Bakker, Dagevos e Djundeva (2023) apontam que a instabilidade causada por longos períodos de permanência nos centros e as frequentes movimentações entre diferentes centros de acolhimento têm um impacto negativo na vida dos refugiados. Essas condições dificultam a criação de laços sociais sólidos e a continuidade no aprendizado da língua e outras formas de educação. Além disso, a incerteza prolongada sobre o *status* de asilo e a falta de uma residência permanente podem levar a um aumento do estresse e da ansiedade entre os refugiados. A pesquisa destaca ainda que, para uma integração cívica efetiva, é essencial proporcionar aos refugiados um ambiente estável e seguro, onde possam se concentrar em aprender a língua e adquirir outras competências necessárias para sua nova realidade. A estabilidade, tanto em termos de moradia quanto de suporte social, é fundamental para facilitar a transição dos refugiados e garantir que eles possam contribuir positivamente para a sociedade holandesa.

Do mesmo modo, Papatzani et al., (2022) descrevem o acolhimento como sendo realizado em Centros de Registro, onde o refugiado permanece desde a chegada e registro até a entrevista e decisão de asilo. Esses centros desempenham um papel crucial na fase inicial do processo de acolhimento, fornecendo aos refugiados um local para registro oficial, onde suas informações são coletadas e processadas pelas autoridades competentes. No entanto, os dados apresentados pelos autores revelam que esses espaços enfrentam sérios desafios, caracterizados por privação material, sobrelotação e inadequações nas instalações, provisões e serviços oferecidos. Essas condições adversas representam uma ameaça à dignidade humana dos refugiados durante sua estadia nos Centros de Registro. A falta de condições adequadas pode resultar em uma experiência extremamente difícil e traumática para os refugiados, que já estão em situação de vulnerabilidade devido às circunstâncias que os levaram a buscar refúgio.

É importante destacar que a qualidade do acolhimento inicial pode ter um impacto significativo no bem-estar físico e psicológico dos refugiados, bem como em sua disposição para se integrarem à sociedade de acolhimento, como explicam Papatzani et al., (2022). Assim, melhorias nas condições dos Centros de Registro são essenciais não apenas para garantir o respeito aos direitos humanos básicos dos refugiados, mas também para facilitar sua transição para uma vida digna e produtiva em seu novo país de acolhimento.

Em outra publicação a crise de acolhimento de refugiados em múltiplos contextos na Itália e na Suécia é abordada por Vianelli (2022). O artigo demonstra como ocorre a recepção e o processo logístico dentro dos centros de acolhimento. Dentro da análise temática, este estudo foi caracterizado como Acolhimento Primário, pois descreve que o espaço pesquisado realiza a triagem e encaminhamentos para alojamentos. O estudo destaca que a recepção dos refugiados se assemelha a um sistema integrado concebido e organizado como uma cadeia, que se assemelha parcialmente à cadeia de abastecimento no centro do processo logístico. Essa analogia ressalta a complexidade e a interconexão de diferentes etapas e procedimentos envolvidos na recepção e no encaminhamento dos refugiados nos centros de acolhimento.

Ao analisar a crise de acolhimento em ambos os países, Vianelli (2022) destaca os desafios enfrentados pelos sistemas de acolhimento, incluindo questões relacionadas à capacidade, recursos e eficiência na triagem e no encaminhamento dos refugiados para os alojamentos adequados. A compreensão desses processos logísticos é crucial para

melhorar a eficácia e a eficiência dos sistemas de acolhimento, garantindo uma recepção adequada e digna aos refugiados que buscam proteção.

A partir de uma pesquisa integrada, Pędziwiatr e Magdziarz (2023) puderam estudar o atendimento para refugiados em diversos países, incluindo Polônia, República Tcheca, Hungria e Eslováquia, durante a crise humanitária desencadeada pela invasão russa em grande escala da Ucrânia. Os dados coletados fornecem uma visão abrangente das políticas e práticas de atendimento aos refugiados em cada país analisado. Na Polônia, o acesso ao sistema de atendimento para refugiados é gratuito, com atenção prioritária às crianças, garantindo-lhes direito à educação, serviços de saúde e para os adultos inserção no mercado de trabalho, além de benefícios sociais disponíveis para os cidadãos. Na República Tcheca, os solicitantes de asilo têm acesso livre ao mercado de trabalho, à educação, aos cuidados de saúde e à habitação social. Na Hungria e na Eslováquia, os refugiados recebem proteção temporária nos centros de registro.

Em todos os países analisados por Pędziwiatr e Magdziarz (2023) uma parte significativa da responsabilidade pelo alojamento dos refugiados é assumida por pessoas individuais, que recebem apoio financeiro das autoridades públicas. Por exemplo, na República Tcheca, o governo estabeleceu um "subsídio de solidariedade para anfitriões", que pode ser obtido por cidadãos checos que oferecem alojamento gratuito a estrangeiros com proteção temporária.

No que diz respeito aos cuidados de saúde, os beneficiários de proteção temporária têm direito a cuidados de emergência e tratamento essencial de doenças. Por exemplo, na Eslováquia, esses beneficiários têm acesso aos mesmos serviços médicos gratuitos que os cidadãos do país. Na Hungria, os refugiados formalmente reconhecidos e aqueles que receberam o estatuto de proteção subsidiária são cobertos pelo sistema público de saúde nos primeiros seis meses de estadia, após os quais devem contribuir financeiramente para o sistema. Entretanto, há relatos de acesso desigual aos serviços de saúde na Polônia, algumas autoridades de justiça apresentam denúncias sobre casos específicos. Essas disparidades ressaltam a necessidade de garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde para todos os refugiados, independentemente de sua origem ou status legal, a fim de garantir uma recepção justa e humanitária durante crises de deslocamento.

Ainda no continente europeu, ao descrever as formas de acolhimento para refugiados na Itália, Gamalerio e Negri (2023) apresentam o Sistema de Proteção para Requerentes de Asilo e Refugiados (SPRAR). Os centros SPRAR constituem o segundo nível de acolhimento, em oposição ao primeiro nível, que recebe migrantes que acabaram

de entrar na Itália e lhes permite requerer asilo. O objetivo dos centros SPRAR é promover a integração de refugiados e requerentes de asilo.

Esses centros são atribuídos aos municípios por meio de concursos emitidos pelo Ministério do Interior. Os municípios que abrem um centro SPRAR recebem subsídios fiscais do governo central. De acordo com Gamalerio et al., (2023), os Centros de Acolhimento de primeiro nível são responsáveis por garantir primeiros socorros e hospitalidade. Geridos pelo governo central, esses centros de recepção para requerentes de asilo têm o objetivo de identificar os migrantes que acabaram de chegar à Itália, prestar a primeira assistência e permitir que solicitem asilo. É importante ressaltar que esses centros de identificação têm autorização para expulsar os migrantes sem autorização de permanência válida ou com ordem de expulsão. Essa medida faz parte dos procedimentos de controle de imigração do país, visando regular a entrada e permanência de estrangeiros de acordo com a legislação italiana.

Por sua vez, o serviço de acolhimento na Holanda é descrito por Miellet (2021) como uma Central de Recepção e Primeira Triagem, onde os recém-chegados passam por um processo inicial que pode durar alguns dias. Durante esse período, questões administrativas são resolvidas e os requerentes de asilo passam por uma primeira avaliação. Depois dessa etapa inicial, dependendo das perspectivas individuais de cada requerente de asilo, eles podem ser encaminhados para um centro específico para requerentes de asilo. Nestes centros, os indivíduos aguardam o resultado de seus pedidos de asilo e a atribuição de alojamento adequado. Caso o pedido seja recusado, são discutidas opções de retorno voluntário ou, em casos específicos, retorno forçado às suas origens. Essa abordagem reflete o compromisso da Holanda em oferecer um sistema de acolhimento que seja eficiente na triagem inicial, mas também humano e respeitoso com os direitos dos requerentes de asilo. Garantir uma resposta rápida e justa aos pedidos de asilo, bem como oferecer apoio aos indivíduos durante todo o processo, são objetivos centrais desse sistema de acolhimento.

Dito isso, assume-se que as descrições das diferentes modalidades/iniciativas de acolhimento para refugiados em diversos países oferecem uma visão abrangente das políticas e práticas adotadas em resposta à crise humanitária global. Cada abordagem reflete os valores, prioridades e desafios específicos enfrentados por esses países na gestão do fluxo migratório e na proteção dos direitos dos refugiados. O estudo de Bakker, Dagevos e Djundeva (2023), desenvolvido na Holanda, destaca a importância de oferecer suporte linguístico e social aos refugiados durante o processo de asilo, reconhecendo o

papel fundamental da integração na promoção da estabilidade e do bem-estar dos indivíduos deslocados. Por outro lado, o trabalho de Papatzani et al., (2022) ressalta os desafios enfrentados pelos centros de registro na Itália e na Suécia, destacando a necessidade de melhorias nas condições de acolhimento inicial para garantir uma recepção digna e adequada.

Da mesma forma, a análise de Pędziwiatr e Magdziarz (2023) mostra as políticas de acolhimento adotadas em países da Europa Central, como Polônia, República Tcheca, Hungria e Eslováquia, acentuando uma percepção singular sobre a diversidade de abordagens e práticas de acolhimento na região. Enquanto isso, Gamalerio e Negri (2023) e Miellet (2021) oferecem perspectivas específicas sobre os sistemas de acolhimento na Itália e na Holanda, respectivamente, delineando os processos de triagem, integração e retorno dentro desses países.

Em conjunto, esses estudos evidenciam a complexidade e a variedade de desafios enfrentados pelos países receptores de refugiados, desde a necessidade de garantir uma recepção humanitária e digna até a promoção efetiva da integração e da proteção dos direitos dos indivíduos deslocados. Eles também ressaltam a importância da cooperação internacional e do compartilhamento de melhores práticas para enfrentar a crise global de deslocamento forçado de maneira mais eficaz e compassiva.

Acolhimento Secundário

A segunda temática aborda o acolhimento secundário, que se refere à descrição do acolhimento para refugiados para além do processo inicial de triagem e solicitação de asilo. Nessa fase, o foco está na promoção da autonomia, independência e participação ativa dos refugiados na comunidade hospedeira. Isso pode incluir acesso a programas de educação, treinamento profissional, assistência psicossocial, apoio jurídico e serviços de emprego. O acolhimento secundário busca facilitar a adaptação dos refugiados ao novo ambiente, promovendo sua integração socioeconômica e cultural de forma sustentável e resiliente.

Dentro desta temática, estão incluídos dezessete artigos que trataram, em suas pesquisas, especificamente sobre acolhimento secundário: Agafoshin, Gorokhov e Dmitriev (2022); Aris Escarcena, (2022); Bolzoni, Donatiello e Giannetto (2022); Emilsson e Öberg (2022); Holmqvist, Jutvik e Lidén (2022); Haselbacher e Segarra (2022); Johnson (2022); Jansson-Keshavarz e Nordling (2022); Koroutchev e Peev (2022); Kox e Van Liempt (2022); Nassim et al., (2022); Sadjad (2022); Asztalos Morell (2023); Atak, Linley-Moore e Kim (2023); Kayali, (2023); Seethaler-Wari e

Yanasmayan, (2023); Dimitriadis e Ambrosini, (2024). Além desses, três estudos apresentam a descrição das duas formas de acolhimento: Miellet (2021); Gamalerio e Negri (2023); Gamalerio et al.; (2023). No que se refira ao local de coleta de dados, observe que foram desenvolvidos em: Itália; Suécia; Toronto; Turquia; Alemanha; Suécia; Espanha e Itália; Malmö; Suécia e Eslöv; Búlgaria; Berlim; Indonésia; Áustria, França, Alemanha e Itália; África do Sul; Amsterdã e Holanda, respectivamente. Tendo como participantes, de maneira geral, autoridades, refugiados, especialistas sobre a temática, funcionários do sistema de acolhimento e advogados.

Para fins de apresentação dos resultados, foram considerados os estudos desenvolvidos em regiões ou no mesmo país, o que permite realizar uma análise mais coesa e detalhada dos dados. Assim, as pesquisas desenvolvidas na Itália, Espanha, Áustria, França, Alemanha Suécia, Toronto, África do Sul, Amsterdã, Berlim, Indonésia e Bulgária, foram abordadas com a intenção de proporcionar uma visão abrangente e comparativa dos diferentes contextos e metodologias aplicadas, a seguir será apresentada de forma detalhada cada pesquisa, levando em consideração os aspectos descritores de cada estudo.

O Sistema de Acolhimento na Itália é descrito por Dimitriadis e Ambrosini (2024) demonstra que a Itália promove o acolhimento direcionado para requerentes de asilo. Este modelo se caracteriza como um sistema que se baseia, principalmente, nos centros do Sistema de Acolhimento e Integração, que são pequenas instalações de acolhimento ou casas privadas que visam oferecer não só alojamento, mas também oportunidades de integração. Os responsáveis por executar essas ações são as autoridades locais que de forma voluntária desenvolvem projetos de rede, em conjunto com as Organizações do Terceiro Setor.

Na Itália, durante o processo de acolhimento, busca-se conceder para os requerentes de asilo um ambiente acolhedor e seguro, garantindo que eles tenham acesso a serviços essenciais desde o momento da sua chegada. As pequenas instalações de acolhimento ou casas privadas são projetadas para criar uma atmosfera mais familiar e personalizada, facilitando a adaptação dos requerentes de asilo ao novo ambiente. Além do alojamento, o sistema também oferece várias oportunidades de integração, como cursos de idioma, orientação cultural, apoio psicológico e assistência jurídica. Esses serviços são fundamentais para ajudar os requerentes de asilo a se integrarem na sociedade italiana e a se tornarem autossuficientes.

A colaboração entre as autoridades locais e as Organizações do Terceiro Setor é um aspecto crucial desse sistema. As Organizações do Terceiro Setor, que incluem ONGs, associações de voluntários e outras entidades sem fins lucrativos, desempenham um papel vital na implementação e no funcionamento dos centros de acolhimento. Elas fornecem recursos, expertise e apoio humano, garantindo que os requerentes de asilo recebam o cuidado e a assistência necessários.

O modelo italiano de acolhimento é frequentemente elogiado por sua abordagem holística e humanitária, que reconhece a dignidade e os direitos dos requerentes de asilo. Embora existam desafios, como a necessidade de recursos adequados e a gestão de grandes números de pessoas, o sistema busca continuamente melhorar e adaptar-se às necessidades dos indivíduos que atende. Entende-se que a experiência italiana pode servir de exemplo para outros países que enfrentam desafios semelhantes na gestão de fluxos migratórios e na promoção da integração de requerentes de asilo. Ao focar na colaboração, na integração e no respeito aos direitos humanos, a Itália demonstra como é possível criar um sistema de acolhimento eficaz e compassivo.

O estudo de Aris Escarcena (2022), desenvolvido na Espanha e na Itália, descreve os centros de acolhimento como "hotspots", centros de trânsito, centros de detenção, campos auto estabelecidos e todas as formas mistas de locais de residência dos migrantes. Os centros de acolhimento, conhecidos como "hotspots", são locais de chegada para migrantes e refugiados que buscam entrar na Europa, onde são registrados, identificados e processados pelas autoridades competentes. Esses centros desempenham um papel crucial na gestão dos fluxos migratórios e na aplicação das políticas de imigração dos países de destino.

Os centros de trânsito são pontos de passagem temporária para migrantes que estão em trânsito pela Europa, aguardando autorização para continuar sua jornada ou para serem realocados para outros locais de acolhimento ou reassentamento. Esses centros fornecem serviços básicos e assistência aos migrantes durante sua estadia transitória. Já os centros de detenção são locais onde os migrantes podem ser retidos temporariamente enquanto aguardam processos legais, como audiências de asilo ou deportação. Esses centros levantam questões de direitos humanos e têm sido objeto de críticas por suas condições muitas vezes precárias e pela falta de garantias legais para os detidos.

Os campos auto estabelecidos referem-se a assentamentos improvisados ou acampamentos informais criados pelos próprios migrantes em áreas urbanas ou rurais. Esses locais surgem em resposta à falta de alternativas de acolhimento adequadas e à

dificuldade de acesso aos serviços básicos por parte dos migrantes. Além disso, existem formas mistas de locais de residência dos migrantes, que podem combinar características de diferentes tipos de centros de acolhimento. Essas formas variadas refletem a complexidade dos desafios enfrentados pelos migrantes e a diversidade de respostas adotadas pelos países de destino.

O estudo de Aris Escarcena (2022) destaca a importância de compreender a variedade de contextos em que os migrantes são acolhidos na Europa e as diferentes abordagens adotadas pelos países de destino. Essa compreensão é fundamental para informar políticas mais eficazes e humanitárias de acolhimento e integração dos migrantes na sociedade europeia.

Ainda sobre o acolhimento para refugiados na Itália, Bolzoni, Donatiello e Giannetto (2022) apresentam em sua pesquisa diferentes formas de acolhimento em cinco localidades distintas. O primeiro é o Acolhimento em Ivrea, mantido por cooperativas que organizam pequenos centros de acolhimento distribuídos por todo o território, garantindo assistência aos migrantes para apoiar a conquista da autonomia e sua integração socioeconômica no contexto local.

Em seguida, o Acolhimento de Pistoia e Valdinievole é caracterizado pelo alojamento em pequenas estruturas espalhadas pelo território de Valdinievole, com iniciativas voltadas para a integração social dos beneficiários, oferecendo serviços de colocação profissional e oportunidades de estágio. Por último, o Acolhimento de Irpinia e Sannio refere-se a uma rede local de organizações do terceiro setor que administrava, no momento da pesquisa, onze projetos de acolhimento estava em execução. Essa rede adota a abordagem de recepção dispersa e de pequeno porte, alugando principalmente apartamentos privados, onde ficam hospedadas no máximo 5 pessoas em cada.

Em uma pesquisa realizada em quatro países, Haselbacher e Segarra (2022) puderam descrever que o acolhimento, de maneira geral, na Áustria, França, Alemanha e Itália, funciona com centros de alojamento coletivo. Esses centros são estabelecimentos destinados a oferecer abrigo temporário e serviços básicos para migrantes e refugiados que chegam aos países mencionados. Eles desempenham um papel fundamental na recepção e assistência inicial dos indivíduos em busca de proteção e refúgio, proporcionando-lhes um ambiente seguro enquanto aguardam o processamento de suas solicitações e a sua posterior integração na sociedade de acolhimento. A forma de alojamento coletivo reflete os esforços dos países em fornecer uma resposta coordenada e estruturada aos desafios da migração e do refúgio, ao mesmo tempo em que busca

garantir condições dignas e adequadas para os migrantes e refugiados durante sua estadia inicial.

As diferentes abordagens de acolhimento refletem a diversidade de iniciativas e estratégias adotadas em diferentes regiões da Itália, Espanha, Áustria, França, Alemanha para lidar com os desafios da migração e refúgio. Elas demonstram o compromisso das comunidades locais e das organizações da sociedade civil em fornecer apoio e assistência aos migrantes, visando sua integração bem-sucedida na sociedade italiana.

Em uma análise comparativa entre os dados apresentados sobre o Sistema de Acolhimento na Itália e os contextos de acolhimento em outros países europeus, como Áustria, França, Alemanha e Espanha, revela tanto semelhanças quanto diferenças significativas. A Itália apresenta um modelo de acolhimento mais diversificado e personalizado, com forte envolvimento de autoridades locais e organizações da sociedade civil, promovendo a autonomia e integração dos migrantes em pequenas instalações. Em contraste, países como Áustria, França e Alemanha tendem a usar centros de alojamento coletivo, o que pode ser menos individualizado e mais centralizado. Essa diversidade de abordagens reflete as diferentes estratégias e prioridades de cada país na gestão do acolhimento e integração de migrantes.

Por sua vez, Asztalos Morell (2023) apresenta em sua pesquisa como funciona o Acolhimento na Suécia. Este sistema refere-se a áreas especiais destinadas a grupos de jovens sob os cuidados do Estado, conhecidos como lar de cuidados e habitação. Além disso, há a possibilidade de usufruir de Alojamentos de apoio semiautônomo, ambos designados por lares de cuidados. Os lares de cuidados na Suécia são estabelecimentos essenciais para jovens que necessitam de assistência e proteção, proporcionando-lhes um ambiente seguro e estável. Esses lares são supervisionados e administrados pelo Estado, garantindo que os jovens recebam os cuidados necessários para seu bem-estar físico, emocional e psicológico. Os jovens que são encaminhados para esses lares podem ter passado por situações difíceis, como abuso, negligência ou outras formas de trauma. Portanto, é fundamental que os lares de cuidados ofereçam um ambiente acolhedor e de apoio, onde os jovens possam se recuperar e se desenvolver de forma saudável.

Além dos lares de cuidados, a Suécia também oferece a opção de Alojamentos de apoio semiautônomo. Esses alojamentos são projetados para jovens que estão se preparando para a vida independente, mas ainda necessitam de algum nível de suporte e orientação. Eles oferecem aos jovens a oportunidade de desenvolver habilidades de vida independentes, enquanto ainda têm acesso ao apoio e à assistência necessários. O sistema

de acolhimento na Suécia reflete o compromisso do país com o bem-estar e o desenvolvimento saudável de seus jovens. Ao fornecer uma variedade de opções de cuidados e apoio, a Suécia visa garantir que todos os jovens tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial, independentemente dos desafios que enfrentem.

Recentemente Jansson-Keshavarz e Nordling (2022) descreveram o atendimento para refugiados na Suécia como alojamento fornecido às famílias e aos adultos durante o processo de asilo, a menos que estes optem por arranjar alojamento por conta própria, conhecido como "auto instalação". Oferecer alojamento durante o processo de asilo é uma forma de garantir que os refugiados tenham acesso a condições adequadas de moradia e apoio enquanto aguardam uma decisão sobre seu pedido de asilo. Para aqueles que escolhem a "auto instalação", têm a liberdade de buscar e assegurar sua própria moradia, assumindo a responsabilidade pela sua acomodação. A flexibilidade no sistema de acolhimento reflete o compromisso da Suécia em proporcionar aos refugiados a autonomia e a dignidade de poderem fazer escolhas sobre sua própria vida e circunstâncias, sempre que possível. Isso também pode facilitar a integração dos refugiados na sociedade sueca, permitindo-lhes estabelecer-se em ambientes e comunidades que considerem mais adequados às suas necessidades e preferências.

Na pesquisa de Agafoshin, Gorokhov e Dmitriev (2022), é apresentado que o acolhimento para refugiados pode ser eficazmente organizado e reconhecido como habitação social. Estes não possibilitam ao refugiado a oportunidade de escolher o município de residência, ficando a cargo do sistema de atendimento ao refugiado realizar o direcionamento. De maneira geral, essas pessoas são colocadas em comunidades pouco povoadas. No entanto, existe também o alojamento de escolha própria. Estes alojamentos são estabelecidos por amigos ou parentes em comunidades mais densamente povoadas.

Todas as categorias de refugiados, independentemente da opção de habitação que escolheram, recebem ajuda financeira do Estado. Porém, quem escolhe a segunda opção tem direito apenas a uma diária e, posteriormente, deve arcar sozinho com grande parte dos custos de moradia. Este sistema de alojamento oferece aos refugiados diferentes opções de residência, dependendo de suas preferências e recursos disponíveis. Enquanto a habitação social fornece uma solução imediata e suporte financeiro contínuo do Estado, o alojamento de escolha própria permite uma maior autonomia na seleção do local de residência, embora possa resultar em uma maior responsabilidade financeira para o refugiado no longo prazo.

É importante salientar que o sistema de acolhimento leve em consideração as necessidades individuais dos refugiados e forneça opções que promovam sua integração eficaz na sociedade de acolhimento. Isso inclui o acesso a moradias adequadas, apoio financeiro e assistência contínua para facilitar a transição para uma vida independente e estável.

Dentro de outra pesquisa, ainda na Suécia, Emilsson e Öberg (2022) demonstram que os refugiados são destinados a diferentes tipos de alojamento. Isso inclui Centros de Acolhimento Temporário, onde os refugiados recebem acomodações temporárias enquanto aguardam a alocação de moradias permanentes. Além disso, há o alojamento próprio, no qual o refugiado é capaz de encontrar e alugar sua própria moradia, recebendo um valor do governo para garantir sua segurança financeira por um determinado período de tempo. Por fim, existem os Alojamentos Compartilhados, onde os refugiados dividem uma residência com outros indivíduos em situação semelhante, proporcionando uma oportunidade de convivência e apoio mútuo durante o processo de integração na sociedade sueca. A descrição do atendimento para refugiados na Suécia destaca a importância de abordagens inclusivas e adaptáveis para garantir o bem-estar e a integração bem-sucedida dos indivíduos que buscam proteção no país.

No mesmo ano, Holmqvist, Jutvik e Lidén (2022) publicaram estudo que reforça esse mesmo entendimento, e mostram que, na Suécia, existem várias opções de acolhimento para refugiados. Uma delas é o acolhimento assumido pelo governo por um período de dois anos. Outra opção é concedida sem condições ou exigindo determinadas condições, e pode incluir habitação assegurada de natureza temporária ou permanente.

Ademais, são oferecidos contratos temporários que permanecem em vigor até que o indivíduo consiga estabelecer-se no mercado de trabalho municipal, por exemplo, acumulando tempo médio na fila de habitação local ou conseguindo um contrato de segunda mão. O acolhimento temporário pode ser convertido em permanente a partir da integração no mercado de trabalho municipal. A variedade de opções de alojamento reflete os esforços da Suécia para oferecer suporte e assistência aos refugiados, permitindo-lhes escolher a melhor forma de acomodação de acordo com suas necessidades e preferências individuais. Igualmente, essa abordagem visa facilitar a transição dos refugiados para uma vida estável e independente na Suécia, promovendo sua integração bem-sucedida na sociedade sueca.

A análise do sistema de acolhimento para refugiados e requerentes de asilo na Suécia, conforme descrito nas pesquisas de Asztalos Morell (2023), Jansson-Keshavarz

e Nordling (2022), Agafoshin, Gorokhov e Dmitriev (2022), Emilsson e Öberg (2022), e Holmqvist, Jutvik e Lidén (2022), revela uma abordagem multifacetada e adaptável. Esse sistema é contrastado com o modelo italiano e com práticas em outros países europeus.

Em Toronto, no Canadá, a recepção de refugiados é mantida tanto pelo poder público quanto pelo privado, incluindo Organizações Não Governamentais (ONGs). Existem duas modalidades de assentamento: temporário e permanente (Atak, Linley-Moore & Kim, 2023). Este sistema de acolhimento de refugiados reflete uma colaboração entre o governo local, organizações sem fins lucrativos e outros parceiros da comunidade. Essa abordagem multidimensional visa fornecer apoio abrangente e adaptado às necessidades específicas dos refugiados que chegam à cidade.

No assentamento temporário, os refugiados recebem assistência imediata para suas necessidades básicas, como moradia provisória, alimentação, cuidados médicos e apoio psicossocial. Essa fase inicial é crucial para garantir que os refugiados se estabeleçam com segurança e comecem a reconstruir suas vidas após a jornada difícil que enfrentaram. Já no assentamento permanente, o foco está na integração de longo prazo dos refugiados na comunidade de Toronto. Isso envolve ajudá-los a encontrar moradias permanentes, empregos, acesso à educação e serviços de saúde, além de facilitar sua participação ativa na vida social, cultural e econômica da cidade.

Dentro dessa perspectiva, as ONGs desempenham um papel essencial em todas as etapas do processo de reassentamento. Elas complementam os esforços do governo e das agências de acolhimento, fornecendo apoio prático, orientação e recursos adicionais.

Muitas vezes, essas organizações oferecem programas específicos, como aulas de idiomas, treinamento profissional, mentoria e apoio emocional, adaptados às necessidades individuais dos refugiados, ajudando-os a superar os desafios da integração.

O acolhimento na Turquia estabelece características similares ao sistema de Toronto. Kayali (2023) apresenta que o acolhimento ocorre em um sistema de cooperação, o qual está comprometido como resultado de acordos pragmáticos entre instituições e organizações estatais com objetivos estreitamente alinhados, que buscam garantir os direitos dos refugiados. Acolhimento Cooperativo Colaborativo são mais propensas a colaborar com instituições estatais a nível político, mesmo quando adotam políticas aparentemente neutras (Kayali, 2023).

Assim como em Toronto, em território canadense, o sistema de acolhimento na Turquia enfatiza a colaboração entre o governo e organizações da sociedade civil para fornecer um apoio abrangente aos refugiados. Essa abordagem cooperativa é essencial

para garantir que os refugiados recebam o apoio necessário para se integrarem à sociedade turca e reconstruírem suas vidas de forma digna e sustentável.

Os acordos pragmáticos mencionados por Kayali (2023) refletem uma abordagem baseada na cooperação ativa entre diversas partes interessadas, incluindo agências governamentais, ONGs e outras organizações envolvidas no acolhimento de refugiados. Esses acordos são fundamentais para garantir uma coordenação eficaz e uma distribuição equitativa de recursos e responsabilidades. Ao adotar políticas de acolhimento cooperativas e colaborativas, a Turquia demonstra seu compromisso com a proteção e o bem-estar dos refugiados que buscam abrigo no país. Essa abordagem não apenas fortalece a capacidade do sistema de acolhimento turco, mas também promove valores de solidariedade e humanidade em um contexto global de desafios migratórios.

Como observado em Toronto, a cooperação entre instituições estatais e organizações da sociedade civil, na Turquia é essencial para promover uma resposta eficaz e sustentável às necessidades dos refugiados. Essa parceria estratégica cria um ambiente propício para a inovação, a partilha de boas práticas e o desenvolvimento de políticas mais inclusivas e orientadas para os direitos humanos.

Na Alemanha, o sistema de acolhimento para refugiados ocorre na efetivação de Centros de Acomodação Coletiva (Seethaler-Wari & Yanasmayan, 2023). Esses centros na Alemanha tornam-se uma forma de assistência aos refugiados que chegam ao país em busca de proteção e segurança. Esses centros são projetados para oferecer alojamento temporário e serviços básicos para os recém-chegados enquanto eles aguardam a conclusão do processo de solicitação de asilo e a sua realocação para moradias permanentes.

Nesse país os Centros de Acomodação Coletiva são geralmente geridos por autoridades locais, agências governamentais ou organizações não governamentais, e são projetados para acomodar um grande número de pessoas de forma temporária. Eles oferecem quartos compartilhados ou dormitórios, instalações sanitárias compartilhadas, áreas comuns para refeições e atividades recreativas, além de acesso a serviços essenciais, como assistência médica e apoio psicossocial.

Embora os Centros de Acomodação ofereçam um ambiente seguro e digno para os refugiados durante o período inicial de sua estadia na Alemanha, muitas vezes enfrentam desafios relacionados à superlotação, falta de privacidade e dificuldades de integração. No entanto, eles desempenham um papel fundamental na resposta humanitária do país às crises de refugiados e na prestação de assistência imediata às pessoas que fogem

de situações de conflito, perseguição e violência em seus países de origem. Do mesmo modo, os Centros também servem como locais onde os refugiados podem receber informações sobre seus direitos, acesso a serviços de apoio e orientação sobre o processo de asilo na Alemanha. Eles desempenham um papel importante na facilitação da transição dos refugiados para a vida na Alemanha e na promoção da sua integração na sociedade alemã.

Na África do Sul, o acolhimento para refugiados é descrito por Johnson (2022) como sendo espaços de acolhimento conjuntos localizados em áreas afastadas da região central. Os espaços de acolhimento conjuntos são estabelecidos para oferecer abrigo e apoio aos refugiados que buscam proteção no país. Geralmente situados em regiões periféricas ou afastadas das áreas urbanas centrais, esses locais proporcionam um ambiente seguro e protegido para os refugiados durante o processo de reassentamento e integração na sociedade sul-africana. Essa abordagem de localização em áreas afastadas pode ter o objetivo de evitar a superlotação e a pressão sobre os recursos nas áreas urbanas densamente povoadas, ao mesmo tempo em que oferece um ambiente mais tranquilo e propício para a adaptação dos refugiados ao novo ambiente.

Os espaços de acolhimento conjunto também podem ser projetados para oferecer uma variedade de serviços e recursos aos refugiados, incluindo assistência médica, apoio psicossocial, orientação jurídica, programas de capacitação profissional e educação, entre outros. A descrição do acolhimento para refugiados na África do Sul destaca a importância de proporcionar condições dignas e seguras para os indivíduos que buscam proteção no país, ao mesmo tempo em que visa facilitar sua integração e autonomia na sociedade sul-africana.

No continente europeu, nota-se que, o sistema de acolhimento é descrito por Koroutchev e Peev (2022) como incluindo alojamento com modalidade temporária e alojamento fechado. As duas modalidades oferecem diferentes abordagens para o acolhimento de refugiados e migrantes que chegam ao país em busca de proteção e assistência. O alojamento com modalidade temporária geralmente oferece abrigo temporário e serviços básicos para os indivíduos enquanto aguardam a conclusão do processo de solicitação de asilo ou a sua realocação para moradias permanentes. Por outro lado, o alojamento fechado pode ser destinado a indivíduos que estão sob custódia das autoridades de imigração ou que são considerados em situação de maior vulnerabilidade. Esse tipo de alojamento pode envolver medidas de segurança mais rigorosas e restrições à liberdade de movimento dos residentes.

As diferentes modalidades refletem os desafios e as considerações específicas enfrentadas pelo sistema de acolhimento da Bulgária, incluindo a necessidade de fornecer proteção e assistência aos refugiados e migrantes, ao mesmo tempo em que se assegura a segurança e a ordem pública. O sistema de acolhimento na Bulgária destaca a importância de adotar abordagens flexíveis e adaptáveis para garantir que as necessidades dos refugiados e migrantes sejam atendidas de forma eficaz e humanitária.

O Centro de Acolhimento em Amsterdã, na Holanda, normalmente oferece aos requerentes de asilo que passam pelo sistema de registados um quarto partilhado (Kox & Van Liempt, 2022). O alojamento é comum em muitos centros de acolhimento ao redor do mundo, onde os requerentes de asilo compartilham um quarto com outros indivíduos ou famílias durante o processo de registro e avaliação de sua solicitação de asilo. Essa configuração permite acomodar um maior número de pessoas em espaços limitados, enquanto oferece um nível básico de privacidade e conforto. Os centros de acolhimento em Amsterdã e em muitas outras cidades, os quartos partilhados são parte integrante do sistema de apoio aos requerentes de asilo, fornecendo-lhes um local seguro e protegido enquanto aguardam uma decisão sobre seu pedido de asilo. Similarmente, esses centros geralmente oferecem uma variedade de serviços e recursos, como assistência jurídica, apoio psicossocial, cuidados médicos básicos e orientação sobre o processo de asilo.

Por sua vez, em Berlim, os centros de acolhimento são organizados de forma conjunta e distribuídos de maneira improvisada e adaptada em pavilhões desportivos ou grandes edifícios não residenciais que foram temporariamente convertidos para acomodar refugiados e requerentes de asilo (Nassim et al., 2022). Essa abordagem reflete a resposta emergencial e adaptativa das autoridades de Berlim diante do aumento dos fluxos migratórios e da necessidade de fornecer abrigo e assistência imediata aos refugiados e requerentes de asilo. Utilizar pavilhões desportivos e outros edifícios não residenciais temporariamente adaptados permite uma rápida mobilização de recursos para atender às necessidades urgentes de alojamento e apoio. Embora esses centros possam oferecer acomodações temporárias e básicas, eles desempenham um papel crucial na prestação de assistência humanitária aos indivíduos que fogem de conflitos e perseguições em busca de segurança e proteção em Berlim. Igualmente, muitos desses centros também oferecem serviços e recursos adicionais, como cuidados médicos, apoio psicossocial, orientação jurídica e programas de integração.

Em outro continente, na Ásia, Sadjad (2022) descreve o acolhimento como um atendimento coletivo, disperso por todo o arquipélago e localizado principalmente em

grandes cidades da Indonésia, como Jacarta, Medan e Makassar. Essa modalidade de acolhimento conta com uma multiplicidade de atores internacionais e nacionais, regulamentações nacionais e práticas locais, além de encontros situados entre refugiados e membros das sociedades de acolhimento. A abordagem reflete a complexidade e a diversidade do sistema de acolhimento na Indonésia, que envolve a colaboração de diferentes organizações internacionais e nacionais, bem como a interação entre os refugiados e as comunidades locais. O objetivo de distribuir os centros de acolhimento em várias localidades, incluindo grandes cidades, é proporcionar acesso a serviços e recursos essenciais para os refugiados, ao mesmo tempo em que facilita sua integração nas comunidades locais.

Promover encontros entre refugiados e membros das sociedades de acolhimento são importantes para possibilita a compreensão mútua, o respeito e a solidariedade entre as diferentes partes envolvidas. Eles podem facilitar a troca de experiências, a construção de relacionamentos e a promoção da coexistência pacífica e da colaboração em um contexto de diversidade cultural e étnica. O acolhimento na Indonésia destaca a importância de abordagens inclusivas e colaborativas para lidar com os desafios e oportunidades associados à presença de refugiados no país.

Os autores Gamalerio e Negri (2023) e Gamalerio et al. (2023) demonstram que, enquanto os solicitantes de asilo aguardam o resultado do seu pedido, os requerentes de asilo são geralmente redistribuídos em centros de segundo nível, que consistem em hospedagem temporária. Os centros de segundo nível proporcionam uma solução de acomodação transitória para os requerentes de asilo durante o período de análise de seus pedidos. Eles são projetados para oferecer um ambiente seguro e confortável enquanto as autoridades competentes avaliam a elegibilidade dos solicitantes de asilo para receber proteção e refúgio. A prática de redistribuição para centros de segundo nível permite uma melhor gestão dos fluxos de requerentes de asilo, garantindo que haja capacidade adequada em cada centro para acomodar e atender às necessidades dos indivíduos em espera. Além disso, esses centros temporários podem oferecer uma gama de serviços e recursos, como assistência médica, apoio psicossocial, orientação legal e programas de integração, para ajudar os requerentes de asilo durante esse período de transição.

Depois de resolver questões administrativas e dependendo das perspectivas, os solicitantes de asilo se mudam para um centro de requerentes de asilo (Mielliet, 2021). Aqui, aguardam o resultado do pedido de asilo e a atribuição de alojamento ou, em caso de recusa, o regresso voluntário ou forçado. O acolhimento proporciona aos requerentes

de asilo um ambiente onde os solicitantes podem aguardar de forma segura e digna o resultado de seus pedidos de asilo. Durante esse período, eles recebem assistência e apoio para navegar pelo processo legal e administrativo de solicitação de asilo. A organização é crucial, pois permite que os solicitantes de asilo tenham acesso aos recursos e serviços necessários para garantir seus direitos e bem-estar enquanto aguardam uma decisão sobre seu status de refugiado. Além disso, em casos de recusa, esses centros também podem facilitar o processo de regresso voluntário ou forçado dos indivíduos às suas regiões de origem.

Os artigos revisados indicam que os sistemas de acolhimento de refugiados em diferentes regiões refletem uma variedade de abordagens, desde modelos colaborativos e multidimensionais até estruturas mais centralizadas e improvisadas. Toronto-Canadá e Turquia exemplificam uma abordagem colaborativa robusta, enquanto países como Alemanha e Bulgária adotam modelos mais estruturados e centralizados. A diversidade de métodos de acolhimento destaca a adaptação às realidades locais e as capacidades de cada região em oferecer suporte e integração aos refugiados.

Vale ressaltar que para se manter o acolhimento de refugiados é necessário a união de esforços sendo necessário uma cooperação internacional. Muitos sistemas de acolhimento contam com a cooperação de organizações internacionais, ONGs, agências governamentais e comunidades locais para fornecer apoio e assistência aos refugiados e solicitantes de asilo. A colaboração entre diferentes atores é essencial para garantir uma resposta eficaz e abrangente aos desafios da migração forçada.

Em meio aos desafios, é fundamental garantir a proteção e a dignidade dos refugiados e solicitantes de asilo em todos os estágios do processo de acolhimento. Isso inclui o acesso a condições de vida adequadas, serviços básicos, assistência jurídica, cuidados de saúde, educação e oportunidades de integração, bem como o respeito aos seus direitos humanos e liberdades fundamentais.

Enfrentar a questão do acolhimento de refugiados e solicitantes de asilo requer não apenas políticas e estratégias eficazes, mas também solidariedade, compaixão e empatia por parte de toda a sociedade. É importante reconhecer a humanidade compartilhada de todos os indivíduos em busca de proteção e refúgio, e trabalhar juntos para construir sociedades mais inclusivas, justas e acolhedoras. Os sistemas de acolhimento para refugiados e solicitantes de asilo desempenham um papel crucial na resposta humanitária às crises migratórias globais. Garantir condições dignas e oportunidades de integração para esses indivíduos não é apenas uma questão de

responsabilidade moral, mas também uma expressão dos valores fundamentais de solidariedade, justiça e respeito pelos direitos humanos.

Considerações Finais

Com base nas informações obtidas por meio da revisão integrativa da literatura sobre sistemas de acolhimento para refugiados e solicitantes de asilo, observa-se uma acentuada diversidade nas abordagens adotadas, que variam consideravelmente de um país para outro. Essa variação reflete as diferentes realidades políticas, sociais, econômicas e culturais de cada contexto. Enquanto alguns países optam por centros de acolhimento coletivos, outros preferem a distribuição em alojamentos temporários ou permanentes, e há ainda aqueles que utilizam uma combinação dessas estratégias. Essa diversidade nas abordagens é fundamental para entender como cada sistema de acolhimento responde às necessidades específicas dos refugiados e solicitantes de asilo.

A revisão da literatura cumpriu, assim, seu objetivo principal ao analisar as modalidades de acolhimento disponíveis para refugiados e migrantes, com base em estudos empíricos tanto em nível nacional quanto internacional. A partir dessa análise, foram identificadas duas classificações principais: acolhimento primário e secundário, cada uma com suas características e objetivos específicos. Essas classificações não apenas elucidam as particularidades de cada abordagem, mas também refletem a abrangência do objetivo principal da pesquisa, que é compreender como as diferentes formas de acolhimento impactam a vida dos refugiados em diversos contextos.

A crescente crise de refugiados e migrantes em todo o mundo exige uma análise cuidadosa dos sistemas de acolhimento adotados por diferentes países. Neste contexto, a pesquisa sobre esses sistemas não apenas proporciona uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais e políticas envolvidas, mas também contribui significativamente para a formulação de políticas públicas eficazes. A diversidade de abordagens no acolhimento reflete as variadas realidades políticas, sociais e culturais de cada país, e é crucial entender como essas diferenças impactam a vida dos refugiados.

Uma das principais contribuições da pesquisa é a ampliação do entendimento teórico sobre acolhimento dessa população. Através de revisões integrativas da literatura, é possível identificar lacunas no conhecimento existente, estimulando novas investigações que abordem aspectos como a integração social e econômica dos refugiados. Além disso, a utilização de metodologias diversificadas enriquece o campo de estudo, permitindo uma análise mais robusta e multifacetada das experiências dos refugiados.

Em termos de políticas públicas, os resultados das pesquisas desempenham um papel fundamental na formulação de estratégias mais inclusivas e eficazes. Com dados empíricos que demonstram as necessidades e desafios enfrentados pelos refugiados, os formuladores de políticas podem desenvolver programas que atendam a essas demandas de forma mais efetiva. Isso inclui a implementação de estratégias que promovam a integração social e econômica, contribuindo para o fortalecimento das comunidades que acolhem essas populações.

Além disso, a pesquisa pode servir como uma ferramenta de sensibilização, tanto para a sociedade quanto para os responsáveis pela elaboração de políticas. Ao destacar a importância de uma abordagem humanizada e solidária, é possível fomentar uma cultura de acolhimento que valorize a dignidade e os direitos dos refugiados, promovendo a integração e a convivência respeitosa. A promoção de diálogos e a troca de experiências entre países também são facilitadas, permitindo a construção de respostas globais mais coesas e colaborativas.

A pesquisa sobre sistemas de acolhimento para refugiados e migrantes é um campo em constante evolução, repleto de desafios e oportunidades. No entanto, algumas limitações podem ter interferido nos resultados do trabalho realizado, influenciando a abrangência e a profundidade das conclusões alcançadas. Entre essas limitações, destaca-se a não inclusão de trabalhos de acesso fechado, que, frequentemente, contêm informações valiosas e dados relevantes para a compreensão do tema. Essa restrição de acesso pode resultar em uma visão parcial ou incompleta da realidade, comprometendo a riqueza da análise e as recomendações geradas.

Outra limitação significativa é a escassez de pesquisas empíricas publicadas que descrevam como ocorre o acolhimento de refugiados ou migrantes no contexto nacional. Embora a pesquisa tenha abordado aspectos globais, é fundamental considerar as particularidades locais, uma vez que as políticas de acolhimento podem variar amplamente de acordo com as realidades sociais, políticas e culturais de cada país. A realização de uma revisão da literatura focada no contexto nacional pode fornecer insights cruciais sobre os desafios e as melhores práticas adotadas no acolhimento de refugiados, contribuindo para uma compreensão mais completa e aplicável.

Diante dessas limitações, é essencial recomendar a realização de novos estudos que explorem de forma mais abrangente a produção acadêmica nacional sobre o tema. Enfatiza-se a necessidade de ampliar as discussões sobre a temática do acolhimento para migrantes e refugiados no Brasil, descrevendo de forma concisa como ocorre a recepção

e integração dessa população dentro do contexto brasileiro. O Brasil é destino de migrantes e refugiados das mais diversas nacionalidades, que buscam no refúgio uma nova possibilidade de recomeçar suas vidas. Essa busca por um novo começo traz consigo inúmeros desafios e oportunidades que devem ser cuidadosamente considerados tanto pelos formuladores de políticas quanto pelas organizações da sociedade civil envolvidas no processo de acolhimento.

É fundamental que sejam realizados estudos detalhados que analisem as políticas públicas de acolhimento no Brasil, incluindo a análise de programas governamentais e iniciativas de organizações não governamentais que trabalham diretamente com essa população. Além disso, é importante investigar as condições de vida dos migrantes e refugiados no Brasil, incluindo aspectos como acesso à moradia, saúde, educação e mercado de trabalho. Esses estudos podem fornecer uma base sólida para a formulação de políticas mais eficazes e inclusivas.

A promoção de pesquisas que integrem diferentes abordagens metodológicas e enfoques teóricos pode enriquecer o campo e trazer à tona novas possibilidades de análise. Além disso, incentivar colaborações entre universidades, organizações não governamentais e órgãos governamentais pode fomentar um ambiente de pesquisa mais dinâmico e colaborativo. Além disso, a integração cultural é um aspecto crucial que deve ser considerado. A aceitação e inclusão dos migrantes e refugiados na sociedade brasileira dependem não apenas de políticas públicas, mas também da atitude da população local. Programas de sensibilização e educação podem ajudar a promover a compreensão e a aceitação dos migrantes e refugiados, reduzindo a xenofobia e a discriminação.

O contexto brasileiro é único em muitos aspectos, e isso se reflete nas políticas de acolhimento e integração. A diversidade cultural do Brasil pode ser uma vantagem significativa, proporcionando um ambiente potencialmente mais receptivo para os migrantes e refugiados. No entanto, a realidade econômica e social do país também apresenta desafios significativos que precisam ser abordados de maneira eficaz para garantir que os migrantes e refugiados possam reconstruir suas vidas com dignidade e segurança.

Ademais, a aplicação de novas possibilidades de pesquisa, como estudos de caso, entrevistas qualitativas e análises longitudinais, pode aprofundar a compreensão das experiências de refugiados em diferentes contextos. Essas abordagens permitem revelar nuances que muitas vezes são perdidas em estudos quantitativos mais amplos,

contribuindo para um conhecimento mais holístico sobre as necessidades e os desafios enfrentados por essas populações.

Referências

- Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (1951). Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Acnur. Disponível em:
https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf.
- Agafoshin M., Gorokhov S. & Dmitriev R. (2022). Refugees from syria and iraq in sweden: resettlement during the migration crisis. *Baltic Region*, 14(4) 98-112.
<https://doi.org/10.5922/2079-8555-2022-4-6>
- Arcos, I. S. V. (2024). *Cooperação internacional como instrumento para acolhida humanitária de refugiados e migrantes venezuelanos em João Pessoa, PB 2019-2020*. Editora Pascal. <https://doi.org/10.29327/5373308>
- Aris E. J. (2022) From the migration crisis to the COVID-19 pandemic, (im)possible regularization of migrants in Italy and Spain International Migration. *Migração Internacional*. 62, 205–217. <https://doi.org/10.1111/imig.13069>
- Asztalos Morell, I. (2023). Governing resettlement beyond safety: Multilevel governance as a model for sustainable resettlement of unaccompanied refugee children in rural Sweden?. *Sociologia Ruralis*, 63(3), 435-459.
<https://doi.org/10.1111/soru.12431>
- Atak I, Linley-Moore C & Kim J. (2023). Canada's Implementation of the un Global Compacts on Migration and Refugees: Advancing Foreign Policy Objectives and the Status Quo? *Refugee Survey Quarterly*, 42(4), 453-474.
<https://doi.org/10.1093/rsq/hdad014>
- Barbosa, M. M. D. L. M. (2022). *As relações sociais e bem-estar nos refugiados e imigrantes* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/26810>
- Bakker, L., Dagevos, J. & Djundeva, M. (2023). Making the most of language acquisition of Syrian asylum permit holders in the Netherlands: the role of policy factors examined. *Jornal de Política Social*, 1–23.
<https://doi.org/10.1017/S0047279423000557>
- Bolzoni, M., Donatiello, D., & Giannetto, L. (2022). Sailing against the law tides. Implications of the 2018 Refugee Reception Reform in Small-medium Towns and

Rural Areas in Italy. *Comparative Population Studies*, 47, 233-262.

<https://dx.doi.org/10.12765/CPoS-2022-10>

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.

<https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Brito de Oliveira, K. V. (2024). O acolhimento humanitário em foco: uma análise sobre o tratamento jurídico dado pelo Brasil aos refugiados venezuelanos. *revista vant*, 5(1), 237–250. recuperado de

<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/avant/article/view/6826>

Conde, S. F., & Alcubierre, K. S. L. (2018). Sentidos e percepções de crianças migrantes em Florianópolis. *Revista Katálysis*, 21(02), 358-368.

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p358>

Claro, C. D. A. B. (2020). A proteção jurídica dos “refugiados ambientais” nas três vertentes da proteção internacional da pessoa humana. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 28, 221-241.

<http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880005813>

Dantas, S. C. M. (2023). Políticas públicas brasileiras de acolhimento dos refugiados ambientais: há respeito à sua integridade pessoal?. [Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade- PGCULT]. Repositório da Institucional da Universidade do Maranhão

<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/4601>

da Silva, C. A. L. (2021, Setembro 8-10). Questões Humanitárias na

Contemporaneidade: Discutindo Vulnerabilidade Para Refugiados Sírios.

[Comunicação oral]. Estudos de defesa em tempos de transformação: poder militar, multipolaridade e democracia, João

Pessoa.https://www.enabed2021.abedef.org/resources/anais/15/enabed2020/1622104109_ARQUIVO_187bdcfc5c76d3cf5bb6e087bdb23ce5.pdf

da Rocha, I. B. F. (2021). *MEERU APROXIMA: boas práticas no acolhimento a refugiados em Portugal* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa Portugal]. Repositório da Universidade Católica Portuguesa

<https://www.proquest.com/openview/43ee89cc932cb79b7c60683ce78f7c02/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>

- Dimitriadis, I. & Ambrosini, M. (2024). Enquadrando o asilo no nível local: narrativas de especialistas sobre dinâmicas conflituosas no período pós-recepção na Itália. *Int. Migração e integração* 25, 257–279. <https://doi.org/10.1007/s12134-023-01075-z>
- dos Santos, C. M. (2020). A priorização da criança no direito internacional e a crise dos refugiados na União Européia e no Brasil, de 2015 a 2018. In *Governança e direitos fundamentais: Revisitando o debate entre o Público e o Privado* (pp. 403-411). Instituto Iberoamericano de Estudios Jurídicos. ISBN 978-84-09-17702-8.
- Emilsson, H. & Öberg, K. (2022) Moradia para refugiados na Suécia: governança de cima para baixo e suas reações locais. *Int. Migração e integração* 23, 613–631. <https://doi.org/10.1007/s12134-021-00864-8>
- Fernandes, G., Yunes, M. A. M., & Dell’Aglío, D. D. (2023). Intervenções antibullying no contexto escolar: revisão integrativa. *Interação em Psicologia*, 26(3). <http://dx.doi.org/10.5380/riep.v26i3.78046>
- Fernandes Torres, M. E., & Martins Natal dos Santos, M. E. (2023). Os refugiados venezuelanos e uma avaliação do acolhimento brasileiro. *Conexões Internacionais*, 4(1). Recuperado de <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/ci/article/view/14935>
- Gamalerio M., Luca M., Romarri A. & Viskanic M., (2023). Refugee reception, extreme-right voting, and compositional amenities: Evidence from Italian municipalities. *Regional Science and Urban Economics*, 100. <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2023.103892>
- Gamalerio M, Negri M. (2023) Not welcome anymore: the effect of electoral incentives on the reception of refugees. *Journal of Economic Geography*, 23, 901-920. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbad002>
- Haselbacher M., Segarra H. (2022). Politics of adjustment: rural mayors and the accommodation of refugees. *Territory, Politics, Governance*, 10(3) 346-365. <https://doi.org/10.1080/21622671.2021.1934101>
- Holmqvist E., Jutvik K. & Lidén G. (2022). Resilience in Local Housing Policy? Liberal or Restrictive Policy Stances Among Swedish Municipalities Following the Great Migration in the Summer of 2015. *Frontiers in Political Science*, 4. 1-13. <https://doi.org/10.3389/fpos.2022.885892>
- Jansson-Keshavarz, S., & Nordling, V. (2022). Esperando por moradia: práticas municipais de controle de mobilidade. *European Journal of Social Work*, 25 (6), 969–981. <https://doi.org/10.1080/13691457.2022.2040439>

- Johnson J. (2022). Constructing and contesting state-urban borders: litigation over Refugee Reception Offices in post-apartheid South African cities. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 48(15), 3810–3827. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1779046>
- Kayali N. (2023). Negotiating State-Civil Society Relations in Turkey: The Case of Refugee-Supporting Organizations. *Voluntas* 34, 1209–1220. <https://doi.org/10.1007/s11266-022-00545-9>
- Kox, M., & van Liempt, I. (2022). “I Have to Start All over Again.” The Role of Institutional and Personal Arrival Infrastructures in Refugees’ Home-making Processes in Amsterdam. *Comparative Population Studies*, 47. <https://doi.org/10.12765/CPoS-2022-07>
- Koroutchev R. & Peev K. (2022). The Current Migrant and Refugee Crisis in Europe: refugee reception centers in south-east bulgaria. *Journal of Liberty and International Affairs* 8(1) 67-80. <https://www.doi.org/10.47305/JLIA2281067k>
- Lazarin M. R. (2019). Quando A Infância Pedir Refúgio: os processos de crianças no Comitê Nacional para os Refugiados. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos]. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11627>
- Lopes, J. J. M. & Mota, F. M. N. (2021). Crianças Deslocadas: Narrativas em Territórios das Palavras. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, 23 (43), 602-626. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e72297>
- Machado, G. D. S., Barros, A. F. O., & Martins Borges, L. (2019). A escuta psicológica como ferramenta de integração: práticas clínicas e sociais em um Centro de Referência de Atendimento a Imigrantes em Santa Catarina. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 27, 79-96. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005506>
- Martins, H. A. (2023). A Viabilidade Constitucional da Extensão do Visto Humanitário para os Refugiados do Afeganistão. *Diálogos Interdisciplinares*, 12(1), 452-464. Recuperado de <https://revistas.brazcubas.edu.br/index.php/dialogos/article/view/1334>
- Matias, I. de S., Lima, W. P. de, Ferreira, M. L., Silva, V. J. A., Sampaio, D. B., & Ribeiro, P. J. T. (2022). The mental health of refugee children and teenagers and its consequences in the genesis of the resignation syndrome. *Research, Society*

- and Development, 11(2), e35611225715. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25715>
- Mendelski, B. (2024). Solidariedade seletiva?: refugiados sírios e ucranianos na união europeia. *Revista Baru - Revista Brasileira De Assuntos Regionais E Urbanos*, 9(1), 1-24. <https://doi.org/10.18224/baru.v9i1.13292>
- Miellet S. (2021). From Refugee to Resident in the Digital Age: Refugees' Strategies for Navigating in and Negotiating Beyond Uncertainty During Reception and Settlement in The Netherlands. *Journal of Refugee Studies* 34(4) 3629-3646. <https://doi.org/10.1093/jrs/feab063>
- Morell A. (2023). Governing resettlement beyond safety: Multilevel governance as a model for sustainable resettlement of unaccompanied refugee children in rural Sweden? *Sociologia Ruralis* 63(3) 435-459. <https://doi.org/10.1111/soru.12431>
- Mundt H. T. (2020). Entre a governança humanitária e o desenvolvimento neoliberal: um olhar crítico sobre narrativas internacionais do acolhimento a refugiados (Dissertação mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais).
- Nassim M, Jinan A, Felicia L., Naika F, Ulrike K. (2022). Spatiality of Social Stress Experienced by Refugee Women in Initial Reception Centers. *Journal of International Migration and Integration*, 23(4) 1685-1709. <https://doi.org/10.1007/s12134-021-00890-6>
- Pędziwiatr, K., & Magdziarz, W. (2023). The reception and integration of refugees from Ukraine in Poland, Czechia, Slovakia and Hungary—the new immigration destinations of Central Europe. *Social Policy Issues*, 59(4), 345-377. <https://doi.org/10.31971/pps/162968>
- Papatzani E., Hatziprokopiou, P., Vlastou-Dimopoulou, F., & Siotou, A. (2022) On not staying put where they have put you: mobilities disrupting the socio-spatial figurations of displacement in Greece. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 4383–4401 <https://doi.org/10.1080/1369183X.2022.2090158>
- Rocha Muniz, J. (2023). A Rede rganizacional de Acolhimento de Refugiados em Portugal: Uma análise pela ótica da governança multinível. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 103, 49–66. <https://doi.org/10.7458/SPP202310328319>
- Rodrigues, R. F. S. (2021). *Desafios ao nível da Saúde Mental em populações de Refugiados, Deslocados internos e Requerentes de asilo* [Dissertação de Mestrado

- Integrado em Medicina]. Recuperado do repositório da Universidade de Coimbra <https://hdl.handle.net/10316/98461>
- Sandrin, P. O. (2020). *Entre a governança humanitária e o desenvolvimento neoliberal: um olhar crítico sobre narrativas internacionais do acolhimento a refugiados* [Tese de doutorado, PUC-Rio]. Recuperado do repositório da Universidade PUC-Rio <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/49439/49439.PDF>
- Santos, R. A. (2021). Fechamento das Fronteiras Nacionais Para Recebimento de Refugiados: Regular Exercício da Soberania Nacional ou Violação do Dever de Acolhimento Humanitário?. [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Pará]. Recuperado do repositório da Universidade do Estado do Pará 1741887190089072640
- Sadjad M. (2022). Solidarity and ‘social jealousy’: emotions and affect in Indonesian host society’s situated encounters with refugees. *Third World Quarterly*, 43(3) 543-560. <https://doi.org/10.1080/01436597.2021.1969228>
- Seethaler-Wari S. & Yanasmayan Z. (2023). Unfolding intersecting forms of socio-spatial exclusion: Accommodation centres at the height of the “refugee reception crisis” in Germany. *International Migration*, 61(3) 39-53. <https://doi.org/10.1111/imig.13140>
- Silva, E. Z. da ., & Kauchakje, S. (2023). Governança global das migrações internacionais: um caminho possível? une voie possible ?. *Interações (Campo Grande)*, 24(3), 1039–1056. <https://doi.org/10.20435/inter.v24i3.3754>
- Souza, Luciana Karine de. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51-67. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i2p.51-67>
- Vasconcelos, C., & Librelotto, L. I. (2022). O Impacto Social Humanizado de Abrigos na Cidade De Manaus/Am. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 11, 160-176. <https://doi.org/10.59306/rgsa.v11e2022160-176>
- Vianelli, L. (2022). Warehousing asylum seekers: The logistification of reception. *Environment and Planning D: Society and Space*, 40(1), 41-59. <https://doi.org/10.1177/02637758211056339>
- Yus, I., Guillén-Riquelme, A., & Quevedo-Blasco, R. (2023). Meta-análisis de la eficacia de intervenciones psicológicas en menores refugiados. *Revista Iberoamericana de Psicología e Saúde*, 14(1), 26-39. <https://doi.org/10.23923/j.rips.2023.01.063>

Estudo 2 -- Caracterização do Serviço de Acolhimento a Migrantes e Refugiados em Santarém-PA e suas Peculiaridades no Contexto Amazônico

Resumo

O crescente fluxo migratório na Amazônia exige um acolhimento humanitário eficiente, especialmente para refugiados que fogem de ameaças e perseguições graves. Esta pesquisa aborda o sistema de acolhimento de migrantes e refugiados em Santarém -PA, com foco em uma instituição que atende famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Utilizando-se da teoria bioecológica do desenvolvimento humano, o estudo investiga o microsistema de acolhimento, analisando atividades, relações interpessoais e papéis. Utilizando uma abordagem quantitativa e instrumento adaptado, como o Formulário de Caracterização da Instituição (FCI), foram identificadas lacunas estruturais e de serviços, incluindo a ausência de espaços pedagógicos, atividades culturais e assistência jurídica. A instituição, é vinculada à Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS), desempenha um papel essencial no acolhimento emergencial, oferecendo suporte psicológico, acesso à educação e serviços básicos. No entanto, enfrenta desafios como infraestrutura insuficiente, privacidade limitada e demanda crescente devido ao aumento de refugiados, especialmente da Venezuela. Destaca-se a importância de práticas que considerem as necessidades biopsicológicas dos acolhidos, respeitem suas especificidades culturais e promovam sua integração social. Sugere-se a ampliação de políticas públicas e melhoria estruturais, como a criação de espaços dedicados ao lazer, à educação e ao atendimento especializado, a fim de atender de maneira mais eficaz às demandas dos migrantes e refugiados.

Palavras-chave: Acolhimento migrantes e refugiados; Microsistema; Desenvolvimento humano; Política pública.

Abstract

The increasing flow of migrants in the Amazon requires efficient humanitarian reception, especially for refugees fleeing serious threats and persecution. This research addresses the reception system for migrants and refugees in Santarém, Pará, focusing on an institution that serves families and individuals in vulnerable situations. Using the bioecological theory of human development, the study investigates the reception microsystem, analyzing activities, interpersonal relationships, and roles. Using a quantitative approach and an adapted instrument, such as the Institution Characterization Form (FCI), structural and service gaps were identified, including the absence of pedagogical spaces, cultural activities, and legal assistance. The institution, which is linked to the Municipal Secretariat of Labor and Social Assistance (SEMTRAS), plays an essential role in emergency reception, offering psychological support, access to education, and basic services. However, it faces challenges such as insufficient infrastructure, limited privacy, and growing demand due to the increase in refugees, especially from Venezuela. The importance of practices that consider the biopsychological needs of those welcomed, respect their cultural specificities and promote their social integration is highlighted. The expansion of public policies and structural improvements is suggested, such as the creation of spaces dedicated to leisure, education and specialized care, in order to meet the demands of migrants and refugees more effectively.

Keywords: Reception of migrants and refugees; Microsystem; Human development; Public policy.

Introdução

Recentemente, questões relacionadas ao atendimento das necessidades de migrantes e refugiados têm se tornado mais proeminentes, especialmente no que tange à proteção social. O número de pessoas que atravessam fronteiras internacionais em busca de refúgio ou migração no Brasil tem apresentado crescimento significativo, impulsionado por questões sociais, econômicas, climáticas e outros fatores complexos. Esse fenômeno tornou-se um componente central da realidade sociopolítica brasileira contemporânea (Carneiro & Oliveira, 2022; Sampaio & Alves, 2022). Atualmente, o Brasil possui 65.811 decisões de reconhecimento de refúgio, com 9.533 pedidos indeferidos, representando, respectivamente, 86,9% e 12,6% do total. Dentre essas decisões, 3.988 envolvem crianças, sendo 2.017 do gênero feminino e 1.971 masculino (Conare, 2023).

Com o aumento contínuo dos pedidos de refúgio no Brasil, é fundamental que o país desenvolva políticas públicas robustas e eficazes para atender às necessidades e garantir os direitos dos migrantes e refugiados. Essas políticas públicas devem contemplar ações integradas que assegurem assistência social, acesso à saúde, educação, e proteção legal, promovendo a inclusão e a dignidade dessas populações. Esse processo é especialmente crítico quando se trata da proteção das crianças, que representam uma parcela particularmente mais expostas a riscos que podem comprometer seu desenvolvimento. As políticas públicas devem, portanto, incluir ações específicas para assegurar a proteção, o bem-estar e o acesso a serviços essenciais para esse grupo (Lazarin & Abramowicz, 2021). Garantir um acolhimento que não cause revitimização é fundamental. Isso significa que as condições oferecidas devem ser seguras e acolhedoras, em total contraste com as circunstâncias adversas que levaram essas pessoas a abandonar seus países de origem.

É necessário um aprimoramento contínuo das políticas e práticas de acolhimento para garantir que todos os aspectos das necessidades dos migrantes ou refugiados, particularmente as das crianças, sejam devidamente atendidos. Isso inclui o fortalecimento dos serviços de suporte psicológico, educacional e social, além da implementação de medidas que promovam uma integração sólida e segura na sociedade brasileira.

Durante o processo de deslocamento, as famílias enfrentam uma série de desafios que incluem instabilidade emocional, social e cultural. Diante dessas adversidades, é fundamental que o acolhimento oferecido pelo país receptor promova um ambiente

seguro e acolhedor, de forma a evitar que essas pessoas vivenciem novamente as condições adversas que motivaram sua migração. Segundo Raffoul (2020), o Estado receptor tem a responsabilidade de proporcionar proteção especial, assegurando que as necessidades materiais, emocionais e de segurança dos refugiados sejam atendidas adequadamente.

Garantir um aparato protetivo adequado para os migrantes ou refugiados é primordial, dado o risco inerente à sua condição e ao seu processo de desenvolvimento. O acolhimento deve transcender a mera conscientização social e humanitária, exigindo regulamentação institucional e a implementação de políticas públicas. Apesar de o Brasil ser reconhecido por seu pioneirismo na defesa internacional dos direitos humanos, ainda é necessário avançar na efetivação de políticas públicas específicas e eficientes que respondam de forma abrangente às demandas das pessoas refugiadas. Isso inclui o fortalecimento e a articulação da política de assistência social já instituída e executada pelas secretarias competentes com enfoque nas especificidades desses grupos. A partir do princípio da equidade, é fundamental considerar as particularidades de cada território e população atendida, de modo a garantir que os serviços e as ações de acolhimento estejam adequados às diferentes realidades locais e às necessidades concretas das pessoas em situação de refúgio.

Além disso, é importante que as estratégias de acolhimento sejam adaptadas para atender às necessidades específicas dessas pessoas, proporcionando não apenas abrigo, mas também suporte psicológico, acesso à educação e oportunidades de integração social. Sampaio e Alves (2022) ressaltam que, apesar dos esforços em curso, muitos refugiados ainda enfrentam situações de insegurança no Brasil.

Esses desafios vão além da simples ausência de políticas ou serviços. Em muitos casos, os centros de acolhimento operam com infraestrutura precária, sem condições adequadas de higiene, privacidade ou segurança. Há relatos frequentes de superlotação, falta de intérpretes para facilitar a comunicação com os atendentes, demora no acesso à documentação, e dificuldades no encaminhamento para escolas ou serviços de saúde. Além disso, a escassez de profissionais capacitados para lidar com as especificidades culturais e emocionais dos refugiados agrava a sensação de desamparo e invisibilidade. Essas falhas estruturais e operacionais dificultam não só o acolhimento imediato, mas também a inserção social e econômica desses indivíduos nos territórios de destino.

Portanto, a implementação de políticas eficazes e a melhoria contínua das condições de acolhimento são fundamentais para assegurar que esses seres humanos

recebam o suporte necessário para reconstruir suas vidas de forma digna e segura. A atenção especial às necessidades das crianças é uma parte vital desse esforço, garantindo que elas tenham acesso a um ambiente seguro e a oportunidades de desenvolvimento adequadas, promovendo assim uma integração mais bem-sucedida e sustentável.

A análise das produções científicas sobre os sistemas de acolhimento de refugiados em diversos países revela que não existe um modelo único ou ideal. Cada nação adapta suas estratégias de acolhimento às suas capacidades, recursos e contextos específicos. A chave para um acolhimento eficiente reside na flexibilidade, na cooperação entre diferentes atores e na adaptação contínua às necessidades emergentes dos refugiados. A colaboração entre governos, ONGs e comunidades locais, assim como a capacidade de resposta rápida em situações de crise, são essenciais para garantir uma resposta humana e segura às complexas questões migratórias globais.

A literatura nacional destaca uma necessidade de estudos sistemáticos sobre políticas públicas e assistência a migrantes ou refugiados, como evidenciado pelos trabalhos de Andrade Resende & Reynaldo (2024), Gonçalves (2022) e Malaquias & Souza (2023). Nesse contexto, este trabalho busca justamente contribuir para o enfrentamento dessas lacunas, ao oferecer uma análise crítica das práticas institucionais e das diretrizes políticas voltadas a esses grupos, com foco na sua implementação e nos desafios enfrentados no contexto brasileiro.

No Brasil, mais especificamente no Estado do Amazonas, Vasconcelos e Librelotto (2022) apresentam que as pessoas que enfrentam situação de vulnerabilidade de diferentes realidades, sejam sociais ou humanitárias, ainda encontram pouco acesso a programas governamentais que estejam voltados para a situação de acolhimento dessas populações. Com relação às instituições de acolhimento, estas se apresentam, preliminarmente, de forma temporária. No entanto, em algumas situações, sua permanência se prolonga, tornando-se de caráter permanente ou sendo utilizadas por um longo período de tempo.

Quando se refere ao acolhimento de migrantes e refugiados, observa-se que esta modalidade ocorre de forma conjunta, recebendo tanto pessoas adultas de forma individualizada como famílias inteiras. Assim, esse tipo de instituição deve possuir em sua estrutura os aparatos necessários para manter e promover os direitos inerentes a pessoa humana. É necessário manter equipes Multidisciplinares para se garantir uma assistência humanizada. Além disso, deve-se considerar o espaço físico, buscando adaptações para o atendimento familiar, de forma a evitar a separação dos membros das

famílias, promovendo o fortalecimento dos vínculos, a segurança e a proteção (Vasconcelos & Librelotto, 2022).

Não existem dados específicos quanto ao número de migrantes ou refugiados na Amazônia, dada a sua divisão territorial extensa, que inclui os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. Além disso, a dinâmica de deslocamento é relativamente grande. O que se pode afirmar é que, no ano de 2023, a região Norte registrou 72,0% das solicitações de refúgio apreciadas pelo Conare, com um maior volume de solicitações em Roraima, com 71.198 51,5%, seguido pelo Amazonas, com 19.663 14,2%, e pelo Acre, com 6.565 4,7%. Os solicitantes tinham como origem, principalmente, a Venezuela 95.042, o Haiti 2.885 e Cuba 756 solicitações (Junger da Silva et al., 2024).

Esses dados evidenciam a crescente demanda por mecanismos eficazes de proteção e suporte para migrantes e refugiados, sublinhando a necessidade de políticas públicas e estratégias institucionais que garantam o atendimento adequado às necessidades específicas de cada grupo, especialmente os mais vulneráveis, como as crianças e idosos.

Além do aumento no número de migrantes e refugiados no Brasil, os estudos ressaltam que a eficácia das políticas públicas e a robustez da rede institucional são indispensáveis para a integração bem-sucedida desses indivíduos na sociedade brasileira, como expõem os recentes estudos de Costa (2020), Moreira et al. (2020), Mundt (2020), Raffoul (2020), Seixas e Lima (2020), Lopes e Mota (2021), Lazarin e Abramowicz (2021), Vale et al. (2021), Carneiro e Oliveira (2022), e Sampaio e Alves (2022). A implementação de estratégias que promovam a inclusão social, o acesso a serviços essenciais, como educação, saúde e assistência jurídica, e a criação de mecanismos de apoio psicológico e social são fundamentais para enfrentar os desafios que acompanham o processo migratório.

A instabilidade gerada pela migração forçada pode levar ao aumento da vulnerabilidade de comunidades inteiras, exacerbando situações de pobreza e exclusão social. Dadas as situações de emergência, é necessário proteger a saúde mental e o bem-estar psicossocial das pessoas afetadas (Mendelski, 2024). O bem-estar psíquico é um componente básico para a recuperação e a resiliência das populações deslocadas, permitindo-lhes reorganizar suas vidas e contribuindo positivamente para reconstrução pessoal, familiar e social de pessoas em situação de migração ou refúgio. Essa recuperação, porém, não ocorre isoladamente, ela exige esforços coletivos e colaborativos

para garantir que os deslocados tenham o suporte necessário para se reintegrar à sociedade de forma digna e sustentável.

Para alcançar essa prioridade, é necessária uma ação coordenada entre organizações humanitárias governamentais e não governamentais. Essas ações devem incluir o fornecimento de serviços de saúde e apoio psicossocial, programas de integração social e econômica, e políticas públicas que garantam os direitos e a dignidade dos migrantes e refugiados. Além disso, a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo depende não apenas de intervenções diretas, mas também de ações voltadas para sensibilizar as sociedades que acolhem essas pessoas. É igualmente importante promover a sensibilização e a educação das comunidades de acolhimento para reduzir a xenofobia e a discriminação, criando um ambiente mais acolhedor e inclusivo (Carneiro & Oliveira, 2022).

O acolhimento não visa apenas garantir a segurança e o bem-estar, mas também reconhecer e respeitar a dignidade de indivíduos que enfrentam circunstâncias extremas. Esse tipo de serviço envolve a oferta de abrigo, casa de acolhimento, assistência médica, apoio psicológico e integração social, com o objetivo de mitigar o trauma e facilitar a adaptação ao novo ambiente (Barbosa, 2022; Rocha, 2021; Rodrigues, 2021; Yus, Guillén-Riquelme, & Quevedo-Blasco, 2023). As políticas de acolhimento precisam evoluir com base em evidências e práticas eficazes para melhorar a vida dos refugiados e enfrentar as crises de forma mais eficiente e humana. A complexidade da gestão das políticas e serviços de acolhimento reside na colaboração entre diferentes entidades e na necessidade de respostas flexíveis e adaptativas às crises humanitárias.

A literatura aponta que uma abordagem coordenada e integrada pode melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas em deslocamento, promovendo a sua adaptação e participação ativa na comunidade. Investir em programas de capacitação e sensibilização para profissionais que lidam diretamente com esses grupos também se mostra essencial para garantir um atendimento mais humano e eficiente. Assim, uma rede institucional bem estruturada, alinhada com políticas públicas inclusivas, é vital para assegurar que os direitos dos migrantes e refugiados sejam efetivamente respeitados e promovidos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora.

A legislação brasileira, conforme estabelece a Lei de migração 13.445/2017 no artigo 3º (Brasil, 2017), deve-se garantir não apenas o direito à cidadania, mas também a participação cidadã dos migrantes, assegurando sua inclusão plena na sociedade. Essa legislação é um passo importante para garantir que os direitos dos migrantes sejam

respeitados e promovidos. Além disso, as ações da rede de proteção legal devem levar em consideração o impacto potencial da separação entre crianças e seus pais. Moreira et al., (2020) ressaltam a importância de campanhas informativas que abordem os direitos, obrigações e riscos associados ao processo de refúgio. Essas campanhas podem ajudar a minimizar o impacto emocional e psicológico que a separação pode causar e garantir que as famílias estejam cientes dos recursos e apoio disponíveis.

Assim, este estudo busca fornecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas voltadas para o acolhimento de migrantes e/ou refugiados, tendo com base em uma análise das condições ecológicas, físicas, e sociais, interligando-as às normas que asseguraram a qualidade dos serviços oferecidos a essas populações. Além disso, destaca-se que o olhar ecológico proposto por Bronfenbrenner (1977, 1979/1996) é fundamental para compreender o acolhimento como um contexto abrangente de desenvolvimento. Essa abordagem permite uma análise detalhada do microssistema no qual ocorrem as relações mais próximas do indivíduo em desenvolvimento. Nesse contexto, as características físicas e materiais do ambiente desempenham papel central.

O serviço de acolhimento é concebido como um espaço de interação direta entre indivíduos, afetado por diversos sistemas que os envolvem. Essa interação possibilita a identificação das práticas para criar um ambiente que promova o desenvolvimento saudável e a integração bem-sucedida dos envolvidos no sistema do acolhimento. No âmbito do microssistema, os fatores atividade, papel e relações interpessoais emergem como elementos essenciais para a construção desse contexto.

Método

Delineamento

Este estudo adotou uma abordagem quantitativa com o objetivo de descrever as características do sistema de acolhimento a migrantes e refugiados, bem como de analisar a maneira como os atendimentos são direcionados dentro desse microssistema. O estudo busca alcançar uma compreensão detalhada das práticas e procedimentos envolvidos no acolhimento desses grupos, identificando peculiaridades e áreas para melhorias. Os objetivos da pesquisa são de natureza descritiva, com foco na identificação e descrição dos elementos que compõem o sistema de acolhimento.

Para atingir esses objetivos, adotou-se o procedimento de busca documental, que envolveu a coleta de dados a partir de um formulário para extração de informações específicas. Este formulário foi preenchido pela coordenação da instituição responsável pelo acolhimento, permitindo um levantamento de informações estruturada e detalhada.

A escolha do formulário como ferramenta de coleta de dados visa garantir a consistência e a precisão das informações obtidas, facilitando a análise e a interpretação dos resultados. Além disso, o levantamento documental proporcionou uma visão abrangente das práticas adotadas pela instituição, permitindo a identificação de aspectos tanto positivos quanto negativos no processo de acolhimento.

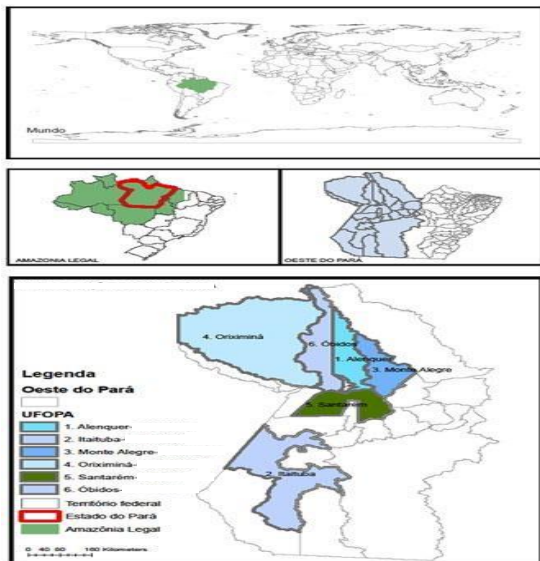
Contexto

O estudo foi conduzido no Brasil, na região Norte, mais especificamente no estado do Pará, na cidade de Santarém, a qual está situada na Mesorregião do Baixo Amazonas, na margem direita do Rio Tapajós. Com uma área territorial de 17.898,389 km² e uma população aproximada de 331.942 pessoas, conforme dados do IBGE de 2022, Santarém é a terceira maior cidade do estado do Pará e desempenha um papel importante como o principal centro socioeconômico do oeste paraense. A localização estratégica da cidade e sua relevância regional são ilustradas na Figura 1.

O lócus da investigação foi uma instituição dedicada ao atendimento de adultos e famílias em situações de rua, desabrigo devido a abandono, migração ou refúgio e falta de residência, bem como de pessoas em trânsito que se encontram sem condições de autossustento. Esta instituição está vinculada à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS) e atua como um equipamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Seu objetivo é proporcionar acolhida a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e promover a integração desses indivíduos em ações e serviços públicos. A instituição opera em conformidade com a legislação vigente, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Política Humanitária de Acolhimento aos Povos Migrantes.

Desde seu início, em 1º de novembro de 2017, a instituição tem desempenhado um papel essencial no acolhimento de refugiados, com ênfase em indígenas da etnia Warao, que têm chegado ao município desde 28 de setembro de 2017. A casa de acolhimento pesquisada é ilustrada na Figura 2. Ela é equipada para oferecer suporte e acolhimento adequado, contando com uma equipe técnica diversificada composta por um coordenador, assistente social, psicólogo, auxiliar administrativo, cuidadores, vigias, auxiliares de conservação e motoristas. Esta equipe trabalha em conjunto para garantir o bem-estar e a integração dos acolhidos, oferecendo um ambiente seguro e suporte contínuo.

Figura 1- Localização da cidade de Santarém



Fonte: <http://www.ufopa.edu.br/sba-2013/sobre/santarem> (adaptado)

Figura 2- Casa de acolhimento de adultos e Famílias



Fonte: Autora (2025)

Participantes

Como se trata de um estudo descritivo que utiliza um formulário aplicado à coordenação da instituição, não foi designado um participante específico para o preenchimento das informações. Em vez disso, a responsabilidade de designar uma pessoa para preencher o formulário ou de realizar o preenchimento em conjunto foi atribuída à coordenação da instituição. Neste estudo, as informações foram fornecidas pela equipe técnica da instituição, incluindo diretamente o coordenador, o psicólogo e o assistente social.

Antes da participação efetiva na pesquisa, foram apresentados aos membros da equipe o objetivo do estudo e o método de análise empregado. O processo de esclarecimento envolveu uma detalhada explicação do propósito da pesquisa e das técnicas de coleta e análise de dados, garantindo que todos os participantes compreendessem plenamente os aspectos do estudo. Após a sessão de esclarecimento e a resolução de todas as dúvidas, o formulário foi entregue aos responsáveis e foi agendada uma data para a devolução dos dados preenchidos.

Em conformidade com os critérios éticos estabelecidos para pesquisas, o coordenador da instituição assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que pode ser consultado no (Apêndice B).

Ambiente

De maneira geral, o ambiente utilizado para a coleta dos dados foi a sala da coordenação do serviço, um espaço onde os funcionários desempenham suas funções diárias. A sala da coordenação é um espaço que conta com as informações necessárias,

para a realização de tarefas administrativas e de gerenciamento. O ambiente conta com mesas e cadeiras, que garantem uma configuração funcional para os profissionais. Além disso, a sala está equipada com computadores que são utilizados na gestão de informações e a realização de tarefas relacionadas ao atendimento e ao acolhimento. Armários são utilizados para o armazenamento dos prontuários dos acolhidos, garantindo a organização e a segurança das informações.

O ambiente foi cuidadosamente preparado para assegurar que a coleta de dados ocorresse de maneira eficiente e sem interrupções. A familiaridade dos funcionários com o espaço contribuiu para um processo de coleta de dados mais fluído e colaborativo. A presença de todos os recursos necessários no ambiente facilitou a realização das tarefas de preenchimento do formulário e possibilitou que a equipe técnica, composta pelo coordenador, psicólogo e assistente social, trabalhasse de forma coordenada para fornecer as informações requeridas pela pesquisa.

Instrumentos e Materiais

O Formulário de Caracterização da Instituição (FCI) apêndice E, objetiva caracterizar as instituições quanto à estrutura e funcionamento. É autoaplicável e foi preenchido pelo gestor responsável e equipe técnica da unidade pesquisada.

Esse instrumento foi utilizado por Cavalcante (2008) em pesquisa que investigou aspectos do ambiente e das interações de uma unidade de acolhimento para crianças de zero a seis anos de idade na cidade de Belém, Estado do Pará. Sua elaboração tomou como referência o instrumento usado em pesquisa de Silva (2004), que investigou a situação das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes no território brasileiro nesse período. Inicialmente o instrumento possuía 102 questões, subdivididas em 7 eixos norteadores, a saber: A- Identificação e organização técnico-legal, contendo 16 perguntas; B- Critérios e procedimentos de atendimento, 16 perguntas; C- Características físico-funcionais da instituição, 23 perguntas; D- Do atendimento as crianças e aos adolescentes, 9 perguntas; E- Da relação com as famílias das crianças abrigadas, 5 perguntas; F- Desligamento da criança, 18 perguntas; G- Preservação da história da criança, 15 perguntas (Cavalcante, 2008).

Posteriormente o formulário foi modificado por Corrêa (2016), passando a ter nove eixos e 88 perguntas, organizados da seguinte forma: A- Identificação e organização técnico legal, contendo 18 perguntas; B- Critérios e procedimentos de atendimento, com 16 perguntas; C- Características físico-funcionais da instituição, 13 perguntas; D- Acolhimento, abrigamento e reintegração às crianças e aos adolescentes, 13 perguntas;

E- Da relação com as famílias das crianças/adolescentes acolhidos, 6 perguntas; F- Desligamento da criança e/ou adolescente, 17 perguntas; G- Preservação da história das crianças e/ou adolescente, 4 perguntas; H- Dificuldade e necessidades da instituição, 1 pergunta e I- Preposições que trata-se de colocações gerais que não foram abordadas durante o preenchimento do formulário.

Para atender aos objetivos deste estudo, foi necessário adaptar as perguntas do formulário, a fim de contemplar aspectos específicos da realidade a ser investigada em Santarém-PA. Assim, o instrumento ficou com 77 perguntas, divididas em nove categorias: A- Identificação e organização do termo legal da instituição, contendo 14 perguntas; B- Critérios e procedimentos de atendimento, 10 perguntas; C- Características físicas funcionais, 26 perguntas; D- atendimento às crianças e aos adolescentes, 11 perguntas; E- Desligamento da criança, 7 perguntas; F- Preservação da história da criança, 4 perguntas; G- Dificuldades e necessidades do acolhimento, 3 perguntas; H- Perfil do dirigente e I- Observações pertinentes a cada espaço de acolhimento (Apêndice D).

Procedimento de Coleta e Análise dos Dados

O formulário de caracterização da instituição tem como objetivo fornecer uma descrição geral e detalhada do serviço de acolhimento pesquisado. Este instrumento de pesquisa foi entregue ao coordenador da casa de acolhimento e é composto por um conjunto de perguntas abertas e fechadas que abordam diversos aspectos relacionados à dinâmica de funcionamento da instituição.

As principais áreas abordadas pelo formulário incluem: Aspectos relacionados à conformidade legal e à estrutura organizacional da instituição; procedimentos e critérios utilizados para a prestação dos serviços oferecidos; detalhes sobre a infraestrutura e a funcionalidade do espaço físico; informações sobre os serviços e cuidados proporcionados aos acolhidos; dados quantitativos sobre o ingresso e o desligamento de crianças e adolescentes no serviço de acolhimento; procedimentos e práticas voltadas para o registro e a conservação da história de vida dos acolhidos.

Os dados coletados por meio deste instrumento foram analisados utilizando técnicas de estatística descritiva. A análise estatística descritiva permite organizar e sumarizar os dados, proporcionando uma visão clara e compreensiva sobre as características e o funcionamento da instituição. O propósito dessa análise é apresentar um histórico detalhado da instituição, oferecendo uma visão abrangente sobre o serviço de acolhimento envolvido na pesquisa. Isso facilita a compreensão das práticas adotadas

e das condições enfrentadas, contribuindo para uma avaliação mais precisa e informada do contexto pesquisado.

Para complementação dos dados utilizou-se a inserção ecológica (Cecconello & Koller, 2003), a qual sugere que seja realizada no ambiente natural que o participante interage, constitui-se desse modo a relação pessoa-ambiente, formando os processos proximais, assim relação é importante para o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner 1979/1996). Assim, a inserção ecológica ocorreu inicialmente todos os dias na semana, realizando registros em diário de campo das atividades desenvolvidas e realizando registros fotográfico principalmente da infraestrutura do serviço de acolhimento.

Resultados e Discussão

O Brasil desempenha um papel relevante no acolhimento de humanitário, sendo amplamente reconhecido por seu pioneirismo na defesa da causa dessas pessoas. Independentemente dos motivos que levam à migração ou ao pedido de refúgio, milhares de pessoas cruzam as fronteiras em busca de novas oportunidades e desenvolvimento. O acolhimento dessas pessoas pode ser analisado a partir de diversos elementos, considerando tais instituições e serviços como um microsistema de desenvolvimento abrangente, mas com particularidades que precisam ser respeitadas.

Reconhecer as características físicas e ambientais desses ambientes está intimamente ligado à análise das normas que visam assegurar a qualidade dos serviços oferecidos a adultos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Este estudo, que está fundamentado em uma perspectiva legal e normativa, tem como objetivo discutir aspectos históricos, legais, estruturais e de funcionamento do serviço de acolhimento em Santarém, no estado do Pará. Nesse contexto, são apresentados os resultados e a discussão dos dados levantados sobre o perfil e as características do microsistema sistema de acolhimento pesquisado, a qual disponibiliza acolhimento para adultos e famílias migrantes ou refugiadas em situação de risco e vulnerabilidade social.

O deslocamento de migrantes e refugiados pelo território brasileiro, especialmente no Estado do Pará, intensificou-se a partir de 2017, com maior impacto na capital e em outras regiões do estado. Em Santarém, no Oeste do Pará, observou-se o aumento no número de pessoas, principalmente indígenas da etnia Warao vindos da Venezuela, que eram frequentemente vistos morando nas ruas e ocupando espaços públicos, como praças, áreas comerciais e feiras. A presença dessa população nas ruas e outros espaços da cidade indicam a necessidade de políticas públicas que abordem não somente a assistência imediata, mas também a integração social e econômica dessas pessoas.

A identificação e organização técnico-legal da instituição participante deste estudo revelam que ela foi criada em resposta à demanda surgida em 2017, quando o primeiro grupo de venezuelanos da etnia Warao chegou a Santarém. Em resposta, o poder público providenciou um espaço para acolher esse grupo de migrantes. Desde então, a instituição manteve uma política contínua de acolhimento para pessoas em deslocamento, inicialmente focada em pessoas provenientes da Venezuela e, posteriormente, ampliada para incluir migrantes de outras regiões do Brasil que estavam de passagem pela cidade ou buscando melhores condições de vida em Santarém.

A instituição atua em conformidade com o aparato legal brasileiro, seguindo legislações como o Estatuto do Refugiado, a Lei de Migração, o Estatuto do Idoso e as leis que garantem os direitos de crianças e adolescentes. Nela prioriza-se o princípio da preservação dos vínculos socio afetivos com a família de origem. O acolhimento realizado é voltado para famílias inteiras, não sendo possível o acolhimento de crianças ou adolescentes sem um responsável familiar. Para esses casos específicos, existe outra instituição no município que oferece assistência para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar.

Nesse contexto, o termo *serviço de acolhimento* é utilizado para se referir a uma modalidade de atendimento prevista na política de assistência social brasileira, conforme estabelecido na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esse serviço pode atender diferentes públicos, a depender da sua especificidade. Assim, o acolhimento destinado a migrantes e refugiados se enquadra na mesma lógica do acolhimento institucional previsto para crianças e adolescentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), diferenciando-se apenas quanto ao público-alvo. Ambos fazem parte da estrutura dos serviços de acolhimento previstos na LOAS, cuja finalidade é oferecer proteção integral a indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Para que a instituição possa acolher qualquer pessoa, é necessário que o solicitante seja encaminhado por um órgão público, privado ou faça a busca por meio de demanda espontânea. No âmbito municipal, uma das instituições que realiza o encaminhamento para o serviço de acolhimento de migrantes ou refugiados é o Centro POP da cidade de Santarém, o qual é responsável por atender de forma especializada a população em situação de rua. O serviço de acolhimento passa por supervisão e fiscalização técnica dirigida por órgãos como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Conselhos Tutelares, Ministério Público e Vigilância Sanitária, que apontam necessidades de adequação.

A instituição atende famílias refugiadas de diversos países, além de brasileiros em situação de vulnerabilidade. A mantenedora é a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS). Além dos recursos municipais, a casa conta com apoio de outras instituições, como o governo federal através de recursos financeiros e doações de pessoas físicas, que incluem roupas, alimentos e outros itens. Esses recursos são utilizados para subsidiar despesas como pagamento de funcionários, alimentação, medicamentos, material de higiene pessoal e limpeza, manutenção predial e aluguel do espaço onde a instituição está localizada.

Situada em um espaço urbano cercado por árvores, a instituição possui dois espaços denominados “barracão”, onde as famílias se organizam de acordo com a determinação da coordenação institucional. Como se pode observar na Figura 3 e 4, a casa possui uma estrutura ampla que, de certa forma, promove um ambiente acolhedor.

Figura 3 - Dormitório I



Figura 4 - Dormitório II



Fonte: Autora (2025)

Os povos indígenas amazônicos, em sua origem, geralmente vivem em ambientes de floresta, rodeados por árvores, e mantêm o cultivo de plantas medicinais e frutíferas. Na cultura Warao, há uma dependência significativa do cultivo de palmeiras, mandioca, milho, pimenta e frutas, caracterizando um espaço rural. Segundo Navarro (2022), essas práticas são essenciais para a sobrevivência desses povos. Observa-se que os espaços destinados ao acolhimento de migrantes e refugiados, especialmente indígenas venezuelanos da etnia Warao, são frequentemente projetados para preservar as características originais dessa etnia.

Além das questões estruturais, o acolhimento conta com espaços de uso coletivo, que são ocupados tanto por funcionários quanto pelos moradores da casa. A administração da instituição identificou a necessidade de construir novos espaços para melhorar o atendimento das demandas internas. Os detalhes dessas demandas e as propostas de construção estão apresentados na Tabela 1, que demonstra as necessidades identificadas e as soluções propostas para otimizar o funcionamento da instituição.

Tabela 1- Distribuição de espaços físicos áreas internas.

Espaços	Quantidade	Necessidade
Almoxarifado	-	-
Auditório	-	1
Banheiro	4	6
Berçário	-	-
Brinquedoteca	-	1
Cozinha	1	-
Despensa	1	-
Dormitório	2	-
Lavanderia	2	-
Playground	-	1
Quadra de esportes	1	-
Refeitório	1	-
Sala de reforço escolar	-	1
Sala de atividade pedagógica	-	1
Sala de enfermagem	-	1
Sala de tv e vídeo	-	1
Sala de serviço administrativo	1	-
Sala para atendimento social	-	-
Sala para consultório médico	-	1
Sala para descanso dos adultos	-	1
Sala de reuniões	-	1
Outros: horta	-	1

Fonte: Autora (2025)

Dentro das instalações físicas da instituição, há uma cozinha institucional projetada para preparo e distribuição das alimentações diárias dos moradores, as quais são preparadas por servidores contratados pela mantenedora. Esta cozinha foi construída em alvenaria e é coberta com telhas Brasilit, proporcionando uma estrutura durável. No interior da cozinha, estão disponíveis um freezer horizontal e um freezer vertical, que garantem a adequada conservação dos alimentos. Além disso, a cozinha conta com uma despensa bem organizada, destinada ao armazenamento de alimentos e utensílios domésticos (Figura 6).

Nas proximidades da cozinha, há três banheiros coletivos que estão à disposição dos moradores. Esses banheiros foram projetados com a estrutura mínima necessária para atender às exigências básicas de higiene (Figura 7). Além dos banheiros próximos à cozinha, existe um banheiro adicional localizado em uma área próxima aos *ranocos*, que também é utilizado pelos moradores. No entanto, com o aumento da população atendida pela instituição, a coordenação identificou a necessidade urgente de construir mais dois banheiros para garantir que todos os moradores tenham acesso adequado às instalações sanitárias. A construção de dois novos banheiros se faz necessária para melhorar as condições de conforto e higiene para todos os residentes, promovendo um ambiente mais adequado e funcional para a comunidade atendida pela instituição.

Figura 5- Cozinha institucional

Fonte: Autora (2025)

Figura 6- vista externa dos banheiros

Fonte: Autora (2025)

Os moradores são acomodados em dois dormitórios com formato de tendas. Essas estruturas são sustentadas por pilares de madeira e cobertas com telhas Brasilit, proporcionando proteção contra o sol. Todavia, como não possuem paredes, os barracões sofrem com a entrada de água durante o inverno, sendo necessário improvisar paredes com lonas de plástico. O piso dos dormitórios é revestido com cimento queimado, oferecendo uma superfície durável e de fácil manutenção, cada família é responsável pela conservação higiênica de sua morada.

Cada família organiza a seu espaço de convivência familiar, essas separações são feitas com tecidos ou outros materiais, mantendo a divisão entre as famílias e formando espaços chamados *ranoco*, que se representam a *casa* onde as famílias residem (Figura 8 e 9). As divisões entre os espaços familiares não proporcionam privacidade às famílias, uma vez que as crianças convivem no mesmo espaço que seus pais. Estes, por sua vez, não têm um local reservado para sua relação conjugal, sendo esses momentos geralmente presenciados por todos os moradores do *ranoco*.

Figura 7- Estrutura do *ranoco*

Fonte: Autora (2025)

Figura 8- Estrutura do *ranoco*

Cada dormitório conta com um espaço de uso coletivo destinado à lavanderia. Neste local, os moradores realizam a lavagem de roupas, utensílios e também cuidam da

higiene pessoal de bebês e crianças menores (Figura 10 e 11). Cada área de lavanderia é equipada com torneiras e lavabos, facilitando as atividades diárias de limpeza e cuidados pessoais. É importante que as famílias colaborem na organização e manutenção desses espaços, garantindo que continuem limpos e funcionais. Os utensílios necessários, como bacias e baldes, são de uso privativo, e cada família é responsável pela sua aquisição. Além da manutenção da limpeza, a convivência nesse espaço coletivo incentiva a interação entre os moradores, colaborando a troca de experiências e a construção de um senso de comunidade. As famílias se organizam para realizar a limpeza do local em mutirões, garantindo que todos participem e contribuam com a manutenção do espaço.

Figura 9 - Lavanderia do dormitório 1.



Fonte: Autora (2025)

Figura 10 - Lavanderia dormitório 2



Fonte: Autora (2025)

A instituição proporciona uma variedade de espaços de lazer que enriquecem a vida dos moradores. A quadra de areia é um dos principais atrativos, oferecendo opções específicas para práticas esportivas como futebol e vôlei (Figura 12). Este local é um ponto de encontro, especialmente entre jovens e crianças, que aproveitam o final do dia para se exercitar e socializar, promovendo tanto a saúde física quanto emocional.

Além da quadra, os moradores também possuem acesso a áreas sombreadas das árvores do terreno, que criam um ambiente convidativo para relaxamento e interação. Os espaços verdes são ideais para piqueniques e leituras. O quintal da instituição, amplo e aberto, é outro local importante para atividades recreativas. Seja para jogos, festas ou encontros informais, esse espaço oferece a liberdade necessária para que os moradores se divirtam e desfrutem da convivência em grupo (Figura 13). Esses espaços ao ar livre são essenciais para promover o bem-estar e a interação social entre os residentes, oferecendo oportunidades para relaxamento e recreação em um ambiente natural e convidativo.

Figura 11 – Quadra de areia

Fonte: Autora (2025)

Figura 12- Quintal da instituição

Fonte: Autora (2025)

Apesar de a instituição estar localizada em um espaço amplo, sua estrutura atual não inclui um local destinado à realização de reuniões ou assembleias entre moradores, equipe técnica e visitantes. Há uma demanda identificada para a construção de um auditório que possa atender a essa necessidade. Atualmente, todas as instalações existentes são utilizadas de forma compartilhada por moradores, funcionários e visitantes.

Além dessas necessidades, há a demanda para a construção de diversos espaços adicionais, incluindo uma brinquedoteca, um *playground*, uma sala de reforço escolar, uma sala de atividades pedagógicas, uma sala de enfermagem, uma sala de TV e vídeo, uma sala de atendimento psicológico, uma sala de atendimento social, um consultório médico, uma sala de descanso dos adultos, uma sala para reuniões e uma horta. Essas demandas estruturais estão, em sua maioria, voltadas para a criação de locais que promovam maior conforto e melhor atendimento para os acolhidos. Isso inclui espaços dedicados a atendimentos pedagógicos, psicológicos, sociais, de enfermagem e médico, permitindo um acolhimento mais individualizado e personalizado, atendendo às necessidades específicas e questões éticas envolvidas. Atualmente, esses atendimentos são realizados na secretaria da instituição. Quando a psicóloga ou a assistente social precisam realizar atendimentos individualizados, todos os funcionários precisam se retirar da sala para que o atendimento possa ocorrer com privacidade e o sigilo exigido.

As formas estruturais de acolhimento em Santarém-PA se assemelham ao relatado na literatura sobre outras iniciativas no Brasil. Esses serviços variam de acordo com as disponibilidades e práticas de cada região ou estado, sendo importante documentar como estão organizados no contexto amazônico. Marques (2020) descreve o sistema de operação acolhida em Roraima, que visa facilitar a realocação segura, voluntária, ordenada e gratuita de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanos em condições de vulnerabilidade, de Roraima para outras regiões do país. A estrutura da operação acolhida

inclui um posto de recepção que inicia o processo de identificação e regularização na Polícia Federal. Os migrantes precisam decidir entre três possibilidades de permanência no Brasil: refúgio, residência temporária ou entrada como turista. Durante esse processo, as autoridades de saúde verificam vacinas e condições de saúde dos migrantes, aplicando vacinas ministradas por militares em um posto médico localizado no local. Os migrantes que optam por permanecer como turistas podem seguir viagem, enquanto aqueles que desejam solicitar residência ou refúgio são direcionados para outra sala (Marques, 2020).

Existem semelhanças e diferenças entre as instituições que acolhem migrantes ou refugiados. Na operação acolhida, existem abrigos específicos para diferentes públicos, como famílias, homens sozinhos ou mulheres sozinhas. No entanto, em comparação com a instituição pesquisada, as instalações e serviços oferecidos muitas vezes não incluem espaços específicos para atendimentos individualizados por assistentes sociais ou psicólogos, nem áreas dedicadas à educação, lazer e brincadeiras dirigidas, especialmente para o público infantil. Esses aspectos serão analisados em um estudo futuro.

O instrumento de pesquisa revelou que a estrutura física da instituição que acolhe famílias migrantes e refugiadas não atende adequadamente às necessidades dessas famílias, necessitando de reformas ou modificações. Uma das reivindicações é a construção de um fogareiro adicional para que as famílias possam preparar suas refeições, pois a estrutura existente, conforme mostrado na Figura 14, não oferece boas condições de uso. Assim, observa-se que, embora a instituição forneça acolhimento emergencial para pessoas em situação de vulnerabilidade, é necessário realizar reformas e melhorias em suas instalações físicas para melhor atender às demandas dos acolhidos.

Figura 13 -Fogareiro da instituição



Fonte: Autora (2025)

Os acolhidos podem permanecer na instituição por tempo indeterminado, desde que cumpram o acordo de convivência e o regimento interno estabelecidos a partir de 2019. De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, o ano em que a instituição mais recebeu migrantes e refugiados foi 2019, seguido por 2022, 2023, 2017, 2020, 2021, 2018

e 2024. Vale ressaltar que nem sempre as famílias chegam juntas na instituição, assim, os prontuários são individualizados. Um aspecto que merece atenção é a quantidade de prontuários que não indicam o ano de ingresso dos acolhidos na instituição. A ausência dessa informação dificulta a análise temporal do fluxo de entrada e a avaliação das necessidades e tendências ao longo dos anos.

Tabela 2 - Número de acolhimentos individuais por ano (n= 684)

Categoria	f %
Sem informação	(213) 31%
2019	(139) 20%
2022	(72)11%
2023	(57) 8.3%
2017	(48) 7.0%
2020	(46) 6.7%
2021	(41) 6.0%
2018	(41) 6.0%
2024	(27) 3.9%

Fonte: Autora (2025)

A mobilidade humana tem sido uma constante ao longo da história, movida por diferentes motivos, como a busca por melhores condições de vida, fugas de conflitos armados, perseguições políticas, religiosas, e desastres naturais (Silva & Kauchakje, 2023). A mudança de um contexto para outro causa inúmeros impactos na vida das pessoas em deslocamento, pois, de certa forma, as populações refugiadas são afetadas diretamente por esses fatores adversos.

O fluxo migratório para o Brasil sempre ocorreu, mas, como observa Gonçalves (2022), esse movimento se intensificou a partir de 2015, especialmente com a migração de venezuelanos. De acordo com dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), o número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil entre 2011 e 2023 mostra que, de 2011 a 2015, houve poucos registros de solicitações, variando entre 0 e 19.000. Em 2016, o número de pedidos atingiu um pico de 10.000. Em 2017, houve um aumento significativo, com o número de solicitações alcançando seu máximo em 2019, com mais de 80.000 pedidos. Esse número foi seguido por um declínio nos anos seguintes até 2023 (OBMigra, 2024).

Esses dados corroboram com as informações levantadas na instituição pesquisada, que mostram o maior nível de acolhimento no ano de 2019. A crise na Venezuela foi um dos fatores mais determinantes. Com a hiperinflação, a escassez de alimentos e medicamentos, e a repressão política, muitos de venezuelanos foram obrigados a deixar o país em busca de melhores condições de vida. O Brasil se tornou um destino viável devido à sua proximidade geográfica e à percepção de um ambiente acolhedor, onde muitos acreditavam que poderiam encontrar melhores oportunidades de trabalho, assistência humanitária e uma maior estabilidade em comparação à situação caótica enfrentada na Venezuela. Além disso, o país implementou políticas de acolhimento que facilitaram o processo de migração e regularização, criando um clima de esperança para aqueles que buscavam reconstruir suas vidas. As redes de apoio formadas por comunidades locais e organizações não governamentais também foram fundamentais, oferecendo recursos e informações que ajudaram os recém-chegados a se adaptarem.

Os conflitos armados, crises econômicas, sociais e as catástrofes naturais, em particular, promovem sofrimento psicológico e social significativo, que pode ser evidenciado tanto a longo quanto a curto prazo. Esse sofrimento não se limita apenas ao trauma imediato, mas também inclui a desintegração social, a perda de identidade cultural e a ruptura dos laços familiares e comunitários. Além disso, o impacto sobre as crianças pode ser especialmente devastador, afetando seu desenvolvimento emocional e educacional.

As políticas mundiais apresentam variações significativas quanto aos sistemas de acolhimento para pessoas em deslocamento. Essas normatizações influenciam a integração e a proteção de migrantes e refugiados, considerando suas orientações particulares (Conde & Alcubierre, 2018; Lazarin, 2019; Lopes & Mota, 2021; Santos, 2020). Cada nação regulamenta de maneira distinta os protocolos de acolhimento, podendo adotar uma abordagem mais flexível ou uma postura mais rígida, o que impacta diretamente a forma como essa população é recebida. Países com políticas mais inclusivas tendem a facilitar a adaptação e o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, promovendo um ambiente mais acolhedor. Por outro lado, nações com normas mais restritivas podem criar barreiras que dificultam a integração, gerando vulnerabilidades e, muitas vezes, marginalização.

As políticas públicas de acolhimento humanitário no Brasil têm -se mostrado com algumas lacunas quanto a sua efetivação. Para Mundt (2020), Lopes e Mota (2021), essas encontram-se na inserção de migrantes e/ou refugiados principalmente no mercado de

trabalho, esses autores destacam a necessidade de estratégias de longo prazo, promovendo a participação direta, possibilitando treinamentos para capacitação de mão de obra, manter comunicação eficaz entre os órgãos de gestão e a comunidade atendida criando organizações horizontais para facilitar o diálogo, além de avaliar constantemente as ações desenvolvidas.

Na instituição pesquisada, os acolhidos possuem acesso a uma variedade de serviços, que incluem a emissão de documentação civil para crianças que não a possuem, documentação específica para migrantes ou refugiados, matrícula em instituições de ensino regulares, ambientação escolar, e apoio social e psicológico para as famílias, além de acompanhamento pós-acolhimento. Ao chegarem à instituição, é realizada uma triagem das necessidades de cada acolhido, que é, então, direcionado para os serviços adequados. A efetivação desses serviços pode ocorrer tanto dentro da própria instituição quanto por meio de parcerias com outras entidades. A forma como cada atividade é oferecida está detalhada na Tabela 3.

Tabela 3 - Atividades e serviços ofertados aos acolhidos

Serviços e Atividade	Serviços Internos	Serviços Externos	Não Oferece
Assistência jurídica			X
Assistência Médica	X	X	
Assistência odontológica		X	
Assistência Psicológica	X	X	
Assistência religiosa		X	
Assistência Social	X		
Atividades Culturais			X
Atividades de Lazer			X
Atividades Esportivas			X
Creche			X
Ensino Fundamental		X	
Ambientação escolar	X		

Fonte: Autora (2025)

Os serviços e atividades oferecidos internamente na instituição são direcionados para um atendimento inicial, que inclui a triagem das necessidades das pessoas e o encaminhamento para os serviços necessários. Dentro da instituição, são realizados atendimentos de saúde por meio de ações pontuais promovidas pelo poder público ou privado. Em casos que são necessário atendimento especializado, os encaminhamentos são feitos para a Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou Hospital Municipal, dependendo da gravidade do caso. Também são realizados o

cadastro e a solicitação de documentação, além da solicitação de auxílios públicos com o suporte da técnica de referência da assistência social. A assistência psicológica é prestada pela psicóloga referência da instituição, e em casos mais específicos, são realizados encaminhamentos para unidades especializadas, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Levando em consideração a revisão da literatura realizada no Estudo 1, o serviço de acolhimento institucional pesquisado apresenta características da modalidade de acolhimento primário e secundário. Esta modalidade de acolhimento está relacionada ao primeiro contato com os refugiados, identificando suas demandas e necessidades individuais ou familiares para posterior efetivação no sistema de acolhimento. Nessa fase, é conduzida uma investigação específica das questões pessoais dos refugiados para garantir sua segurança e bem-estar imediato. Para Bakker, Dagevos e Djundeva (2023), Papatzani et al., (2022), além disso, as pessoas permaneceram nos centros de registro por tempo indeterminado, aguardando a decisão sobre seus pedidos de asilo

O estudo de Vianelli (2022) sobre o acolhimento na Itália e na Suécia demonstra que a recepção de migrantes e refugiados nesses países é estruturada como um processo logístico integrado e organizado. Esse processo inclui etapas de rastreamento, cadastro e encaminhamento para alojamentos, ressaltando a complexidade e a interconexão dos diferentes procedimentos envolvidos na recepção e no direcionamento dos refugiados nos centros de acolhimento.

Um dado interessante é que as crianças a partir dos três anos de idade são inseridas em um sistema educacional que funciona dentro da instituição, conhecido como ambientação escolar. Esse programa oferece alfabetização para crianças e reforço escolar para crianças e adolescentes. Essa forma de atendimento se assemelha ao modelo descrito por Pędziwiatr e Magdziarz (2023), que destaca que, na Polônia, o atendimento a pessoas em situação de refúgio é gratuito, com prioridade para crianças, garantindo-lhes o direito à educação e ao acesso a serviços de saúde.

Alguns serviços são ofertados externamente, a assistência odontológica é promovida nas UBS ou em instituições privadas de ensino superior. As práticas religiosas são determinadas de acordo com a preferência de cada família. A educação formal é fornecida por uma escola de educação básica nas proximidades do sistema de acolhimento. Uma das regras para a permanência na instituição é que crianças e adolescentes estejam matriculados na educação básica.

Ainda dentro da perspectiva das modalidades de acolhimento, o estudo anterior descreve que a literatura apresenta instituições que oferecem atendimento secundário (Bolzoni, Donatiello & Giannetto, 2022; Dimitriadis & Ambrosini, 2024; Haselbacher e Segarra, 2022). As pesquisas descritas pelos autores demonstram características semelhantes à instituição pesquisada, apresentando suas particularidades organizacionais e estruturais. Isso evidencia que, na Europa, o sistema de acolhimento para migrantes ou refugiados possui características peculiares, que podem se aproximar ou se distanciar da realidade pesquisada. Esses alojamentos geralmente são administrados por organizações do terceiro setor, com o objetivo de não apenas oferecer moradia e alimentação, mas também de possibilitar a integração socioeconômica. Estruturalmente, as casas de acolhimento são pequenas instalações distribuídas por todo o território, sendo alugadas, compartilhadas e temporárias. Para facilitar a integração na sociedade, são oferecidas oportunidades de estágios profissionais, promovendo a inserção no mercado de trabalho e promovendo a integração socioeconômica.

Vale ressaltar que, mesmo quando a estrutura organizacional do acolhimento apresenta semelhanças entre diferentes contextos, as experiências pessoais e as realidades vivenciadas pelos indivíduos são diversas. Essas diferenças impactam diretamente a forma como enfrentam as demandas da migração ou do refúgio. No contexto de acolhimento de migrantes ou refugiados, o microssistema inclui não apenas as estruturas organizacionais como abrigos, escolas, e sistema de saúde, mas também os relacionamentos interpessoais que se formam nesses espaços. Essas particularidades influenciam diretamente a forma como essas interações ocorrem, influenciando o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1996). Assim, ainda que as estruturas institucionais sejam semelhantes, as singularidades nas trajetórias individuais e nos vínculos estabelecidos determinam o impacto real do acolhimento no desenvolvimento de cada pessoa.

Entre as fragilidades identificadas pela instituição no formulário de pesquisa, destacam-se a ausência de assistência jurídica e a falta de atividades culturais, de lazer e esportivas. Na África do Sul, Johnson (2022) enfatiza que os espaços de acolhimento são coletivos, oferecendo abrigo e proteção para migrantes e refugiados que buscam o país. Os serviços oferecidos se assemelham aos disponibilizados em Santarém/PA, incluindo assistência médica, apoio psicossocial, e educação, entre outros. No entanto, na realidade pesquisada, a assistência jurídica, atividades culturais, lazer, e programas de capacitação profissional não é disponibilizada, o que representa uma importante lacuna.

Essas ausências são preocupantes, pois podem impactar negativamente no bem-estar e na integração e inclusão dos acolhidos. No entanto, durante o processo de inserção ecológica, a pesquisadora registrou dados sobre a organização interna que promove práticas esportivas e culturais desenvolvidas pelos próprios moradores. Essa iniciativa não apenas preenche parte da lacuna deixada pela instituição, mas também fortalece a coesão social e a autoexpressão entre os acolhidos, contribuindo para um ambiente mais dinâmico e participativo. Conforme registrado em seu diário de campo, as atividades organizadas incluem práticas esportivas e brincadeiras que envolvem crianças e adultos, fomentando um senso de comunidade e pertencimento.

Assim, com base na teoria bioecológica do desenvolvimento humano, o microsistema serviço de acolhimento pode ser analisado por meio dos fatores atividades, papéis e relações interpessoais, que são fundamentais no contexto de desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1996). No ambiente apresentado no estudo, as atividades são direcionadas para atender às necessidades básicas e promover a integração social dos migrantes e refugiados. Essas incluem triagem de necessidades, oferta de serviços médicos, psicológicos e educacionais, além de atividades internas, como reforço escolar e práticas esportivas informais organizadas pelos próprios acolhidos.

No microsistema, os papéis são desempenhados tanto pelos acolhidos quanto pela equipe técnica. Os acolhidos atuam como cuidadores de seus próprios espaços e participam de atividades de mutirões de limpeza e organização, promovendo senso de responsabilidade e pertencimento. Por outro lado, a equipe técnica desempenha papéis de facilitadores, mediadores, organizando o ambiente, oferecendo suporte psicossocial e encaminhando demandas específicas para serviços externos.

O estudo evidencia que as relações interpessoais são uma parte essencial do processo de acolhimento. Há uma interação significativa entre os acolhidos, que compartilham espaços e experiências, e entre os acolhidos e os técnicos da instituição. No entanto, limitações na privacidade, especialmente nos *ranocos*, podem gerar conflitos ou dificultar o fortalecimento de vínculos familiares. Por outro lado, a convivência em espaços coletivos promove a troca de experiências e o desenvolvimento de uma rede de apoio entre os moradores, fortalecendo a coesão social.

A partir dessa análise, fica evidente que o microsistema de acolhimento precisa equilibrar a oferta de suporte estrutural e emocional com a valorização da cultura e da individualidade dos acolhidos. É essencial assegurar que suas interações e experiências promovam tanto o desenvolvimento humano pleno quanto a integração social.

O acolhimento apresenta características que podem contribuir para que a instituição se torne um contexto de desenvolvimento. No entanto, ainda é necessário implementar estratégias que potencializem esse processo, incorporando aspectos fundamentais da teoria bioecológica, como o fortalecimento das relações de apoio entre acolhidos e profissionais da instituição, a promoção de atividades estruturadas que incentivem a interação e a construção de vínculos, e a oferta de espaços seguros para convivência e expressão cultural. Esses elementos poderão ser aprofundados em estudos futuros no âmbito desta tese.

Considerações Finais

O acolhimento de migrantes e refugiados no Brasil, especialmente em Santarém-PA, desempenha um papel essencial na assistência a populações vulneráveis. Este estudo teve como objetivo caracterizar e analisar o sistema de acolhimento que atende essas famílias migrantes e refugiadas, identificando suas peculiaridades dentro do contexto amazônico. A pesquisa permitiu compreender a estrutura e o funcionamento da instituição investigada, evidenciando suas potencialidades e fragilidades na prestação de serviços que se mostram essenciais. Dessa forma, o objetivo foi alcançado, pois foi possível caracterizar o serviço de acolhimento e fornecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas voltadas a essa população.

Em termos de contribuição científica, este estudo amplia o conhecimento sobre os serviços de acolhimento na região Norte do Brasil, um território estratégico para o fluxo migratório, especialmente de refugiados venezuelanos da etnia Warao. Ao utilizar a teoria bioecológica do desenvolvimento humano como referencial teórico, a pesquisa demonstra como o ambiente físico e social impacta o bem-estar dos acolhidos, destacando a importância de práticas que respeitem suas necessidades biopsicológicas e culturais. Além disso, o estudo contribui para a literatura ao propor reflexões sobre as condições estruturais e operacionais dessas instituições, favorecendo discussões sobre sua adequação aos desafios contemporâneos da migração.

No campo das políticas públicas, os resultados reforçam a necessidade de investimentos na ampliação e qualificação dos serviços de acolhimento, tanto em infraestrutura quanto em oferta de serviços especializados. A pesquisa aponta a carência de assistência jurídica, espaços pedagógicos e atividades culturais, o que compromete a efetividade da proteção oferecida aos migrantes e refugiados. A melhoria dessas condições pode contribuir para uma integração mais humanizada e sustentável dessa população na sociedade brasileira.

Entretanto, algumas limitações do estudo devem ser reconhecidas. O uso de um único instrumento de coleta de dados restringe a amplitude da análise, uma vez que entrevistas ou observações diretas poderiam complementar as informações sobre o funcionamento do serviço e a experiência dos acolhidos. Além disso, a ausência de dados detalhados sobre o fluxo migratório específico da Amazônia dificulta uma análise mais aprofundada do impacto regional dessas políticas de acolhimento.

Diante dessas questões, recomenda-se a realização de novos estudos que aprofundem a experiência dos migrantes e refugiados nos serviços de acolhimento, considerando suas percepções sobre a assistência recebida e os desafios de integração social. A saúde mental e o bem-estar dos migrantes e refugiados também merecem atenção. Pesquisas focadas nessa área podem avaliar o impacto do acolhimento na saúde psicológica desses indivíduos, identificando as necessidades de apoio emocional que possam existir. Além disso, a eficácia de programas de capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho deve ser investigada. Compreender como esses programas impactam a autonomia e a qualidade de vida dos migrantes e refugiados pode contribuir para a formulação de políticas mais eficazes. Essas recomendações para novas pesquisas visam aprofundar a compreensão das complexidades do acolhimento de migrantes e refugiados, contribuindo para a formulação de políticas mais sensíveis e eficazes às suas necessidades. Além disso, pesquisas comparativas entre diferentes regiões do Brasil podem contribuir para a formulação de modelos mais competentes de acolhimento. Sugere-se, ainda, a implementação de avaliações contínuas dos serviços, com a participação ativa dos acolhidos, para garantir que as políticas atendam de forma mais adequada às suas reais necessidades.

Por fim, é essencial que os gestores públicos e demais atores envolvidos no acolhimento de migrantes e refugiados adotem medidas que promovam um atendimento mais inclusivo e estruturado. O fortalecimento da rede de apoio, a oferta de capacitação profissional e o desenvolvimento de estratégias para a autonomia econômica desses indivíduos são aspectos fundamentais para assegurar um acolhimento digno e efetivo.

Referência

- Barbosa, M. M. D. L. M. (2022). *As relações sociais e bem-estar nos refugiados e imigrantes* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa].
Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/26810>
- Bakker, L., Dagevos, J. & Djundeva, M. (2023). Making the most of language acquisition of Syrian asylum permit holders in the Netherlands: the role of policy

factors examined. *Jornal de Política Social*, 1–23.

<https://doi.org/10.1017/S0047279423000557>

Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA*. Lei 8.006 de 13.07.1990.

Brasil, Presidência da República (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf

Brasil, Presidência da República. Secretaria Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos (2017). *Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante*. Brasília.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm

Carneiro, C. S., & Oliveira, L. G. D. (2022). O acolhimento de pessoas em busca de refúgio no Brasil: cidadania e direito à cidade. *Revista de Direito da Cidade*, 14(1), 91-112. <https://doi.org/10.12957/rdc.2022.52969>

Costa, L. T. F. da. (2020). *Vida Nua e Direitos Humanos: Uma Reflexão Política Sobre a Criança Refugiada a Partir de Giorgio Agamben*. *Rev. de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade- FIDES*, v. 11, n 2. Natal.

<http://revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/508/516>

Comitê Nacional para Refugiados (2022). *Solicitação de refugiados no Brasil*. Brasília: Conare. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMwVjIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDZNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9&pageName=ReportSection>

da Rocha, I. B. F. (2021). *MEERU APROXIMA: boas práticas no acolhimento a refugiados em Portugal* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa Portugal].

Repositório da Universidade Católica Portuguesa

<https://www.proquest.com/openview/43ee89cc932cb79b7c60683ce78f7c02/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>

de Andrade Rezende, M., & Reynaldo, G. O. (2024). Os contrastes e comparações da proteção internacional e acolhimento dos refugiados no Brasil e sua evolução histórica. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 16(2), e3436-e3436.

<https://doi.org/10.55905/cuadv16n2-080>

- Gonçalves, A. G. D. P. (2022). *Venezuelanos/as no Brasil: Acolhimento e Controle– Faces da Política de Proteção aos Refugiados*. [Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.]
- Johnson J. (2022). Constructing and contesting state-urban borders: litigation over Refugee Reception Offices in post-apartheid South African cities. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 48(15), 3810–3827. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1779046>
- Junger da Silva, Gustavo; Cavalcanti, Leonardo; Lemos Silva, Sarah; De Oliveira, Antônio Tadeu Ribeiro. (2024). *Observatório das Migrações Internacionais*; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Ref%20C3%BAgio%20em%20N%20C3%BAmeros%20-%209ed/Ref%20C3%BAgio%20em%20N%20C3%BAmeros%209%20edicao%20-%20final.pdf
- Lazarin M. R. & Abramowicz, A. (2021). *Crianças em Busca de Refúgio: Reflexões Sobre as Solicitações Infantis de Refúgio ao Brasil até 2016*. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 674-702. <file:///C:/Users/deinh/Downloads/73085-Texto%20do%20Artigo-290253-2-10-20210312.pdf>
- Lopes, J. J. M. & Mota, F. M. N. (2021). *Crianças Deslocadas: Narrativas em Territórios das Palavras*. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 602-626. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e72297>
- Marques, M. S. (2020). *O regime internacional do refúgio e suas práticas de proteção defasadas: O caso venezuelano e a Operação Acolhida*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro].
- Malaquias, C. A. T., & de Souza Gorisch, P. C. V. (2023). Pandemia do COVID-19: reflexos na saúde e no acolhimento dos refugiados venezuelanos no Brasil. *Unisanta Law and Social Science*, 11(2), 37-46. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300306>
- Matias, I. de S., Lima, W. P. de, Ferreira, M. L., Silva, V. J. A., Sampaio, D. B., & Ribeiro, P. J. T. (2022). The mental health of refugee children and teenagers and its consequences in the genesis of the resignation syndrome. *Research, Society*

- and Development, 11(2), e35611225715. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25715>
- Mendelski, B. (2024). Solidariedade seletiva?: refugiados sírios e ucranianos na união europeia. *Revista Baru - Revista Brasileira De Assuntos Regionais E Urbanos*, 9(1), 1-24. <https://doi.org/10.18224/baru.v9i1.13292>
- Moreira, E., & Torelly, M. (2020). *Soluções Duradouras para Indígenas Migrantes e Refugiados no Contexto do Fluxo Venezuelano no Brasil*. Organização Internacional para as Migrações (OIM), Brasília. <https://repositoryoim.org/handle/20.500.11788/2293>
- Mundt, H. T. (2020). Entre a governança humanitária e o desenvolvimento neoliberal: um olhar crítico sobre narrativas internacionais do acolhimento a refugiados [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (MAPI) do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio].
- Papatzani E., Hatziprokopiou, P., Vlastou-Dimopoulou, F., & Siotou, A.(2022) On not staying put where they have put you: mobilities disrupting the socio-spatial figurations of displacement in Greece. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 4383–4401 <https://doi.org/10.1080/1369183X.2022.2090158>
- Pędziwiatr, K., & Magdziarz, W. (2023). The reception and integration of refugees from Ukraine in Poland, Czechia, Slovakia and Hungary—the new immigration destinations of Central Europe. *Social Policy Issues*, 59(4), 345-377. <https://doi.org/10.31971/ppp/162968>
- Sampaio, C. U. D. L., & Alves, V. D. L. (2022). Fluxo de Refugiados: Desafios na Busca por Acolhimento no Brasil.
- Seixas, B. S., & Lima. I. C. M., (2020). *O Estado Democrático de Direito e a Operação Acolhida: análise acerca do acolhimento dos Refugiados Venezuelanos no Estado de Roraima*.
- Navarro, A. (2022). TRADUÇÃO: Os Warao do delta do Orinoco: uma cultura de palafiteiros. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, 10(1), 455-498.
- Raffoul, J. (2020). *A vulnerabilidade da criança venezuelana em busca de refúgio no brasil: fatalidade ou possibilidade de mitigação?* [Dissertação de Mestrado em Direito]. Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro Universitário de Brasília, Brasília. Recuperado de <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14512>

- Rodrigues, R. F. S. (2021). *Desafios ao nível da Saúde Mental em populações de Refugiados, Deslocados internos e Requerentes de asilo* [Dissertação de Mestrado Integrado em Medicina]. Recuperado do repositório da Universidade de Coimbra <https://hdl.handle.net/10316/98461>
- Silva, E. Z. da ., & Kauchakje, S. (2023). Governança global das migrações internacionais: um caminho possível? une voie possible ?. *Interações (Campo Grande)*, 24(3), 1039–1056. <https://doi.org/10.20435/inter.v24i3.3754>
- Vale, F., Medeiros, P. H. A., Araújo, M. da C. B., Borges, G. K. D., Mendes, J. R. G., Borges, M. M. S. (2021). *Brasil: Seus Imigrantes e Refugiados à Luz da Decolonialidade*. *Revista Latino-Americana de Estudos Científico – ISSN 2675-3855 – v. 02, n.09*. <file:///C:/Users/deinh/Downloads/35039-Texto%20do%20artigo-107301-1-10-20210427.pdf>
- Vasconcelos, C., & Librelotto, L. I. (2022). O Impacto Social Humanizado de Abrigos na Cidade De Manaus/Am. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 11, 160-176. <https://doi.org/10.59306/rgsa.v11e2022160-176>
- Vianelli, L. (2022). Warehousing asylum seekers: The logistification of reception. *Environment and Planning D: Society and Space*, 40(1), 41-59. <https://doi.org/10.1177/02637758211056339>
- Yus, I., Guillén-Riquelme, A., & Quevedo-Blasco, R. (2023). Meta-análisis de la eficacia de intervenciones psicológicas en menores refugiados. *Revista Iberoamericana de Psicología e Saúde*, 14(1), 26-39. <https://doi.org/10.23923/j.rips.2023.01.063>

Estudo 3 - Acolhimento de Migrantes e Refugiados em Santarém-PA: Caracterização Biopsicossocial, Demandas e Desafios para o Desenvolvimento Infantil .

Resumo

Este estudo analisou aspectos particulares do acolhimento de migrantes e refugiados em Santarém-PA, considerando o perfil biopsicossocial das famílias nele atendidas nos anos de 2017-2024 e a identificação das suas necessidades e interesses como demandas para esse serviço de proteção social especial. A pesquisa, de abordagem quantitativa, examinou 684 prontuários individuais referentes a 342 famílias acolhidas, com foco em variáveis como escolaridade, ocupação, etnia e condições de vida. O instrumento utilizado foi Formulário de Caracterização de Famílias Migrantes e Refugiadas Acolhidas (FCFA). A análise dos dados, realizada por meio de estatística descritiva e inferencial no software R, permitiu identificar padrões significativos. A maioria dos acolhidos é venezuelana, com destaque para a etnia indígena Warao (36% mulheres e 34% homens). Entre os participantes, 67% dos homens e 62% das mulheres possuem protocolo de refúgio, enquanto 41% e 32%, respectivamente, estão desempregados. Quanto à escolaridade, 15% das mulheres e 15% dos homens não têm formação acadêmica, refletindo dificuldades de inclusão no mercado de trabalho. Dentre as crianças e adolescentes acolhidos, 5,5% participam de ambientação escolar, enquanto apenas 15% estão no ensino fundamental. Observou-se também uma alta dependência de práticas informais de geração de renda, como a “coleta” nas ruas e espaços públicos, predominante entre mulheres (9,4%), além do uso de auxílios sociais (11% homens e 7,6% mulheres). Além das dificuldades econômicas e sociais, o estudo revelou lacunas significativas nos prontuários individuais, com 52% a 69% dos registros contendo informações incompletas sobre ocupação, escolaridade e etnia. Essa deficiência prejudica a formulação de políticas públicas mais direcionadas. Os dados indicam a necessidade de maior atenção à inclusão educacional, suporte psicológico e programas de qualificação para aumentar as oportunidades de trabalho e autonomia econômica dos acolhidos. Conclui-se que, embora as políticas de acolhimento apresentem avanços nos últimos anos, persistem desafios críticos que demandam maior articulação intersetorial, melhorias nos serviços prestados e estratégias que promovam a inclusão social e econômica dessa população.

Palavras-chave: Acolhimento institucional; Desenvolvimento humano; Migração; Refúgio; direitos humanos.

Abstract

This study analyzed specific aspects of the reception of migrants and refugees in Santarém-PA, considering the biopsychosocial profile of the families assisted in the period 2017-2024 and the identification of their needs and interests as demands for this special social protection service. The research, using a quantitative approach, examined 684 individual medical records relating to 342 families welcomed, focusing on variables such as education, occupation, ethnicity and living conditions. The instrument used was the Characterization Form for Migrant and Refugee Families Welcomed (FCFA). Data analysis, performed using descriptive and inferential statistics in the R software, allowed the identification of significant patterns. The majority of those welcomed are Venezuelan, with emphasis on the Warao indigenous ethnicity (36% women and 34% men). Among the participants, 67% of men and 62% of women have refugee status, while 41% and 32%, respectively, are unemployed. Regarding education, 15% of women and 15% of men have no academic training, reflecting difficulties in entering the job market. Among the children and adolescents sheltered, 5.5% participate in school settings, while only 15% are in elementary school. A high dependence on informal income-generating practices was also observed, such as “collecting” in the streets and public spaces, predominant among women (9.4%), in addition to the use of social assistance (11% men and 7.6% women). In addition to economic and social difficulties, the study revealed significant gaps in individual records, with 52% to 69% of records containing incomplete information on occupation, education, and ethnicity. This deficiency hinders the formulation of more targeted public policies. The data indicate the need for greater attention to educational inclusion, psychological support and qualification programs to increase the job opportunities and economic autonomy of those sheltered. It is concluded that, although shelter policies have shown progress in recent years, critical challenges persist that require greater intersectoral coordination, improvements in the services provided and strategies that promote the social and economic inclusion of this population.

Keywords: Institutional shelter; Human development; Migration; Refuge; Human rights.

Introdução

As migrações no mundo ocorrem por diversos fatores, que podem ser classificados como forçados ou voluntários. Enquanto alguns indivíduos se deslocam em busca de melhores condições de vida, outros são obrigados a fugir devido a conflitos, perseguições ou desastres ambientais, o que leva à solicitação de refúgio (Silva & Kauchakje, 2023). O processo migratório sempre desempenhou um papel fundamental na história e na formação das sociedades, e isso também se aplica à construção histórica do Brasil. A partir desse fluxo, é possível observar o entrelaçamento de milhares de imigrantes que ingressaram no território ao longo das últimas décadas. Atualmente, essas movimentações continuam a ocorrer por diversas razões, mas principalmente em razão de questões econômicas, políticas, religiosas, ideológicas e ambientais. Todas essas razões estão interligadas à garantia dos Direitos Humanos (Santos, 2021).

A história do Brasil oferece vários exemplos de que o deslocamento humano ocorreu no passado e persiste hoje de forma constante em uma sociedade marcada pela diversidade cultural e as particularidades territoriais dos seus estados e regiões. Para Conde e Alcubierre (2018), embora as migrações ocorram desde os tempos antigos e o discurso contemporâneo destaque que as pessoas migram em diferentes situações e contextos, é importante notar que esses deslocamentos são decorrentes, direta ou indiretamente, das determinações e dos condicionantes históricos da forma capitalista de produzir e reproduzir a vida humana na atualidade. O número de pessoas que cruzam fronteiras internacionais e buscam refúgio em outro país, como é o caso dos migrantes no Brasil, cresceu significativamente a partir de 2015, tornando-se parte importante desse fenômeno contemporâneo que modifica e molda nosso cotidiano (Cantinho, 2018; Gonçalves, 2022). Desse modo, a migração e o refúgio ocorrem hoje em número cada vez maiores, o que inclui a sociedade brasileira.

Atualmente, famílias inteiras migram em busca de melhores condições de vida ao redor do mundo. Entre os grupos em deslocamento, destacam-se as crianças, cujas trajetórias são profundamente impactadas pela migração de seus pais e familiares. Essas mudanças, resultantes das decisões dos adultos responsáveis, influenciam diretamente o desenvolvimento infantil, trazendo desafios e transformações significativas em sua realidade de vida (Lopes & Mota, 2021). O deslocamento pode causar insegurança emocional, instabilidade educacional e dificuldade de integração social, especialmente em contextos de acolhimento precário ou discriminação. Diante desse cenário, políticas públicas e iniciativas internacionais têm buscado garantir os direitos das crianças

migrantes ou refugiadas, por meio de programas de proteção, acesso a serviços essenciais e estratégias de inclusão escolar e social.

Para regulamentar essas dinâmicas em constante transformação, leis foram criadas e posteriormente atualizadas. A convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pela ONU em 1989 é o principal marco normativo internacional sobre os direitos infantis e a legislação mais amplamente ratificada no mundo. O documento estabelece princípios fundamentais, como o direito à proteção, ao desenvolvimento pleno e à participação, sendo essencial para orientar políticas de acolhimento e assistência à criança migrantes e refugiadas.

No contexto brasileiro, a Lei nº 9.474 de 1997, define os critérios para o reconhecimento da condição de refugiado, estabelecendo direitos e garantias para aqueles que foram forçados a deixar seus países devido a perseguições por motivos de razão sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou ainda, por estarem sofrendo grave e generalizada violação de direitos humanos em seu país de nacionalidade (Brasil, 1997). Essa legislação alinha-se aos princípios da convenção de 1951 sobre o estatuto dos refugiados e reforça o compromisso do Brasil com a proteção humanitária. Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos ONU (1948), em seu artigo 14, reconhece o direito de toda pessoa buscar e receber asilo em outro país em caso de perseguição. Esse princípio fortalece o entendimento de que o acolhimento de refugiados não é apenas uma questão humanitária, mas um dever dos Estados no âmbito do direito internacional.

Paralelamente a essa definição, a Lei de Migração nº 13.445, de 2017, introduziu um marco legal importante no tratamento dos direitos e deveres dos migrantes no Brasil. Essa lei estabelece que o migrante é um sujeito de direitos, independentemente de sua nacionalidade, e abrange tanto os brasileiros que se encontram no exterior quanto os migrantes internacionais residentes no país. A Lei de Migração visa garantir que todos os indivíduos, sem distinção, tenham seus direitos respeitados e possam usufruir das garantias básicas de cidadania e dignidade humana no país. A legislação vigente reconhece a complexidade das realidades migratórias e busca promover uma abordagem que respeite a dignidade dos migrantes, assegurando a proteção de seus direitos fundamentais (Brasil, 2017).

No entanto, a implementação dessas normativas exige uma coordenação eficaz entre diferentes órgãos governamentais e a sociedade civil para garantir que os direitos dos migrantes e refugiados sejam plenamente respeitados. A efetiva aplicação da

legislação depende não apenas da existência de um arcabouço legal robusto, mas também de um compromisso contínuo com a formulação e execução de políticas públicas que atendam às necessidades dessa população e promovam a equidade social. Isso inclui o acesso a serviços essenciais, como moradia, saúde, e educação, bem como a criação de mecanismos que favoreçam a integração socioeconômica dos migrantes e refugiados nos países de acolhimento.

Dentre os diversos fatores que impulsionam a migração, a busca por oportunidades econômicas destaca-se como uma das principais motivações. Muitos migrantes deslocam-se em busca de melhores condições de vida e trabalho, especialmente quando enfrentam instabilidade econômica e escassez de empregos em seus países de origem. Esse movimento é intensificado pelas desigualdades regionais e pela concentração de oportunidades em nações com economias mais estáveis.

Além dos fatores econômicos, os aspectos políticos também desempenham um papel fundamental nos fluxos migratórios. Conflitos armados, perseguições políticas e instabilidade governamental forçam indivíduos e famílias a deixarem seus países de origem em busca de segurança e estabilidade em outros lugares (Barbosa, 2022). O refúgio torna-se, assim, uma alternativa essencial para aqueles que enfrentam ameaças à sua integridade física e liberdade.

No Brasil, como em muitos outros países, imigrantes que fogem de perseguições, políticas frequentemente encontram acolhimento e novas oportunidades. Além dos fatores econômicos e políticos, as questões religiosas e ideológicas também influenciam a migração. Perseguições religiosas e a busca por liberdade para praticar crenças e valores pessoais têm levado muitas pessoas a procurar países onde possam exercer seus direitos de forma mais plena. O impacto ambiental, como as mudanças climáticas e desastres naturais, também é um fator crescente na migração contemporânea. Eventos como secas prolongadas, enchentes e outros desastres ambientais forçam comunidades inteiras a abandonar suas casas em busca de ambientes mais seguros e sustentáveis (Alcântara, 2024). Portanto, tornou-se um aspecto central das dinâmicas sociais contemporâneas, na medida em que tem impacto em diferentes políticas públicas e redes de serviços.

Todas essas razões estão interligadas à garantia dos Direitos Humanos. A migração, em suas diversas formas e causas, levanta questões importantes sobre o tratamento justo e digno dos migrantes. A proteção deve ser uma prioridade, garantindo que todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou situação, tenham acesso a condições de vida adequadas e oportunidades de integração social e econômica. As

políticas públicas e as práticas de acolhimento desempenham um papel vital nesse processo, buscando equilibrar a necessidade de segurança nacional com a responsabilidade de respeitar e promover os direitos fundamentais dos migrantes (Santos, 2021).

A compreensão e o gerenciamento eficaz dessas dinâmicas migratórias são essenciais para garantir que as sociedades acolham e integrem os migrantes de maneira sustentável promovendo uma convivência harmoniosa e enriquecedora para todos os envolvidos. Durante o processo de migração ou refúgio, as pessoas vivenciam instabilidade na organização familiar e social, o que impacta profundamente aspectos emocionais, sociais e culturais.

Diante desse cenário, o contexto de acolhimento deve promover sensibilização social e estruturar políticas públicas que garantam a plena inserção de migrantes ou refugiados na sociedade. Isolar uma parcela população da convivência comunitária compromete não apenas o bem-estar dos migrantes, mas também a coesão social e a diversidade cultural dos países receptores.

Nessas circunstâncias, Raffoul (2020) destaca que o acolhimento institucional tem se concentrado, predominantemente, no fornecimento de apoio nutricional, vestuário e habitação, visando assegurar condições básicas para o desenvolvimento físico, mental, espiritual, e moral dos migrantes. No entanto, para que a integração seja efetiva, é necessário ampliar esse suporte, incluindo políticas que promovam o acesso à educação, ao mercado de trabalho e à assistência psicossocial, contribuindo para a autonomia e a dignidade dessa população.

Esse suporte básico é fundamental, pois permite reconhecer que o desenvolvimento humano vai além da satisfação de necessidade imediatas. O ser humano se desenvolve a partir de suas experiências individuais e coletivas, estabelecendo relações significativas com a família, amigos, colegas de trabalho e outros grupos sociais. Essas interações são essenciais para o aprimoramento pessoal e para a construção da identidade dos indivíduos, influenciando diretamente sua adaptação a novos contextos. A integração bem-sucedida exige, portanto, um entendimento aprofundado de como essas relações e experiências impactam seu bem-estar e desenvolvimento contínuo. Garantir que essas populações tenham acesso a redes de apoio, oportunidades educacionais e inserção no mercado de trabalho é básico para que possam reconstruir suas vidas de maneira digna e participativa em suas comunidades.

Sob essa concepção, a criança migrante ou refugiada, à luz do MBDH, pode ser compreendida como um ser em constante transformação, cujo desenvolvimento ocorre a partir das interações estabelecidas entre os quatro núcleos Processo, pessoa, contexto e tempo (PPCT) Bronfenbrenner (1996/2011). Esses elementos são fundamentais para analisar como o ambiente, as experiências e as relações interpessoais moldam o desenvolvimento infantil em situações de migração e refúgio. Dessa forma, compreender as interações nesses níveis torna-se essencial para a formulação de políticas públicas que promovam um acolhimento respeitoso e eficiente as necessidades dessas crianças.

Nesse sentido, é fundamental identificar os fatores de risco e de proteção presentes nos ambientes de acolhimento, especialmente aqueles que têm um impacto direto no desenvolvimento humano. As famílias migrantes ou refugiadas não são apenas corpos deslocados, mas indivíduos particularmente vulneráveis diante de situações de conflito, seja devido a suas características biopsicológicas ou à falta de condições básicas de infraestrutura para sua sobrevivência. A abordagem bioecológica proposta por Bronfenbrenner (1996/2012) oferece uma perspectiva valiosa para entender os espaços de acolhimento como contextos de desenvolvimento abrangentes.

Este estudo foi realizado em uma instituição destinada ao acolhimento de adultos e famílias migrantes ou refugiadas em Santarém-PA. Com o objetivo de descrever e analisar as características biopsicossociais das famílias acolhidas no período de 2017 a 2024, incluindo adultos, adolescentes e crianças.

Método

Delineamento

Este estudo utilizou uma abordagem quantitativa para examinar dados extraídos de fontes documentais, especificamente prontuários individuais e documentos familiares, disponibilizados por uma instituição de acolhimento para migrantes ou refugiadas. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva e inferencial, fornecendo uma abordagem empírico-analítica, conforme descrito por Alyrio (2009). O principal objetivo foi obter uma visão detalhada das características biopsicossociais de adultos, adolescentes e crianças atendidos pela instituição, onde estavam acolhidos e residiam temporariamente. Quando os dados dos prontuários apresentavam informações insuficientes ou incompletas, uma funcionária responsável pela guarda desses documentos foi consultada para complementar os dados, com a finalidade de obter maiores informações. Do mesmo modo, informações adicionais foram coletadas a partir da inserção ecológica da doutoranda no campo de pesquisa, com registros documentados

em diário de campo, o que permitiu a compreensão do contexto em questão e das dinâmicas do acolhimento de famílias e indivíduos, especialmente as crianças.

Contexto

Esta pesquisa teve como lócus uma instituição de acolhimento de adultos e famílias que realizava atendimento a migrantes e refugiados em uma instalação própria. A instituição é mantida pela Prefeitura do Município de Santarém por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS). A casa de acolhimento é um equipamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, com o objetivo principal de oferecer acolhida ao público adulto e famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. A instituição proporciona um ambiente estruturado para garantir a segurança e o bem-estar dos acolhidos, oferecendo serviços que visavam atender às suas necessidades básicas e promover sua integração e recuperação social.

A casa de acolhimento recebe a população refugiada ou migrantes de outros países ou de outras regiões do Brasil. Atualmente, os acolhidos são predominantemente refugiados indígenas da etnia Warao. Esse grupo enfrenta desafios significativos devido ao deslocamento e às condições adversas em seu país de origem, a Venezuela. Por outro lado, Santarém-PA, devido à sua localização estratégica e políticas de acolhimento, tornou-se pouco a pouco um dos principais destinos para essa população na região Oeste do Estado do Pará. De fato, o município é o segundo com o maior número de venezuelanos indígenas no Estado do Pará, conforme relatado pelo Unicef (2020).

A escolha do lócus para esta pesquisa deu-se à sua relevância no contexto de acolhimento e integração de migrantes e refugiados, além de seu papel frulcal no suporte a grupos especialmente vulneráveis. A análise dos serviços e das práticas adotadas pela instituição proporcionou insights valiosos sobre o impacto do atendimento oferecido e as áreas que poderiam ser aprimoradas para melhor atender às necessidades dos acolhidos.

Participantes

Este estudo documental envolveu a análise de prontuários de pessoas atendidas na Casa de acolhimento para Adultos e famílias (CAAF), durante o período de 2017 a 2024, que possuíam registros na secretaria da instituição. A amostra foi composta por 684 prontuários, envolvendo adultos, adolescentes e crianças. Como critério de inclusão foi estabelecido que o coordenador da instituição expressasse seu consentimento com os termos da pesquisa em um documento específico. Esse consentimento foi formalizado por meio do Termo de Compromisso de Utilização de dados (TCUD) (Apêndice D). Além

disso, foram excluídos do estudo os moradores que não possuíam prontuários na instituição.

O processo de seleção dos prontuários garantiu que apenas aqueles com documentação adequada fossem incluídos, assegurando a validade e a consistência dos dados coletados. O TCUD forneceu informações claras e detalhadas sobre o estudo, garantindo que a coordenação da instituição estivesse plenamente informada sobre os objetivos, procedimentos e implicações da pesquisa antes de fornecerem seu consentimento.

Ambiente

Como este estudo foi realizado através de uma pesquisa documental, o ambiente utilizado para o levantamento de dados foi a secretaria da instituição. O processo contou com a colaboração das técnicas de referência. Essas profissionais desempenharam um papel importante na organização e fornecimento das informações necessárias para a pesquisa.

O acesso aos prontuários dos acolhidos, que estavam registrados na secretaria, foi facilitado pelas funcionárias, que auxiliaram na coleta e verificação dos dados. A colaboração dessas profissionais garantiu a precisão e a integridade das informações obtidas, possibilitando uma análise detalhada e consistente dos acolhidos entre 2017 e 2024.

Além disso, o suporte das assistentes administrativa foi essencial para assegurar que todos os procedimentos seguissem as diretrizes estabelecidas e que o acesso às informações respeitasse as normas de confidencialidade e ética da pesquisa. Sua colaboração garantiu que o estudo fosse conduzido de maneira eficiente e que os dados coletados refletissem com precisão a situação dos atendidos na instituição.

Instrumentos e Materiais

Para atender ao objetivo deste estudo, que era descrever o perfil biopsicossocial dos moradores da instituição de acolhimento, foi utilizado o Formulário de Caracterização de Famílias Migrantes e Refugiadas Acolhidas (FCFA) apêndice F. O uso deste instrumento visava realizar um levantamento detalhado, através de perguntas objetivas relacionadas aos dados da família acolhida. O formulário incluiu questões sobre variáveis como nível educativo, estado civil, situação de trabalho, renda mensal, tipo de habitação, motivos da migração e razões para a escolha do país ou localidade de acolhimento.

O FCFA também incluiu perguntas sobre situações estressantes, utilizando uma escala de pontuação para avaliar a intensidade dessas situações, utilizando uma escala de

pontuação para avaliar a intensidade dessas situações. Outras questões abordaram a dinâmica familiar, incluindo o papel do pai e da mãe e o suporte recebido em relação às situações vivenciadas com os filhos. As perguntas foram distribuídas em cinco blocos, a fim de facilitar uma análise mais detalhada e organizada.

Este instrumento recupera itens de um estudo anterior conduzido pela Prof^a Dr^a Ana Maria Almeida, docente da Universidade do Minho (Braga, Portugal), em colaboração com pesquisadores da Universidade de La Laguna (Tenerife, Espanha). O objetivo desse estudo era melhor compreender a realidade das famílias luso-venezuelanas em Portugal. Para o contexto deste estudo, a versão do formulário foi amplamente revisada e adaptada para a realidade pesquisada. As modificações incluíram a tradução geral para o português, ajustes específicos para o contexto brasileiro, como adequação ao nível de escolaridade, emprego e renda, locais, além da inclusão de perguntas relacionadas ao sistema de proteção social do Brasil (Apêndice E).

Como este estudo é um estudo documental, não foi possível realizar perguntas diretamente aos participantes sobre situações estressantes, utilizando escala de pontuação, nem explorar como eles lidam com as dificuldades encontradas. Da mesma forma, não foi possível abordar questões detalhadas sobre a vida familiar, incluindo o papel do pai e da mãe, e o suporte recebido em relação às situações vivenciadas com os filhos.

Devido à natureza documental do estudo, que se baseou em dados previamente registrados e disponibilizados pela instituição, algumas informações específicas sobre experiências individuais e aspectos subjetivos das famílias foram registradas a partir de observações das dinâmicas familiares captadas pela inserção ecológica da pesquisadora no campo da pesquisa. Essa vivência permitiu observar o cotidiano de forma mais próxima, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das relações, práticas e desafios enfrentados pelos participantes. No entanto, é importante considerar que parte dos dados analisados diz respeito a períodos anteriores à presença da pesquisadora no campo, o que impossibilitou a observação direta de algumas dinâmicas e limita, em certa medida, a análise desses aspectos com base apenas nos registros documentais disponíveis.

Procedimento de coleta e análise dos dados

Os dados coletados foram arquivados sob a guarda da pesquisadora, com o objetivo de armazenar informações pessoais, escolares e profissionais dos participantes. Essa medida garantiu a segurança e a confidencialidade dos dados, que estiveram acessíveis apenas à pesquisadora e aos colaboradores autorizados, conforme as normas éticas e de proteção de dados aplicáveis.

Quanto ao formulário de caracterização das famílias acolhidas, os dados foram analisados por meio de categorias gerais, como dados pessoais, ano de chegada na instituição, número de filhos, escolaridade, situação empregaticia, financeira e auxílios recebidos, entre outros. A análise foi realizada utilizando técnicas de estatística descritiva e inferencial. A estatística descritiva permitiu resumir e descrever as características principais dos dados, como idade, tempo e motivo do acolhimento, além de aspectos relacionados à situação familiar e ao processo de acolhimento. A estatística inferencial foi utilizada para identificar padrões e relações significativas entre variáveis, possibilitando a generalização dos resultados e a formulação de conclusões mais abrangentes.

Para conduzir a análise estatística deste estudo, utilizou-se o software R, uma linguagem de programação multi-paradigma orientada a objetos, programação funcional e dinâmica, voltada à manipulação, análise e visualização de dados. A abordagem envolveu a preparação dos dados, análise descritiva e inferencial, e interpretação dos resultados.

Durante o processo de análise, foram consideradas variáveis como a idade dos membros da família, o tempo de acolhimento e os motivos da migração. Também foram analisadas questões relacionadas à situação familiar e ao processo de acolhimento. Outras categorias relevantes surgiram com o desvelamento do estudo, permitindo uma compreensão mais detalhada e aprofundada das dinâmicas envolvidas.

Resultados e Discussão

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados referentes às características biopsicossociais de migrantes e refugiados coletados em prontuários, levando em consideração aspectos pessoais como país de origem, gênero, idade, ano de chegada na instituição, etnia, escolaridade, ocupação, fonte de renda, motivo da migração ou pedido de refúgio, forma de acesso ao serviço de acolhimento, companhia durante o deslocamento e número de filhos. Com essa estrutura, a análise fornecerá uma visão detalhada das condições e experiências dos participantes, contribuindo para a orientação de possíveis intervenções e políticas que possam promover melhores condições para o desenvolvimento humano dos acolhidos.

Nesse contexto, a análise das características biopsicossociais dos migrantes ou refugiados pesquisados em Santarém-PA é fundamentada em um total de N= 684 prontuários individuais disponíveis na secretaria da instituição responsável pelo acolhimento. Após um levantamento inicial realizado considerando um a um dos

prontuários, os dados foram organizados totalizando um total de 342 famílias. Esses prontuários representam uma amostra significativa que permite investigar as características e condições peculiares do fluxo migratório de 8 anos. A coleta e análise dessas informações são essenciais para compreender as diversas situações enfrentadas por essas famílias, incluindo aspectos como a país de origem, os desafios sociais e econômicos e as necessidades específicas que podem influenciar sua integração e bem-estar na nova comunidade. Essa abordagem busca oferecer uma visão detalhada das realidades enfrentadas pelos migrantes e refugiados, contribuindo para contextos de acolhimento que respeitem a diversidade cultural dos acolhidos, além de possibilitar a reflexão e formulação de políticas e intervenção mais adequadas e eficazes.

Os dados serão apresentados na Tabela 1, que sintetiza as informações levantadas sobre as características dos adultos, adolescentes e crianças divididos por gênero. Essas informações são essenciais para colaborar com intervenções e políticas específicas que visem melhorar as condições de vida dos acolhidos, garantindo que as ações adotadas sejam adequadas às necessidades reais da população atendida.

Tabela 1. Características biopsicossocial dos migrantes e refugiadas (N= 684)

VARIÁVEIS	(f) %	
	Feminino ♀	Masculino ♂
Protocolo de Refúgio		
Sim	211 (62%)	228 (67%)
Não	23 (6.3%)	14 (4.1%)
Sem informação	88 (26%)	33 (9.3 %)
Não se aplica	20 (5.8%)	67 (20%)
País de Origem		
Venezuela	184 (54%)	187 (55%)
Sem Informação	145 (42%)	78 (23%)
Brasil	10 (2.9%)	70 (20%)
Colômbia	0 (0%)	2 (0.6%)
Haiti	2 (0.6%)	2 (0.6%)
Guiana	0 (0%)	1 (0.3%)
Bolívia	0 (0%)	1 (0.3%)
Peru	0 (0%)	1 (0.3%)
Guiana Francesa	1 (0.3%)	0 (0%)
Gênero		
Sem informação	202 (59%)	274 (80%)
Sem informação	140 (41%)	68 (20%)
Idade		
Sem informação	35 (13)	41 (17)
Sem informação	160	83

Entrada na instituição		
2017	26 (7.6%)	22 (6.4%)
2018	13 (3.8%)	28 (8.2%)
2019	72 (21%)	67 (20%)
2020	15 (4.4%)	31 (9.1%)
2021	13 (3.8%)	28 (8.2%)
2022	21 (6.1%)	51 (15%)
2023	27 (7.9%)	30 (8.8%)
2024	11 (3.2%)	16 (4.7%)
Sem informação	144 (42.3%)	69 (20%)
Etnia		
Warao	24 (36%)	115 (34%)
Não indígena	39 (11%)	50 (15%)
Enêpa	3 (0.9%)	0 (0%)
Sem Informação	176 (51%)	177 (52%)
Escolaridade		
Alfabeto	52 (15%)	50 (15%)
Ensino fundamental I	12 (3.5%)	25 (7.3%)
Ensino fundamental II	13 (3.8%)	20 (5.8%)
Ensino médio	20 (5.8%)	48 (14%)
Profissionalizante	0 (0%)	2 (0.6%)
Ensino superior	8 (2.3%)	19 (5.6%)
Sem informação	237 (69%)	178 (52%)
Ocupação		
Desempregado(a)	109 (32%)	140 (41%)
Aposentado(a)	4 (1.2%)	22 (6.4%)
Trabalho sem contrato	4 (1.2%)	8 (2.3%)
Contrato temporário	0 (0%)	1 (0.3%)
Sem Informação	225 (66%)	171 (50%)
Fonte de renda		
Sem renda	71 (21%)	91 (27%)
Auxílio	26 (7.6%)	37 (11%)
Coleta	32 (9.4%)	20 (5.8%)
Bicos	1 (0.3%)	10 (2.9%)
Artesanato	2 (0.6%)	7 (2.0%)
Vendas	1 (0.3%)	2 (0.6%)
Aposentado	1 (0.3%)	1 (0.3%)
Pesca	0 (0%)	1 (0.3%)
Massoterapeuta	1 (0.3%)	0 (0%)
Auxiliar de pedreiro	1 (0.3%)	0 (0%)
Bronzeamento	1 (0.3%)	0 (0%)
Sem Informação	205 (60%)	173 (51%)

Fonte: Autora (2025)

A partir dessa amostra, foram observados os seguintes dados: 67% dos homens e 62% das mulheres possuem protocolo de refúgio, indicando que estão formalmente reconhecidos como refugiados. Em contraste, 4,1% dos homens e 6,3% das mulheres não possuem esse protocolo, o que pode sugerir uma situação de irregularidade ou solicitação não concluída. Além disso, 9,3% e 26% dos prontuários não continham informações sobre o protocolo ou solicitação de refúgio, o que pode indicar falta de registro ou a necessidade de atualização dos dados.

O protocolo para refugiados é uma forma de manter o controle de pessoas dentro de um país. Para Alcântara (2024), esse documento é uma base jurídica que existe há muito tempo e permanece até os dias atuais para sistematizar o fluxo de pessoas obrigadas a deixar seus países. Dessa forma, é importante que pessoas que precisam de legalização tenham acesso a esse documento, a fim de facilitar a inclusão em benefícios sociais e acolhimento no destino escolhido.

Adicionalmente, os dados mostram que 20% e 5,8% dos casos foram classificados como “não se aplica”. Este grupo inclui migrantes nacionais que, por serem cidadãos brasileiros, não necessitam de um protocolo de refúgio para permanecer no país. É importante destacar que essa categorização é fundamental para a compreensão do contexto dos migrantes e refugiados, pois reflete as diferenças nas exigências legais e administrativas para permanência no Brasil entre nacionais e estrangeiros.

Como a pesquisa inclui migrantes e refugiados entre seus participantes, é essencial especificar o país de origem dos responsáveis familiares. Os dados coletados indicam que a grande maioria dos moradores da instituição é proveniente da Venezuela, predominância observada em ambos os gêneros. Após os venezuelanos, o segundo grupo mais significativo é formado por migrantes oriundos de outras regiões do Brasil.

Além disso, verificou-se um número considerável de prontuários que não contêm informações sobre o país de origem dos moradores, o que representa uma lacuna significativa nessa base de dados. Contudo, foram identificados, em menor quantidade, acolhidos originários do Haiti, Colômbia, Peru, Bolívia e Guiana Francesa. Esses dados estão detalhados na Tabela 1, que apresenta a distribuição dos acolhidos na instituição de acordo com seu país de origem. A divisão por gênero mostra que 59% são femininas e 80% são masculinos.

A análise da distribuição etária dos migrantes e refugiados acolhidos é essencial para compreender questões específicas de aspectos desenvolvimentais, bem como suas condições de inserção social. Embora parte da literatura, como o estudo de Santos (2021),

destaque a presença de mulheres com menos de 18 anos entre os migrantes um grupo particularmente suscetível a abusos e exploração sexual, os dados desta pesquisa apontam para um perfil majoritariamente adulto. Isso revela um cenário mais complexo, em que a migração envolve não apenas indivíduos isolados, mas também famílias inteiras, com diferentes faixas etárias e necessidades específicas.

A estrutura familiar também reflete essa configuração. Dos prontuários que apresentam essas informações, 47% indicam famílias com filhos. Dentre elas, 30% convivem com ambos os pais, 11% são chefiadas apenas pela mãe, 3,5% pelo pai, e 0,3% são cuidadas pela avó. No entanto, a ausência de dados em 56% dos prontuários limita a compreensão mais abrangente das dinâmicas familiares. Ainda assim, os números disponíveis apontam para uma realidade em que muitos migrantes e refugiados chegam ao país acompanhados de seus núcleos familiares, o que demanda políticas públicas que considerem essa configuração, incluindo acesso a educação, saúde e moradia adequada.

O fluxo migratório da Venezuela teve início devido à crise financeira provocada pela queda no preço do barril de petróleo no mercado internacional e as decisões não assertivas por parte do chefe de estado entre os anos de 2014 e 2015, sendo uma das piores crises da história do país (Rodrigues Junior, 2022; Santos, 2021). A migração de venezuelanos foi impulsionada por problemas políticos, incluindo a aplicação inadequada de políticas assistencialistas, o que contribuiu para uma das mais graves crises migratórias na América do Sul (Mendes, Silva & Senhoras, 2022). Além disso, fatores sociais, como fome, falta de emprego e produtos básicos, bem como dificuldades no acesso a serviços públicos, agravaram a situação. Por essas razões, o Brasil tornou-se uma alternativa em busca de melhores condições de vida para essa população (Cavalcanti, Oliveira & Macedo, 2019).

Os problemas políticos-socioeconômicos na Venezuela ocorreram em vista da desestabilização governamental e, interferindo em questões econômicas do país, e esses aspectos contribuíra diretamente para a precarização das condições de vida da população, deixando a sociedade mais vulnerável. O Brasil apresentou-se como uma alternativa viável e interessante para uma parte considerável dessa população que decidiu deixar o país.

A entrada da população da Venezuela no Brasil provocou uma sobrecarga nos sistemas públicos de saúde, educação, segurança, entre outros. Para tentar enfrentar essa dificuldade, o Governo de Roraima elaborou o Decreto Estadual Nº 25.681, que determinou o controle de entrada dos migrantes venezuelanos e estabeleceu restrições ao

acesso aos sistemas públicos em geral (Santos, 2021). No entanto, esse decreto foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por ser considerado um ato de ilegalidade, inconstitucionalidade ou violação de tratados internacionais.

Uma análise de dados realizada por Marques (2020) sobre as solicitações de refúgio recebidas de venezuelanos no Brasil (2011-2018) revela que o fluxo migratório da Venezuela para o Brasil aumentou significativamente a partir de 2014, com 201 solicitações, alcançando seu pico em 2018 com 61.681 solicitações. Em contrapartida, o documento Refúgio em Números de 2024 apresenta dados das solicitações realizadas em 2023, mostrando que, do total de 58.628 solicitações de refúgio, 29.467 foram de pessoas provenientes da Venezuela (Junger da Silva et al., 2024).

Os dados demonstram que, ao longo dos anos, o Brasil tornou-se uma alternativa para o fluxo migratório da Venezuela, devido às condições geográficas de fronteira e oportunidades oferecidas pelo país. Entretanto, ainda existem lacunas na organização dos dados pessoais dos migrantes durante a triagem na instituição que os acolhe na cidade de Santarém, evidenciadas pela quantidade de prontuários que não apresentam informações básicas, como a país de origem e etnia. Isso interfere diretamente na forma de acolhimento, pois a origem dos migrantes influencia suas formas de viver e conviver com outras pessoas.

Como parte afetada por questões políticas, sociais e econômicas, os povos indígenas também buscavam melhores condições de vida na fronteira entre a Venezuela e o Brasil. Rodrigues Junior (2022) destaca que essas famílias se espalhavam pela região amazônica, em diversos contextos, como tribos, aldeias ou cidades nos dois países. O autor revela que embates entre militares venezuelanos e indígenas dentro do território venezuelano forçaram a migração para o Brasil, com o intuito de aguardar o fim do conflito.

As questões culturais desempenham um papel principal no desenvolvimento humano. É essencial apresentar a etnia dos participantes da pesquisa para compreender como as diferentes dimensões culturais podem influenciar o desenvolvimento dos indivíduos, de maneira positiva ou negativa. Identificar a etnia dos participantes permite analisar como as características culturais específicas contribuem para processos de desenvolvimento proximal, promovendo aspectos positivos ou, em alguns casos, processos inversos (Merçon-Vargas et al., 2020). A inclusão da etnia na análise permitiu uma compreensão mais detalhada de como fatores culturais e étnicos interagem com o desenvolvimento funcional dos participantes.

Os dados coletados nos prontuários mostram que a maioria dos moradores que passaram na casa de acolhimento são provenientes da Venezuela da etnia indígena Warao, com 36% do gênero feminino e 34% masculino. Além disso, é possível observar que 11% são venezuelanas pertencentes a etnias não indígenas, e 15% do gênero masculino também pertencem a grupos não indígenas, conforme dados apresentados na Tabela 1. Um aspecto que chama a atenção é a quantidade de prontuários que não contém informações sobre a etnia dos moradores. Essa falta de dados pode representar uma lacuna importante na compreensão do perfil cultural dos participantes e, conseqüentemente, na análise do impacto das questões culturais no desenvolvimento humano. Essas informações são categóricas para uma análise aprofundada das influências culturais sobre o desenvolvimento funcional e disfuncional dos participantes, ajudando a direcionar intervenções mais eficazes e culturalmente sensíveis.

Os povos indígenas recebidos na fronteira do Brasil com a Venezuela são, em sua maioria, das etnias Patamona, Macuxi e Taurepang (Pemon), que buscaram proteção para continuar sua trajetória de vida. Além dessas etnias, os indígenas da etnia Warao, de origem venezuelana, passaram a migrar para as regiões da fronteira brasileira em busca de maior segurança. Esses povos recebem uma atenção diferenciada, com cuidados específicos devido às questões culturais peculiares dessa população (Rodrigues Junior, 2022). Como uma das estratégias para acolher essa população em Boa Vista, foi criado um espaço específico para os indígenas. Segundo Marques (2020), esses espaços estão localizados em áreas distintas dos demais abrigos de Boa Vista e possuem uma estrutura com galpões e uma área com árvores, onde as redes são colocadas de forma conjunta. Outra diferença é o sistema de alimentação: a população indígena é responsável pelo preparo de suas próprias refeições de maneira comunitária, de acordo com suas práticas culturais, em contraste com outros abrigos que recebem marmitas prontas de empresas.

A descrição apresentada por Marques (2020) destaca as características peculiares do serviço de acolhimento em Roraima, evidenciando a preocupação em oferecer um atendimento mais adequado à população indígena Warao. Nesta pesquisa, os indígenas Warao são a etnia predominante na instituição estudada. Durante a inserção ecológica, foi possível observar que a instituição oferece alimentos típicos da cultura brasileira, como feijão, arroz, macarrão, carne, frango, peixe e salada, sendo ofertado institucionalmente quatro refeições diárias: café da manhã, almoço, lanche e jantar.

Com base em registros feitos no diário de campo da doutoranda, em algumas ocasiões, eram oferecidas salsicha ou sardinha durante o almoço, o que ¹gerava insatisfação entre os acolhidos, especialmente entre os indígenas Warao, que rejeitavam esses alimentos e se recusavam a fazer a refeição. Geralmente, no período da tarde, as mulheres se reuniam ao redor de fogões artesanais construídos na área externa para preparar a alimentação da noite. Os alimentos preparados eram sempre peixe ou frango, macarrão, com “arepa” (Figura 1), uma comida típica da Venezuela, geralmente consumidos com refrigerante principalmente pelas crianças.

Figura 1 – Preparo de “arepa”¹



Fonte: Autora (2025)

A população de migrantes e refugiados, especialmente da etnia Warao, enfrenta desafios significativos que impactam sua adaptação e integração no Brasil. Um dos principais obstáculos é a barreira da linguagem, o que inclui vocabulário, gramática, entonação e expressão oral. Muitos membros dessa etnia não compreendem o português, como um idioma específico, o que dificulta a comunicação eficaz entre os funcionários da instituição e os acolhidos. Essa falta de compreensão pode levar a mal-entendidos, dificultando o acesso a serviços essenciais e à participação em atividades comunitárias.

Nesse contexto, a inclusão no sistema educacional brasileiro torna-se fundamental. A educação não apenas fornece a linguagem necessária para a comunicação, mas também abre portas para o acesso à informação e ao conhecimento sobre os direitos e deveres dos cidadãos. Além disso, uma educação adequada pode facilitar a inserção no mercado de trabalho, permitindo que os migrantes desenvolvam habilidades que aumentem suas chances de empregabilidade. Com base nas informações disponibilizadas,

¹Arepa- Alimento tradicional da Venezuela

a distribuição da escolaridade entre os participantes é a seguinte: 15% do gênero feminino e 15% do masculino não possuem nenhum nível de escolaridade. A escolaridade em nível Fundamental I e II é distribuída entre 3,5% do gênero feminino e 7,3% do masculino para o nível I, enquanto no nível Fundamental II, 3,8% e 5,8% respectivamente estão incluídos. Em contraste, 5,8% do gênero feminino e 14% do masculino têm o ensino médio completo, além de 2,3% e 5,6% dos moradores possuírem nível superior.

Mesmo com limitações de recursos, entende-se que as diferentes esferas governamentais precisam garantir a oferta de serviços básicos obrigatórios, como saúde, educação, direito ao trabalho e lazer. Caso contrário, pode-se gerar marginalização dessa população e outros problemas sociais. Assim, é necessário promover a inclusão de migrantes e refugiados, especialmente nos serviços de educação, para que possam se estabilizar no mercado de trabalho, subsidiar o sustento familiar e, conseqüentemente, reduzir o número de pessoas em acolhimento institucional.

Quanto à inserção no mercado de trabalho, os dados mostram que 32% das mulheres e 41% dos homens encontravam-se desempregados. Além disso, 1,2% das mulheres e 6,4% dos homens estavam aposentados, enquanto 1,2% das mulheres e 2,3% dos homens possuíam vínculo empregatício sem contrato. Ao analisar aspectos sociais sobre a situação empregatícia, identificando as condições de trabalho dos moradores e a fonte de renda familiar, descrevendo as principais fontes de renda das famílias, observa-se que a inserção no mercado de trabalho apresenta uma realidade preocupante, especialmente em relação ao desemprego. É evidente que uma parte significativa da população enfrenta dificuldades para acessar oportunidades de trabalho. Esse cenário pode estar relacionado a diversos fatores, como a falta de qualificações, barreiras linguísticas, e a precariedade das condições de vida, que dificultam a inserção no mercado.

Os dados sobre aposentadoria, sugerem que a maioria dos moradores ainda está em idade ativa e, portanto, deveria estar em busca de emprego ou formação. A presença de mulheres e homens com vínculos empregatícios sem contrato destaca uma situação de informalidade, que é comum em contextos de vulnerabilidade social, onde os trabalhadores por necessidade de sobrevivência e manutenção familiar, se submetem a práticas de trabalho sem observar as questões formais trabalhistas não têm acesso a direitos básicos e proteção social previstas em legislação.

As motivações para migração e refúgio são diversas, incluindo a busca por novas oportunidades de emprego, melhores condições de vida ou a necessidade de escapar de

conflitos e perseguições. Segundo Wendling e Giongo (2022), muitos migrantes ou refugiados buscam o Brasil acreditando que será mais fácil conseguir emprego. Essas razões têm um impacto profundo na situação empregatícia dos migrantes e refugiados, refletindo desafios significativos no processo de integração no mercado de trabalho. Homens e mulheres podem enfrentar desafios distintos no mercado de trabalho, influenciados por habilidades, qualificações e barreiras culturais ou sociais específicas. Wendling e Giongo (2022) afirmam que, em sua pesquisa, mais de 50% dos participantes tinham vínculo formal no mercado de trabalho, o que diverge dos resultados observados nesta pesquisa. No entanto, algumas barreiras podem dificultar a inserção no mercado de trabalho (Sampaio & Alves, 2022). Uma delas é a comunicação linguística, pois a maioria dos acolhidos pertence à etnia Warao, eles não falam nem compreendem o português. Além disso, por serem indígenas, sua cultura é mais voltada para a agricultura e pesca, e eles não têm o costume de manter vínculos de trabalho fora de sua residência.

Outro ponto alarmante é a falta de informações sobre a ocupação dos moradores. A ausência de dados em 50% dos prontuários dos homens e 66% dos das mulheres revela uma lacuna significativa na coleta de informações essenciais. Essa omissão não compromete apenas a elaboração de políticas públicas, mas, sobretudo, enfraquece a articulação necessária para garantir direitos e promover a cidadania no tempo presente. A carência de registros sobre a situação laboral pode ainda refletir a desvalorização dessa informação por parte dos próprios moradores ou a ausência de estímulo institucional para que compartilhem suas realidades de trabalho. Superar essa falha é fundamental para a construção de respostas mais justas e eficazes às necessidades dessa população.

Os dados sobre a situação empregatícia são fundamentais para o desenvolvimento de políticas e programas que visem melhorar a integração dos migrantes e refugiados no mercado de trabalho. Compreender as disparidades de gênero e as categorias empregatícias permite a criação de iniciativas direcionadas, como oferecer treinamentos específicos e programas de requalificação para ajudar à adquirir as habilidades necessárias para atender às demandas do mercado de trabalho local. Desenvolver programas que abordem as barreiras específicas enfrentadas por diferentes grupos, incluindo gênero e país de origem, promovendo maior equidade nas oportunidades de emprego.

Além de estabelecer parcerias com empregadores e organizações para criar oportunidades de emprego adaptadas às habilidades dos migrantes e refugiados, facilitando a integração bem-sucedida no mercado de trabalho. Paralelamente a

dificuldade de inserção no mercado de trabalho interfere diretamente na falta de recursos financeiros para subsistência pessoal e familiar. Pode-se observar que 27% e 21% de homens e mulheres não possuem renda, seguidos de 11% e 7,6% que recebem algum tipo de auxílio disponibilizado pelo governo brasileiro, como exemplo bolsa família. De acordo com os prontuários, tanto mulheres quanto homens não possuíam uma renda formalmente declarada. Muitas famílias utilizam-se da prática frequente entre os indígenas Warao conhecida como “coleta” para obter os recursos necessários à sua subsistência.

A “coleta” é uma prática predominante entre os indígenas Warao, que se configura como uma forma de trabalho e envolve a solicitação de dinheiro em semáforos e outros locais públicos na cidade. Essa atividade representa uma estratégia vital para garantir a sobrevivência, especialmente em contextos de vulnerabilidade e falta de acesso a empregos formais (Costa, 2022). A prática é mais comum entre mulheres, que frequentemente relatam enfrentar violência durante a “coleta” (Wendling & Giongo, 2022). Corroborando com os dados desta pesquisa, 9,4% dos participantes envolvidos na “coleta” são mulheres Figura 2.

Figura 2- Mulheres durante coleta nas ruas.



Fonte: Autora (2025)

Além disso, um número significativo de familiares recebe algum tipo de auxílio financeiro. Esses apoios incluem benefícios emergenciais concedidos durante a pandemia de COVID-19, como o auxílio emergencial, além de programas sociais como o Bolsa Família e outras formas de assistência financeira oferecidas pelo governo brasileiro. Esses apoios são definitivos para a manutenção das necessidades básicas das famílias em situação de vulnerabilidade. Dada a limitação do acesso a empregos formais, os apoios financeiros tornam-se fundamentais para a sobrevivência e o bem-estar das famílias. A

assistência social não apenas alivia a pressão financeira imediata, mas também pode contribuir para a estabilidade e a capacidade de lidar com as dificuldades diárias.

A análise dos dados sobre o perfil dos moradores, oferece uma visão das condições e características desses indivíduos. Informações sobre o status social, país de origem, etnia, estrutura familiar, escolaridade, ocupação e fonte de renda são fundamentais para compreender melhor as necessidades e desafios enfrentados por essas populações. A identificação de lacunas nos dados, como a falta de informações sobre os diversos itens aqui levantados, destaca a necessidade de melhorias no registro em prontuários e que sua atualização seja periodicamente realizada, assim efetivando e potencializando ações que podem contribuir com a qualidade de vida e organização dos serviços prestados para os moradores. Essas percepções são importantes para desenvolver políticas e programas de apoio que atendam de forma eficiente às necessidades dos migrantes e refugiados, promovendo sua integração e bem-estar na nova comunidade.

Até o presente momento foram apresentados dados que caracterizam de forma individualizada os adultos que passaram pela casa de acolhimento a partir de 2017 a 2024. Agora serão apresentados resultados que levaram em consideração aspectos familiares, abordado motivo da migração, forma de acesso a instituição, companhia durante o processo de migração ou refúgio e situação atual das famílias na instituição. A variação significativa entre as diferentes categorias estudadas, destacava um fenômeno notável: a maioria das famílias analisadas estava passando por processos de migração ou refúgio devido às condições de calamidade pública em seus países ou regiões de origem.

Essas condições adversas têm um impacto profundo nas vidas dessas famílias, afetando tanto seu bem-estar psicológico quanto seu desenvolvimento geral. Em particular, a população proveniente da Venezuela enfrenta uma situação crítica, marcada por graves crises econômicas e sociais, que intensificam os desafios enfrentados durante o processo de migração ou refúgio. Neste contexto, a análise se concentrará em compreender as razões da migração. Investigamos os motivos que levaram os participantes a deixar seus países ou regiões de origem e se deslocar para Santarém/Pa. Além disso, será importante avaliar a forma de acesso a instituição, companhias durante o processo migratório o de refúgio e a situação atual das famílias para entender o status e as condições delas no presente momento.

Os motivos da migração ou refúgio têm um impacto direto nos aspectos psicológicos dos indivíduos. Por exemplo, a sensação de insegurança, que pode ser exacerbada pelas condições precárias enfrentadas durante a migração, pode causar

sofrimento psíquico. Ademais, a adaptação a novas culturas e sistemas pode gerar dificuldades adicionais, influenciando a saúde mental e o desenvolvimento das crianças e adultos em situação de refúgio. Para uma visão detalhada das variações entre as categorias, consulte a Tabela 2.

Tabela 2- Dados sobre processo migratório de famílias (n= 342)

Variável	f %
Situação de Calamidade Pública	244 (71%)
Sem Informação	75 (22%)
Busca de Trabalho	12 (3.5%)
Situação de Rua	3 (0.9%)
Futuro Melhor para os Filhos	2 (0.6%)
Conflito Familiar	1 (0.3%)
Mulher Paraense	1 (0.3%)
Naufrágio de Embarcação	1 (0.3%)
Abandono Familiar	1 (0.3%)
Ameaça de Morte	1 (0.3%)
Forma de Acesso à Instituição	
Por Demanda Espontânea	184 (54%)
Sem Informação	57 (17%)
Encaminhamento de Serviços de Proteção Social Especial	45 (13%)
Encaminhamento de Serviços de Proteção social básica	33 (9.6%)
Por Busca Ativa da Equipe Técnica	15 (4.4%)
Hospital Municipal	2 (0.6%)
Ministério Público do Trabalho	1 (0.3%)
Ministério Público	1 (0.3%)
Poder Judiciário	1 (0.3%)
Delegacia do Idoso	1 (0.3%)
Polícia Federal	1 (0.3%)
Outros	1 (0.3%)
Companhia durante a processo migratório ou refúgio	
Sozinho(a)	165 (48%)
Parceiro(a) e filho(s)	89 (26%)
Filho(s)	47 (14%)
Família	21 (6.1%)
Parceiro(a)	16 (4.7%)
Netos	1 (0.3%)
Pai e mãe	1 (0.3%)
Parceiro(a) e sobrinha	1 (0.3%)
Sem informação	1 (0.3%)
Situação atual das famílias	
Ativo	48 (14%)
Inativo	292 (85%)

Sem informação	2 (0.6%)	
Número de famílias com filhos		
Com filhos	162 (47%)	
Sem filhos	180 (53%)	
Características dos filhos		
Gênero	Criança n = 291	Adolescente n = 70
Feminino	135 (46%)	28 (40%)
Masculino	156 (54%)	41 (59%)
Sem informação	0 (0%)	1 (1.4%)
Escolaridade		
Ambientação Escolar	5.5%	0%
Educação Infantil	1.4%	0%
Ensino Fundamental I	15%	36%
Sem informação	78%	64%

Fonte: Autora (2025)

As condições adversas nos países ou regiões de origem, como calamidades públicas, crises econômicas e sociais, têm um impacto profundo na vida dos migrantes e/ou refugiados. Esses fatores não afetam apenas o bem-estar psicológico imediato, mas também o desenvolvimento a longo prazo dos indivíduos. Além das questões políticas e econômicas, as variações climáticas e os desastres naturais também causam deslocamentos humanos e exigem um regime de proteção efetivo para garantir um atendimento pautado nos direitos humanos (Paiva, 2022).

O fluxo migratório pode ocorrer de forma planejada ou emergencial, sem qualquer tipo de organização prévia. Durante o processo migratório, que pode ser dividido em pré-migração, migração e pós-migração, os migrantes enfrentam desafios significativos em diversos aspectos. Esses períodos são marcados por dificuldades sociais, econômicas e, principalmente, psicológicas decorrentes do processo migratório (Andrade, 2022). Para acolher as pessoas em processo migratório ou refugiadas com dignidade, é essencial implementar estratégias de suporte adequadas. Gomes (2023) sugere alguns requisitos básicos para um atendimento eficaz, que incluem: manter uma equipe de atendimento psicossocial; realizar triagens e avaliações; oferecer aconselhamento individual e em grupo; criar grupos de apoio e solidariedade; e promover sensibilização e educação.

Reconhecer e lidar com as demandas apresentadas por essa população é crucial para ressignificar as dificuldades enfrentadas e amenizar os impactos psicológicos da migração. Essa abordagem contribui para a melhoria do bem-estar emocional e psicológico dos migrantes e refugiados. Contudo, é importante observar que essas condições adversas e estratégias de suporte não afetam apenas os migrantes e refugiados,

mas também as comunidades que recebem esse fluxo migratório. Isso torna complexo e desafiador o desenvolvimento de políticas de atendimento eficientes.

Com base nos dados apresentados na Tabela 2, observamos que a forma mais prevalente de entrada na instituição é a demanda espontânea, representando 54% das ocorrências. Esse tipo de entrada é caracterizado por pessoas que buscam a instituição de forma autônoma, seja por terem familiares ou conhecidos já vinculados à instituição, ou por procurarem de livre escolha, geralmente em busca de apoio ou serviços específicos oferecidos pela instituição.

Além da demanda espontânea, uma quantidade significativa de entradas na instituição ocorre por meio de encaminhamentos de outras instituições, tanto públicas quanto privadas. Esses encaminhamentos podem acontecer por diversos motivos, como a disponibilidade de recursos, serviços ou especializações que não estão presentes em outras entidades. Um exemplo é o cadastro para solicitação de protocolo de refúgio, que pode não ser adequadamente tratado por outras instituições. Compreender as formas de entrada é essencial para aprimorar a capacidade de resposta da instituição e a eficácia no atendimento às necessidades da população. A combinação de demanda espontânea e encaminhamentos demonstra a importância da instituição como um ponto de referência e apoio para aqueles que buscam assistência em momentos críticos.

Em relação às situações de companhia durante o processo migratório ou de refúgio, os dados revelam a seguinte distribuição: Sozinho 48% representa quase metade dos participantes enfrentam o processo migratório ou de refúgio sozinhos. Essa alta porcentagem pode refletir tanto a ausência de redes familiares ou sociais adequadas quanto decisões pessoais de migrar sem a companhia de outros. Parceiro(a) e filho(s) 26% corresponde a um grupo significativo de participantes migra acompanhado por um parceiro(a) e filhos, indicando que a decisão de migrar muitas vezes é tomada em família, com a busca de uma nova vida em conjunto. E somente com o Filho(s) esse grupo possui 14% apresentando um número menor de participantes que realizou a migração ou refúgio acompanhado apenas por seus filhos. Esse dado sugere que, apesar de não estarem com seus parceiros, a presença dos filhos é um fator importante na decisão de migrar.

Os dados indicam que a maioria dos indivíduos está migrando sozinha ou em núcleos familiares pequenos, como com parceiro(a) e filhos. A presença de companhias mais extensas, como famílias inteiras ou combinações específicas de parentes, é relativamente rara. Esses dados oferecem uma perspectiva valiosa sobre as dinâmicas sociais e as redes de apoio que acompanham os migrantes e refugiados em suas jornadas.

Indivíduos que migram sozinhos podem enfrentar desafios adicionais relacionados à integração e ao suporte emocional. Programas e políticas que ofereçam suporte adicional para esses indivíduos podem ser essenciais para ajudar na sua adaptação.

A migração em família pode proporcionar um suporte emocional fundamental, mas também pode apresentar desafios únicos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Nesse contexto, estudos como os de Dowling et al. (2019), Isleem (2019), Lara (2019), Hohne, Meer, Kamp-Beckern e Christiansen (2020), Neag e Berger (2020), e Üstübici e Karadağ (2020) destacam que os refugiados são um grupo de risco para problemas mentais. A mudança constante de local de moradia pode afetar diretamente o desenvolvimento infantil, uma vez que a infância é um período principal para a formação da personalidade, que depende do contato com pares e adultos mais experientes.

Entre os 342 prontuários familiares analisados, 162 famílias possuem filhos, totalizando 291 crianças e 70 adolescentes. As crianças têm uma média de idade de 5 anos, enquanto os adolescentes têm uma média de 13 anos. O gênero masculino prevalece em ambas as categorias, representando 54% das crianças e 59% dos adolescentes, seguidos pelo gênero feminino, que corresponde a 46% das crianças e 40% dos adolescentes. Essa distribuição de gênero pode ser relevante para a formulação de políticas públicas e programas sociais, pois pode indicar a necessidade de intervenções que considerem as especificidades de cada grupo.

No contexto brasileiro, há uma crescente demanda por atendimento de população nessa situação, incluindo crianças e adolescentes que enfrentam múltiplas vulnerabilidades devido ao deslocamento forçado ou voluntário e à necessidade de adaptação a uma cultura e costumes diferentes dos seus de origem. Esses jovens estão expostos a riscos significativos para sua integridade física, psicológica e social.

Portanto, todas as crianças e adolescentes em território brasileiro possuem os mesmos direitos e deveres, assim como suas famílias, com responsabilidade compartilhada entre a comunidade e o Estado. Entre as formas de proteção para crianças e adolescentes no Brasil, inclusive para refugiados e migrantes, estão o acesso à educação básica a partir dos quatro anos de idade e o atendimento gratuito à saúde, incluindo vacinação, fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). No que se refere à educação, observa-se que 5,5% das crianças participam de uma modalidade de ensino adaptada na instituição pesquisada para migrantes e refugiados. A categoria de “*ambientação escolar*” é uma estratégia que a instituição utiliza para realizar o processo de alfabetização

das crianças acolhidas em Santarém. A prefeitura da cidade mantém uma professora específica vinculada à casa de acolhimento para atender essas crianças. Todas as crianças a partir dos três anos de idade devem participar das aulas.

Posteriormente, quando as crianças completam a idade necessária são matriculadas na educação básica, observamos que 1,4% estão na educação infantil, 15% das crianças estavam no ensino fundamental I e 36% dos adolescentes encontravam-se nesse nível de ensino. Quando são encaminhadas para o sistema regular de ensino da rede municipal, geralmente são alocadas em turmas multisseriadas. Essas turmas reúnem alunos da mesma etnia de diferentes séries sob a orientação de um único professor. Uma vez que os alunos compreendem melhor a dinâmica escolar e se adaptam ao sistema de ensino, são transferidos para turmas regulares, junto com os demais alunos. No entanto, há uma falta de informações nos prontuários das crianças e adolescentes sobre a situação de escolaridade, o que dificulta uma análise precisa sobre a série em que cada um está matriculado. Essa falta de atualização pode estar relacionada à ausência de um profissional de pedagogia na instituição.

O Brasil possui medidas estabelecidas para acolher migrantes e refugiados, mas, segundo Sbeghen (2022), apesar do aparato legal existe normas que subsidia a permanência e o atendimento desses grupos, as regulamentações ainda se mostram insuficientes para atender todas as suas necessidades. As dificuldades persistem nas áreas de questões trabalhistas, moradia e combate ao preconceito. Assim, essas informações importantes para compreender as dinâmicas da migração e do refúgio no Brasil e para aprimorar as políticas e programas de apoio para garantir uma integração mais eficiente e uma melhor qualidade de vida para os migrantes e refugiados.

Dessa forma, o desafio atual é garantir que essas instituições se estabeleçam como espaços coletivos de cuidado e educação para crianças e adolescentes, obtendo a legitimidade de um serviço que promove o desenvolvimento humano, mesmo que de forma excepcional e provisória. No Brasil, diversos pesquisadores têm se dedicado ao estudo do acolhimento institucional de crianças e seus aspectos específicos, de acordo com as características da população atendida. Estudos realizados por Barros et al. (2020) e Rocha et al. (2020) destacam a importância das relações dentro do acolhimento institucional e como as práticas de cuidado influenciam o desenvolvimento dos acolhidos. É essencial considerar as demandas específicas de crianças em situação de risco social e pessoal, como é o caso dos refugiados e migrantes.

O desenvolvimento humano é influenciado por uma complexa interação de fatores pessoais, culturais, contextuais e relacionais. Os processos proximais no caso dos migrantes e refugiados acolhidos na instituição pesquisada, se manifestam nas interações diárias com os serviços institucionais, como alimentação, educação e suporte social. A introdução de atividades específicas, como aulas de ambientação escolar, criar oportunidades de interação que promovam o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, ao mesmo tempo em que auxiliam na adaptação ao novo contexto cultural. As características biopsicossociais dos indivíduos influenciam como eles respondem às experiências no ambiente. A análise revelou diferenças significativas nos níveis de escolaridade, etnia e idade entre os migrantes ou refugiados. Indivíduos da etnia Warao, por exemplo, enfrentam barreiras linguísticas. Crianças e adolescentes, grupos particularmente vulneráveis, necessitam de suporte especial para superar os impactos do deslocamento e garantir um desenvolvimento efetivo.

As práticas culturais são elementos centrais na adaptação e desenvolvimento. No caso da população Warao, a alimentação tradicional e a prática da coleta são exemplos de como os migrantes preservam suas identidades culturais enquanto lidam com as demandas de sobrevivência no Brasil. A rejeição de alimentos estranhos a cultura Warao, indica uma resistência cultural que reforça a identidade, mas pode também gerar tensões no sistema de acolhimento.

O contexto ecológico dos migrantes e refugiados é composto por diversos sistemas inter-relacionados, tendo como microssistema a interação direta dos moradores da instituição, escola e grupos familiares. O mesossistema, as conexões entre diferentes microssistemas, como a articulação entre a instituição de acolhimento e o sistema educacional. Exossistema pode ser observado nas políticas públicas de acolhimento, como programas de assistência social e de regularização do status de refúgio. O macrossistema observa-se no impacto das normas culturais, econômicas e políticas do Brasil na adaptação dos migrantes, como o histórico acolhimento de refugiados da Venezuela.

Os objetos e símbolos desempenham papel significativo na manutenção da identidade cultural e na adaptação. Alimentos tradicionais, como a “*arepa*”, e a construção de redes sociais informais entre os migrantes são exemplos de elementos que carregam significado cultural e auxiliam na resiliência emocional frente às adversidades. E não menos importante, as relações de segunda ordem, como as interações entre instituições de proteção social, saúde, educação e o sistema de justiça, são fundamentais

para garantir direitos básicos e suporte integral. A falta de informações completas nos prontuários analisados aponta para fragilidades nessas conexões, prejudicando a coordenação e efetivação das políticas públicas.

A análise sistêmica do desenvolvimento humano no contexto de migrantes e refugiados evidencia a necessidade de políticas intersetoriais sensíveis às especificidades culturais e sociais dessa população. O fortalecimento dos processos proximais, a inclusão de práticas culturais nos serviços oferecidos, e a criação de redes de apoio mais integradas são essenciais para promover a integração e o desenvolvimento humano. Essa abordagem integrada pode garantir um acolhimento mais humanizado, respeitando as diversidades e potencializando as capacidades individuais e coletivas dos migrantes e refugiados.

Considerações Finais

A análise do perfil das famílias de migrantes e refugiados acolhidos em Santarém-Pa revela um panorama complexo, refletindo as diversas dimensões das experiências desses grupos em contexto de acolhimento. O estudo revela desafios significativos enfrentados pelos migrantes e refugiados na Amazônia, desde questões de formalização legal até necessidades específicas de suporte psicológico e econômico. A combinação de medidas de suporte econômico, redes de apoio, e políticas adaptadas às necessidades individuais e culturais pode contribuir para uma integração mais bem-sucedida e uma vida mais estável para essas populações. A implementação de políticas eficazes e a melhoria contínua na coleta e gestão de dados são fundamentais para responder adequadamente às complexas dinâmicas da migração e refúgio.

Considerando os resultados apresentados, conclui-se que o objetivo foi alcançado ao descrever o perfil biopsicossocial de 342 famílias acolhidas e compreender como suas necessidades e interesses se traduzem em demandas sociais para os serviços de acolhimento institucional, destacando as condições de vulnerabilidade, os desafios enfrentados e os pontos críticos para intervenções futuras.

A pesquisa trouxe contribuições significativas para a área do desenvolvimento humano, especialmente ao integrar o Modelo Bioecológico ao contexto migratório. A análise ressaltou como os processos proximais, as práticas culturais e os contextos ecológicos influenciam o bem-estar e a integração dos migrantes. Além disso, a ausência de protocolos de refúgio para uma parcela significativa dos responsáveis familiares sugere que muitos estão enfrentando dificuldades consideráveis no processo de regularização de seu status. Essas dificuldades podem estar associadas a vários fatores, incluindo a complexidade burocrática, a falta de informações claras e acessíveis, ou

mesmo a falta de apoio adequado durante o processo. A ausência de dados completos e precisos nos prontuários indica lacunas na documentação, o que pode impactar diretamente o acesso dos migrantes a direitos e serviços essenciais, como saúde, educação, assistência social, trabalho e suporte psicossocial. Para mitigar esses desafios, é crucial aprimorar o processo de formalização, simplificando e acelerando as etapas envolvidas. Políticas que visem a desburocratização, a melhoria da comunicação com os migrantes e a oferta de suporte adequado são essenciais para garantir que os migrantes e refugiados possam regularizar seu status de forma eficiente e sem obstáculos.

Os altos índices de desemprego e a dependência de assistência social revelam uma situação econômica precária para muitos migrantes. A falta de renda formalmente declarada e a dependência de práticas informais são indicativos de uma situação de vulnerabilidade econômica. A falta de acesso a empregos formais e a inclusão no mercado de trabalho são barreiras significativas que devem ser superadas. Políticas que visem melhorar o acesso ao mercado de trabalho, oferecendo treinamento, programas de inserção profissional e apoio à criação de negócios próprios são essenciais para garantir a estabilidade financeira. Além disso, a facilitação de acesso a serviços financeiros e a criação de oportunidades para o desenvolvimento econômico sustentável podem ajudar a promover a autossuficiência e reduzir a dependência de assistência social.

A motivação para migrar muitas vezes está ligada à presença de familiares no destino, evidenciando a importância das conexões pessoais no processo migratório. A migração solitária é uma realidade comum, e a construção de redes de apoio robustas é fundamental para a adaptação e integração bem-sucedida. Políticas que promovam a criação e fortalecimento dessas redes de apoio, bem como a consideração da dimensão familiar nas estratégias de acolhimento, são essenciais para facilitar a integração e adaptação dos migrantes. Além disso, é importante promover a colaboração entre organizações da sociedade civil, instituições governamentais e a comunidade local para criar um ambiente acolhedor e solidário.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se a incompletude dos prontuários, com informações ausentes sobre escolaridade, ocupação e etnia, o que dificultou uma análise mais detalhada de alguns aspectos do perfil dos acolhidos. Além disso, a natureza documental do estudo impediu a obtenção de dados subjetivos e experiências individuais, que poderiam enriquecer a compreensão das dinâmicas de acolhimento. É importante observar que o instrumento utilizado na pesquisa está dividido em duas partes a primeiro sobre informações pessoais e familiares, e a segunda parte utiliza uma escala para avaliar

a experiência durante o processo de refúgio ou migração, bem como a vida familiar e o suporte recebido. Contudo, a pesquisa não conseguiu aplicar a segunda parte devido a vários fatores, incluindo o fato de muitos acolhidos já terem saído da instituição e a questão linguística, uma vez que a maioria dos migrantes indígenas não compreende o português. Para evitar dados insuficientes e garantir a qualidade das informações, foi necessária a adaptação do instrumento.

O estudo revela uma série de desafios significativos enfrentados pelos migrantes e refugiados no contexto pesquisado, desde questões de formalização legal até necessidades específicas de suporte psicológico, econômico e social. A combinação de medidas de suporte econômico, redes de apoio e políticas adaptadas às necessidades individuais e culturais pode contribuir para uma integração mais bem-sucedida e uma vida mais estável para essas populações. A implementação de políticas eficazes, juntamente com a melhoria contínua na coleta e gestão de dados, é fundamental para responder adequadamente às complexas dinâmicas da migração e refúgio, promovendo a inclusão e o bem-estar das populações migrantes e refugiadas no Brasil.

Este estudo abordou as complexas dinâmicas da migração e do refúgio, ressaltando as condições adversas enfrentadas e as dificuldades persistentes que impactam seu bem-estar e desenvolvimento dos envolvidos. A análise revelou que, apesar das medidas legais e regulamentares estabelecidas, as políticas atuais ainda se mostram insuficientes para atender plenamente às necessidades dessa população vulnerável. Para aprofundar o conhecimento sobre o impacto das políticas de acolhimento, recomenda-se, realizar estudos qualitativos complementares, como entrevistas e grupos focais, para capturar a perspectiva dos migrantes sobre suas experiências, investigar o impacto a longo prazo das intervenções educativas e profissionais na autonomia econômica e social das famílias acolhidas, expandir o escopo geográfico para incluir diferentes regiões do Brasil, possibilitando a comparação de práticas de acolhimento e incorporar análises interdisciplinares que envolvam saúde mental, adaptação cultural e desenvolvimento infantil. Essas recomendações podem contribuir para o aprimoramento das práticas de acolhimento, promovendo integração mais efetiva e condições dignas para os migrantes e refugiados no Brasil.

Referências

Alcantara, I. S. (2024). Refugiados ambientais: uma análise sobre migrações, direitos humanos e governança global. *Revista Videre*, 16(34), 213-226.

<https://doi.org/10.30612/videre.v16i34.17456>

- Barbosa, M. M. D. L. M. (2022). *As relações sociais e bem-estar nos refugiados e imigrantes* [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa- Departamento de Psicologia Social e das Organizações]. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26810/1/master_maria_matos_barbosa.pdf
- Barros, K. C. dos S. et al., (2020). Negligência e outros motivos para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes. In C. M. C. Magalhães, L. I. C. Cavalcante, A. de M. J. da Silva, & E. J. S. da Cruz (Org), *Aspectos peculiares do acolhimento institucional de crianças e adolescentes* (pp. 41- 60). Curitiba: Appris
- Bichara, J. P. (2024). A regência dos direitos dos migrantes por motivos econômicos na União Europeia e no Mercosul. *Revista de Informação Legislativa*, 61(242), 35-59. https://doi.org/10.70015/ril_v61_n242_p35
- Brasil. Ministério da Defesa. (2019) Comando de Operações Terrestres. Emprego do Exército Brasileiro na Operação Acolhida – Enfoque na organização e no funcionamento das estruturas montadas para atender os imigrantes. Brasília, 2019. <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/4929?mode=full>>.
- _____. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente- Eca*. Lei 8.006 de 13.07.1990.
- Cavalcanti, Leonardo; Oliveira, Tadeu; Macedo, Marília (Org.). 2019. OBMigra. Relatório Anual Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>.
- Cantinho, I. (2018). Crianças-migrantes no Brasil: Vozes Silenciadas e Sujeitos desprotegidos. *Revista O Social em Questão*, 21(41). http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_7_Cantinho.pdf
- Conde, S. F., & Alcubierre, K. S. L. (2018). Sentidos e percepções de crianças migrantes em Florianópolis. *Revista Katálysis*, 21(02), 358-368. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p358>
- Gonçalves, A. G. D. P. (2022). Venezuelanos/as no Brasil: Acolhimento e Controle– Faces da Política de Proteção aos Refugiados. [Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.]. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_RIO-1_8b70f8f8539df0247ad1645a7f3d6508
- Junger da Silva, Gustavo; Cavalcanti, Leonardo; Lemos Silva, Sarah; De Oliveira. (2024) Antônio Tadeu Ribeiro. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília,

DF: OBMigra.

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Ref%20C3%BAgio%20em%20N%C3%BAmeros%20-%20209ed/Ref%20C3%BAgio%20em%20N%C3%BAmeros%209%20edicao%20-%20final.pdf

- Lopes, J. J. M. & Mota, F. M. N. (2021). Crianças Deslocadas: Narrativas em Territórios das Palavras. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 602-626. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/72297/45641>
- Merçon-Vargas, E. A., Lima, R. F. F., Rosa, E. M., & Tudge, J. (2020). Processing proximal processes: What Bronfenbrenner meant, what he didn't mean, and what he should have meant. *Journal of Family Theory & Review*, 12(3), 321-334. <https://doi.org/10.1111/jftr.12373>
- Marques, M. S. (2020). *O regime internacional do refúgio e suas práticas de proteção defasadas: O caso venezuelano e a Operação Acolhida*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/19564>
- Mendes, F. L., da Silva, C. A. B., & Senhoras, E. M. (2022). História recente da Venezuela: crise e diáspora. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 10(29), 118-137. <https://doi.org/10.5281/zenodo.6534040>
- Mundt, H. T. (2020). *Entre a governança humanitária e o desenvolvimento neoliberal: um olhar crítico sobre narrativas internacionais do acolhimento a refugiados* [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (MAPI) do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio]. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/49439/49439.PDF>
- PAIVA, Ariane Rego de (2022). Economia política do refúgio: a experiência do acolhimento a venezuelanos/as no Brasil. *Cadernos Cemarx*, Campinas, SP, v. 16, n. 00, p. e022010. <https://doi.org/10.20396/cemarx.v16i00.17387>
- Rodrigues Junior, M. A. (2022). *Operação acolhida: o (re) ordenamento da fronteira Brasil-Venezuela: a questão securitária e a garantia de direitos aos refugiados e migrantes*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/246475>

- Santos, R. A. (2021). Fechamento das Fronteiras Nacionais Para Recebimento de Refugiados: Regular Exercício da Soberania Nacional ou Violação do Dever de Acolhimento Humanitário? [Dissertação de Metrado, Centro Universitário do Pará - Cesupa].
- Sampaio, C. U. D. L., & Alves, V. D. L. (2022). Fluxo de Refugiados: Desafios na Busca por Acolhimento no Brasil.
<https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/DIREITO/D929.pdf>
- Silva, E. Z. da ., & Kauchakje, S. (2023). Governança global das migrações internacionais: um caminho possível? une voie possible ?. *Interações (Campo Grande)*, 24(3), 1039–1056.
<https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/3754>
- Wendling, Andressa; Giongo, Carmem Regina. (2022) Vivências de Mulheres em Situação de Refúgio ou Imigração na Região do Vale do Sinos. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 13, n. 2, p. 8099.
<https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.13.i2.0005>

Estudo 4 - O Acolhimento Institucional como Contexto de Desenvolvimento: As Rotinas de Crianças Migrantes e Refugiadas sob a Ótica do Modelo Bioecológico

Resumo

O estudo investiga as rotinas de crianças migrantes ou refugiadas em acolhimento institucional, com base na Teoria da Bioecologia do Desenvolvimento Humano (TBDH). A pesquisa analisa as atividades diárias, companhias e ambientes das crianças para compreender os impactos do acolhimento em seu desenvolvimento social e emocional. Os dados indicam que a maioria das atividades ocorre dentro da instituição (95% pela manhã e 100% à noite, $p < 0,001$), com interação limitada com a comunidade externa. A companhia dos pais é reduzida (2,2% a 6,4% nos finais de semana, $p < 0,001$), enquanto a presença de parentes próximos aumenta à noite (72%). O brincar ocorre principalmente à tarde (38% nos finais de semana, 21% durante a semana, $p < 0,001$), mas está ausente no turno da noite. A análise sugere que a previsibilidade da rotina pode ser favorável à estabilidade emocional em um ambiente novo e estranho, porém a falta de interações sociais diversificadas pode restringir o desenvolvimento infantil. O estudo de rotinas permite compreender processo de adaptação em momentos de transição e seu potencial desenvolvimental para migrantes e refugiados.

Palavras-chave: Acolhimento institucional, crianças refugiadas, rotina, desenvolvimento humano.

Abstract

The study investigates the routines of migrant or refugee children in institutional care, based on the Theory of Bioecology of Human Development (TBDH). The research analyzes the daily activities, company and environments of the children to understand the impacts of foster care on their social and emotional development. The data indicate that most activities occur within the institution (95% in the morning and 100% in the evening, $p < 0.001$), with limited interaction with the external community. The company of parents is reduced (2.2% to 6.4% on weekends, $p < 0.001$), while the presence of close relatives increases in the evening (72%). Play occurs mainly in the afternoon (38% on weekends, 21% during the week, $p < 0.001$), but is absent in the evening. The analysis suggests that the predictability of the routine may be favorable to emotional stability in a new and strange environment, but the lack of diverse social interactions may restrict child development. The study of routines allows us to understand the adaptation process in times of transition and its developmental potential for migrants and refugees.

Keywords: Institutional reception, refugee children, routine, human development.

Introdução

O desenvolvimento humano, conforme a teoria Bioecológica, implica em compreender que os contextos onde os indivíduos estão inseridos desempenham um papel fundamental, interferindo diretamente nas possibilidades de desenvolvimento. Nesse sentido, os sistemas de acolhimento são entendidos como contextos significativos, uma vez que seu ambiente deve promover o bem-estar físico, social e emocional das pessoas atendidas, além de favorecer a construção de novos vínculos sociais, especialmente no caso de crianças em situação de vulnerabilidade e risco pessoal. Os ambientes nos quais as crianças estão inseridas possuem grande importância, podendo ter efeitos tanto positivos quanto negativos no seu desenvolvimento (Bronfenbrenner & Ceci, 1994; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner, 1996, 2011).

O modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH) enfatiza que, para que o ambiente tenha efeitos positivos no desenvolvimento de um indivíduo, é necessário que ele proporcione oportunidades para o estabelecimento de relações recíprocas, fortes e duradouras. Essas relações são fundamentais para os processos proximais, pois permitem que a pessoa se engaje de maneira significativa com o ambiente e as pessoas ao seu redor. Além disso, o ambiente deve oferecer a oportunidade de interação com variedade de objetos e estímulos, o que contribui para o enriquecimento das experiências e o aprendizado (Bronfenbrenner, 1996, 2011).

Outro aspecto importante é a possibilidade de o indivíduo se engajar em atividades diversificadas, considerando o tempo de interação com essas atividades. A exposição a diferentes ambientes e a interação com pessoas de contextos variados também desempenham um papel crucial no desenvolvimento, pois permitem que o indivíduo experimente diferentes papéis sociais e desenvolva habilidades adaptativas para lidar com diversas situações. O desenvolvimento humano, de acordo com a teoria bioecológica, é promovido quando o ambiente oferece uma gama rica e diversificada de experiências, interações e desafios que favorecem o crescimento e a aprendizagem contínuos (Bronfenbrenner, 1979/1996).

É importante destacar que o estudo do acolhimento de crianças migrantes ou refugiadas está intrinsecamente ligado à qualidade da rotina e das práticas de cuidado. O ambiente, entendido de maneira ampla, envolve aspectos relativos aos papéis, às atividades cotidianas e as relações interpessoais que se estabelecem no contexto (Bronfenbrenner, 1994, 2011). A análise da rotina e das práticas diárias, incluindo a

alimentação e a vestimenta individualizada, é essencial para compreender como essas relações se desenvolvem e influenciam o processo de desenvolvimento humano.

A partir deste construto teórico, observa-se que a rotina desempenha importância central para a psicologia do desenvolvimento, tendo em vista que está revelando os comportamentos no cotidiano familiar em diferentes contextos. Pode-se entender como rotina familiar comportamentos observáveis e repetitivos que envolvem dois ou mais membros de uma família e que ocorrem com regularidade previsível no dia a dia, durante a semana e finais de semana de determinado contexto (Jensen et al., 1983). Esses comportamentos podem contribuir com a saúde e bem-estar dos seus membros, assim, promovendo estabilidade e continuidade nos períodos de mudanças estressantes.

Por sua vez, para Howe (2002), as rotinas são interações que apresentam padrões repetidas no cotidiano, como por exemplo, sendo constituinte dos contextos de desenvolvimento como a família, operacionalmente definidas como abrangendo interações que se repetem com frequência e que o fazem diariamente, levando em consideração a previsibilidade e a estabilidade. Aqui, vale ressaltar que alguns autores utilizam muitas vezes o construto teórico “*rotinas*” associado a rituais (Denham, 2003). Dessa forma, é necessário enfatizar que, embora esta pesquisa tenha como público participante refugiados e migrantes, não são considerados, para fins de levantamento de dados, os rituais próprios de uma determinada cultura (por exemplo, traços da cultura de origem das famílias dos participantes da pesquisa). Em vez disso, serão levadas em consideração as rotinas que organizam a vida diária de crianças refugiadas e migrantes em situação de acolhimento.

Os conceitos teóricos aqui demonstrados apresentam em sua proposta de análise critérios que indicam um padrão de rotina, que demonstra ampla proximidade com a proposta defendida pelo MBDH, a qual defende que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações entre as práticas inscritas em um dado contexto, utilizando das relações recíproca e progressivamente mais complexas (Bronfenbrenner, 1996). Segundo o construto teórico da bioecologia do desenvolvimento, o ambiente exerce influência em diferentes dimensões do desenvolvimento. Dessa forma, entende-se que, dentro de instituições de acolhimento, as rotinas podem impactar de diferentes formas cada criança acolhida.

Pode-se observar que o estudo das rotinas familiares se tem revelado como uma estratégia não apenas para compreender as atividades diárias, mas também para contribuir para o entendimento do desenvolvimento de cada membro (Culea & Pinteá, 2021; França

et al., 2021; Heumann & Cavalcante, 2018; Hosokawa, Tomozawa & Katsura, 2023; Keane & Shelleby, 2024; Reis et al, 2021; Selman, 2023). Essas pesquisas apresentam estudos sobre a rotina, abordando a influência delas no desenvolvimento infantil. As rotinas familiares e infantis são apresentadas como fatores importantes para o desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental, especialmente em contextos de vulnerabilidade e risco.

A pesquisa aqui proposta estabelece uma relação conceitual com o estudo de Keane e Shelleby (2024), pois ambos exploraram como fatores contextuais e familiares impactam o desenvolvimento infantil em situações de vulnerabilidade. Crianças migrantes e refugiadas frequentemente enfrentam instabilidade habitacional durante o processo migratório, associados a deslocamento, mudança de ambientes e acolhimento institucional. Essa instabilidade afeta diretamente a segurança emocional e as oportunidades de desenvolvimento, sendo importante a sua consideração para efeito de análise dos dados de rotina e implicações diversas.

Crianças em situação de instabilidade habitacional e submetidas a mudanças frequentes de moradia podem ser mais vulneráveis a problemas emocionais e comportamentais, dependendo do suporte recebido nesse processo, como explicam Keane e Shelleby (2024). O estudo examinou a relação entre instabilidade habitacional e problemas emocionais e comportamentais em crianças. Os resultados indicaram que a instabilidade habitacional precoce (0 a 5 anos) não foi significativamente associada a problemas infantis. Destaca-se, contudo, o papel moderador do acompanhamento parental: crianças expostas a altos níveis de acompanhamento parental apresentaram menores problemas comportamentais, mesmo diante de instabilidade habitacional moderada

É destacado por Hosokawa, Tomozawa e Katsura (2023) que as rotinas familiares fornecem uma estrutura previsível para promover um ambiente favorável e apoiador para o desenvolvimento. Tendo em vista que reforçar as rotinas familiares, melhora os relacionamentos entre os membros da família e cria um contexto saudável, esses aspectos são necessários para manutenção da saúde psicossocial de crianças. Esse estudo examinou as associações entre rotinas familiares, relacionamentos familiares e comportamento de crianças do ensino fundamental. Pais de 1.515 alunos da terceira série (8 a 9 anos) preencheram um questionário auto administrado no Japão em 2017.

Os resultados desse estudo demonstraram que as rotinas familiares desempenham um papel significativo no comportamento infantil, influenciando tanto comportamentos

problemáticos (internalização e externalização) quanto prossociais, por meio da qualidade dos relacionamentos familiares (coesão, expressividade e conflito). As rotinas familiares foram positivamente associadas à coesão e à expressividade, enquanto apresentaram uma associação negativa com o conflito. A coesão mostrou-se inversamente relacionada à externalização de comportamentos problemáticos. Já a expressividade foi negativamente associada à internalização e externalização de comportamentos problemáticos, além de estar positivamente relacionada a comportamentos prossociais. Em contrapartida, o conflito apresentou uma correlação positiva com os comportamentos problemáticos (internalização e externalização) e uma associação negativa com comportamentos prossociais (Hosokawa, Tomozawa & Katsura, 2023). Esses achados indicam que rotinas familiares podem proteger a saúde mental das crianças contra os estressores do dia a dia, além de promover competências interpessoais e sociais. Ao mesmo tempo, essas rotinas têm o potencial de estabilizar os relacionamentos familiares, reduzir comportamentos problemáticos e fomentar o desenvolvimento de habilidades sociais.

Com o objetivo de investigar a influência das rotinas e rituais familiares no bem-estar psicológico individual em adultos Culea e Pinteá (2021), desenvolveram uma pesquisa que destacou os aspectos emocionais e simbólicos das rotinas e rituais familiares. Após a interpretação os resultados demonstram uma correlação positiva entre os hábitos familiares e o bem-estar psicológico dos indivíduos. As interações familiares de qualidade desempenham papel essencial no fortalecimento do bem-estar. Aspectos emocionais e simbólicos dos rituais são essenciais para sua eficácia, destacando a importância da continuidade e da adaptabilidade ao longo do tempo. Esses elementos exercem uma função terapêutica, fortalecendo a resiliência e promovendo habilidades emocionais nos membros da família.

A dissertação “Child Routines and Preschoolers Cognitive and Behavioral Development in Cumulative Risk”, apresentada por Selman (2023), explora a relação entre as rotinas infantis e o desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças em idade pré-escolar, especialmente em contextos de risco. Foi observada uma relação positiva entre rotinas e desenvolvimento cognitivo e comportamental, com redução de problemas externalizantes e internalizantes em níveis moderados e altos de adversidade. As rotinas também influenciam reciprocamente as práticas parentais, criando um ciclo positivo: rotinas consistentes melhoram o comportamento infantil, reduzindo o estresse parental e favorecendo práticas parentais mais afetuosas

Saindo um pouco do contexto internacional, as pesquisas de Heumann e Cavalcante (2018), França et al. (2021), Reis et al. (2021) e Silva et al. (2022) apresentam pesquisas com inventário de rotinas em diferentes contexto brasileiros. Esses estudos buscaram investigar dentro de cada ambiente de pesquisa a importância da rotina familiar, focalizando aspectos peculiares como contextos culturais diferenciados, aqui conhecidos como instituições de acolhimento em três regiões do estado do Pará, comunidades ribeirinhas Ilha do Combu, além de um estudo que buscou evidenciar a rotina e o estresse em cuidadores de crianças com TDAH atendidas no Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança - CASMUC.

Em particular, os estudos empíricos sobre rotina em ambiente de acolhimento institucional para crianças e adolescentes são escassos. Há dois estudos que se destacam no Brasil: o trabalho publicado por Silva et al., (2022), que buscou apontar diferenças e semelhanças entre as rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento em instituições governamentais e não governamentais em três Regiões do Estado do Pará, assim como o *artigo* de Heumann e Cavalcante (2018), que descreveu e comparou as companhias e os ambientes característicos da rotina de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. Esses estudos se assemelham ao detectarem uma rotina rígida nos serviços de acolhimento institucional investigados, apresentando poucas possibilidades de variabilidade nesses ambientes, o que pode ser desfavorável ao desenvolvimento de múltiplas habilidades na infância.

Com o objetivo de investigar as relações entre o estresse parental de cuidadores de crianças com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade e suas rotinas familiares, França et al., (2021) realizaram uma pesquisa com pais de crianças com TDAH, identificando em seus resultados altos níveis de estresse, os quais foram relacionados ao maior tempo dedicado às demandas da criança com essa característica, como deslocamento e monitoramento. Baixos níveis de estresse estavam associados à dedicação a atividades pessoais, como lazer e trabalho remunerado. Assim, os autores consideram que a rotina de um cuidador de criança com TDAH possui aspectos que potencializam o estresse parental, assim como atividades de proteção, como as ligadas ao lazer em prol da criança, e principalmente atividades de descontração próprias do cuidador e de outros familiares.

O estudo de Reis et al. (2021) buscou conhecer como crianças de contextos urbano e rural utilizavam seu tempo. Os resultados apresentados demonstram que no contexto ribeirinho, os participantes utilizam seu tempo realizando tarefas domésticas e conversa,

no espaço urbano, o uso do computador foi mais evidente. Atividades escolares têm maior prevalência entre crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). As rotinas refletem caminhos desenvolvimentais distintos, como coesão social (ribeirinho) versus competências técnicas (urbano).

Com relação ao atendimento em acolhimento institucional de refugiados ou migrantes no Brasil, observa-se que as pesquisas, em sua maioria, estão voltadas para o conhecimento geral desse processo, com foco nas demandas específicas desse tipo de atendimento, sem considerar a rotina como um fator relevante. Lopes e Mota (2021) demonstraram que o refúgio promove o encontro de diferentes culturas as quais remetem a vidas marcadas pelo deslocamento, por travessias, onde muitas vezes são ameaçadas, violentadas, desumanizadas em razão de ações que fragilizam constantemente sua existência. Por sua vez, o estudo desenvolvido por Elsayed et al. (2019) destacou que as relações principais e interativas de estressores da vida pré-migratória e aborrecimentos diários no pós-migratório e rotinas para a regulação emocional, enfatizou que as mudanças na rotina pós-migração promovem momentos estressores, influenciando diretamente na regulação das emoções das crianças refugiadas.

Nesse segundo estudo, embora não tenha voltado a sua atenção para as rotinas da vida diária, notou-se que crianças que participavam mais de rotinas familiares pós-migratórias possuíam escore mais alto para regulação da raiva. Em contrapartida, crianças que se envolviam menos em rotinas familiares pós-migratórias revelaram mais estressores de vida pré-migratória; e ainda, mães e crianças que relataram mais estressores na vida pré-migratória também relataram mais aborrecimentos diários pós-migratório (Elsayed et al., 2019). Nessa direção, também o estudo de Ren, Hu e Song (2019) também destacou que as rotinas desempenham um papel positivo no desenvolvimento das habilidades socioemocional de crianças, principalmente em pesquisas ocidentais. Entretanto, na visão desses autores, o papel das rotinas infantis raramente é examinado em culturas não ocidentais, sendo difícil captar variações culturais esperadas nesses contextos.

As crianças migrantes e refugiadas enfrentam desafios únicos relacionados à instabilidade, perda de laços familiares e à adaptação a novos contextos culturais. Assim como as rotinas são essenciais para o acolhimento geral, elas podem ser ainda mais relevantes para essas crianças, pois, rotinas previsíveis podem ajudar atenuar os impactos do deslocamento forçado e criar um senso de pertencimento no novo ambiente. A incorporação de elementos culturais dos países de origem nas rotinas pode facilitar o processo de integração sem perda da identidade cultural.

Assim, pode-se considerar como importante a investigação da temática rotina em instituições de acolhimento para migrantes ou refugiados. Dessa forma, objetiva-se, com este estudo, analisar a rotina de crianças migrantes ou refugiadas, com destaque para pessoas, objetos e símbolos que estão associados ao seu processo de desenvolvimento. Este estudo adota a ótica da bioecologia do desenvolvimento humano na investigação proposta, com base nas proposições teóricas, elas destacam que o desenvolvimento humano é influenciado pela interação dinâmica entre o indivíduo e seu ambiente, considerando fatores individuais, temporais e contextuais em diferentes níveis de sistemas ecológicos Bronfenbrenner (1996, 2011).

Dito isso, o presente estudo tem como objetivo identificar as atividades (o que fazem), as companhias (com quem fazem) e os ambientes (onde fazem) e sua representação temporal (quando fazem) das crianças, a partir de suas próprias descrições das rotinas no contexto do acolhimento. O intuito é compreendê-las como elementos do contexto ecológico em que essas crianças passaram conviver com o processo migratório.

Método

Delineamento

O estudo caracteriza-se por uma abordagem quantitativa na análise dos dados, com natureza descritiva e um delineamento não experimental. Nesse contexto, a rotina foi o objeto de estudo delimitados, sendo considerada a partir dos seus elementos constituintes relatados.

Contexto

O estudo foi realizado em um serviço de acolhimento, que atende pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes de outras regiões do país, na cidade de Santarém, Oeste do Pará, conforme apresentado no Estudo II.

Participantes

Os participantes foram responsáveis pelas crianças (pais, mães, tios, avôs, entre outros). O critério de inclusão estabelece como participantes aqueles atendidos na instituição de acolhimento pesquisada, que expressaram seu consentimento por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE - (Apêndice A). Foram excluídos participantes que, por motivo de viagem, desligamento da casa, famílias que não possuíam crianças na composição familiar e motivo de saúde, não puderam participar, assim como os que não se mostraram dispostos a responder o instrumento utilizado e/ou que não concordaram com os termos da pesquisa

Os participantes descreveram a rotina das crianças, em dias de semana e finais de semana, que estavam na instituição de acolhimento pesquisadas durante o período da

coleta de dados. O responsável pela criança, como participante desta pesquisa, foi escolhido por conveniência, de acordo com a disponibilidade para participação e a proximidade com o grupo pesquisado. À medida que o instrumento de pesquisa era aplicado, outras pessoas demonstraram interesse em participar. No total, 20 famílias participaram da pesquisa, sendo registrada a rotina de 38 crianças.

Ambiente

Como ambiente de pesquisa utilizou-se as dependências da instituição de acolhimento, nos seus diversos espaços, sempre buscando um local agradável para que o participante da pesquisa ficasse à vontade para responder o instrumento de pesquisa. Pode-se aqui destacar como ambientes de aplicação da pesquisa, espaços externos (área livre ao redor dos dormitórios) e internos *ranoco*, que significa casa para os participantes, conforme imagens 1.

Figura 1: Ambiente de pesquisa



Fonte: Autora (2025)

Instrumentos e materiais

Para realizar a caracterização das famílias, foi necessário utilizar os dados levantados por meio do Formulário de Caracterização de Famílias Migrantes e Refugiadas Acolhidas (FCFA). Esse levantamento foi realizado por meio de uma pesquisa documental, com todas as informações extraídas dos prontuários dos acolhidos, incluindo dados sobre sexo, idade, nacionalidade e tempo de institucionalização.

Para o levantamento dos dados da rotina das crianças foi utilizado o Inventário de Rotinas (IR), elaborado por Silva et al., (2010) a partir do estudo de Boyce et al. (1983). Este instrumento é originalmente uma tabela que permite o levantamento de: a) classificar as atividades realizadas dentro de subcategorias, como dormir, higiene pessoal, escola e assistir televisão, dentre outras; b) mensurar o tempo gasto em cada atividade mencionada, considerando-se intervalos de 15, 30, 45 e 60 minutos; c) registrar o local de realização das atividades; e d) identificar a companhia envolvida em cada atividade,

tais como irmãos, parentes ou amigos. Este instrumento possibilita a descrição detalhada de um dia típico dos participantes da pesquisa. Sua aplicação ocorre em duas fases: a primeira sugere a descrição da rotina durante os dias da semana e a segunda etapa é aplicado considerando os finais de semana. É importante frisar que sua aplicação ocorre de forma direta com o participante ou, em casa de acolhimento para crianças, por meio dos seus cuidadores ou responsáveis (Apêndice I).

Vale ressaltar que esse instrumento foi adaptado para a pesquisa em contexto de acolhimento institucional por Heumann (2017), com apoio de pesquisadores vinculados ao NEPAIA/LED, tanto no procedimento de coleta quanto de análise dos dados. Dentro do contexto desta pesquisa, o IR terá o objetivo de registrar o máximo de informações sobre a rotina diária das crianças acolhidas em instituições específicas. Em sua versão original, o instrumento é aplicado de forma individualizada, evidenciando as singularidades de cada criança ou adolescente, revelando a singularidade de cada participante. Na presente instituição, contudo, a aplicação ocorreu com os responsáveis (pai, mãe ou familiar responsável) pelo cuidado das crianças, perfazendo um IR para cada criança da família, enfatizado os aspectos: atividades (o que fazem), as companhias (com quem fazem) e os ambientes (onde fazem) e sua representação temporal (quando fazem), enfatizando aspectos ecológicos do desenvolvimento (Silva & Cavalcante, 2015).

Ademais, ressalta-se que a temporalidade das atividades foi dividida em turnos, pois, durante a aplicação do estudo piloto, observou-se que os participantes não reconheciam os horários de forma cronológica, utilizando relógios ou aparelhos eletrônicos, como celulares, para guiar suas atividades. Isso se deve ao fato de que a maioria dos moradores é indígena e, culturalmente, não utiliza essa forma de contagem do tempo. Outra alteração que foi realizada para o estudo diz respeito às categorias de atividades, companhias e ambientes. Essas categorias foram criadas com base nas observações realizadas anteriormente por Heumann (2017) e adaptadas aos objetivos deste estudo. Ou seja, com o intuito de descrever a rotina de crianças em linhas gerais, foram criadas categorias mais direcionadas para a realidade institucional, em comparação com as investigações anteriores, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Categorias de Atividades, Companhias e Ambientes descritas no IR.

ATIVIDADE	COMPANHIAS	AMBIENTE
Alimentação	Amigos	Dentro da instituição
Assistir TV	Irmão(s)	Escola
Atividade escolar	Mãe	Rua
Atividade programada externa	Mãe e amigos	

Atividade programada interna	Pai
Brincar	Parentes próximos
Conversar	Professora e amigos
Convivência familiar	Sozinho(a)
Deslocamento	
Dormir, descansar ou acordar	
Escola	
Higiene pessoal	

Fonte: Autora (2025).

Para fins de análise neste estudo, a categoria Escola abrange atividades escolares realizadas tanto dentro quanto fora da instituição de acolhimento. Isso ocorre porque algumas crianças frequentam escolas nas proximidades da instituição, enquanto outras participam das aulas na escola de ambientação localizada dentro da casa de acolhimento. Já a categoria Deslocamento inclui atividades que envolvem a saída das crianças da instituição, como, por exemplo, ir para a escola, ao comércio ou à igreja. A categoria Atividades programadas internas e externas contempla ações como limpeza do ambiente institucional, lavagem de roupas, preparo de alimentos, e atendimentos técnicos ou médicos, entre outras.

Entre as categorias relacionadas à variável Companhia, destaca-se a categoria Parentes próximos, que inclui figuras como avôs, avós, tios, tias e primos. A categoria Amigos refere-se a outros acolhidos na mesma instituição, bem como a colegas de outros ambientes, como a escola.

Quanto à variável Ambientes, destaca-se a categoria Dentro da Instituição, que abrange os espaços internos da casa de acolhimento, como quintal, *ranoco* e cozinha. Já a categoria Rua foi utilizada para descrever ambientes voltados à comunidade externa, mas que não se enquadram na categoria Escola.

Procedimento de Coleta de Dados

O procedimento de levantamento dos dados documentais encontra-se descrito no Estudo 3. Para a aplicação do inventário de rotina, os pesquisadores receberam treinamento específico para o uso do instrumento. Na instituição, ele foi aplicado com o objetivo de descrever a rotina das crianças, considerando tanto os dias úteis (de segunda a sexta-feira) quanto os finais de semana (sábado e domingo). Em ambos os casos, foi solicitado que os participantes descrevessem para o pesquisador a rotina das crianças em dias típicos, dividindo as atividades em turnos manhã, tarde e noite de modo a abranger as 24 horas do dia.

O número total de instrumentos aplicados foi $N = 38$. O inventário foi respondido com base em consultas diretas aos responsáveis pelas crianças. Posteriormente, os dados coletados foram organizados utilizando o *Microsoft Office Excel*.

Procedimento de Análise de Dados

Após a organização dos dados em planilhas, as informações foram analisadas por meio da estatística descritiva de todas as respostas. Para avaliar a relação entre duas variáveis categóricas, ou seja, a quantidade de respostas para cada pergunta, as respostas foram dispostas em uma tabela de contingência e o teste Exato de Fisher foi aplicado. A premissa deste teste assume que as observações são independentes e que os grupos são mutuamente exclusivos, cada observação pode ser classificada em apenas uma célula. Ele é particularmente útil quando o tamanho da amostra é pequeno, o que torna impraticável o uso de testes qui-quadrado, que dependem de grandes frequências esperadas em cada célula. Os valores de $p < 0,05$ foram considerados estatisticamente significativos. Todas as análises foram realizadas utilizando o software estatístico R, versão 4.4.1.

Esse procedimento possibilitou uma descrição detalhada sobre como as crianças distribuem seu tempo em um dia típico, abrangendo tanto os dias úteis quanto os finais de semana. A análise forneceu uma visão detalhada das especificidades do uso do tempo pelas crianças na instituição, permitindo também uma avaliação das rotinas com base nos dados coletados. Os resultados foram discutidos sob a ótica da bioecologia do desenvolvimento humano, com ênfase nas pessoas, nos objetos e nos símbolos que constituem as rotinas observadas.

Resultados e Discussão

Os resultados apresentados estão organizados de acordo com o número de famílias que estavam na instituição no período da coleta de dados e que possuíam crianças em sua composição familiar, além da exigência de autorização para participação na pesquisa. A Tabela 2 apresenta a descrição geral das 20 famílias participantes, incluindo gênero, idade, nacionalidade e tempo de permanência na instituição. Vale ressaltar que serão apresentadas as características das famílias, com atenção especial à rotina das crianças. Os demais membros da família serão mencionados apenas quando estiverem diretamente envolvidos nas atividades das crianças.

Tabela 2- Características das famílias $N= (20)$

Características	Crianças $N = 38^f$	Mãe $N = 19^f$	Pai $N = 14^f$
Gênero			
Femino	16 (42%)	19 (100%)	0 (0%)
Masculino	22 (58%)	0 (0%)	14 (100%)

Idade			
2 a 6 anos	12 (32%)	0 (0%)	0 (0%)
7 a 12 anos	26 (68%)	0 (0%)	0 (0%)
20 a 30 anos	0 (0%)	8 (42%)	6 (43%)
31 a 40 anos	0 (0%)	6 (32%)	2 (14%)
41 a 50 anos	0 (0%)	4 (21%)	2 (14%)
51 a 60 anos	0 (0%)	0 (0%)	2 (14%)
61 a 70 anos	0 (0%)	1 (5.3%)	2 (14%)
Nacionalidade			
Brasileiro	4 (11%)	0 (0%)	0 (0%)
Venezuela/warao	34 (89%)	19 (100%)	14 (100%)
Tempo de acolhimento			
Até 2 anos	11 (29%)	3 (16%)	3 (21%)
3 - 4 anos	14 (37%)	6 (32%)	5 (36%)
Acima de 4 anos	13 (34%)	10 (53%)	6 (43%)

¹ Frequência (%) ou média (desvio padrão)

Fonte: Autora (2025)

Os resultados oferecem uma visão detalhada sobre as características de crianças, mães e pais do contexto de acolhimento pesquisado, especialmente aqueles voltados à população de migrantes ou refugiados.

A distribuição de gênero entre as crianças é relativamente equilibrada, com 58% de masculino e 42% de feminino. A maior parte das crianças está na faixa etária de 7 a 12 anos 68%, enquanto 32% tem entre 2 a 6 anos. Isso indica que a maioria das crianças atendidas é um pouco mais velha. A faixa etária das mães apresenta predominância na faixa de 31 a 40 anos, correspondendo a 32%, enquanto os pais estão majoritariamente na faixa de 20 a 30 anos, representando 43%. Quanto à nacionalidade das crianças, a maioria 89% é de origem venezuelana, pertencente à etnia Warao, enquanto apenas 11% são brasileiras. Esses dados sugerem que um número significativo de crianças em contexto de acolhimento é de origem estrangeira, possivelmente em razão da migração ou do refúgio, uma vez que são filhos de migrantes ou refugiados.

A distribuição de tempo na instituição é relativamente equilibrada, com 29% das crianças tendo até dois anos de permanência, 37% entre três a quatro anos e 34% acima de quatro anos. Isso pode refletir que as crianças têm um tempo relativamente longo dentro da instituição, mas há também uma boa quantidade de crianças em períodos mais curtos de permanência. Esse fato pode ser atribuído à flexibilidade existente para a entrada e saída da instituição, pois, as famílias podem decidir quanto tempo precisam permanecer na instituição.

As mães têm uma distribuição mais efetiva de tempo na instituição, com 53% delas permanecendo na instituição por mais de quatro anos, 32% entre três a quatro anos e 16% por até dois anos. Isso pode indicar que as mães estão em um processo mais longo de integração ou acolhimento. A maioria dos pais 43% apresenta uma permanência superior a quatro anos na instituição, seguida por 36% com permanência entre três e quatro anos, e 21% com até dois anos. Esses dados indicam uma tendência de longa permanência, similar à observada entre as mães. Tal cenário suscita uma análise crítica sobre a efetividade da aplicação do princípio da provisoriedade, que orienta as práticas de acolhimento institucional. A permanência prolongada pode sinalizar falhas nos fluxos de transição para a autonomia ou reintegração familiar, indicando a necessidade de revisão dos mecanismos de acompanhamento e articulação intersetorial voltados à promoção de saídas qualificadas e ao exercício pleno da cidadania.

O contexto em que o ser humano se encontra pode interferir de forma positiva ou negativa no ser desenvolve. Para que ocorra um efeito positivo, é necessário que seja ofertado oportunidades para o estabelecimento de processos proximais e relações recíprocas que se constituem no contexto (Bronfenbrenner, 1996, 2011).

Este estudo foi elaborado e analisado com base o MBDH de Bronfenbrenner (1996, 2011). Para facilitar o diálogo entre os dados empíricos e a fundamentação teórica, a apresentação dos resultados e da discussão seguirá a análise dos elementos da rotina — atividades, companhia, ambientes e turno — em relação aos quatro núcleos do Modelo PPCT: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo.

O primeiro núcleo, *Processo*, refere-se às interações cotidianas das crianças com as pessoas ao seu redor (Bronfenbrenner, 1996). No presente estudo, essas interações são analisadas a partir dos relatos sobre a categoria “*Atividades*”. O segundo núcleo, *Pessoa*, compreende tanto a criança em desenvolvimento quanto as pessoas com quem ela interage, representadas aqui na variável “*Companhia*”.

No que se refere ao terceiro núcleo, *Contexto*, considera-se o conjunto de ambientes frequentados pelas crianças na instituição, abrangendo tanto os espaços internos quanto aqueles externos à instituição. Já o núcleo *Tempo* é analisado com base na rotina diária das crianças, considerando tanto os dias úteis quanto os finais de semana. Essa dimensão temporal é entendida dentro de um recorte cronológico da vida de cada criança e do momento histórico em que estão inseridas.

Nesse sentido, as Tabelas 3 e 4 apresentam a divisão da rotina das crianças em instituição de acolhimento. A categoria “*atividade*” está subdividida em: alimentação;

assistir TV; atividade escolar; atividade programada externa; atividade programada interna; brincar; conversar; convivência familiar; localização; dormir, descansar ou acordar; escola e higiene pessoal.

Quanto ao local de realização das atividades, foram consideradas três categorias de *ambiente*. A primeira é “dentro da instituição”, que abrange todos os espaços disponíveis na casa de acolhimento, como cozinha, quintal, *ranoco*, quadra de vôlei, banheiros, entre outros. A segunda categoria é “escola”, que inclui tanto as atividades realizadas na escola de ambientação dentro da instituição quanto as atividades escolares na rede pública municipal fora da casa de acolhimento. Por fim, a categoria “rua” refere-se principalmente às atividades de deslocamento.

As *companhias* das crianças durante as atividades foram classificadas em sete categorias: amigos; irmãos; mãe; pai; parentes próximos (incluindo tios, primos, avós etc.); professora e amigos; e sozinho. Inicialmente, são apresentados os dados referentes aos dias de semana, seguidos pela descrição da rotina nos finais de semana.

Os dados apresentados na Tabela 3 descrevem a distribuição das *atividades, locais* e *companhias* das crianças em instituição de acolhimento ao longo dos dias da semana de segunda a sexta nos períodos da manhã, tarde e noite, com uma análise estatística indicando a significância e a força de associação observada entre os períodos ($p < 0.001$). Cada turno apresenta frequência das *atividades* de forma variada, estando divididas da seguinte forma: Manhã N= 154, Tarde N= 121 e Noite N= 88. A seguir serão apresentados os resultados e sua análise, levando em consideração a *atividade, local* e *companhia* das rotinas das crianças.

Tabela 3 - Atividades crianças semana N= (38)

	Turno			P ²
	Manhã	Tarde	Noite	
	N = 154 ¹	N = 121 ¹	N = 88 ¹	
Atividade				<0.001
Alimentação	38 (25%)	35 (29%)	36 (41%)	
Assistir TV	4 (2.6%)	0 (0%)	2 (2.3%)	
Atividade escolar	0 (0%)	2 (1.7%)	0 (0%)	
Brincar	28 (18%)	26 (21%)	0 (0%)	
Conversar	0 (0%)	1 (0.8%)	0 (0%)	
Convivência familiar	3 (1.9%)	0 (0%)	0 (0%)	
Deslocamento	4 (2.6%)	15 (12%)	0 (0%)	
Dormir, descansar ou acordar	38 (25%)	4 (3.3%)	37 (42%)	
Escola	3 (1.9%)	30 (25%)	0 (0%)	

Higiene pessoal	35 (23%)	8 (6.6%)	13 (15%)	
Local				<0.001
Dentro da instituição	147 (95%)	64 (53%)	88 (100%)	
Escola	3 (1.9%)	50 (41%)	0 (0%)	
Rua	4 (2.6%)	7 (5.8%)	0 (0%)	
Companhia				<0.001
Amigos	19 (12%)	31 (26%)	1 (1.1%)	
Irmão(s)	22 (14%)	11 (9.1%)	4 (4.5%)	
Mãe	8 (5.2%)	8 (6.6%)	5 (5.7%)	
Pai	3 (1.9%)	2 (1.7%)	2 (2.3%)	
Parentes próximos	59 (38%)	12 (9.9%)	55 (63%)	
Professora e amigos	3 (1.9%)	45 (37%)	0 (0%)	
Sozinho(a)	40 (26%)	12 (9.9%)	21 (24%)	

¹ n (%)² Teste exato de Fisher

Fonte: Autora (2025)

Os resultados indicam que a alimentação é uma atividade frequente em todos os turnos, sendo mais comum à noite 41%. O percentual de crianças que dormem, descansam ou acordam também é elevado nesse período 42%, o que era esperado, considerando a rotina diária. Geralmente, a alimentação é oferecida gratuitamente pela instituição. No entanto, durante a inserção ecológica, foi observado que alguns moradores se recusam a consumir a refeição oferecida no almoço, especialmente quando o cardápio inclui salsicha ou carne, alimentos que nem sempre são bem aceitos. Marques (2020) enfatiza que, em uma instituição de acolhimento em Boa Vista, foi disponibilizado um espaço para que os indígenas possam preparar suas próprias refeições, considerando os focos alimentares desses povos, o que contribui para a preservação de sua cultura e autonomia dentro da instituição.

As notas de Diário de Campo registram que, à tarde, ocorre a mobilização das mulheres para o preparo do jantar, o qual, na maioria das vezes, incluía arepa (comida típica da região dos participantes), frango ou peixe, além da refeição disponibilizada pela instituição, conforme figura 2. Essa observação corrobora com os dados do relato da rotina, que indicam a maior frequência da alimentação no período noturno.

Figura 2- Preparo de alimentação



Fonte: Autora (2025)

O hábito de recusar determinados alimentos e a mobilização para o preparo de refeições próprias refletem a influência do microsistema, no qual as interações diretas entre indivíduos e o ambiente imediato moldam suas práticas e preferências alimentares. Além disso, a oferta de um espaço para o preparo de alimentos tradicionais, como ocorre em algumas instituições, ilustra a relevância do exossistema e das políticas institucionais na promoção da autonomia e na preservação cultural dos refugiados. Assim, compreender as práticas alimentares dentro dessa perspectiva ecológica permite analisar como fatores individuais, culturais e institucionais interagem para influenciar o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e suas famílias em contextos de acolhimento.

O ato de brincar é uma atividade mais frequente durante a manhã 18% e a tarde 21%, mas não ocorre à noite. A ida à escola concentra-se no período da tarde 25%. Já o deslocamento é maior nesse período 12%, possivelmente associado à ida e volta da escola. A higiene pessoal ocorre principalmente pela manhã 23%, com uma redução significativa nos outros turnos.

Atividades de lazer como assistir TV são pouco mencionadas, sendo praticamente ausentes à tarde e à noite. A convivência familiar é registrada apenas no período da manhã 1,9%, sugerindo que o contato das crianças com familiares pode ser restrito. Grande parte das atividades acontece dentro da instituição, especialmente à noite 100% e pela manhã 95%. Durante a tarde, a frequência reduz-se para 53%, o que se justifica pelo aumento da presença das crianças na escola 41%. A presença na rua é mínima em todos os turnos, indicando uma rotina predominantemente institucionalizada.

A análise das companhias revela que, pela manhã, a maioria das crianças está acompanhada de parentes próximos 38% ou sozinhas 26%. Durante a tarde, há um aumento da interação com amigos 26% e professores 37%, refletindo o tempo passado na escola. À noite, as crianças estão novamente, em grande parte, com parentes próximos 63% ou sozinhas 24%. A interação com os pais é mínima ao longo do dia, sugerindo um distanciamento parental característico do acolhimento institucional.

As atividades realizadas durante o final de semana estão divididas em nove categorias representativas: alimentação, assistir TV, atividade programada externa, atividade programada interna, brincar, conversar, convivência familiar, dormir/descansar/acordar e higiene pessoal. Observa-se que o período da manhã concentra maior quantidade de atividades $n = 136$, seguido da tarde $n = 87$ e da noite $n = 78$. A diferença na distribuição das atividades ao longo do dia é estatisticamente significativa $p < 0,001$.

Essa distribuição das atividades pode ser melhor informada por meio da Tabela 4, que apresenta as atividades, os locais e as companhias na rotina do final de semana. Diferentemente da rotina semanal, note-se que, nesse período, surgem duas categorias específicas: atividades externas e internas. As atividades externas envolvem ações realizadas fora da instituição, como ir às compras e acompanhar os pais em atividades religiosas, proporcionando momentos de interação social e contato com o ambiente externo. Já as atividades internas referem-se à realização de tarefas domésticas dentro da instituição, como varrer o quintal, limpar o refeitório, limpar o ranoco, lavar roupas e colocá-las para secar, essas atividades conta com a participação das crianças.

Tabela 4 - Atividades crianças final de semana N= (38)

	Turno			P ²
	Manhã N = 136 ¹	Tarde N = 87 ¹	Noite N = 78 ¹	
Atividade				<0.001
Alimentação	37 (27%)	29 (33%)	32 (41%)	
Assistir TV	1 (0.7%)	2 (2.3%)	1 (1.3%)	
Atividade programada externa	3 (2.2%)	0 (0%)	0 (0%)	
Atividade programada interna	4 (2.9%)	2 (2.3%)	0 (0%)	
Brincar	23 (17%)	33 (38%)	0 (0%)	
Conversar	0 (0%)	1 (1.1%)	0 (0%)	
Convivência familiar	0 (0%)	2 (2.3%)	1 (1.3%)	
Dormir, descansar ou acordar	36 (26%)	4 (4.6%)	36 (46%)	
Higiene pessoal	32 (24%)	14 (16%)	8 (10%)	
Local				0.3
Dentro da instituição	133 (98%)	87 (100%)	78 (100%)	
Escola	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	
Rua	3 (2.2%)	0 (0%)	0 (0%)	
Companhia				<0.001
Amigos	15 (11%)	28 (32%)	0 (0%)	
Irmão(s)	14 (10%)	19 (22%)	1 (1.3%)	
Mãe	13 (9.6%)	8 (9.2%)	5 (6.4%)	
Mãe e amigos	0 (0%)	1 (1.1%)	0 (0%)	
Pai	3 (2.2%)	2 (2.3%)	1 (1.3%)	
Parentes próximos	57 (42%)	13 (15%)	56 (72%)	
Sozinho(a)	34 (25%)	16 (18%)	15 (19%)	

n (%)² Teste exato de Fisher

Fonte: Autora (2025)

A porcentagem de crianças envolvidas em alimentação aumenta à medida que o turno avança manhã: 27%, tarde: 33%, noite: 41%. Isso pode indicar que a alimentação é uma atividade mais concentrada no final do dia. O brincar nos finais de semana é praticado com

maior efetividade no turno da tarde 38%, tornando-se a principal atividade nesse período e ausente no turno da noite, o que pode sugerir que as brincadeiras acontecem mais durante o dia. Quanto a prática de Dormir, descansar ou acordar demonstra maior incidência no turno no turno da noite 46% e é bem representada também na manhã 26%, mas muito menos na tarde 4,6%. A higiene pessoal é mais frequente pela manhã 24% e diminui à medida que o dia avança. Atividades externas e internas programadas são pouco frequentes e praticamente ausentes à noite.

Em ambos os períodos, a alimentação é uma atividade predominante, com um aumento na porcentagem de crianças envolvidas à medida que o dia avança. No entanto, a diferença entre os turnos é mais pronunciada nos finais de semana, onde a alimentação representa 41% das atividades no turno da noite, comparado a 25% na manhã e 29% na tarde. Durante a semana, as porcentagens são mais equilibradas, com 25% na manhã, 29% na tarde e 41% na noite.

No período da manhã, algumas mulheres saem da instituição para realizar a coleta em pontos públicos da cidade e, frequentemente, retornam para a casa de acolhimento à tarde, trazendo alimentos para preparar refeições específicas para suas famílias. Essa prática é mantida por muitas mulheres, pois a alimentação oferecida pela instituição nem sempre atende às necessidades ou preferências de seus familiares. Este dado pode ser explicar a maior frequência de refeições nos turnos da tarde e noite.

A insegurança alimentar, caracterizada pela falta de acesso regular a alimentos de qualidade, pode levar famílias a adotarem estratégias como a coleta de alimentos ou dinheiro para subsidiar a alimentação adequada de seus membros. Estudos (Santos, Cáceres & Pegolo, 2019) indicam que a insegurança alimentar está associada a práticas alimentares inadequadas e ao risco de desnutrição, especialmente em famílias chefiadas por mulheres. Nesse contexto, a prática da *coleta* para preparar refeições mais adequadas às necessidades da família pode ser reconhecida como uma estratégia adotada por mães em situações de insegurança alimentar para garantir o sustento financeiro, visando garantir uma alimentação mais apropriada para seus filhos.

A atividade de brincar é mais frequente nos finais de semana, especialmente no turno da tarde, com ausência total no turno da noite. Durante a semana, a brincadeira é mais comum pela manhã e tarde, mas ausente no turno da noite. Isso pode refletir uma programação mais flexível durante a tarde, em que há maior oportunidade para atividades recreativas, tendo em vista que aos finais de semana as crianças não frequentam a escola, assim o brincar fica

concentrado dentro da instituição. A ausência de brincadeiras à noite é condizente com o aumento das atividades de descanso e sono nesse período.

Pesquisas sobre rotina evidenciam que o momento de brincar é fundamental para o desenvolvimento infantil, promovendo aspectos físicos, sociais, culturais, afetivos, emocionais e cognitivos. É por meio das brincadeiras que as crianças exploram o mundo ao seu redor, desenvolvem habilidades motoras, aprimoram a linguagem, aprendem a resolver problemas e, fundamentalmente, constroem relações sociais.

Estudos realizados em instituições de acolhimento, como os de Heumann e Cavalcante (2018) e Silva et al. (2022), investigaram as atividades que compõem a rotina de crianças e adolescentes nesses ambientes. Heumann e Cavalcante (2018) destacaram que grande parte das atividades relatadas pelas cuidadoras está relacionada aos cuidados básicos, como alimentação, sono e higiene pessoal, os momentos de lazer aparecem em segundo plano. A atividade de dormir ou descansar é predominantemente realizada no turno da noite, alinhando-se às necessidades naturais de sono das crianças. A menor incidência dessa atividade nos turnos da manhã e tarde sugere que as crianças estão engajadas em outras atividades produtivas ou de lazer durante esses períodos.

Esses achados indicam que, apesar da importância reconhecida do brincar para o desenvolvimento infantil, sua implementação nas rotinas de instituições de acolhimento pode ser restrita, possivelmente devido à priorização de atividades relacionadas aos cuidados básicos e à estruturação rígida das atividades diárias. Por outro lado, Silva et al. (2022) observaram que, embora as atividades de brincar sejam essenciais, elas ocorrem de forma limitada, refletindo uma rotina mais rígida e com pouca variabilidade nas atividades realizadas, nos ambientes frequentados e nas companhias apresentadas.

É fundamental que as instituições de acolhimento reconheçam a importância de equilibrar os cuidados essenciais com atividades que promovam o desenvolvimento integral das crianças, incluindo momentos de lazer, aprendizado e socialização. Essa abordagem holística pode contribuir para o bem-estar geral e o desenvolvimento saudável das crianças em acolhimento institucional.

A análise das atividades realizadas por crianças em instituições de acolhimento revela que, nos finais de semana, a maioria das atividades ocorre dentro da instituição, independentemente do turno. Durante a semana, observa-se uma distribuição mais equilibrada: 95% das atividades acontecem dentro da instituição no turno da manhã, 53% à tarde e 100% à noite. A escola é um local de atividade apenas durante a semana, com 25% das atividades

ocorrendo no turno da tarde. Nos finais de semana, a escola não é registrada como local de atividade. As atividades na rua são mais frequentes durante a semana, especialmente no turno da tarde, com 5,8% das crianças participando. Nos finais de semana, as atividades na rua são menos comuns, ocorrendo apenas no turno da manhã 2,2%.

Estudos como os de Heumann e Cavalcante (2018) e Silva et al. (2022) destacam que a maioria dos ambientes utilizados para o desenvolvimento das atividades são espaços dentro da instituição, como quartos, banheiros e outros espaços institucionais. Esses dados indicam que as crianças em acolhimento institucional tendem a passar a maior parte do tempo dentro da instituição, com poucas atividades realizadas em ambientes externos. Essa concentração de atividades no ambiente institucional pode ser atribuída à necessidade de supervisão constante e à segurança proporcionada pela instituição.

É importante considerar que a ausência de atividades externas pode limitar as oportunidades de socialização e o desenvolvimento de habilidades sociais das crianças. Portanto, é fundamental que as instituições de acolhimento busquem equilibrar as atividades internas com oportunidades de interação e aprendizado em ambientes externos, sempre respeitando as necessidades e segurança das crianças. Atividades externas, como brincadeiras ao ar livre, visitas a parques ou museus, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças, proporcionando experiências enriquecedoras que complementam as atividades realizadas dentro da instituição.

A análise das companhias das crianças em instituições de acolhimento revela padrões distintos entre os dias de semana e os finais de semana. Nos finais de semana, observa-se uma maior interação com amigos, especialmente no turno da tarde, onde 32% das crianças participam de atividades com amigos. Durante a semana, essa interação ocorre principalmente pela manhã 12% e à tarde 26%, sendo ausente no turno da noite. Por outro lado, a companhia de parentes próximos é mais frequente nos finais de semana, especialmente no turno da noite, com 72% das crianças participando. Durante a semana, essa companhia é mais comum pela manhã 38% e à tarde 9,9%, sendo ausente no turno da noite. A porcentagem de crianças sozinhas é mais alta durante a semana, especialmente no turno da manhã 26% e à tarde 18%. Nos finais de semana, a porcentagem de crianças sozinhas é mais baixa, ocorrendo apenas no turno da manhã 25% e à noite 24%.

Esses dados indicam que, nos finais de semana, as crianças têm mais oportunidades de interagir com amigos e familiares, especialmente à noite, enquanto durante a semana, há uma maior incidência de atividades realizadas sozinhas, particularmente pela manhã e à tarde. A

companhia de amigos e familiares desempenha um papel principal no desenvolvimento emocional e social das crianças. A interação com amigos permite o desenvolvimento de habilidades sociais, como comunicação, empatia e resolução de conflitos. Já a convivência com familiares próximos fortalece os laços afetivos e proporciona um senso de pertencimento e segurança.

Períodos de retraimento podem ter impactos negativos no desenvolvimento infantil. Estudos evidenciam que a rotina familiar e infantil desempenha um papel importante no desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental, especialmente para pessoas em contextos de risco (Hosokawa, Tomozawa & Katsura, 2023). A falta de interação social pode levar a sentimentos de isolamento, ansiedade e dificuldades na formação de vínculos saudáveis. Além disso, crianças que enfrentam mudanças frequentes de moradia apresentam maior vulnerabilidade para problemas emocionais. Entretanto, aquelas que recebem acompanhamento parental próximo possuem menor probabilidade de desenvolver problemas comportamentais, mesmo diante da instabilidade habitacional (Keane & Shelleby, 2024).

A manutenção de rotinas familiares consistentes e a presença de figuras de apego são fundamentais para o desenvolvimento saudável das crianças. A previsibilidade e a estabilidade proporcionadas por essas rotinas oferecem um ambiente seguro, promovendo o bem-estar emocional e comportamental. Portanto, é essencial que as instituições de acolhimento e as famílias busquem estabelecer e manter rotinas que incluam momentos de interação social, brincadeiras e apoio emocional, minimizando os períodos de solidão e promovendo o desenvolvimento integral das crianças.

A MBDH, oferece uma perspectiva abrangente para compreender como diferentes sistemas interagem e influenciam a rotina de crianças em acolhimento institucional. Segundo o modelo PPCT (Processo, Pessoa, Contexto e Tempo), o desenvolvimento humano resulta da interação entre fatores individuais e ambientais em múltiplos níveis sistêmicos. Nesse modelo teórico, os processos proximais são definidos como interações recíprocas e contínuas entre uma pessoa em desenvolvimento e as pessoas, objetos e símbolos presentes em seu ambiente imediato (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Esses processos são considerados a força motriz do desenvolvimento, pois, quando ocorrendo de forma regular ao longo do tempo, promovem a competência e o crescimento saudável. No entanto, em contextos adversos, como o acolhimento institucional, esses mesmos processos podem prejudicar o desenvolvimento, gerando o que Merçon-Vargas et al., (2020)

denomina de processos inversos, que minam a capacidade adaptativa e o bem-estar emocional da criança (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Para orientar as pesquisas sobre desenvolvimento humano, Bronfenbrenner elaborou hipóteses teóricas em forma de proposições, permitindo que os pesquisadores fundamentem os resultados de suas investigações com base em diretrizes claras e sistematizadas. Assim, a validade das interpretações sobre o desenvolvimento depende da consideração das interações entre características individuais e contextos ambientais, em um contínuo de mudanças ao longo do tempo (Bronfenbrenner, 1999). Dessa forma, este estudo propõe analisar as rotinas considerando algumas dessas diretrizes, as quais serão apresentadas a seguir.

Levando em consideração a Proposição 1 a qual indica que, o desenvolvimento humano ocorre por meio de processos de interação progressivamente mais complexos e recíprocos entre a pessoa em desenvolvimento e os elementos do ambiente imediato (Bronfenbrenner, 1996/2012). Os dados sugerem que a rotina das crianças no acolhimento institucional apresenta interações predominantemente internas à instituição, com poucas atividades que envolvem a participação de familiares ou interações externas. Isso pode indicar uma fragilidade nos processos proximais, pois, embora as interações com parentes próximos e amigos sejam fundamentais, a ausência de vínculos familiares e comunitários pode limitar o desenvolvimento socioemocional da criança.

Os finais de semana poderiam representar uma oportunidade para experiências mais diversificadas, mas os dados mostram que a maior parte das interações ainda ocorre dentro da instituição, o que limita o contato com múltiplos ambientes e relações mais amplas. A elevada frequência de momentos em que a criança está sozinha em diferentes turnos pode indicar que os processos proximais são insuficientes ou pouco estimulantes. Isso pode prejudicar o desenvolvimento social e emocional da criança, pois a teoria enfatiza que interações frequentes e de qualidade são fundamentais para a construção da identidade e das habilidades socioemocionais.

Na proposição 7, destaca-se que o tempo e a continuidade das interações possuem efeitos significativos no desenvolvimento humano (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Bronfenbrenner, 1996/2012). Para que os processos proximais exerçam seu impacto positivo, eles devem ocorrer de forma regular ao longo do tempo e se manter por um período considerável na vida da pessoa em desenvolvimento. Essa continuidade é fundamental para proporcionar estabilidade e previsibilidade, elementos essenciais para o crescimento saudável e para a formação de vínculos afetivos.

No contexto do acolhimento institucional, a rotina das crianças costuma ser altamente estruturada e repetitiva. Embora essa estruturação possa garantir um senso de estabilidade e segurança, ela também pode limitar o desenvolvimento se não houver diversidade nas interações sociais e nas experiências cotidianas. Segundo Bronfenbrenner (1999), a qualidade e a variedade das interações sociais são determinantes para a competência social e emocional. Assim, se a criança permanece por muito tempo na instituição sem mudanças na rotina e sem aumento das interações familiares e comunitárias, isso pode comprometer sua capacidade de adaptação a ambientes externos, bem como seu desenvolvimento socioemocional.

Além disso, o tempo de permanência na instituição pode variar consideravelmente entre as crianças, o que leva a descontinuidades bruscas em suas experiências de vida. Essas descontinuidades podem prejudicar a construção de vínculos afetivos estáveis, impactando o desenvolvimento emocional e social (Keane & Shelleby, 2024). Bronfenbrenner e Morris (2006) ressaltam que mudanças abruptas ou interrupções nos processos proximais podem desestabilizar a trajetória de desenvolvimento, especialmente em períodos críticos da infância. Portanto, considerar a continuidade e a qualidade das interações ao longo do tempo é essencial ao avaliar o impacto das rotinas institucionais no desenvolvimento das crianças em acolhimento.

De acordo com a proposição 14, o desenvolvimento da criança é favorecido quando ela tem acesso a múltiplos ambientes, incluindo diferentes contextos familiares, educacionais e comunitários (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Bronfenbrenner, 1996/2012). A exposição a diversos contextos enriquece as experiências sociais e culturais, ampliando as oportunidades de aprendizagem e fortalecendo habilidades adaptativas essenciais para o desenvolvimento saudável.

No entanto, as análises dos dados revelam que a maior parte das atividades das crianças em acolhimento institucional ocorre dentro da própria instituição, principalmente nos períodos da manhã e da noite. Embora a escola represente um espaço de interação durante a semana, esse ambiente não aparece como significativo nos fins de semana, sugerindo a ausência de atividades educativas ou lúdicas organizadas fora do contexto institucional. Essa limitação na diversidade de ambientes frequentados pelas crianças pode restringir sua capacidade de adaptação a diferentes contextos sociais e culturais, impactando o desenvolvimento de competências sociais mais amplas.

A participação em múltiplos contextos sociais promove o desenvolvimento de habilidades sociais complexas e facilita a internalização de normas e valores culturais

(Bronfenbrenner,1999). Portanto, o acesso restrito a ambientes variados pode limitar a aquisição dessas competências, afetando a socialização e a capacidade de lidar com desafios externos à instituição. Para favorecer um desenvolvimento saudável, seria essencial ampliar as oportunidades para que as crianças participem de atividades comunitárias, recreativas e culturais fora da instituição, promovendo interações significativas em ambientes diversificados. Isso poderia incluir visitas a espaços públicos, participação em eventos comunitários e envolvimento em atividades culturais e esportivas, enriquecendo suas experiências de vida e contribuindo para um desenvolvimento integral.

De acordo com a proposição 15 o desenvolvimento da criança é influenciado pelo suporte e envolvimento de uma rede de apoio social composta por familiares, amigos e membros da comunidade (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Essa rede de apoio é essencial para a construção da identidade, para o suporte emocional e para o desenvolvimento de habilidades sociais. A presença contínua e o envolvimento afetivo dos familiares fortalecem o sentimento de pertencimento e promovem o bem-estar psicológico da criança.

No entanto, os dados indicam que a convivência familiar das crianças em acolhimento institucional é mínima, ocorrendo apenas pela manhã e praticamente inexistente nos outros períodos do dia. Além disso, a companhia dos pais é pouco registrada em qualquer momento do dia, o que é preocupante, considerando que a família exerce um papel central na construção da identidade e na oferta de suporte emocional (Bronfenbrenner, 1999). O fato de muitas crianças passarem parte do tempo sozinhas sugere que a rede de apoio social é frágil dentro da instituição, o que pode impactar negativamente seu bem-estar emocional e psicológico.

Nos finais de semana, quando seria esperado um aumento da convivência familiar, os dados mostram que essa interação continua baixa. A convivência com as mães é registrada em 9,6% das ocasiões pela manhã, 9,2% à tarde e 6,4% à noite. Já a presença dos pais é ainda menor: 2,2% pela manhã, 2,3% à tarde e 1,3% à noite. Esses números refletem um envolvimento parental limitado, o que pode dificultar a formação de vínculos afetivos seguros e impactar o desenvolvimento socioemocional das crianças.

Apesar disso, observa-se um aumento da interação com parentes próximos, alcançando 42% pela manhã e 72% à noite, o que sugere que familiares podem se envolver nas atividades nesses períodos. No entanto, como não há interação familiar expressiva em outros momentos do dia, esses encontros parecem ser breves e pouco aprofundados. Bronfenbrenner e Morris (2006) destacam que a continuidade e a qualidade das interações sociais são essenciais para o

desenvolvimento saudável, o que indica que encontros esporádicos e superficiais podem não ser suficientes para suprir as necessidades emocionais das crianças.

O Modelo Bioecológico enfatiza que uma rede de apoio forte e contínua é fundamental para o bem-estar da criança, promovendo um senso de identidade e pertencimento. A baixa interação com familiares e a ausência de uma rede de apoio consistente podem afetar negativamente o desenvolvimento emocional e psicológico das crianças em acolhimento institucional. Dessa forma, seria essencial implementar estratégias que promovam o fortalecimento dos laços familiares e a ampliação da rede de apoio social, proporcionando interações significativas e contínuas ao longo do tempo.

A proposição 17 destaca que as relações de cuidado e a supervisão são fundamentais para o desenvolvimento da criança, sendo que a qualidade e a regularidade das interações com figuras de cuidado exercem forte influência em seu crescimento emocional e social (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Essas interações não apenas oferecem suporte emocional, mas também moldam a maneira como a criança percebe o mundo e constrói sua identidade.

No contexto do acolhimento institucional, a rotina altamente estruturada e o fato de as crianças passarem longos períodos dentro da instituição sugerem que os pais e mães são as principais figuras de referência para elas. Contudo, o fato de muitas crianças estarem sozinhas durante partes do dia pode indicar uma supervisão insuficiente ou pouco individualizada. Essa ausência de interações contínuas e de qualidade pode comprometer a formação de vínculos afetivos seguros, fundamentais para o desenvolvimento emocional saudável.

Além disso, observa-se que a interação com professores e amigos ocorre apenas à tarde, indicando poucas oportunidades de socialização estruturada fora do ambiente escolar. É importante destacar que, para crianças entre 3 e 6 anos, as atividades escolares ocorrem dentro da instituição por meio do que chamam de *ambientação escolar*, um sistema de alfabetização voltado para a preparação antes da educação básica. Embora essa estrutura ofereça um ambiente educacional inicial, a limitação de interações sociais diversificadas pode restringir o desenvolvimento de habilidades sociais e adaptativas (Bronfenbrenner, 1999).

Para um desenvolvimento mais equilibrado, seria essencial fortalecer as interações com pais e mães e ampliar as oportunidades de socialização em outros contextos, como atividades comunitárias e recreativas. No entanto, os resultados sugerem uma rotina passiva, com poucos estímulos diversificados e uma carência de atividades programadas tanto externas quanto internas. Essa ausência de atividades estruturadas pode limitar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, uma vez que o desenvolvimento ocorre quando há interações

ricas, diversificadas e contínuas com figuras de cuidado e com o ambiente social (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Essa deficiência nas interações e na estimulação de experiências variadas ressalta a necessidade de um planejamento institucional que contemple atividades lúdicas, educativas e sociais diversificadas, promovendo interações significativas ao longo do dia. Além disso, capacitar os cuidadores para fornecer suporte emocional e supervisão personalizada pode melhorar a qualidade das relações de cuidado, favorecendo o desenvolvimento integral das crianças em acolhimento institucional.

A proposição 19 ressalta que o desenvolvimento infantil é mais positivo quando há envolvimento ativo dos pais e da comunidade no cotidiano da criança (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Esse envolvimento contribui para a construção de identidade, para o fortalecimento do senso de pertencimento e para a formação de vínculos afetivos saudáveis. Além disso, a interação com a comunidade amplia as oportunidades de aprendizagem social e cultural, favorecendo o desenvolvimento de habilidades sociais e adaptativas.

Entretanto, os dados indicam que a participação dos pais e de parentes próximos na rotina das crianças em acolhimento institucional é limitada, sendo mais significativa apenas pela manhã e à noite. Embora essas interações possam oferecer algum suporte emocional, elas parecem insuficientes para suprir as necessidades afetivas das crianças. Bronfenbrenner (1999) destaca que a qualidade das interações familiares e o tempo investido em relações significativas são determinantes críticos para o desenvolvimento socioemocional. Assim, a baixa frequência e a superficialidade das interações familiares podem impactar negativamente o desenvolvimento emocional e social das crianças.

Ademais, observa-se uma presença reduzida das crianças em espaços externos e em atividades comunitárias, indicando um contato limitado com o ambiente social fora da instituição. Isso sugere que o acolhimento institucional pode estar mais focado na proteção e na segurança do que na integração social, o que pode restringir as oportunidades de socialização e aprendizado cultural. A Teoria Bioecológica enfatiza que o desenvolvimento ocorre por meio da participação ativa em múltiplos contextos sociais (Bronfenbrenner & Morris, 2006), o que reforça a importância de ampliar o contato das crianças com a comunidade para promover um desenvolvimento integral.

A falta de envolvimento comunitário pode limitar a adaptação das crianças a ambientes externos, dificultando a transição para a vida fora da instituição no futuro. Para um desenvolvimento mais saudável e equilibrado, seria essencial implementar programas que

promovam a integração familiar e comunitária, permitindo que as crianças mantenham laços com suas culturas de origem e participem de atividades externas de forma mais frequente e significativa. Essas iniciativas poderiam incluir visitas supervisionadas às famílias, participação em eventos comunitários, envolvimento em atividades culturais e recreativas, além de parcerias com escolas e organizações sociais.

Dessa forma, ao fortalecer as redes de apoio social e ao ampliar os contextos de interação, o acolhimento institucional pode não apenas proteger, mas também promover um desenvolvimento emocional, social e cultural mais completo, alinhado aos princípios da Teoria Bioecológica.

A proposição 29 destaca que o desenvolvimento da criança é afetado pela qualidade do ambiente em que ela cresce, incluindo aspectos físicos, emocionais e sociais (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Segundo essa perspectiva, um ambiente rico em estímulos variados e interações sociais significativas promove o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança. Por outro lado, ambientes restritivos ou pouco diversificados podem limitar as oportunidades de aprendizagem e de crescimento pessoal.

No contexto do acolhimento institucional, a estruturação rígida da rotina pode garantir previsibilidade e segurança, mas também pode resultar em um ambiente pouco estimulante e limitado em experiências diversificadas. A análise dos dados mostra que as crianças têm uma rotina altamente estruturada, com poucas oportunidades de interação familiar, baixa presença em atividades externas e momentos recorrentes de solidão. Esses fatores indicam que o ambiente institucional pode não estar plenamente favorecendo o desenvolvimento infantil em todos os aspectos, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento socioemocional e à adaptação social.

A qualidade do ambiente é determinada não apenas pela segurança física, mas também pela riqueza de estímulos sociais, emocionais e culturais (Bronfenbrenner, 1999). Nesse sentido, a falta de interações diversificadas e de experiências culturais fora do contexto institucional pode limitar o desenvolvimento de habilidades sociais e adaptativas. A repetição de rotinas internas, sem variação de ambientes e sem participação em atividades comunitárias, sugere uma experiência limitada e pouco integrada à sociedade.

Além disso, a ausência de um ambiente emocionalmente acolhedor e a falta de interações familiares contínuas podem impactar negativamente o desenvolvimento afetivo das crianças. O modelo bioecológico enfatiza que o desenvolvimento emocional e social ocorre por meio de interações significativas e contínuas com figuras de cuidado e com o ambiente social

(Bronfenbrenner & Morris, 2006). Assim, a falta de um suporte afetivo consistente pode afetar a construção da identidade e o bem-estar emocional das crianças.

Essa análise evidencia a necessidade de políticas e práticas que garantam um ambiente mais rico em estímulos sociais, afetivos e culturais, promovendo experiências diversificadas e interações significativas. Para isso, seria fundamental implementar estratégias que incluam a integração comunitária aumentar as oportunidades de interação com a comunidade local, participando de eventos culturais, esportivos e recreativos. Atividades externas organizar passeios educativos e lúdicos fora do ambiente institucional, ampliando o repertório cultural e social das crianças. Envolvimento familiar promover programas de integração familiar para fortalecer os vínculos afetivos e o sentimento de pertencimento. Qualificar os profissionais para oferecer suporte emocional individualizado e promover interações significativas.

Portanto, ao considerar a qualidade do ambiente institucional não apenas pela segurança, mas também pela capacidade de oferecer experiências enriquecedoras e diversificadas, é possível criar um contexto mais favorável ao desenvolvimento integral das crianças. Dessa forma, o acolhimento institucional pode não apenas proteger, mas também promover um desenvolvimento saudável e integrado à sociedade, alinhado aos princípios da Teoria Bioecológica.

O modelo Bioecológico destaca que o desenvolvimento infantil ocorre por meio de interações significativas entre pessoas, objetos e símbolos presentes no ambiente da criança. Essas interações, que acontecem principalmente no microsistema, influenciam o desenvolvimento por meio da qualidade, frequência e significado atribuídos a essas experiências. No contexto do acolhimento institucional de crianças migrantes e refugiadas, a análise desses três elementos revela importantes implicações para o desenvolvimento socioemocional e cognitivo dessas crianças, especialmente em relação à preservação da identidade cultural e à adaptação social.

As interações regulares e afetivas com figuras significativas são essenciais para o desenvolvimento saudável (Bronfenbrenner & Morris, 2006). No entanto, os dados mostram que a rotina das crianças em acolhimento institucional é caracterizada por interações limitadas e, em muitos casos, por momentos de isolamento. A interação com mães e pais é baixa tanto durante a semana quanto nos finais de semana, evidenciando a fragilidade dos vínculos parentais. Embora haja um aumento na interação com parentes próximos nos finais de semana, esses encontros são restritos e não ocorrem com frequência suficiente para fortalecer o vínculo familiar.

Além disso, as interações com professores e amigos ocorrem apenas durante a semana, praticamente desaparecendo nos finais de semana. Isso sugere que a escola é o principal espaço de socialização externa, enquanto o ambiente institucional oferece poucas oportunidades de convivência social. Nos finais de semana, a interação com amigos diminui significativamente, o que pode indicar restrições institucionais quanto ao tempo e espaço para socialização. A presença de irmãos também é limitada, o que pode fragmentar vínculos familiares internos, essenciais para o senso de pertencimento e segurança emocional das crianças.

No caso de crianças migrantes e refugiadas, essa limitação nas interações pode ser ainda mais prejudicial, uma vez que essas crianças frequentemente enfrentam rupturas em seus laços familiares e comunitários devido ao deslocamento. A falta de interações significativas com figuras de cuidado e com pares da mesma cultura pode prejudicar a construção de vínculos afetivos, o aprendizado de habilidades sociais e o senso de pertencimento cultural (Suárez-Orozco et al., 2018). Portanto, é essencial que o acolhimento institucional promova oportunidades de interação social que considerem as especificidades culturais e linguísticas dessas crianças, fortalecendo os vínculos afetivos e promovendo o desenvolvimento de uma identidade cultural positiva.

Os objetos presentes no ambiente institucional desempenham um papel importante na mediação das interações e na promoção de estímulos cognitivos. No entanto, a estrutura rígida e repetitiva da rotina das crianças sugere uma limitação no acesso a objetos variados que possam estimular a criatividade, a aprendizagem e o desenvolvimento social. A ausência de atividades diversificadas e a falta de recursos educacionais e lúdicos podem limitar o desenvolvimento cognitivo e a capacidade de resolução de problemas.

A qualidade do ambiente físico e o acesso a objetos significativos influenciam diretamente o desenvolvimento cognitivo e emocional (Bronfenbrenner, 1999). A baixa diversidade de materiais e atividades lúdicas e educacionais pode indicar um ambiente pouco enriquecedor para as crianças. No contexto do acolhimento institucional, seria essencial diversificar os objetos e recursos disponíveis, promovendo atividades educativas, culturais e recreativas que estimulem a curiosidade e o aprendizado contínuo.

Os símbolos, incluindo a linguagem, os valores culturais e as normas sociais, moldam as interações sociais e influenciam a construção da identidade e o desenvolvimento emocional. Como se trata de um estudo sobre crianças migrantes e refugiadas, seria esperado que houvesse momentos para a preservação da cultura de origem, mas isso não é evidenciado nos dados. A ausência de interações familiares contínuas e de atividades comunitárias pode limitar o acesso

das crianças a símbolos culturais e sociais variados, restringindo a construção de uma identidade cultural e social integrada.

Algumas crianças migrantes ou refugiadas podem vir de contextos em que a religião e a cultura têm um papel central na vida cotidiana. Como os dados não indicam a presença de atividades culturais ou religiosas, é possível que as crianças estejam sendo desconectadas desses aspectos fundamentais da identidade. A falta de representatividade cultural pode levar a dificuldades de adaptação e a um sentimento de alienação, afetando o desenvolvimento da autoestima e da independência das crianças (Masten & Narayan, 2012).

Além disso, a rotina institucionalizada pode transmitir simbolicamente a ideia de conformidade e obediência, em detrimento da autonomia e da criatividade. Os símbolos culturais e linguísticos são fundamentais para o desenvolvimento da identidade. Para mitigar esses efeitos, seria importante promover atividades culturais e sociais que valorizem a diversidade de experiências e que permitam às crianças expressarem sua identidade e valores pessoais. Isso inclui a oferta de atividades que celebrem as tradições culturais, a promoção do bilinguismo e o incentivo ao contato com membros da comunidade de origem, fortalecendo o senso de pertencimento e identidade cultural.

Dentro dos aspectos da TBDH, os contextos de desenvolvimento são relevantes para compreender como os ambientes influenciam o crescimento e o comportamento humano. Esses contextos são divididos em microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema, funcionando de maneira inter-relacionada para potencializar ou limitar o desenvolvimento. A seguir, analisamos os resultados desta pesquisa à luz de cada um desses contextos.

O Microssistema abrange as interações diretas que a criança estabelece em seu ambiente imediato, como a instituição de acolhimento, a escola e os vínculos familiares. Observa-se que a maior parte das atividades relatadas ocorre dentro da instituição, sugerindo que este é o principal ambiente de interação das crianças. O contato com familiares é reduzido, especialmente no período da tarde e da noite, o que pode impactar a segurança emocional e a construção de vínculos afetivos. Durante a semana, a escola surge como um espaço de interação relevante no turno da tarde, promovendo relações sociais com professores e colegas, contribuindo para o desenvolvimento social e cognitivo. No entanto, a quantidade significativa de momentos em que a criança está sozinha pode indicar fragilidades nas interações interpessoais dentro do acolhimento, potencialmente reduzindo competências sociais e emocionais. A quantidade significativa de momentos em que a criança está sozinha pode sugerir

uma fragilidade nas interações interpessoais dentro do acolhimento, podendo promover processos inversos que podem levar à redução de competências (Merçon-Vargas et al., 2020).

Por sua vez, mesossistema refere-se às inter-relações entre os diferentes ambientes que a criança frequenta, como a relação entre a instituição de acolhimento e a escola. A instituição de acolhimento pesquisada apresenta uma peculiaridade em relação à sua formação e funcionamento, acolhendo famílias inteiras, podendo ter ou não em sua composição crianças ou adolescentes. A instituição possui suas normas internas, e as famílias moradoras também possuem suas formas particulares de conduzir a rotina. Observa-se, portanto, dois microssistemas inter-relacionados de forma direta. A baixa interação entre família e instituição de acolhimento pode ser um fator limitante para o desenvolvimento da criança, interferindo em outro microssistema, que é a escola, já que os sistemas parecem atuar de forma isolada.

O exossistema inclui contextos que não envolvem a criança diretamente, mas que influenciam sua rotina, como políticas públicas e decisões institucionais. A rotina estruturada da instituição sugere uma forte regulação externa, possivelmente ligada às normas e diretrizes do serviço de acolhimento, que moldam os horários de alimentação e escola. Embora cada família seja responsável pelo cuidado das crianças, observa-se que as rotinas, principalmente quanto aos horários de alimentação, mantêm um padrão. Cada família pode organizar sua alimentação de forma individualizada ou em pequenos grupos, o que é comumente observado dentro da instituição. A baixa frequência de atividades ao ar livre ou de interação comunitária indica uma restrição no contato com o ambiente externo, possivelmente devido a regras institucionais ou limitações estruturais. As crianças e adolescentes possuem um cuidado especial quanto à saída e permanência fora da instituição, pois, ao adentrarem a instituição, têm seus direitos garantidos, não podendo ser expostos a situações de risco pessoal. A ausência de menções à participação em atividades culturais, esportivas ou recreativas externas sugere que a criança pode estar inserida em um ambiente de acolhimento com poucas oportunidades de exploração do meio social mais amplo.

O macrossistema acerca os valores culturais e crenças sociais que moldam a experiência das crianças, além das políticas públicas que envolvem todo o sistema de acolhimento para migrantes e refugiados. O fato de a maioria das atividades ocorrer dentro da instituição indica que o modelo de acolhimento pode estar baseado em uma lógica institucionalizante, limitando a autonomia e a diversidade de experiências da criança. A educação aparece como um eixo central do macrossistema, sugerindo um investimento na escolarização, coerente com políticas sociais voltadas para a inclusão de crianças em situação de vulnerabilidade.

E por fim, o cronossistema considera as mudanças ao longo do tempo e suas influências no desenvolvimento da criança. Se a permanência da criança na instituição for prolongada, a ausência de interações familiares e a repetição de uma rotina rígida podem impactar seu desenvolvimento emocional e social. A adaptação da criança ao acolhimento pode gerar transformações nos padrões de interação ao longo do tempo, afetando suas habilidades de vinculação e autonomia. Mudanças nas políticas de acolhimento e integração de refugiados podem influenciar a forma como essas crianças são atendidas e inseridas na sociedade ao longo dos anos.

Em uma análise bioecológica, sugere-se que as crianças migrantes e/ou refugiadas em acolhimento institucional vivem em um ambiente altamente estruturado, com limitações no acesso a interações familiares e comunitárias. As interações no microsistema são centradas na instituição e na escola, enquanto as conexões no mesossistema parecem frágeis. A influência do exossistema e do macrossistema evidencia um modelo de acolhimento que prioriza a proteção, que pode restringir experiências de socialização mais amplas.

Isso reforça a importância de políticas que promovam maior integração familiar, diversificação das experiências infantis e maior abertura da instituição para a comunidade, favorecendo um desenvolvimento mais equilibrado dessas crianças.

Considerações Finais

A aplicação da Teoria da Bioecologia do Desenvolvimento de Urie Bronfenbrenner permite compreender melhor o papel decisivo das rotinas no estudo do desenvolvimento infantil de forma contextualizada, na medida em que destaca não apenas a presença física de pessoas, mas também a qualidade das interações, a diversidade dos objetos e a riqueza de símbolos culturais presentes no ambiente. A ausência de interações significativas com figuras de cuidado, a limitação de objetos estimulantes e a restrição de experiências culturais podem impactar negativamente o desenvolvimento socioemocional e cognitivo das crianças. Essas condições podem ser particularmente preocupantes quando se trata de contextos de acolhimento provisório de crianças em situação de vulnerabilidade, como é o caso das migrantes e refugiadas.

Para promover um desenvolvimento mais saudável e integral, é essencial que as políticas de acolhimento considerem estratégias que ampliem as oportunidades de interação social e de convivência familiar, diversifiquem os objetos e recursos educativos e valorizem a participação em atividades culturais e sociais na comunidade. Além disso, é fundamental proporcionar um ambiente acolhedor e culturalmente responsivo que permita às crianças expressarem sua identidade e manterem um vínculo com suas raízes culturais. Dessa forma, o

acolhimento pode não apenas garantir proteção e segurança, mas também proporcionar um contexto enriquecedor e diversificado que promova o desenvolvimento integral das crianças migrantes e refugiadas, alinhando-se aos princípios da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Nesse sentido, considera-se que este estudo alcançou o objetivo proposto ao analisar as rotinas de crianças em acolhimento institucional à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Ao considerar os diferentes níveis do contexto de desenvolvimento, identificou-se que a rotina do acolhimento promove interações sociais limitadas. Além disso, a estrutura rígida e a ausência de atividades culturais e comunitárias podem impactar negativamente o desenvolvimento infantil, corroborando com pesquisas realizadas anteriormente. Os resultados evidenciam que o acolhimento institucional, embora ofereça proteção física, apresenta desafios significativos na promoção de um ambiente enriquecedor e inclusivo, essencial para um desenvolvimento integral.

O estudo contribui para a ciência ao expandir a aplicação da Teoria Bioecológica no contexto de crianças em situação de acolhimento institucional de crianças em situação de migração ou refúgio, destacando as complexas interações entre diferentes contextos de desenvolvimento. Além disso, evidencia a importância de considerar as necessidades sociais, emocionais e culturais das crianças refugiadas e migrantes, um grupo frequentemente negligenciado na literatura científica.

No campo das políticas públicas, os achados deste estudo oferecem subsídios para a formulação de estratégias mais inclusivas e culturalmente sensíveis. Recomenda-se a criação de programas que fortaleçam a convivência familiar e comunitária, ampliem as oportunidades de socialização e promovam a valorização da diversidade cultural. Isso pode contribuir para políticas de acolhimento que não apenas protejam fisicamente as crianças, mas também promovam seu desenvolvimento integral e adaptação social. Em termos de desenvolvimento humano, o estudo ressalta a necessidade de proporcionar experiências diversificadas e significativas para crianças em acolhimento institucional, reconhecendo o papel essencial dos processos proximais na formação da identidade, autoestima e habilidades sociais. Ao destacar as lacunas nas interações sociais e na diversidade de estímulos culturais, o estudo contribui para um entendimento mais profundo sobre como melhorar a qualidade de vida e as oportunidades de desenvolvimento para essas crianças.

Apesar de suas contribuições, o estudo apresenta algumas limitações que podem ter influenciado os resultados. Primeiramente, a análise baseou-se em dados de uma única

instituição, o que pode limitar a generalização dos achados para outros contextos de acolhimento institucional. Além disso, a ausência de entrevistas diretas com as crianças restringiu a compreensão mais aprofundada das percepções subjetivas sobre as interações sociais e culturais. Outra limitação é a ausência de um acompanhamento longitudinal, o que impossibilitou a análise das mudanças no desenvolvimento ao longo do tempo. Por fim, a falta de comparação com crianças em outros tipos de acolhimento ou em contextos familiares impediu uma avaliação mais abrangente dos efeitos específicos da institucionalização.

Para aprofundar o entendimento sobre o desenvolvimento de crianças em acolhimento institucional, futuras pesquisas poderiam ampliar a amostra para incluir diferentes instituições de acolhimento e contextos culturais, permitindo uma comparação mais abrangente e generalização dos resultados. Utilizar métodos qualitativos, como entrevistas com crianças, para explorar as percepções subjetivas e experiências emocionais das crianças. Adotar abordagens longitudinais para acompanhar o desenvolvimento ao longo do tempo, investigando como as mudanças na rotina e nas interações sociais influenciam o desenvolvimento cognitivo e socioemocional. Comparar os resultados com crianças em outros tipos de acolhimento, como lares adotivos, para analisar as diferenças no impacto das interações sociais e culturais. Explorar intervenções que promovam a integração comunitária e a valorização cultural, avaliando o impacto dessas iniciativas no desenvolvimento da identidade e na adaptação social das crianças refugiadas e migrantes.

Essas recomendações podem contribuir para um entendimento mais profundo e abrangente do desenvolvimento humano no contexto do acolhimento institucional, informando práticas e políticas públicas que promovam um ambiente inclusivo, culturalmente sensível e enriquecedor para todas as crianças.

Referências

- Boyce, W.T., Hartnett, S.A., James, S.A., & Jensen, E.W. (1983). The family routines inventory: Development and validation. *Social Science and Medicine*, 17, 201- 211.
[https://doi.org/10.1016/0277-9536\(83\)90117-X](https://doi.org/10.1016/0277-9536(83)90117-X)
- Bronfenbrenner, U. (1979). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos por natureza e design*. Harvard university press.
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In S. L. Friedman & T. D. Wachs (Eds.), *Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts* (pp. 3-28). American Psychological Association.

- Bronfenbrenner, U., & Ceci, S. J. (1994). Natureza-nature reconceitualizada em perspectiva desenvolvimentista: Um modelo bioecológico. *Psychological review*, 101 (4), 568.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U., & Evans, G. W. (2000). Developmental Science in the 21 [sup st] Century: Emerging Questions, Theoretical Models, Research Designs and Empirical Findings. *Social development*, 9(1).
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (6th ed., Vol. 1, pp. 793-828). John Wiley & Sons.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed, 2.
- Culea, D. G., & Pinteá, S. (2021). Obiceirile Familiaie: Implicații Pentru Starea de Bine. *Medicine*, 8(3), 14-35.
- da Silva, A. I., Heumann, S., Cavalcante, L. I. C., & da Costa, A. C. R. (2022). Instituições de acolhimento governamentais e não governamentais: um estudo sobre rotinas de crianças e adolescentes Governmental and non-governmental care institutions: a study of routines of children and adolescents. *Brazilian Journal of Development*, 8(4), 25934-25955.
- Denham, S. A. (2003). Relationships between family rituals, family routines, and health. *Journal of Family Nursing*, 9(3), 305-330.
- Dos Reis, D. C., dos Santos, T. M., Afonso, T. A., da Costa Silva, S. S., & Pontes, F. A. R. (2021). O uso do tempo de crianças no contexto urbano e ribeirinho na Amazônia. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16(1), 1-13.
- Elsayed, D., Song, J. H., Myatt, E., Colasante, T., & Malti, T. (2019). Anger and sadness regulation in refugee children: the roles of pre-and post-migratory factors. *Child Psychiatry & Human Development*, 50(5), 846-855.
- França, I. L., Farias, Y. B., de Souza, R. D. C., Ramos, E. M. L. S., Pontes, F. A. R., & da Costa Silva, S. S. (2021). Rotina e Estresse em Cuidadores de Crianças com TDAH. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 15(3), 1-20.

- Heumann, S. (2017). *Rotina de Crianças e Adolescentes em Instituições de Acolhimento: Uma Abordagem Bioecológica*. (Dissertação de Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém. Recuperado de <https://ppgtpc.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Sabine%20Heumann.pdf>
- Heumann, S., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: estudo descritivo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(2), 22-37.
- Hosokawa, R., Tomozawa, R., & Katsura, T. (2023). Associations between family routines, family relationships, and children's behavior. *Journal of Child and Family Studies*, 32(12), 3988-3998.
- Howe, G. W. (2002). Integrating Families Routines and Rituals With Other Family Research Paradigms: Comment on the Special Section. *Journal of Family Psychology*, 16, 437-440.
- Jensen, E. W., James, S. A., Boyce, W. T., & Hartnett, S. A. (1983). The family routines inventory: Development and validation. *Social Science & Medicine*, 17(4), 201-211.
- Keane, J. N., & Shelleby, E. C. (2024). Routines and warmth as protective factors on the relation between housing instability and child outcomes. *Journal of Family Psychology*.
- Lopes, J. J. M. & Mota, F. M. N. (2021). *Crianças Deslocadas: Narrativas em Territórios das Palavras*. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 602-626. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/72297/45641>
- Ren, L., Hu, B. Y., & Song, Z. (2019). Child routines mediate the relationship between parenting and social-emotional development in *Chinese children*. *Children and Youth Services Review*, 98, 1-9.
- Santos, L. V. T. D. S., Cáceres, L. D. A., & Pegolo, G. E. (2019). Insegurança Alimentar, consumo de alimentos e estado nutricional de mulheres de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. *Interações (Campo Grande)*, 20, 831-844.
- Selman, S. B. (2023). *Child Routines and Preschoolers' Cognitive and Behavioral Development in Cumulative Risk*. The University of Wisconsin-Madison.

Silva, S. S. D. C., Pontes, F. A. R., Santos, T. M. D., Maluschke, J. B., Mendes, L. S. A., Reis, D. C. D., & Silva, S. D. B. D. (2010). Rotinas familiares de ribeirinhos amazônicos: uma possibilidade de investigação. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26, 341-350.

Suárez-Orozco, C., Motti-Stefanidi, F., Marks, A., & Katsiaficas, D. (2018). "An integrative risk and resilience model for understanding the adaptation of immigrant-origin children and youth." *American Psychologist*, 73(6), 781-796.

Estudo 5 - O Brincar e as Brincadeiras entre Crianças Refugiadas em Acolhimento Institucional

Resumo

O brincar é um elemento central no desenvolvimento infantil, proporcionando oportunidades para a construção de habilidades cognitivas, emocionais e sociais. No contexto do acolhimento de crianças refugiadas, as brincadeiras assumem um papel ainda mais relevante, pois ajudam na adaptação ao novo ambiente, no fortalecimento de vínculos e na ressignificação da experiência migratória. A pesquisa foi realizada em um serviço de acolhimento institucional no Pará e utilizou observação direta para averiguar como o comportamento de brincar e as atividades de brincadeira estão ludicamente presentes nas rotinas das crianças e com isso influenciar o desenvolvimento infantil nesse contexto. A análise das categorias de brincadeiras registradas no estudo revela padrões que refletem tanto o impacto do acolhimento quanto as oportunidades e desafios enfrentados pelas crianças. A amostra analisada inclui 64 registros de brincadeiras, distribuídos em diferentes categorias. Observa-se que a brincadeira de contingência física foi a mais frequente (38%), seguida pela brincadeira simbólica (28%) e pela brincadeira exploratória (20%). As demais categorias apresentaram ocorrências menores, com destaque para brincadeira turbulenta e jogos de regras, ambos com 4,7%, além de jogos de construção (3,1%) e brincadeira de contingência social (1,6%). Os resultados indicaram que as brincadeiras de contingência física e simbólicas foram as mais frequentes, refletindo tanto a necessidade de expressão emocional quanto a ressignificação das experiências migratórias. O estudo demonstrou que o brincar funciona como um processo proximal essencial para a adaptação das crianças, promovendo interação social, construção de identidade e enfrentamento de desafios. No entanto, identificou-se a escassez de espaços adequados para o brincar e a necessidade de capacitação de profissionais para estimular práticas lúdicas mais inclusivas e integrativas. Os achados reforçam a importância do brincar na formulação de políticas públicas voltadas ao acolhimento infantil, destacando a necessidade de ambientes estruturados que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças refugiadas.

Palavras-chave: Brincar; Desenvolvimento infantil; Acolhimento institucional; Crianças refugiadas; Teoria bioecológica.

Abstract

Play is a central element in child development, providing opportunities for the development of cognitive, emotional and social skills. In the context of fostering refugee children, play takes on an even more important role, as it helps them adapt to the new environment, strengthen bonds and give new meaning to the migratory experience. The research was conducted in an institutional foster care service in Pará and used direct observation to determine how play behavior and play activities are playfully present in the children's routines and thus influence child development in this context. The analysis of the play categories recorded in the study reveals patterns that reflect both the impact of foster care and the opportunities and challenges faced by the children. The sample analyzed includes 64 play records, distributed across different categories. It was observed that physical contingency play was the most frequent (38%), followed by symbolic play (28%) and exploratory play (20%). The other categories presented lower occurrences, with emphasis on rowdy play and rule-based games, both with 4.7%, in addition to construction games (3.1%) and social contingency play (1.6%). The results indicated that physical and symbolic contingency play were the most frequent, reflecting both the need for emotional expression and the redefinition of migratory experiences. The study demonstrated that play functions as an essential proximal process for children's adaptation, promoting social interaction, identity construction and coping with challenges. However, a shortage of adequate spaces for play was identified and the need for training professionals to encourage more inclusive and integrative play practices. The findings reinforce the importance of play in the formulation of public policies aimed at child care, highlighting the need for structured environments that favor the integral development of refugee children.

Keywords: Play; Child development; Institutional care; Refugee children; Bioecological theory.

Introdução

As interações entre os seres humanos representam uma construção importante para o desenvolvimento, tendo em vista que, estas possibilitam a troca de experiências entre os envolvidos dentro de uma determinada atividade. Para Reis et al. (2012), as interações dentro do contexto promovem a troca de experiência entre pares destacando de forma especial a brincadeira como um espaço natural de relação e de desenvolvimento, promovendo tanto a construção individual quanto grupal. O brincar é uma forma de interação praticada desde muito cedo, podendo ser percebido logo no início da vida na relação da mãe com seu bebê. Os estímulos utilizados instintivamente pelos pais por meio do brincar, despertam no bebê comportamentos que promovem a interação, e assim, possibilitam a experimentação de novos movimentos que potencializam o desenvolvimento (Paulo, 2019)

Dentro deste constructo teórico muitos estudos são conduzidos utilizando o brincar, a brincadeira e o lúdico como meios para estímulo à interação e incremento do desenvolvimento humano (Araújo, 2019; Lima & Costa, 2020; Machado & Pereira, 2019; Marcolino & Mello, 2015). Conforme Paulo (2019), o brincar possui um conceito e uma prática social livre, pois, dentro do contexto, a criança está constantemente buscando estabelecer e manter relações, podendo ser com outras pessoas, com objetos, com o espaço ou consigo mesma, e constitui-se livre porque a criança é responsável por comandar sua brincadeira, tendo a possibilidade de escolher do que, com o que, e porque quer brincar, podendo-se criar e recriar regras de acordo com o momento da brincadeira (Paulo, 2019).

Considerando-se os vários significados atribuídos ao brincar e às brincadeiras, torna-se necessário aprofundar a compreensão acerca destes termos, uma vez que é a partir deles que serão desenvolvidas as discussões propostas por esta pesquisa. Etimologicamente, a palavra brincar deriva do latim *brinco*, que significa estabelecer laços, ligar-se. Pode-se dizer que o brincar representa o alicerce para o desenvolvimento físico, emocional, psicológico e social da criança, tendo impacto em todas as fases da sua evolução como pessoa em desenvolvimento. Sutton-Smith (1986) entende o brincar como uma construção social que se modifica ao longo dos tempos e culturas, mas que procura garantir, em todos os espaços, a liberdade da criança de tomar decisões, de participar e, assim, se envolver.

Por sua vez, Gutton (2013, p. 249) entende que dentro do contexto em que a criança está inserida, ela desempenha papéis diferenciados, promovendo marcas tanto nos

indivíduos que brincam, como no ambiente como um todo, conceituando o “brincar com uma atividade, brincar é agir”. Para Fontana e Cruz (1997), o brincar é “experimentar-se, relacionar-se, imaginar-se, expressar-se, compreender-se, confrontar-se, negociar-se, transformar-se, ser” (Fontana e Cruz, 1997, p. 139). E ainda, para Machado (2003), o brincar está ligado a questões culturais, pois existem muitas formas de brincar, mas cada cultura possui seus próprios costumes e tradições, refletindo também na forma de ver o brincar.

Nessa direção, Lira (2012, p. 13) mostra que as brincadeiras vivenciadas pelas crianças se caracterizam em atividades que indicam “envolvimento, adesão, imaginação, participação do grupo, podendo estar apoiadas em brinquedos/objetos ou não”. A brincadeira representa o brincar concretizado, a ação da criança, trocando experiências e podem ocorrer individualmente ou coletivamente.

Autores como Gutton (2013) afirmam que a brincadeira se torna o tempo e o espaço onde ocorre tais interações, promovendo uma complexa relação entre o mundo simbólico e o mundo fantasioso, tornando o momento do brincar uma atividade simbólica concreta de cada um e suas relações dentro do contexto. Em contrapartida, Prestes (2016) enfatiza que a brincadeira se torna no período da infância uma atividade guia, transformando-se em um espaço onde é possível ensinar e aprender, instruir e ser instruído. Para Bomtempo (1999), durante a brincadeira a criança se aventura na representação de papéis do mundo adulto, o qual irá desempenhar mais tarde. Revela-se que esses momentos promovem o desenvolvimento de capacidades física, verbais e intelectuais, tornando possível a comunicação entre os participantes, estando relacionado a um contexto social.

Dessa forma, podemos perceber que o brincar e as brincadeiras são cercados de possibilidades para o desenvolvimento dos envolvidos, demonstrando que a cultura influencia o brincar e é importante para o mesmo. Neste sentido, Oliveira (2015, p. 313) destaca que o “brincar é um comportamento adaptativo e funcional que possui benefícios tanto para o período da infância quanto para a vida adulta”. Tais atividades são importantes para os diferentes gêneros, culturas e etnias, pois, através do brincar a criança pode vivenciar e experienciar diversas possibilidades de papéis dentro do mundo fantasioso, próprio do processo de desenvolvimento.

Observa-se que os estudos realizados utilizando diversos modelos teóricos, entre eles, o Modelo Bioecológico (Bronfenbrenner, 1996/2012), o qual destaca a influência exercida pela pessoa, o processo, o contexto e o tempo na trajetória de desenvolvimento

do ser humano e como o envolvimento em contextos diferentes promovem processos desenvolvimentais distintos. Assim, levando em consideração o modelo teórico proposto por Bronfenbrenner, entende-se que as brincadeiras desenvolvidas em diferentes contextos estão diretamente ligadas aos processos proximais e à pessoa em desenvolvimento, neste caso, as crianças em acolhimento institucional, que possuem características diferentes. Estas podem interferir diretamente nas interações entre os pares, assim como com os funcionários da instituição.

Com o enfoque no contexto como promotor de desenvolvimento, estudos como os publicados por Reis et al., (2012), Reis et al., (2014), Brandão e Brito, (2018, 2019), Cavalcante et al., (2021), enfatizaram o brincar levando em consideração o contexto ribeirinho, e demonstraram que questões culturais interferem diretamente na forma de brincar das crianças. Outros estudos como os de Oliveira et al., (2015), Morgado (2018), Miranda et al., (2019), enfatizam a importância do brincar na educação infantil e suas possibilidades para o desenvolvimento emocional e cognitivo. Assim, observa-se que o brincar possui uma vasta literatura quando associado às suas implicações para os diferentes domínios do desenvolvimento infantil.

Especificamente em relação ao contexto do acolhimento institucional, este é um campo de investigação ainda pouco explorado. Observa-se que este objeto de estudo assume contornos particulares e possui nítida importância como relata a literatura da área (Barbosa, 2017; Corrêa & Cavalcante, 2013; Loro, 2018; Oliveira et al., 2015; Pedroso, Lobato & Magalhães, 2016).

Assume-se que o contexto do acolhimento institucional deve proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento de atividades o mais próximo possível ao familiar, tornando-se importante a programação de atividades diversas, tais como, tarefas escolares, prática de esportes, realização de jogos, brincadeiras e divertimentos. Estudos apontam a importância do brincar dentro das instituições de acolhimento, como evidenciado por Pinto e Bichara (2018), Fonseca et al., (2020), Silva e Lellis (2020), sendo possível notá-la a partir da concepção de educadores de instituições de acolhimento acerca do desenvolvimento infantil e o papel da brincadeira na sua promoção, focando nas práticas desenvolvidas durante a rotina de cuidado e mostrando a importância de atividades livres em instituições de acolhimento. Outros autores buscaram conhecer como o brincar contribui para o desenvolvimento infantil, caracterizando, analisando e descrevendo os conteúdos das brincadeiras de crianças em instituição de acolhimento (Barbosa, 2017; Loro, 2018; Kappler & Mendes, 2019), demonstrando com isso que nesses

ambientes deve haver abertura para a realização de brincadeiras, dirigidas ou espontâneas, capazes de potencializar o efeito protetivo da medida de acolhimento.

O brincar e as brincadeiras são, portanto, fundamentais para o desenvolvimento infantil nos contextos familiar e institucional, como evidenciado na literatura. Há evidências que demonstram a solidez dessa afirmação, especialmente ao se considerar a presença do brincar na rotina de crianças em ambientes que combinam elementos desses dois contextos, separadamente ou em conjunto. Isso se torna ainda mais relevante no acolhimento de crianças migrantes e refugiadas e de suas famílias foco desta pesquisa.

Especificamente, no que se refere ao brincar e as brincadeiras que envolve essa população infantil, as pesquisas empíricas com migrantes e refugiadas ainda são incipientes. Em um levantamento preliminar do material bibliográfico disponível para consulta, observa-se sobretudo a presença de reportagens publicadas em sites, revistas e blogs brasileiros (Tokarnia, 2017; Daniel, 2017; Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância- Unicef, 2021). Esses escritos demonstram a dificuldade enfrentada por essa população e sugerem que o brincar está presente entre crianças que estão crescendo em instituições voltadas ao acolhimento como medida de proteção aos segmentos mais vulneráveis. Entretanto, também é importante mencionar publicações resultantes de pesquisas empíricas sobre o brincar de crianças refugiadas em diferentes países e regiões do mundo. Para melhor compreensão de como está sendo produzido e disseminado este conhecimento, realizou-se uma revisão da literatura levando em consideração publicações nacionais e internacionais.

Analisando as contribuições dos estudos encontrados pode-se perceber que os mesmos estão direcionados para duas temáticas, uma enfatizando o brincar de crianças refugiadas de dentro de espaços de acolhimento (Allport et al., 2019; Fichtner & Trÿn, 2020; Woolley, 2021; Mart, Simsar & Uyanik, 2022;). De maneira geral, os estudos apresentam a escassez de pesquisas que possuam o olhar voltado para a situação das crianças e especialmente e como proporcionar um acolhimento humanizado a partir do olhar da criança.

O estudo desenvolvido por Fichtner e Trÿn (2020) enfatiza que as crianças refugiadas se apropriam dos espaços físicos e as relações sociais dentro de contextos de acolhimento. Entretanto, os pesquisadores apontam que o seu estudo teve a finalidade de mostrar como as crianças brincam, identificando o local da brincadeira, quem são as pessoas envolvidas, quais dessas são praticadas e os efeitos que têm nos envolvidos. Assim, os resultados apresentados mostram que, quanto ao local para brincar estão o

playground, a casa, creche e salas do alojamento, tendo como participantes durante a brincadeira a mãe, a sua própria companha (sozinho) e, por vezes, a criança brincou com os pesquisadores.

Outrossim, Allport et al., (2019) relatam que as diferenças entre os ambientes físicos, culturais e psicológicos da Somália rural e do Reino Unido urbano, podem interferir na experiência de brincadeira e interação das crianças pequenas e em seu desenvolvimento subsequente. As participantes da Somália relatam às brincadeiras, como livres e espontâneas, sem supervisão; crianças usando seu ambiente para brincar e aprender de forma criativa e ativa. Como os brinquedos comerciais são limitados em disponibilidade e durabilidade, as crianças criam brinquedos, feitos por elas próprias por meio do uso criativo de materiais reciclados.

Por sua vez, como resultado da pesquisa realizada com participantes do Reino Unido, tem-se que as mães descrevem várias restrições combinadas para limitar as oportunidades das crianças para brincar e interagir com crianças e adultos, pois moram em apartamentos em blocos de torre (habitação social local) com apenas um espaço comunitário mínimo ou instalações compartilhadas, a interação social para as participantes e seus filhos parecia difícil devido ao espaço limitado nas portas para receber visitantes e para as crianças brincarem. Os parques disponíveis ao redor dos prédios eram geralmente vistos como não sendo um bom lugar para as crianças interagirem e brincarem.

Mais recentemente, a pesquisa desenvolvida por Woolley (2021), procurou demonstrar que o brincar faz parte da natureza da infância e afirma-se como importante internacionalmente na Convenção de Direitos da Criança nas Nações Unidas. É, portanto, uma omissão que o brincar não seja um pilar da ajuda humanitária e isso é particularmente preocupante porque as crianças são deslocadas e se tornam refugiadas desproporcionalmente em comparação com adultos, como resultado de desastres naturais e induzidos pelo homem. O Brincar em contextos de (pós) desastres está implícito como parte de um quadro maior de proteção da criança, especialmente nos campos de refugiados, onde as crianças podem ser sujeitas à violência e agressão sexual.

Com a temática a percepção do playground das crianças refugiadas sírias, Mart, Simsar, Uyanik (2022) utilizaram o desenho para revelar a percepção de crianças sobre o espaço do brincar em instituições para refugiados. Demonstraram em seus resultados que as crianças desenham escorregadores, balouços e gangorras como ferramentas de lazer, assim como árvores, sol, nuvens e flores que representam o espaço natural. Além desses

objetos, os desenhos apresentam figuras humanas, outras crianças, elas mesmas e adultos como pai, mãe e professores. Por fim, interpretou-se que as crianças também desenhavam cigarros, casas, abrigos, paredes e avião como objeto em seus desenhos sobre o playground.

O que se observa é que, todos os estudos aqui descritos enfatizam a ligação entre o brincar e o desenvolvimento de habilidades motoras, físicas, emocionais, cognitivas e sociais entre os participantes, tornando a brincadeira uma atividade importante para o desenvolvimento global de crianças. Por outro lado, os estudos demonstram também preocupação com o baixo desenvolvimento de pesquisas focalizando essa temática, principalmente quando relacionados à população em vulnerabilidade social, como é o caso dos migrantes ou refugiados.

A segunda temática observada no levantamento descreve a utilização do brincar como ferramenta metodológica (Dirks, Pelt-Deen & Muijres, 2018; Dornelles, 2016; Fusaro, 2019; Kronick, Rousseau & Cleveland, 2017; Heldal, 2021; Wihstutz, 2020). Assim, o estudo de Dornelles (2016), teve por objetivo identificar como se fabrica os conceitos de raça, diferença, preconceito e racismo nas atividades e brincadeiras das crianças refugiadas em Porto Alegre. O levantamento de dados foi realizado com crianças de 5 a 10 anos, através de cinco rodas de conversa, com temas direcionados, a saber: 1– Ouvir as histórias de vida das crianças – convidá-las para desenhar, pintar, modelar, escrever o que sabem sobre o lugar de onde vieram; 2- Canto, canções e danças de seu país e as que aprenderam no Brasil; 3- As brincadeiras infantis de seu país e as que aprenderam no Brasil. Disponibilizar materiais não estruturados como panos para confeccionar roupas e cabanas, caixas de diferentes tamanhos, cordas, bonecas negras, tapetes, entre outros, 4- A literatura infantil. Convidá-las a contar as histórias de seu país. 5- O que as crianças têm a dizer sobre Porto Alegre – através de pintura, desenho, escrita, modelagem, da filmagem, da fotografia, além da utilização de diário de campo.

A pesquisa desenvolvida por Fusaro (2019) apresenta um estudo sobre a infância e refúgio, trazendo reflexões sobre a criança que são obrigadas a se deslocar. A problemática que norteou a inserção no campo de pesquisa foi: *Qual a participação das crianças no projeto migratório familiar e quais os papéis e espaços sociais elas conquistam nesse processo?* Foram desenvolvidas brincadeiras livres e direcionadas com o intuito de facilitar a participação das crianças na pesquisa, pois a autora mostra o brincar como ferramenta pedagógica para pesquisa.

Outros pesquisadores que utilizaram formas de brincar para retratar a realidade vivida por refugiados foi Kronick, Rousseau e Cleveland (2017), que desenvolveram uma pesquisa que utilizou a técnica *sandplay*, para alcançar maior participação e interação dos participantes com os pesquisadores. Nesta técnica de pesquisa, as crianças participantes criaram mundos na areia e geraram histórias para expressar sua experiência subjetiva. Assim, no estudo, as vivências das crianças são evidenciadas através da modalidade de brincadeira e narrativa, brincadeira de areia, sem estímulo verbal direto, pois entende-se que a expressão espontânea é valiosa para aumentar nossa compreensão das experiências de detenção de crianças. A técnica *sandplay* como ferramenta de pesquisa pode permitir que se tenha acesso aos mundos internos das crianças e à experiência vivida.

Com a temática *perspectiva sobre as brincadeiras em um campo de refugiados*, Heldal (2021) desenvolveu a pesquisa que buscou enfatizar o papel dos adultos na facilitação de brincadeiras e como essas podem contribuir para a troca de experiências, e construir significado em uma vida controlada por fatores externos à criança e a família que, por exemplo, é o caso de violência, negligência, vulnerabilidade social.

Essa autora utilizou como instrumento de pesquisa diário de campo, onde escreveu todas as suas observações durante a sua estada dentro do ambiente de refugiados, principalmente os dados que estavam relacionados e diretamente ligados aos momentos de brincadeira das crianças em acolhimento para refugiados. Heldal (2021) enfatiza que, durante a pesquisa, seus conhecimentos foram desafiados durante sua estada em campo, pois, foi observado que a maioria dos voluntários que trabalhavam dentro da instituição usavam do brincar como uma ferramenta para entreter as crianças, sem possibilitar ou utilizar as brincadeiras iniciadas espontaneamente pelas próprias crianças. Revela-se que a brincadeira pode transformar as experiências de crianças, tornando-as mais claras e compreensíveis, sendo que o brincar é uma área central da vida da criança. Assim, o brincar é uma janela aberta para que crianças possam fortalecer conteúdos com temas existenciais, pois, durante a brincadeira, pode se vivenciar papéis que muitas vezes revelam sentimentos, emoções e momentos vivenciados.

Por sua vez, o artigo de Wihstutz (2020) explorou *as práticas de vida cotidiana das crianças pequenas em centros para refugiados*. O artigo apresenta os resultados de um projeto de pesquisa etnográfico exploratório em centros de acolhimento para refugiados na Alemanha. Os pesquisadores acompanharam 12 crianças de 3 a 7 anos em suas brincadeiras diárias e atividades familiares por meio de observação participante em diferentes centros de refugiados. Os resultados da pesquisa apontaram para a definição de

dois temas centrais que emergiram da análise do cotidiano das crianças nos centros: em primeiro lugar, o uso e (re) interpretação do espaço e, em segundo lugar, o significado da construção de relações. A primeira temática está centrada na observação da utilização do espaço físico das residências. A cada casa visitada foi descrito os espaços e como eram utilizados pelos moradores.

Dentro do ambiente de acolhimento, as famílias de refugiados com crianças pequenas são alojadas em centros sem possuírem preferência especial em relação às suas necessidades de segurança, brincadeiras e descanso. Os resultados apresentados por Whistutz (2020) demonstram as formas como é organizada a vida cotidiana é estruturada pela política de asilo e migração na Alemanha. Os espaços são limitados para o número de membros de cada família, tornando os momentos de privacidade limitados, por vezes os pais dividem o quarto com os seus filhos. Pelo motivo da falta de espaço os momentos de lazer e brincadeiras tornam-se limitados.

O estudo de Dirks, Pelt-Deen e Muijres (2018) traz um relato de experiência que reuniu crianças locais com crianças migrantes em uma praça para brincarem, a partir dessa experiência os autores iriam criar games transcultural. Através das observações realizadas durante o encontro. Em seus resultados os autores relatam que durante a preparação e organização, ocorreram diversas dúvidas de como se daria esse momento, pois esse tipo de encontro seria inédito, e havia curiosidade sobre como seria a interação entre crianças holandesas nativas com migrantes, dentro de um contexto de brincadeira.

O público participante foi 60 crianças com antecedentes migratórios. A ideia era juntar as crianças para jogarem os jogos ao ar livre uns com os outros, porque acredita-se que a integração começa com as crianças, e como a linguagem primária das crianças é a brincadeira, poderiam fazer jogos culturais mistos com base na cultura lúdica. As crianças discutem sobre as regras, trapaceiam e estendem os limites do jogo. Do ponto de vista dos autores Dirks, Pelt-Deen e Muijres (2018), as crianças estão se divertindo, todas elas estão jogando e rindo, parecendo um dia típico de convivência entre famílias.

A avaliação final desses autores demonstra satisfação por ter proporcionado esse momento de integração entre os migrantes e a população nativa da Holanda. As pessoas são apenas pessoas não importa de onde venham e se as pessoas gostam de ser bem-vindas. Nenhuma barreira entre idiomas pode limitar as interações entre seres humanos. Tudo o que é necessário parte da compreensão recíproca, empatia e, principalmente, respeito (Dirks, Pelt-Deen & Muijres, 2018).

Diante da análise dos estudos revisados, evidencia-se a importância do brincar tanto como aspecto essencial para o desenvolvimento das crianças refugiadas quanto como ferramenta metodológica para compreender suas experiências e vivências. Os estudos apontam que, apesar dos desafios pelos contextos de acolhimento, o ato de brincar se mantém como uma forma de expressão, interação e resiliência para essas crianças. No entanto, também se observa uma lacuna significativa na literatura, especialmente no que diz respeito às pesquisas que adotam a perspectiva das próprias crianças sobre o acolhimento e o impacto do brincar em suas trajetórias. Diante disso, reforça-se a necessidade de ampliar as investigações nesse campo, bem como de incluir o brincar como um elemento central nas políticas de acolhimento e proteção infantil, garantindo que essa população tenha suas necessidades atendidas de forma mais humanizada e integrada.

Pelo exposto, com base na reunião e descrição dos estudos aqui apresentado observa-se a necessidade de expandir o olhar para a realidade que se apresenta através de povos refugiados, tendo em vista a trajetória de negligências que essa população vivencia, fundamentalmente as demandas apresentadas por crianças, pois nota-se que, apesar de haver um número significativo de pesquisadores estudando o universo de povos refugiados e seu acolhimento, no campo das pesquisas internacionais e nacionais, ainda assim existem temáticas que precisam receber maior atenção em investigações futuras, sobretudo quando se trata da questão de pessoas em refúgio em países como o Brasil. Entre as temáticas que se configuram em lacunas presentes na literatura internacional e, conseqüentemente, nacional, destacam-se: políticas públicas de atendimento às famílias de refugiados; direitos da criança e adolescentes em situação de refúgio; estrutura de atendimento (psicossocial, jurídico, entre outros) para essa população; acesso ao direito à educação e ao trabalho; capacitação da equipe de trabalho dentro das instituições e como as crianças vivenciam suas brincadeiras dentro do novo ambiente de moradia. Essas são apenas algumas possibilidades de futuras pesquisas dentro da ampla temática de povos refugiados.

Tais variáveis presentes no cotidiano do processo de acolhimento de refugiados merecem pesquisas permanentes para que possam originar ou (re) significar políticas eficazes à proteção dessa população e, em especial, a infância e seu desenvolvimento. Nas pesquisas analisadas sugeriram diversos pontos a serem trabalhados. Entre eles, o mais citado foi a necessidade de novas pesquisas que apresentem dados sobre do que as crianças refugiadas brincam no novo contexto de moradia, como é o processo de interação

entre crianças nativas e as refugiadas, além de como ocorre a capacitação dos profissionais que atuam no acolhimento, assim como as condições estruturais existentes para tais atendimentos.

O desvelamento desses aspectos pode possibilitar a identificação de possíveis problemas no atendimento e acompanhamento de crianças refugiadas, de maneira a promover um melhor desenvolvimento, com a superação de possíveis traumas que possam ter ocorrido durante o percurso de mudança de países ou cidades. O acolhimento deve representar um ambiente seguro, promotor de bem-estar, que proporcione aos acolhidos a oportunidade de vivenciar momentos de prazer e cuidado, mesmo diante da adversidade de adaptação imediata a hábitos, rotina e regras diferentes.

Dentro de uma perspectiva bioecológica, entende-se que a falta de articulação entre o microssistema (o acolhimento institucional) e o macrossistema (legislação de atendimento) geram falta de ações de apoio a essas famílias. É necessário, portanto, atuar e acompanhar o planejamento na condição de acolhimento institucional, criando condições de enfrentamento da vulnerabilidade social que é enfrentada por essa população, e assim promover melhores condições de desenvolvimento. Assim, este estudo possui como questão de investigação quais as brincadeiras constituintes do contexto de acolhimento institucional de crianças migrantes ou refugiados, na cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo como objetivo de analisar o brincar e as brincadeiras para crianças em acolhimento institucional, relacionando-os a variáveis como nacionalidade, etnia, idade, sexo, entre outras relativas à experiência da migração e do refúgio.

Método

Delineamento

O presente estudo possui uma natureza empírica, utilizando abordagens qualitativas e quantitativas para a análise dos dados. Conforme considerações de Negrine (2017), esse tipo de investigação é adequado para embasar estudos que visam analisar relações e comportamentos em toda a sua complexidade no contexto pesquisado. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, com foco no brincar e nas brincadeiras de crianças refugiadas.

Contexto

O estudo foi realizado na Casa de Acolhimento para Adultos e Famílias (CAAF), um equipamento de Proteção Social Especial (PSE) de alta complexidade. Esse serviço tem como objetivo oferecer acolhimento a adultos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A CAAF visa promover a inclusão desses indivíduos em ações e

serviços públicos, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, além de estar alinhada à Política Humanitária de acolhimento.

A criação desse serviço foi uma resposta à necessidade de acolher pessoas refugiadas que migraram de outros países para a cidade de Santarém, no estado do Pará. Nesse contexto, a Prefeitura de Santarém, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS), implementou o equipamento no dia 1º de novembro de 2017.

Participantes

Os participantes da pesquisa foram crianças com faixa etária entre três e doze anos. Dos participantes, 47% eram do sexo feminino e 53% do sexo masculino, distribuídos por faixa etária de três a seis anos 52% e de sete a doze 48%. Os critérios de inclusão foram: crianças que se envolveram em brincadeiras durante o período de observação, independentemente de se encontrarem nessa situação de forma individual ou coletiva. Foram excluídas do estudo crianças com menos de três anos de idade, os adolescentes e aqueles cuja participação não foi autorizada pelos pais, assim como aqueles que deixaram o serviço durante período da pesquisa ou interromperam suas brincadeiras ao perceberem a presença da pesquisadora. Para preservar suas identidades, as crianças foram identificadas pelo código formado por uma letra e um número (por exemplo, C1, C2, C3, e assim sucessivamente).

Ambiente

A instituição pesquisada está localizada em um bairro afastado da área central da cidade, em um terreno plano, com muitas árvores e espaços livres para atividades. Dentro da instituição, há dois barracões grandes, que são divididos entre as famílias residentes no local. Entre eles, existe um espaço com mesa, bancos e plantas, além de uma área de serviço, banheiros, cozinha e uma escola de ambientação (Figura 1). Para o levantamento dos dados de observação, foram utilizados diversos espaços dentro do serviço de acolhimento, como a escola, a área livre entre os barracões, a quadra de areia ou, até mesmo, o interior do barracão onde se localizam as casas *ranocos*.

Figura 1- vista aérea da instituição



Fonte: Autora (2025)

Legenda: 1- Rua de acesso; 2-Portão de entrada; 3-Quadra de areia; 4-Área livre; 5-Cozinha; 6-Barracões; 7-Banheiros/ sala serviço administrativo; 8-Escola de ambientação; 9-Fogões

Os dados observacionais foram registrados em diferentes ambientes, predominantemente em áreas internas da CAAF, como o Espaço 4, mencionado anteriormente. Esse espaço é caracterizado por ser ao ar livre, arborizado e possuir boa ventilação e iluminação natural. Conta também com mesas e bancos de madeira, onde são realizadas refeições, atividades de lazer, jogos, brincadeiras, estudo individual e em grupo, além de palestras e outras formações e cursos oferecidos aos moradores, conforme ilustrado na Figura 2.

Figuras 2: ambiente de observação das brincadeiras área 4.



Fonte: Autora (2025)

Durante a observação do brincar e das brincadeiras infantis, foram registradas atividades realizadas no espaço dos barracões que abrigam o conjunto de moradias, denominadas *ranocos*. Essas estruturas são semelhantes a malocas e possuem cobertura de telhas de amianto. Cada *ranoco* é ocupado por uma família, e a unidade domiciliar

apresenta sua própria organização interna, com divisórias feitas de materiais alternativos, como pedaços de tecido, TNT ou plástico. No interior dos *ranocos*, não há divisões definidas entre os cômodos, conforme ilustrado na Figura 3.

Figura 3: Divisões das casas (ranoco)



Fonte: Autora (2025)

Instrumentos e Materiais

Para caracterização dos participantes, foram empregados dados obtidos no Estudo 2 por meio do Formulário Caracterização das Crianças - FCC (Cavalcante, 2008; Corrêa, 2016), adaptado para o esse contexto específico (Apêndice G). Além disso, foi utilizado um roteiro de observação o qual será apresentado a seguir.

Roteiro de observação

O principal objetivo da observação foi obter dados empíricos que permitissem à doutoranda analisar as brincadeiras realizadas por crianças em acolhimento institucional, buscando compreender como essas atividades se relacionam com variáveis como idade, sexo e outras particularidades vinculadas à experiência do refúgio. Esse tipo de análise é fundamental para identificar não apenas as características das brincadeiras, mas também como esses momentos de interação podem refletir os desafios e as estratégias de adaptação das crianças em situações de vulnerabilidade.

Com base nesse objetivo, foi elaborado um protocolo de observação fundamentado no modelo proposto por Cerqueira-Santos (2004). Esse protocolo serviu como um guia sistemático para monitorar a ocorrência das brincadeiras no contexto da rotina institucional, detalhando as dinâmicas envolvidas, os participantes, os espaços utilizados e os recursos disponíveis para essas atividades. Dessa forma, o protocolo contribuiu para assegurar uma abordagem metodológica organizada e consistente ao longo do estudo.

A técnica de observação adotada foi o registro cursivo, reconhecida por sua capacidade de capturar os eventos em tempo real, com um foco detalhado nos aspectos específicos do comportamento em análise. Essa abordagem implica descrever os eventos exatamente como ocorrem, sem omitir detalhes ou acrescentar interpretações subjetivas, garantindo assim uma visão fiel do contexto observado (Fagundes, 2015).

Durante o processo de observação, os registros enfatizaram a descrição minuciosa de elementos como pessoas, objetos e símbolos presentes nas brincadeiras. O objetivo foi compreender de forma abrangente as interações entre esses elementos e o impacto que eles exercem sobre o desenvolvimento infantil. Essa atenção aos detalhes permitiu evidenciar aspectos importantes da bioecologia do desenvolvimento humano, como a influência do ambiente institucional, a criatividade no uso de materiais disponíveis e a dinâmica social entre as crianças.

Além disso, ao se evitar interpretações pessoais ou julgamentos nos registros buscou-se garantir maior confiabilidade e objetividade aos dados coletados, contribuindo para análises mais robustas. Essa metodologia revelou-se eficaz para identificar tanto as potencialidades quanto as limitações das brincadeiras no contexto de acolhimento, proporcionando uma base sólida para futuras intervenções pedagógicas e psicossociais que visem ampliar o bem-estar e o desenvolvimento das crianças nesse ambiente.

Procedimento de Coleta de Dados

No levantamento de dados, utilizou-se como metodologia a inserção ecológica (Cecconello & Koller, 2003), que propõe a imersão do pesquisador no ambiente natural em que o participante está inserido e com o qual interage. Essa abordagem permite compreender a relação pessoa-ambiente e os processos proximais que impulsionam o desenvolvimento humano, conforme o modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1979/1996).

A técnica de observação adotada foi o registro cursivo, reconhecida por sua capacidade de capturar os eventos em tempo real através de filmagem, com um foco detalhado nos aspectos específicos do comportamento em análise. Essa abordagem implica descrever os eventos exatamente como ocorrem, sem omitir detalhes ou acrescentar interpretações subjetivas, garantindo assim uma visão fiel do contexto observado (Fagundes, 2015).

Durante o processo de observação, os registros enfatizaram a descrição minuciosa de elementos como pessoas, objetos e símbolos presentes nas brincadeiras. O objetivo foi compreender de forma abrangente as interações entre esses elementos e o impacto que

eles exercem sobre o desenvolvimento infantil. Essa atenção aos detalhes permitiu evidenciar aspectos importantes da bioecologia do desenvolvimento humano, como a influência do ambiente institucional, a criatividade no uso de materiais disponíveis e a dinâmica social entre as crianças.

Além disso, ao se evitar interpretações pessoais ou julgamentos nos registros buscou-se garantir maior confiabilidade e objetividade aos dados coletados, contribuindo para análises mais robustas. Essa metodologia revelou-se eficaz para identificar tanto as potencialidades quanto as limitações das brincadeiras no contexto de acolhimento, proporcionando uma base sólida para futuras intervenções pedagógicas e psicossociais que visem ampliar o bem-estar e o desenvolvimento das crianças nesse ambiente.

As primeiras visitas à instituição ocorreram no primeiro semestre de 2022. Nesse período inicial, foi realizada uma reunião com a equipe técnica da instituição para apresentar os objetivos da pesquisa e informar como seria conduzida a inserção ecológica. Esse encontro foi essencial para estabelecer uma relação de confiança entre a pesquisadora e os gestores, além de criar um ambiente favorável à coleta de dados.

Ainda nesse período, foi elaborado um cronograma de visitas à instituição com o objetivo de permitir a aproximação progressiva da pesquisadora ao campo de pesquisa. Esse planejamento incluiu a observação da dinâmica institucional, com foco na rotina das famílias acolhidas e nas brincadeiras realizadas pelas crianças.

O cronograma inicial previa visitas regulares às segundas e quartas-feiras, com uma permanência de 12 horas por dia, cobrindo o horário das 7h às 19h. Durante essas visitas, a doutoranda acompanhava as atividades cotidianas em diferentes espaços da instituição, como a cozinha, a escola de ambientação, a secretaria, os barracões e as áreas livres. Esse contato abrangente com o ambiente institucional permitiu à pesquisadora compreender as características específicas da instituição, bem como identificar os recursos disponíveis para as brincadeiras infantis e os desafios enfrentados pelas famílias. No segundo semestre de 2022, dando continuidade à inserção ecológica, os acolhidos na instituição já estavam habituados à presença da pesquisadora. Isso reduziu significativamente o estranhamento inicial, tornando a interação mais espontânea e natural. Nessa etapa, as visitas à instituição passaram a ser mais pontuais e objetivas, ocorrendo duas vezes por semana, com duração de quatro horas diárias. Após cada visita, o conteúdo observado era registrado sistematicamente em um diário de campo, o que permitiu documentar de forma detalhada os eventos ocorridos e suas particularidades.

Antes do início da coleta de dados propriamente dita, foi conduzido um estudo piloto. Essa etapa foi fundamental para testar os instrumentos selecionados e realizar as adaptações necessárias tanto em relação aos métodos quanto à forma de aplicação. Esse estudo prévio permitiu aperfeiçoar a abordagem metodológica, garantindo maior precisão na coleta e análise dos dados.

O levantamento de dados deste estudo ocorreu especificamente entre outubro de 2023 e fevereiro de 2024, com visitas realizadas duas vezes por semana, em sessões de 4 horas diárias, no total foram realizadas 40 sessões de observação, contabilizando 160 horas de observação. A inserção ecológica, ao longo de todas as suas etapas, demonstrou ser uma estratégia eficaz para captar a complexidade das interações no ambiente institucional e compreender como as brincadeiras infantis refletem os contextos sociais, culturais e ambientais em que estão inseridas.

Para subsidiar o método de observação, foi levando em consideração o estudo de Alves et al. (1998), o qual apresenta oito parâmetros descritivos necessários para a construção metodológica que prevê a observação de crianças:

1- Permissão para a observação: por questões éticas, os participantes deveriam assinar o termo de autorização da pesquisa antes da efetiva observação. No entanto, segundo esses autores, isso pode gerar comportamentos estereotipados, pois as crianças saberiam que estão sendo observadas. Assim, sugere-se que a anuência para a realização da observação seja posterior à sua realização.

2- Distância entre a criança e o observador: Os autores sugerem que seja mantida uma distância de 10 a 30 metros entre a criança e o observador.

3- Tempo de observação: Deve ser de 30 minutos para cada observação, pois este tempo se revelou apropriado tanto para atender aos pesquisadores como as crianças.

4- Tipo de registro: sugere-se o registro cursivo de todos os comportamentos observados.

5- Presença de dois observadores: Para cada observação, enquanto um observador “dita” de forma objetiva os comportamentos observados, o outro “anota” em folha de registro todas as observações descritas.

6- Escolha de um ponto inicial para coleta de dados: É importante definir local para realizar as observações. No caso desta pesquisa, o local será a casa de acolhimento.

7- Horário da observação: Quanto ao horário, é fundamental verificar, por meio de visitas prévias, qual é o horário apropriado para a observação.

8- Escolha da criança focalizada: Para evitar direcionamento do público investigado, os pesquisadores sugerem que, se durante a observação houver mais de uma criança, seja escolhido uma para ser o sujeito focal da observação. Como a observação deve ser realizada em dupla, sugere-se que um dos pesquisadores numere mentalmente as crianças e o outro escolha um dos números, evitando assim a escolha por características como cor de pele ou humor. Assim, este estudo seguiu esses requisitos, realizando as adequações necessárias para este estudo.

A partir das considerações apontadas por Alves et al. (1998), pode-se adaptar o instrumento e sua aplicação durante a inserção ecológica, sendo aplicado da seguinte forma:

Quadro 1- Requisitos metodológicos necessários para estudo com observação e sua aplicabilidade na pesquisa

REQUISITOS NECESSÁRIOS	APLICAÇÃO NO ESTUDO
Permissão para a observação: por questões éticas, os participantes deveriam assinar o termo de autorização da pesquisa antes da efetiva observação.	Como os participantes são crianças (até 12 anos), a proposta da pesquisa foi apresentada inicialmente para os responsáveis para obtenção da sua autorização, e em seguida, para as próprias crianças. Na sequência, foram assinados os TCLE (pais) e os TALE (filhos), tendo o consentimento para a participação das crianças.
Distância entre a criança e o observador: É sugerido pelos autores que seja mantida uma distância de 10 a 30 metros entre a criança e o observador.	Esse critério foi cuidadosamente considerado para minimizar o impacto da presença da pesquisadora e evitar possíveis estranhamentos por parte das crianças durante a observação. A estratégia visou garantir que as brincadeiras ocorressem de maneira espontânea, refletindo as interações naturais do ambiente sem interferências externas. Durante as sessões de observação, a pesquisadora posicionava-se em um local estratégico, distante o suficiente para não interromper ou influenciar a dinâmica das brincadeiras, mas próximo o bastante para captar os detalhes essenciais da atividade. Essa abordagem possibilitou a coleta de dados ricos e detalhados, mantendo a autenticidade das interações.
Tempo de observação: Com relação a esse requisito, é convencionalizado que a observação deve ser de 30 minutos.	Para este estudo, o critério de tempo foi adaptado para abranger exclusivamente a duração do evento da brincadeira. Essa modificação foi realizada considerando o objetivo central do estudo, que é compreender as brincadeiras das crianças em profundidade. Assim, o tempo dedicado a cada brincadeira passou a ser um elemento essencial para a

	observação e análise, pois reflete a interação contínua das crianças com o ambiente e com os demais participantes.
Tipo de registro: sugere-se o registro cursivo de todos os comportamentos observados.	No contexto deste estudo, o registro cursivo foi utilizado com foco no evento da brincadeira, o que significa que a pesquisadora descreveu de maneira precisa e minuciosa as ações, interações e objetos envolvidos nas atividades lúdicas das crianças. Esse método é especialmente útil para documentar fenômenos dinâmicos, como as brincadeiras infantis, pois permite capturar sua complexidade, variabilidade e fluidez.
Presença de dois observadores: Para cada observação, enquanto um observador “dita” de forma objetiva os comportamentos observados, o outro “anota” em folha de registro todas as observações descritas.	Dado o prolongamento necessário para a inserção ecológica e o levantamento de dados, não foi possível contar com a presença de dois pesquisadores em todos os dias de observação. A extensão temporal desse processo, aliada à intensidade das atividades e à necessidade de um acompanhamento contínuo, tornou inviável a disponibilidade simultânea de uma equipe maior em tempo integral.
Escolha de um ponto inicial para coleta de dados: É importante definir local para realizar as observações.	No caso deste estudo, o local definido para a observação foi a casa de acolhimento, incluindo seus diversos espaços. Essa escolha fundamentou-se no objetivo de investigar o brincar das crianças em um ambiente que refletisse suas realidades cotidianas e peculiaridades. A casa de acolhimento, com sua diversidade de espaços, como os barracões, áreas livres, cozinha, escola de ambientação e outros ambientes, forneceu um cenário rico para a análise das interações e dinâmicas lúdicas.
Horário da observação: Quanto ao horário, é fundamental verificar, por meio de visitas prévias, qual é o horário apropriado para observação.	Como as crianças residem na instituição, foi possível observar os eventos de brincadeira em diferentes momentos do dia, independentemente de horários pré-estabelecidos. Essa característica permitiu uma maior flexibilidade nas observações, capturando uma ampla variedade de interações e atividades lúdicas que ocorriam espontaneamente ao longo da rotina diária.
Escolha da criança focalizada: Para evitar direcionamento do público investigado, os pesquisadores sugerem que, se durante a observação houver mais de uma criança, seja escolhido uma para ser o sujeito focal da observação.	No caso deste estudo, o foco principal foi direcionado aos momentos de brincadeiras, considerando-os como eventos centrais para a investigação. Além disso, estabeleceu-se como critério de inclusão a participação de crianças pertencentes à segunda e terceira infância,

	abrangendo, respectivamente, as faixas etárias de 3 a 6 anos e de 6 a 12 anos.
--	--

Fonte: Autora (2025)

Neste estudo, buscou-se compreender como ocorriam o brincar e as brincadeiras de crianças refugiadas em um serviço de acolhimento, considerando que essas atividades lúdicas são permeadas de possibilidades que promovem o desenvolvimento integral dos envolvidos. As brincadeiras, além de essenciais para o bem-estar e a socialização, refletem as influências culturais, que desempenham um papel fundamental na maneira como as crianças interagem com o ambiente e entre si.

Nesse contexto, Oliveira (2015) destaca que o ato de brincar é um comportamento adaptativo e funcional, trazendo benefícios significativos não apenas durante a infância, mas também ao longo da vida adulta. O brincar contribui para o desenvolvimento emocional, cognitivo, social e cultural, configurando-se como uma prática universal que transcende barreiras de gênero, etnia e contexto social.

As brincadeiras são especialmente importantes porque oferecem à criança a oportunidade de vivenciar e experimentar diferentes possibilidades de papéis dentro de um mundo fantasioso, característico do processo de desenvolvimento. Por meio delas, as crianças não apenas recriam suas realidades, mas também constroem habilidades para enfrentar os desafios de suas vivências, como a adaptação ao acolhimento institucional e as experiências relacionadas ao refúgio.

Procedimento de Análise de Dados

A análise e caracterização biopsicossocial dos participantes constituíram a etapa inicial deste estudo, possibilitando uma compreensão ampla das variáveis envolvidas, como idade, sexo, nacionalidade e etnia. Esses dados foram organizados em planilhas do Excel e analisados por meio de estatística descritiva, oferecendo um panorama objetivo e detalhado do perfil dos participantes a partir dos episódios de brincadeiras.

A observação direta foi utilizada como principal método de coleta de dados, com foco nos episódios de brincadeira das crianças. As informações coletadas foram transcritas na íntegra e organizadas em planilhas, destacando os contextos e as dinâmicas específicas de cada brincadeira. A análise desses dados foi conduzida em dois níveis: quantitativo, com cálculos de frequência e porcentagens; e qualitativo, com base na análise de conteúdo dedutiva, que é um método de interpretação de dados que parte de uma teoria ou estrutura pré-existente para analisar um conjunto de informações. Uma

abordagem dedutiva é útil se o objetivo for testar uma teoria anterior em uma situação diferente ou comparar categorias em diferentes períodos de tempo (Shava et al., 2021).

Com o intuito de facilitar o entendimento sobre os resultados encontrado, foi elaborado e seguido um guia de perguntas para apresentação, a saber: 1- local da brincadeira; 2- quem brinca; 3- categoria da brincadeira. A definição e inclusão das brincadeiras em categorias seguiu as orientações de Oliveira et al. (2015), fundamentas em estudos Moraes & Otta (2003), **1- brincadeira simbólica**: consiste em tratar pessoas, objetos, animais e a si mesmo atribuindo papéis diferente que as características habituais, como se fossem personagem, uma brincadeira de faz-de-conta; **2- brincadeira exploratória**: são brincadeiras que envolve manipulação de brinquedos/objeto, porém perde-se o interesse em pouco segundos; **3- brincadeira turbulenta**: possui comportamento de perseguição e luta, tendo-se o sorriso como um característica principais que diferencia a brincadeira de uma luta real; **4- contingência física**: abrange atividades físicas que envolve um conjunto de comportamentos como (correr, pular, balançar, subir, descer, andar) e ainda atividades que provocam suas ações (atirar, pegar objetos, chacoalhar, empurrar objetos). **5- contingência social**: são brincadeiras que ocorre o revezamento social, aparentemente motivadas pelo prazer associado a capacidade de produzir respostas contingentes nos outros envolvidos na brincadeira, por exemplo, esconde-esconde, fazer cócegas, imitação de gestos e vocalização; **6- jogos de construção**: caracterizado pela utilização de objetos, transformando-o em algo diferente, moldando, empilhando, enfileirando, encaixando; **7- jogos de regras**: compreende brincadeiras que a regra é predominante, embora possa haver componentes sensório-motores ou de construção.

Um aspecto fundamental do estudo foi a validação dos dados observacionais, etapa crucial para garantir a confiabilidade e a precisão das análises. Para isso, os dados foram enviados a juízes independentes, que realizaram a categorização às cegas. A ausência de vínculos diretos entre os juízes e o campo de pesquisa assegurou imparcialidade na avaliação. Posteriormente, os resultados das categorizações foram comparados às classificações realizadas pela pesquisadora, utilizando o índice Kappa de Cohen como métrica de concordância.

O índice Kappa, calculado com base na proporção de concordâncias observadas e esperadas entre os juízes, revelou o grau substancial, com 0.61- 0.8 nas categorizações, reforçando a validade do estudo. Essa abordagem metodológica rigorosa proporcionou uma análise detalhada das brincadeiras infantis, permitindo identificar como o brincar

reflete as vivências, desafios e processos de desenvolvimento das crianças em acolhimento institucional.

Resultados e Discussão

A opção por realizar a observação no contexto investigado, considerando a forma naturalística se deu por tentar aumentar a validade ecológica dos dados, podendo ser observado outros aspectos como questões culturais, ambiente e relações durante o momento do brincar. Bronfenbrenner (1979/1996), enfatiza que, a compreensão dos processos proximais requer que estes sejam investigados nos ambientes reais em que os indivíduos interagem, assim, a relação pessoa, objeto e símbolos no seu ambiente imediato torna-se importante para o entendimento do desenvolvimento humano.

A inserção ecológica no microsistema possibilita uma maior compreensão dos processos proximais (Cecconello & Koller, 2003). Nesse sentido, a realização de observações dentro da casa de acolhimento possibilitou um conhecimento mais detalhado sobre os processos proximais que ocorrem continuamente nesse contexto.

Os resultados obtidos neste estudo, serão apresentados e discutidos, acompanhados de considerações acerca do campo de investigação e o posicionamento da pesquisadora, que se propôs a analisar o brincar e as brincadeiras de crianças migrantes ou refugiadas em acolhimento institucional, esse tema que tem sido discutido dentro de diversas áreas do conhecimento e dentro de diversas abordagens. Neste estudo, o brincar e as brincadeiras foram analisados como parte inerente ao desenvolvimento humano. Não objetivamos traçar conclusões precipitadas, mas refletir esse construto dentro de um contexto diferenciado para o desenvolvimento humano, o acolhimento institucional.

A categorização dos episódios de brincadeira foi conduzida de maneira rigorosa e fundamentada, seguindo procedimentos descritos no método. O treinamento dos juízes, orientado pela pesquisadora principal, incluiu aspectos teóricos e metodológicos essenciais para garantir a uniformidade e a confiabilidade do processo. Para que um episódio fosse validado como brincadeira, era necessário o consenso de pelo menos dois juízes. Esse critério também foi aplicado na análise de dados, envolvendo a participação de três juízes independentes. Posteriormente, a categorização realizada pela pesquisadora principal foi incluída para complementar a análise e fortalecer a interpretação dos resultados.

Na etapa inicial da análise, foi realizada o levantamento do quantitativo de episódios de brincadeiras, sendo apresentado o N= 64. Esse levantamento permitiu

identificar o número total de participantes e a relação dessas variáveis com os episódios observados, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1- Descrição geral dos episódios de brincadeiras (N= 64)

Características	N = 64¹
Brincadeira	
Com interação	50 (78%)
Sem interação	14 (22%)
Gênero da criança	
Feminino	30 (47%)
Masculino	34 (53%)
Idade da criança	
3 a 6 anos	33 (52%)
7 a 12 anos	31 (48%)
Gênero do parceiro	
Feminino	28 (56%)
Masculino	22 (44%)
Não se aplica	14
Idade do companheiro	
Coetâneo	41 (82%)
Não coetâneo	9 (18%)
Não se aplica	14
Duração	
Até 10 minutos	44 (69%)
11 a 20 minutos	12 (19%)
21 a 35 minutos	8 (13%)

¹ Frequência (%) ou média (desvio padrão)

Fonte: Autora (2025)

Os 64 episódios de brincadeiras foram observados durante as 40 sessões, considerando apenas os dias em que havia crianças brincando durante a permanência da pesquisadora na instituição. O foco principal da observação foi a ocorrência de episódios de brincadeira; assim, sempre que uma brincadeira era iniciada, tinha início também o registro cursivo da atividade. O tempo máximo de duração de uma sessão foi de 35 minutos, com uma média de 11,5 minutos por sessão. Dentro desse contexto, todos os episódios de brincadeiras foram considerados, inclusive aqueles de curta duração. Também foram considerados episódios que não puderam ser acompanhados até o final, nos casos em que os participantes da pesquisa mudavam de local na brincadeira, impossibilitando a continuidade da observação sem causar estranhamento ou chamar a atenção da criança.

Os grupos envolvidos nos episódios de brincadeira observados foram classificados por gênero 53% eram masculinos e 47% femininos. Quanto à faixa etária, 52% dos participantes tinham entre três e seis anos, e 48% estavam na faixa etária de sete a doze anos. Os participantes se organizavam de diferentes formas, 78% formavam díades

ou grupos, enquanto 22% brincavam sozinhos. Entre as brincadeiras desenvolvidas em grupos, 56% eram realizadas por parceiros do gênero feminino e 44% por parceiros do gênero masculino. Quanto à idade dos parceiros, 82% eram coetâneos (com a mesma faixa etária) e 18% eram não coetâneos (de faixas etárias diferentes). A análise dos dados mostra que, em termos de gênero, a participação foi bastante equilibrada, com uma ligeira predominância do gênero masculino. Em relação à faixa etária, os participantes foram divididos quase igualmente entre as faixas etárias de três a seis anos e sete a doze anos.

Os dados obtidos nos episódios apresentaram variações quanto à formação de grupos e interações. Na maioria das vezes, verificou-se que as interações ocorreram em díades ou em processos grupais, embora, em algumas situações, a brincadeira tenha ocorrido de forma individualizada e isolada. A grande maioria das brincadeiras ocorreu em díades ou grupos, o que sugere uma preferência pelas interações sociais durante as brincadeiras. A ocorrência de brincadeiras individuais pode refletir preferências individuais ou necessidades de espaço e autonomia.

Dentro dos grupos, as interações entre os gêneros foram quase equilibradas, com uma leve predominância do gênero feminino, o que pode indicar a formação de grupos de crianças com maior afinidade pelo gênero. Além disso, a maioria das interações ocorreu entre coetâneos, o que reforça a ideia de que as crianças preferem brincar com colegas da mesma faixa etária, talvez por questões de desenvolvimento cognitivo e emocional semelhantes.

A distribuição de gênero e faixa etária, assim como a formação de grupos ou díades, pode ser relevante para compreender como as dinâmicas sociais influenciam o desenvolvimento emocional e a construção de habilidades sociais nas crianças (Campos et al., 2021). O modo como as crianças interagem dentro desses grupos pode afetar a maneira como elas lidam com as emoções, aprendem a regular comportamentos e estabelecer vínculos afetivos. A interação em grupos mistos, por exemplo, pode proporcionar um ambiente rico em trocas de perspectivas, estimulando a empatia e a colaboração, enquanto interações em grupos homogêneos de gênero ou faixa etária podem favorecer o desenvolvimento de habilidades específicas, como resolução de conflitos.

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (1979/1996) defende que o desenvolvimento ocorre não apenas nas fases iniciais da vida, mas ao longo de todo o ciclo vital. Segundo esse modelo, o processo de desenvolvimento é influenciado por um conjunto complexo de fatores presentes em diferentes contextos e ambientes que vão

desde o mais imediato até os mais amplos. Esses contextos incluem as interações com *pessoas*, instituições e práticas cotidianas, além de interação com *objetos* e *símbolos* presentes no ambiente da pessoa.

A categoria *pessoa* refere-se às características individuais que influenciam os processos proximais. No estudo, aspectos como idade, gênero e experiência prévia das crianças no contexto de acolhimento influenciaram suas interações e escolhas de brincadeiras. Observou-se que a idade impactou a dinâmica das brincadeiras as crianças se dividiram entre brincadeiras de contingência física, exploratória e simbólica. Tendo variações entre os gêneros, na organização dos grupos e na escolha de brincadeiras, com ligeira predominância masculina na participação geral. No entanto, as interações entre os gêneros foram equilibradas, sugerindo um ambiente inclusivo. As experiências prévias das crianças, incluindo suas vivências como migrantes ou refugiadas, podem ter influenciado as escolhas das brincadeiras simbólicas, que frequentemente refletem papéis familiares e situações cotidianas, como cuidar de um bebê ou preparar comida.

Para a análise das brincadeiras registradas foi considerada a categorização de acordo com Oliveira et al., (2015) fundamentadas em estudo anterior de Morais e Otta (2003), composta por sete categorias: brincadeira simbólica; brincadeira exploratória; brincadeira turbulenta; contingência física; contingência social; jogos de construção e jogos de regras. A tabela 2 apresenta o cálculo de frequência e percentual de aparecimento de cada categoria.

Tabela 2- Caracterização, frequência e percentual Geral dos Episódios de brincadeiras (N=64).

CATEGORIA	FREQUÊNCIA	%
Brincadeira de Contingência Física	24	38
Brincadeira Simbólica	18	28
Brincadeira de Exploratória	13	20
Brincadeira Turbulenta	3	4,7
Jogos de Regras	3	4,7
Jogos de Construção	2	3,1
Brincadeira de Contingência Social	1	1,6
TOTAL GERAL	64	100

Fonte: Autora (2025)

A análise demonstra a riqueza das brincadeiras no desenvolvimento infantil, destacando tanto aspectos culturais quanto a adaptação ao contexto de acolhimento e refúgio. A análise apresenta nuances significativas sobre o brincar em contextos de acolhimento institucional de crianças refugiadas, destacando a influência das condições

de vulnerabilidade e do ambiente cultural. Para fins de análise, serão considerados as três categorias que aparecem com maior frequência dentro dos episódios observados.

A brincadeira de contingência física se apresentou ligeiramente mais frequente com 38%. Este resultado está de acordo com as interações que as crianças realizaram, pois, a maior parte das brincadeiras observadas apresentavam algum tipo de contingência física, expressando comportamentos como: correr, pular, balançar, subir, descer, andar ou ainda atividades que provocam ações como atirar, pegar objetos, chacoalhar, empurrar objetos, como exemplo a seguir.

“Começaram a brincar de roda, cantando uma música. Quando a música parava eles se abaixavam ou ficavam de pé. Durante a brincadeira, havia variação de velocidade no movimento de subir e descer” (Menina, 10 anos, companhia meninas e meninos, 5, 8 e 6 anos, duração 5 min).

Esse achado está alinhado com a literatura sobre o desenvolvimento infantil, que enfatiza a importância das brincadeiras motoras para o aprimoramento das habilidades físicas e socioemocionais das crianças (Reis, 2021). E, ainda, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano evidencia que o desenvolvimento ocorre por meio de interações recíprocas e progressivamente mais complexas entre crianças e o ambiente, chamadas de Processos Proximais (Bronfenbrenner 1979/1996). Essas interações devem ser regulares e sustentadas ao longo do tempo para impactar o desenvolvimento.

Os resultados do estudo mostram que as brincadeiras observadas funcionam como processos proximais fundamentais para o desenvolvimento infantil. A interação entre as crianças, especialmente nos 78% dos episódios que envolveram brincadeiras em grupos ou díades, demonstra como essas interações ocorrem de maneira contínua e estruturada no microsistema do acolhimento. Essas interações não apenas aprimoram habilidades físicas, mas também promovem o desenvolvimento socioemocional ao estimular a cooperação, a comunicação e a regulação emocional.

As brincadeiras de contingência física são um exemplo claro de processos proximais, pois envolvem interações motoras contínuas, como correr, pular e segurar objetos. O episódio de brincadeira simbólica, ou seja, aqueles que envolvem interações que refletem o tratamento de pessoas, objetos, animais, atribuindo papéis sociais, como se fossem personagens um faz-de-conta, essa categoria representa 28% dos resultados. Geralmente, essas brincadeiras estavam relacionadas com o mundo da imaginação e a reprodução de comportamento que não são habituais da faixa etária, como reproduzir uma atividade que é da rotina das mães ou de um adulto de referência.

Aqui serão apresentados alguns exemplos incluem crianças brincando de dar comida à irmã mais nova (*Episódio 2*), simulando cuidados com utensílios domésticos (*Episódio 3*) ou imitando o papel de mãe em brincadeiras de casinha (*Episódio 4*). Refletindo a criatividade e do uso de objetos do cotidiano para a construção de histórias, como exemplo e imagens: “crianças utilizavam talheres e xícaras de brinquedo para simular refeições” (*Episódio2, meninas 7 e 5 anos*).

Figura 1- Episódio 2 brincadeiras simbólica, mãe e filhas.



Fonte: Autora (2025)

“A criança brincava sozinha com utensílios domésticos de brinquedo e alguns materiais de sua mãe, como facas, colheres e uma bacia plástica. Além disso, utilizava ingredientes como farinha de trigo e água para preparar uma massa” (Episódio 3, menina, 10 anos).

Figura 2 - Episódio 3 brincadeira simbólica, fazendo arepa.



Fonte: Autora (2025)

“Um grupo de crianças colocou um pedaço de tecido amarrado na madeira para brincarem de casinha. A criança mais velha comandava a brincadeira, desempenhando o papel da mãe” (Episódio 4, meninas, 10, 4, 6, 7 e 8 anos).

Figura 3 - Episódio 4 brincadeira simbólica, casinha.



Fonte: Autora (2025)

O faz-de-conta promove a internalização de papéis sociais e culturais, além de estimular a criatividade e a resolução de problemas. Esse tipo de brincadeira é essencial para o desenvolvimento cognitivo e emocional, pois permite que as crianças explorem suas experiências e compreendam o mundo ao seu redor. Pode-se identificar que características peculiares de uma população podem contribuir para processos de desenvolvimento proximal, os quais podem promover aspectos positivos ou, em alguns casos, processos inversos negativos que podem levar à disfunção e à redução de competências, especialmente em contextos desfavorecidos (Merçon-Vargas et al., 2020).

Segundo Kappler e Mendes (2019), o momento da brincadeira proporciona para a criança momentos de exploração e criação dentro do mundo da fantasia, que é influenciado por situações do cotidiano da vida, podendo ocorrer a manifestação de afetos positivos e negativos dentro do contexto. Evidenciando que o brincar desempenha diferentes papéis dentro do contexto, entre eles a possibilidade de promover a interação entre diferentes culturas. Ao permitir a troca de experiências, valores e expressões simbólicas, o ato de brincar se torna um meio de aproximação e compreensão mútua entre grupos culturalmente diversos.

De modo geral, os estudos de Dirks, Pelt-Deen e Muijres (2018) evidenciam o brincar como uma linguagem universal da infância, capaz de promover interações significativas entre crianças refugiadas, migrantes e não migrantes, tanto dentro de espaços de acolhimento quanto em contextos comunitários. Independentemente das barreiras linguísticas ou culturais, as crianças demonstram a capacidade de se conectar por meio da brincadeira, revelando seu potencial como instrumento de inclusão, valorização da diversidade e fortalecimento dos laços sociais em ambientes multiculturais. Assim, o brincar pode funcionar como uma ponte para a construção de

laços sociais, a redução de barreiras linguísticas e a valorização da diversidade, favorecendo a inclusão e o sentimento de pertencimento em contextos multiculturais.

As brincadeiras observadas refletem a capacidade das crianças de se adaptarem às adversidades. Apesar das limitações impostas pelo contexto de acolhimento, como recursos escassos ou ambientes limitados, as crianças demonstram criatividade ao utilizarem objetos comuns, madeira, tecido, bonecas e utensílios domésticos, para criar cenários lúdicos. Isso sugere um forte mecanismo de resiliência, onde o brincar simboliza não apenas um momento de lazer, mas também uma estratégia de enfrentamento diante das dificuldades.

A terceira categoria que apresentou mais episódios foi a Brincadeira Exploratória que representa 20% do quantitativo das brincadeiras observadas, isso demonstra que as brincadeiras de maneira geral tinham uma duração menor, tendo em vista que dentro da categorização, a criança envolvida perde o interesse pela brincadeira em poucos segundos, e envolve a manipulação de brinquedos/objetos como carrinhos, bonecas, ou elementos da natureza como por exemplo sementes, areia, entre outros (Oliveira et al., 2015).

“Alguns meninos brincavam com carrinhos, montando e desmontando. Alguns carrinhos estavam amarrados em cordas, que os meninos puxavam pelo quintal” (Episódio 5, meninos, 5, 4 e 3 anos).

Figura 4 - Episódio 5 brincadeiras exploratória



Fonte: Autora (2025)

“A criança brincava sozinho no quintal entre os barracões, usando uma colher como brinquedo, levando areia de um lado para o outro” (Episódio 6, menino, 5 anos)

No Episódio 6, um menino de 5 anos brincava sozinho no quintal, utilizando uma colher como instrumento para carregar areia de um lado para o outro. A colher, embora

não seja um brinquedo em si, foi ressignificada no contex²to da brincadeira, mostrando como objetos do cotidiano são incorporados ao lúdico por meio da experimentação e da imaginação.

Figura 5- Episódio 6 brincadeiras exploratória



Fonte: Autora (2025)

“As crianças brincavam com bolinhas de gude no quintal” (Episodio 7, meninos, 11, 10, 9 e 8 anos)

No Episódio 7, meninos de 8 a 11 anos coletavam sementes de açaí no quintal e as colocavam em uma embalagem plástica. Esse exemplo demonstra o uso de elementos da natureza como matéria-prima para a brincadeira, revelando um tipo de exploração mais voltada ao ambiente natural e à transformação de materiais simples em parte do universo lúdico infantil.

“As crianças brincavam no quintal juntando sementes de açaí² e colocando em uma embalagem plástica (Episodio 7, meninos, 11, 10, 9 e 8 anos)

Figura 6 - Episódio 7 brincadeira exploratória



Fonte: Autora (2025)

²Núcleo interno do fruto açaí

Essas brincadeiras refletem a curiosidade natural das crianças e sua necessidade de explorar o ambiente físico. A brincadeira vai além de uma identidade cultural, abrangendo características sociais específicas de um grupo (Carvalho et al., 2023). O ambiente dentro da instituição favorece o contato direto entre todos os moradores, funcionando como seu microssistema. Além disso, as crianças frequentam a escola, onde têm contato com outras crianças e adultos brasileiros, que possuem uma cultura própria e regionalizada para o brincar. A interação com adultos pode atuar como um potencializador para o desenvolvimento, pois, segundo Heldal (2021), essa troca de experiências melhora o controle sobre fatores externos, como a vulnerabilidade social. Dessa forma, ao considerar a bidirecionalidade na relação entre a pessoa e o ambiente, é possível perceber que as crianças influenciam e são influenciadas quando iniciam uma nova atividade.

O uso de brincadeiras espontâneas e livres como forma de explorar o ambiente pode contribuir de maneira criativa para promover a interação e os processos de desenvolvimento (Allport et al., 2019). A experimentação de novos processos proximais pode potencializar o desenvolvimento humano, sendo estes conceituados como formas subjetivas de interação entre o indivíduo e o ambiente (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Assim, as relações dentro da instituição e com outros indivíduos podem ser fundamentais para promover novos desafios e aprendizagens. Isso é especialmente observado em brincadeiras exploratórias, como a manipulação de areia ou a montagem de objetos, e, principalmente, nas interações de troca durante o desenrolar das atividades lúdicas. Tais atividades não apenas estimulam o desenvolvimento cognitivo e motor, mas também oferecem às crianças a oportunidade de experimentar autonomia e controle sobre o ambiente.

Os objetos utilizados nos processos proximais são fundamentais para entender os processos de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/1996). No estudo, os materiais utilizados durante os episódios de brincadeiras foram classificados conforme sua natureza em cinco categorias. A primeira refere-se aos brinquedos industrializados, que incluem itens produzidos comercialmente, como bonecas, bolas, carrinhos. A segunda categoria abrange a sucata, composta por objetos descartados ou reaproveitados, como garrafa plástica, pedaços de pano, tampa de lata. A terceira categoria contempla os materiais disponíveis na natureza como pedras, sementes, folhas. A quarta corresponde aos brinquedos mistos, que incluem diferentes materiais, como brinquedos industrializados associados a elementos da natureza, como sementes ou pedaços de madeira. Por fim,

houve episódios de brincadeiras em que nenhum material foi diretamente utilizado, destacando a interação entre as crianças sem mediação de objetos físicos. A tabela 3 apresenta a frequência e porcentagem dos materiais utilizados durante as brincadeiras, permitindo uma análise quantitativa das preferências e tendências observadas no contexto investigado.

Tabela 3- Frequência e porcentagem de materiais utilizados em episódios de brincadeiras (N= 64¹)

Tipos de Objeto	Frequência de Episódios	%
Brinquedos industrializados	22	34
Sem material	15	23
Sucata	13	20
Brinquedos mistos	7	11
Materiais disponíveis na natureza	7	11
Total	64	100

¹ Frequência (%) ou média (desvio padrão)

Fonte: Autora (2025)

A análise dos dados revela que os brinquedos industrializados foram os mais utilizados durante os episódios de brincadeiras. Esse dado indica uma forte presença de itens produzidos comercialmente no cotidiano das crianças, possivelmente influenciados pelo acesso e pela oferta desses brinquedos no ambiente de pesquisa. O que diverge da pesquisa desenvolvida na Somália por Allport et al. (2019), o qual evidencia que os brinquedos industrializados são limitados, e as crianças criam seus próprios brinquedos com materiais reciclados. Por outro lado, as brincadeiras que não envolvem materiais correspondem a 23% das interações, sugerindo que a criatividade e a interação social desempenham um papel significativo no brincar infantil, sem a necessidade de objetos físicos como mediadores da atividade lúdica.

A sucata, composta por materiais reaproveitados, como garrafas plásticas e pedaços de pano, apareceu em 20% das brincadeiras, evidenciando a importância da reutilização de objetos no contexto das brincadeiras. Esse dado pode estar relacionado tanto à disponibilidade desses materiais quanto à valorização de práticas sustentáveis no brincar.

Os brinquedos mistos, que combinam diferentes materiais, e os materiais da natureza, como pedras e sementes, tiveram a mesma frequência de uso, ambos representando 11%. Esse percentual sugere que, embora menos recorrentes, esses elementos ainda fazem parte do repertório das brincadeiras infantis, possivelmente refletindo aspectos culturais e ambientais do contexto estudado.

O uso diversificado dos objetos evidencia a interação entre a criança e o ambiente, destacando como os diferentes contextos, desde o microsistema imediato, como a família e a escola, influenciam essa interação. Ficht e Trÿn (2020) ressaltam em sua pesquisa que as interações observadas envolvem momentos de brincadeiras com membros da família e outras crianças. Por outro lado, Whistutz (2020) aponta que os espaços limitados nas moradias para refugiados na Alemanha dificultam a manutenção de momentos de brincadeiras e lazer entre os membros da família. Além disso, o macrosistema, que abrange normas culturais e sociais mais amplas, também influencia as oportunidades de exploração e aprendizado. Nesse sentido, Woolley (2021) destaca que é uma omissão o fato de o brincar não ser considerado um pilar central da ajuda humanitária. Assim, assume-se que o ambiente desempenha um papel fundamental na modelagem das experiências e no desenvolvimento infantil, conforme a teoria bioecológica.

Os símbolos envolvem significados atribuídos pelas crianças às suas brincadeiras. No estudo, isso se manifestou principalmente nas brincadeiras simbólicas, em que as crianças simulavam situações familiares e sociais. O faz-de-conta permitiu que as crianças processassem suas experiências e reconstruíssem narrativas culturais e emocionais. Exemplos incluem brincadeiras de “casinha” e a simulação do preparo de alimentos, que podem refletir memórias afetivas ou estratégias de enfrentamento diante do deslocamento forçado.

O brincar também serviu como um meio de adaptação cultural, promovendo interações entre crianças de diferentes origens e estimulando a internalização de normas sociais e valores compartilhados no acolhimento. Os achados do estudo confirmam os princípios da Teoria de Bronfenbrenner, demonstrando que o desenvolvimento infantil é influenciado por múltiplas interações entre pessoa, objeto e símbolo dentro do microsistema. As brincadeiras observadas refletem a capacidade das crianças de se adaptarem ao contexto institucional, utilizando elementos disponíveis para promover interações sociais, explorar o ambiente e ressignificar suas experiências por meio do lúdico. Esses achados reforçam a importância de políticas e práticas que incentivem o brincar em contextos de acolhimento, garantindo espaços, recursos e suporte para que as interações sejam frequentes, diversas e sustentáveis ao longo do tempo.

Considerações Finais

O brincar é um direito fundamental da infância e uma atividade essencial para o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo da criança. Em contextos de vulnerabilidade, como o de criança refugiada em acolhimento institucional, o brincar

assume um papel ainda mais significativo, pois funciona como uma ferramenta de adaptação, resiliência e construção de identidade.

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Bronfenbrenner, serviu como base para a análise das interações lúdicas das crianças. Os resultados demonstraram que as brincadeiras, especialmente as de contingência física e as simbólicas, foram as mais frequentes. A brincadeira simbólica, por exemplo, revelou-se como um espaço para a ressignificação de experiências, no qual as crianças reproduziam papéis sociais e familiares, recriando suas vivências e fortalecendo sua identidade. Esse achado confirma que o brincar não é apenas uma atividade recreativa, mas um mecanismo psicológico fundamental para lidar com desafios e traumas.

O presente estudo buscou analisar as brincadeiras infantis em um serviço de acolhimento, compreendendo como essas interações lúdicas refletem o desenvolvimento das crianças e suas estratégias para lidar com a experiência do refúgio. O objetivo da pesquisa foi alcançado, pois foi possível compreender como as interações lúdicas funcionam como processos proximais e como esses processos são influenciados pelo contexto de acolhimento. O estudo demonstrou que, apesar das dificuldades estruturais e do histórico de deslocamento, as crianças utilizam a brincadeira como um meio de expressão, exploração do ambiente e fortalecimento de vínculos sociais.

A relação entre as crianças e o ambiente demonstrou um processo bidirecional, onde elas não apenas se adaptam às condições do acolhimento, mas também transformam seu contexto por meio da criatividade e da utilização de materiais diversos. A diversidade de brincadeiras e interações mostra que as crianças possuem um repertório lúdico rico, mas a estabilidade dessas interações ainda representa um desafio, especialmente em função das limitações estruturais do acolhimento institucional.

O presente estudo reforça a importância do brincar como um direito e uma necessidade no contexto do acolhimento infantil. Garantir espaços e oportunidades para o brincar é essencial para que essas crianças possam desenvolver-se plenamente, superar desafios emocionais e construir novas relações. Dessa forma, é necessário a reflexão sobre políticas e práticas de acolhimento que valorizem o desenvolvimento infantil a partir de uma perspectiva ecológica e integrativa. Investir em espaços lúdicos, brinquedos diversificados e no fortalecimento das interações sociais pode favorecer não apenas o desenvolvimento individual das crianças refugiadas, mas também sua inclusão e integração na sociedade.

Apesar da importância das brincadeiras para o desenvolvimento infantil, o estudo identificou limitações no ambiente de acolhimento, como a escassez de espaços adequados e a necessidade de maior estímulo para o brincar livre. A estrutura física e os recursos disponíveis impactam diretamente as interações lúdicas, demonstrando que o contexto pode ser um facilitador ou um obstáculo para o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, políticas públicas voltadas para o acolhimento de refugiados devem considerar o brincar como um aspecto central da proteção e do bem-estar das crianças.

Além das questões estruturais, a pesquisa também aponta para a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam nos serviços de acolhimento. Educadores e cuidadores desempenham um papel essencial na mediação das brincadeiras e na promoção de um ambiente que favoreça o desenvolvimento emocional e social das crianças. O estímulo a brincadeiras coletivas, que favoreçam a interação entre crianças refugiadas e nativas, pode contribuir para o fortalecimento de vínculos e para o processo de inclusão social.

A presente pesquisa foi conduzida em uma única instituição, o que pode limitar a generalização dos resultados para outros contextos de acolhimento. Essa delimitação impede a consideração de possíveis variações que poderiam surgir em ambientes com características distintas, como diferenças culturais, estruturais e metodológicas. Além disso, o estudo centrou-se exclusivamente nas brincadeiras espontâneas, sem a realização de intervenções diretas, o que restringiu a análise de fatores externos que poderiam influenciar o brincar. Essa abordagem, embora valiosa para compreender as dinâmicas naturais da brincadeira infantil, não permite avaliar de forma aprofundada o impacto de estímulos direcionados ou modificações no ambiente lúdico. Outro aspecto a ser considerado é a ausência de um acompanhamento longitudinal, o que impossibilitou a observação dos efeitos das interações lúdicas ao longo do tempo. Dessa forma, os impactos das brincadeiras no desenvolvimento infantil puderam ser analisados apenas em um recorte temporal específico, sem a possibilidade de verificar possíveis transformações e desdobramentos a longo prazo.

Diante dos achados, recomenda-se que novos estudos sejam conduzidos para ampliar a compreensão sobre o brincar no contexto do acolhimento para migrantes e refugiados ao investigar diferentes ambientes, comparando a experiência lúdica em instituições e em famílias. Essa abordagem permitirá identificar possíveis diferenças na forma como as brincadeiras se manifestam e como os contextos influenciam o desenvolvimento das crianças. Além disso, pesquisas longitudinais poderão acompanhar

os impactos do brincar na adaptação e no desenvolvimento infantil ao longo do tempo, fornecendo uma visão mais aprofundada sobre os efeitos duradouros dessas interações.

Outro aspecto relevante para investigações futuras é o papel dos adultos no brincar infantil. A análise da influência de educadores, cuidadores e familiares poderá esclarecer como esses agentes facilitam ou dificultam as interações lúdicas, contribuindo para a construção de práticas mais eficazes no acolhimento de crianças refugiadas. Por fim, é essencial explorar as interações entre crianças refugiadas e nativas, investigando como as brincadeiras podem favorecer a inclusão social e a troca cultural. Esse olhar permitirá compreender melhor o potencial do brincar como ferramenta de integração e construção de vínculos em contextos de diversidade cultural.

O estudo reforça a importância de garantir espaços e oportunidades para o brincar, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. O acolhimento institucional deve ser estruturado de forma a possibilitar interações regulares e variadas, garantindo que os processos proximais possam ser sustentados e ampliados ao longo do tempo.

Dessa forma, este estudo contribui para a compreensão do brincar como um elemento central no acolhimento infantil e reforça a necessidade de políticas públicas que garantam espaços e oportunidades para essa prática, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças refugiadas.

Referência

- Alves, P. B. (1998). *O Brinquedo e as Atividades Cotidianas de Crianças em Situação de Rua*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Allport, T., Mace, J., Farah, F., Yusuf, F., Mahdjoubi, L., & Redwood, S. (2019). 'Like a life in a cage': Understanding child play and social interaction in Somali refugee families in the UK. *Health & place*, 56, 191-201.
- Araújo, J. A.T. (2019). *Crianças em acolhimento institucional: um estudo sobre as práticas de cuidado à luz da teoria bioecológica do desenvolvimento humano* (Tese Doutorado em Psicologia Clínica). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Brasil. Recuperado <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1158>
- Barbosa, A. P. S. (2017). *O brincar como possibilidade de desenvolvimento infantil em acolhimento institucional*. 2017. 163 f (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) –Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Instituto de

Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília).

<http://dx.doi.org/10.26512/2017.02.D.23584>

- Bomtempo, E. (1999). Brinquedo e educação: na escola e no lar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 3, 61-69. <https://doi.org/10.1590/S1413-85571999000100007>
- Do Nascimento Brandão, P. P., & Brito, A. D. C. U. (2019). Saberes culturais do brincar tradicional: uma experiência na comunidade ribeirinha de arraiol–arquipélago do bailique–ap. *Revista Labirinto (UNIR)*, 31, 360-379. <https://doi.org/10.47209/1519-6674.v31.n.1.p.360-379>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos por natureza e design*. Harvard university press.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U.; Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In: Damon, W.; Lerner, R. M. (Orgs.). *Handbook of child psychology*, Vol. 1: Theoretical models of human development. New York: John Wiley, p. 993-1028.
- Cavalcante, L. I. C. (2008). *Ecologia do cuidado: interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituição de abrigo*. (Tese de Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém. Recuperado de <<http://ppgtpc.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/Lilia%20Cavalcante%202008.pdf>>.
- Cavalcante, A. C. A., de Oliveira, L. G. N. M., da Silva Corrêa, C., de Oliveira Sampaio, M., & Orlet, M. J. (2021). A importância das brincadeiras para o desenvolvimento cultural e formativo de crianças ribeirinhas na Ilha do Combú em Belém do Pará. *Brazilian Journal of Development*, 7(3), 31106-31119.
- Campos, . C. da S. R. ., Silva, C. G. da ., Miranda, M. M. R. de ., Almeida, M. da S. C. ., Gaudêncio, R. C. da S. ., Cesário, R. F. da S. ., & Ferreira, T. A. O. . (2021). O BRINCAR LIVRE DE GÊNEROS. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 7(10), 2655–2663. <https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.2907>
- Cecconello, AM e Koller, S. H (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e crítica* , 16 , 515-524. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000300010>

- Cerqueira-Santos, E. (2004). Um estudo sobre a brincadeira entre crianças em situação de rua. <http://hdl.handle.net/10183/5809>
- Cohen, J. (1960). Um coeficiente de concordância para escalas nominais. *Medição Educacional e Psicológica*, 20(1), 37-46. <https://doi.org/10.1177/001316>
- Corrêa, L. S., & Cavalcante, L. I. C. (2013). *Educadores de abrigo: concepções sobre desenvolvimento e práticas de cuidado em situação de brincadeira*. *Journal of Human Growth and Development*, 23(3), 309-317. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-12822013000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=en
- Corrêa, I. S. (2016). *Serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na região metropolitana de Belém: os ambientes, os acolhidos e os educadores* (Tese Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém. Recuperado de <http://ppgtpc.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/Laiane%20da%20Silva%20Corr%C3%AAa.pdf>
- Daniel, Isaura. (2017). Brasileira resgata brincadeiras junto a refugiados. Agência de notícias Brasil-Árabe- Anba. <https://anba.com.br/brasileira-resgata-brincadeiras-junto-a-refugiados/>
- Da Silva Pedroso, J., Lobato, C. P., & Magalhães, C. M. C. (2016). Brincar e realidade: verbalizações de crianças em situação de acolhimento institucional. *Psicologia em estudo*, 21(4), 711-721.
- Da Silva, A. I., & Lellis, I. L. (2020). Atividades lúdicas em instituição de acolhimento: o olhar do educador/cuidador. *Atividades lúdicas em instituição de acolhimento*. *Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação-PPGE*, (22), 1-22. <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.4986>
- De Carvalho, M. S., da Silva, A. J. V. S., Magalhães, C. M. C., & Leite, I. D. L. (2023). Casa do brincar: a implantação de uma brinquedoteca no cotidiano de uma instituição de acolhimento no Oeste do Pará. *Brinquedotecas e os espaços do brincar no ciclo vital*, 119.
- De Aguiar Lima, G., & da Costa, S. A. (2020). As Singularidades da Amazônia na Brincadeira de Faz-De-Conta de Papéis Sociais da Pré-Escola.

- Do Nascimento Brandão, P. P., & Brito, Â. D. C. U. (2018). A cultura infantil ribeirinha: o brincar e os brinquedos no cotidiano da comunidade de Arraiol/Bailique-AP. *Fronteiras & Debates*, 5(1), 119-136. <http://dx.doi.org/10.18468/fronteiras.2018v5n1.p119-136>
- Dornelles, L. V., Marcello, F. D. A., Marques, C. M., & Feitosa, A. G. S. (2016). Ser criança “estrangeira”: rodas de conversa com crianças refugiadas em Porto Alegre. <http://hdl.handle.net/10183/216060>
- Dos Reis, D. C., Monteiro, E. F., Pontes, F. A. R., & da Costa Silva, S. S. (2012). Brincadeiras em uma comunidade ribeirinha amazônica. *Psicologia: teoria e prática*, 14(3), 48-61.
- Dos Reis, D. C., Borges, J. A. R., da Costa Silva, S. S., Mendes, L. S. A., & Pontes, F. A. R. (2014). Um estudo descritivo das brincadeiras em uma comunidade Ribeirinha Amazônica. *Temas em Psicologia*, 22(4), 745-758. . <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-06>
- Dirks, S., van Pelt-Deen, M., & Muijres, E. (2018, March). Playing with refugees and other minorities during the Games [4Diversity] Jam. In *Proceedings of the International Conference on Game Jams, Hackathons, and Game Creation Events* (pp. 34-38).
- Elo, S., & Kyngäs, H. (2008). The qualitative content analysis process. *Journal of advanced nursing*, 62(1), 107-115. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x>
- Fagundes, A. J. D. F. M. (1993). Descrição, definição e registro de comportamento: um texto didático, com exercícios, para iniciação em observação sistemática de comportamento. In *Descrição, definição e registro de comportamento: um texto didático, com exercícios, para iniciação em observação sistemática de comportamento* (pp. 112-112).
- Farias, M. J. A., & Wiggers, I. D. (2019). “Tio, eu gosto é de treta!” Brincando e brigando na escola. *Movimento*, 25, e25041. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.88343>
- Farias, M. J. A., & Wiggers, I. D. (2021). “É como se fosse um ringue de mentirinha”: brincadeiras de luta, cotidiano e culturas infantis na escola. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 43, e011620. <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e011620>

- Fichtner, S., & Trần, H. M. (2020). Lived citizenship between the sandpit and deportation: Young children's spaces for agency, play and belonging in collective accommodation for refugees. *Childhood*, 27(2), 158-172.
- Fontana, R., & Cruz, N. (1997). *Psicologia e Trabalho Pedagógico*. Brasil: Atual Editora.
- Freitag, R. (2018). Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência?. *revista de estudos da linguagem*, 26 (2), 667-686.
doi: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.26.2.667-686>
- Fusaro, K. D. P. (2019). Infância refugiada: mediação e agência de crianças sírias no Distrito Federal (Brasil). In *XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. Asociación Latinoamericana de Sociología.
<https://www.aacademica.org/000-030/845>
- Gutton, P. (2013). O brincar da criança: estudo sobre o desenvolvimento infantil. *Petrópolis, RJ: Editora Vozes*.
- Heldal, M. (2021). Perspectives on Children's Play in a Refugee Camp. *Interchange*, 52(3), 433-445. <https://doi.org/10.1007/s10780-021-09442-4>
- Lira, A. (2012). Infância, jogos e brincadeiras na história: problematizando compreensões e associações. *VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.
- Loro, A. P. (2018). O movimento e o brincar no contexto de acolhimento. *Seminário Integrador de Extensão*, 1(1).
- Kappler, S. R., & Mendes, D. M. L. F. (2019). Trocas afetivas de crianças em acolhimento institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39º.
- Kronick R, Rousseau C, Cleveland J. (2018). Refugee children's sandplay narratives in immigration detention in Canada. *Eur Child Adolesc Psychiatry*. Apr;27(4):423-437. doi: 10.1007/s00787-017-1012-0. Epub 2017 Jun 22. PMID: 28643110.
- Machado, M. M. (2003). *O brinquedo-sucata e a criança - A importância do brincar - Atividades e materiais*. Brasil: Edições Loyola.
- Machado, A. P. R., & Pereira, J. L. C. (2019). O lúdico na formação de conceitos: o brincar da criança com cegueira congênita. *Práticas educacionais inclusivas na educação básica*.
- Marcolino, S., & Mello, S. A. (2015). Temas das brincadeiras de papéis na educação infantil. *Psicologia: ciência e profissão*, 35, 457-472.

- Mart, M., Simsar, A., & Uyanik, G. (2022). The Playground Perception of Syrian Refugee Children. *Child Indicators Research*, 15(1), 349-372.
- Miranda, E. D., Sipra, F. D. F., Magalhães, S. R., Campos Júnior, D. J., & Faria, E. B. (2019). A importância do ato de brincar na educação infantil. *Revista Espacios*, 12, 24.
- Moraes, M. S. & Otta, E. (2003). Entre a serra e o mar. In A. M. A. Carvalho, C. M. C. Magalhães, F. A. R. Pontes & I. D. Bichara (Eds.). *Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca* (pp. 127-156). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Morgado, V. C. M. (2018). *O Brincar na Creche e no Jardim-de-Infância* (Doctoral dissertation).
- Negrine A. (2017). Instrumentos coleta de informações na pesquisa qualitativa. Em A Pesquisa Qualitativa na Educação Física Alternativas Metodológicas, 4 ed. Porto Alegre, 59- 96.
- Oliveira, L. S. M., dos Reis, D. C., Magalhães, C. M. C., & da Silva Pedroso, J. (2015). Estudo comparativo entre contextos de brincadeiras em instituição de acolhimento infantil. *Psico*, 46(3), 311-320
- Paulo, A. S. C. E. (2019). *Vamos brincar? A importância do brincar na creche e no jardim de infância* (Doctoral dissertation).
- Pinto, P. S. P., & Bichara, I. D. (2018). Importância das áreas externas para brincadeiras livres em instituições de acolhimento. In L. I. C. Cavalcante, C. M. C. Magalhães, L. da S. Corrêa, E. F. Costa, & D. A. Cruz (Org.), *Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: teorias e evidências para boas práticas* (pp. 19-36). Curitiba: Juruá.
- Prestes, Z. (2016). A brincadeira de faz de conta e a infância. *Revista Trama Interdisciplinar*, 7(2).
- Reis, P. R. D. (2021). Interculturalidade e sustentabilidade: jogos e brincadeiras indígenas na Educação Física escolar.
- Silva, A.I., & Lellis, I.L. (2020). *Atividades lúdicas em instituição de acolhimento: o olhar do educador/cuidador*. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 22, p. 1-22. doi:
- Shava, G. N., Hleza, S., Tlou, F., Shonhiwa, S., & Mathonsi, E. (2021). Qualitative content analysis, utility, usability and processes in educational research. *International Journal of Research and Innovation in Social Science*, 5(7), 553-558.

- Sutton-Smith, B. (1986). *Brinquedos como cultura*. Gardner Press, Inc., 19 Union Square West, Nova York, NY 10003.
- Tokarnia, M. (2017). Agência Brasil. Brasília. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-03/brincadeiras-ajudam-criancas-refugiadas-se-adaptarem-ao-novo-pais#:~:text=%22As%20crian%C3%A7as%20refugiadas%20fogem%20de,a%20moradia%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%22>.
- Unicef. (2021). Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância. Cenário da exclusão escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na educação. CENPEC Educação: UNICEF.
- Woolley, H. (2021). Beyond the Fence: Constructed and Found spaces for children's outdoor play in natural and human-induced disaster contexts—Lessons from north-east Japan, and Za'atari refugee camp in Jordan. *International journal of disaster risk reduction*, 56, 102155.
- Wihstutz, A. (2020). 'I can't sit here and cry with you, I have to play'. Strategies by very young children in refugee collective accommodation. *European Early Childhood Education Research Journal*, 28(1), 115-128.

Consideração Finais da Tese

Esta tese investigou as bases teóricas e empíricas do fenômeno da migração e do refúgio, os quais têm se intensificado nas últimas décadas, impondo desafios significativos às políticas públicas e aos sistemas de acolhimento em diversos países. Garantir condições dignas para essa população exige abordagens que contemplem não apenas a provisão de abrigo e assistência básica, mas também estratégias eficazes de integração social e econômica. No Brasil, o acolhimento de migrantes e refugiados apresenta avanços e limitações que refletem tanto a diversidade cultural e territorial do país quanto a precariedade de recursos em algumas regiões.

Com o objetivo de aprofundar essa análise, foram realizados cinco estudos interligados. O primeiro consistiu em uma revisão integrativa da literatura, visando mapear os desafios e oportunidades associados às formas de acolhimento de refugiados em diferentes contextos nacionais e internacionais. O segundo estudo, de caráter exploratório e descritivo, buscou compreender as condições físicas e sociais da instituição de acolhimento pesquisada. Já o terceiro estudo na análise do perfil biopsicossocial das famílias migrantes e refugiadas, enquanto o quarto investigou as rotinas institucionais das crianças refugiadas, enfatizando a presença de pessoas, objetos e símbolos no cotidiano. Por fim, o quinto estudo analisou as brincadeiras infantis no contexto do acolhimento, explorando como essas interações lúdicas refletem o desenvolvimento e adaptação das crianças migrantes.

O Estudo I apresentou uma análise dos sistemas de acolhimento ao redor do mundo, revelando uma grande diversidade de estratégias adotadas por diferentes países, variando entre centros coletivos, alojamentos temporários e políticas de integração familiar e comunitária. Essa variação demonstra que o acolhimento não pode ser tratado de forma homogênea, pois fatores políticos, econômicos e sociais influenciam diretamente a experiência dos refugiados. No Brasil, por exemplo, a região amazônica tem se tornado um dos principais destinos para refugiados venezuelanos, especialmente da etnia Warao, exigindo políticas específicas para atender às peculiaridades dessa população.

Do ponto de vista da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), os sistemas de acolhimento operam no nível do exossistema, pois são estruturas institucionais que, embora não envolvam diretamente os refugiados em sua formulação, impactam suas condições de vida. O macrosistema compreende as ideologias e políticas nacionais que moldam o tratamento dessa população, enquanto o cronossistema se

manifesta na maneira como crises humanitárias e mudanças políticas afetam as políticas de acolhimento ao longo do tempo.

A pesquisa destacou ainda a necessidade de abordagens interdisciplinares para preencher lacunas no conhecimento sobre o acolhimento no Brasil. Os desafios enfrentados pelos migrantes e refugiados no país são múltiplos, incluindo dificuldades no acesso à documentação, regularização do status de refugiado e obtenção de direitos básicos, como moradia, trabalho e assistência social. Além disso, a dependência de auxílio governamental e a escassez de oportunidades no mercado de trabalho agravam a vulnerabilidade econômica dessas pessoas.

Diante disso, propõe-se que os sistemas de acolhimento na Amazônia sejam estruturados de forma a respeitar as realidades culturais, sociais, geográficas e econômicas da região, buscando transformar-se em um microssistema que favoreça a criação de vínculos e o fortalecimento do desenvolvimento humano, especialmente para crianças refugiadas.

Com base nas lacunas identificadas na revisão integrativa, o Estudo II analisou a estrutura e o funcionamento da instituição de acolhimento para migrantes e refugiados na cidade de Santarém-PA, evidenciando fragilidades como a carência de assistência jurídica, espaços pedagógicos e atividades culturais. Embora o serviço ofereça proteção inicial, a falta de infraestrutura compromete a qualidade do acolhimento e a integração social dos refugiados.

Na perspectiva da TBDH, a instituição de acolhimento pode ser analisada no nível do microssistema, pois influencia diretamente as interações dos refugiados, especialmente das crianças, com cuidadores e outros moradores. No entanto, a ausência de interações de qualidade limita o desenvolvimento de processos proximais, essenciais segundo o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH). A ausência desses processos pode gerar impactos negativos no desenvolvimento emocional, social e cognitivo dos acolhidos.

Assim, torna-se fundamental um investimento na qualificação dos serviços prestados, com a criação de espaços de convivência e redes de apoio que fortaleçam os laços comunitários. Além disso, políticas públicas devem estruturar o acolhimento para garantir não apenas a proteção, mas também a autonomia dos refugiados.

O Estudo III realizou uma análise do perfil biopsicossocial das famílias acolhidas, revelando uma situação de vulnerabilidade significativa, com dificuldades no acesso à moradia, saúde, educação e emprego. A ausência de documentação formal e a

dependência de assistência social impõem barreiras adicionais à integração dessas famílias na sociedade brasileira.

Na abordagem da TBDH, esses desafios estão presentes tanto no microsistema (interações familiares e institucionais) quanto no mesossistema (relações entre instituições de acolhimento, escolas e serviços de saúde). Já no MBDH, a falta de processos proximais estáveis, como acesso contínuo à educação e redes de suporte emocional, pode comprometer a adaptação e a qualidade de vida dessas famílias.

Esses achados indicam que, mesmo quando a estrutura de acolhimento permite a convivência familiar, desafios externos ainda dificultam um desenvolvimento integral, exigindo políticas mais abrangentes que considerem as interações entre os diferentes níveis do ambiente ecológico.

O Estudo IV aprofundou a análise sobre as crianças refugiadas, investigando suas rotinas no acolhimento institucional. Os resultados demonstraram que a ausência de interações significativas, a rigidez estrutural e a falta de estímulos culturais podem comprometer o desenvolvimento socioemocional e cognitivo infantil.

No referencial da TBDH, a rotina institucional atua no microsistema, enquanto a ausência de estímulos diversificados evidencia a fragilidade das conexões entre os diferentes contextos do mesossistema. Para minimizar esses impactos, recomenda-se a implementação de práticas que promovam um ambiente acolhedor e humanizado, garantindo interações sociais ricas e diversificadas para as crianças acolhidas.

Por fim, o Estudo V analisou o brincar como um mecanismo fundamental para a adaptação das crianças migrantes e refugiadas. As brincadeiras simbólicas foram identificadas como ferramentas essenciais para a ressignificação da experiência do refúgio, contribuindo para a construção da identidade e para o fortalecimento dos vínculos sociais.

A TBDH reconhece o brincar como um componente essencial do microsistema, pois permite interações significativas. Já no MBDH, o brincar é um dos processos proximais fundamentais, que possibilita a experimentação de papéis sociais e a construção de habilidades emocionais e cognitivas. No entanto, a falta de espaços adequados e de estímulos estruturados compromete esse direito essencial das crianças refugiadas.

A presente pesquisa teve como objetivo investigar aspectos peculiares do acolhimento de refugiados e migrantes, e sua relação com a promoção do desenvolvimento humano e as implicações para as políticas públicas. Os cinco estudos

realizados permitiram uma compreensão abrangente dos desafios e potencialidades do acolhimento, desde as abordagens internacionais até as experiências concretas de refugiados na Amazônia, especialmente em Santarém-PA. Dessa forma, o objetivo foi alcançado, pois foi possível mapear diferentes estratégias de acolhimento, identificar fragilidades nos serviços institucionais e propor melhorias baseadas na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) e no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH).

Com base nos achados teóricos e empíricos apresentados, sustenta-se a tese de que, o acolhimento não deve ser analisado apenas sob uma perspectiva estrutural, mas sim como um processo dinâmico, no qual as interações nos diferentes níveis do ambiente ecológico influenciam diretamente a adaptação, bem-estar e desenvolvimento dos migrantes ou refugiados.

A pesquisa trouxe importantes avanços para o campo do desenvolvimento humano ao aplicar a TBDH e o MBDH na análise das experiências de refugiados. Algumas das contribuições teóricas estão voltadas para como políticas públicas (macrossistema) e práticas institucionais (exossistema e microssistema) influenciam o cotidiano e as possibilidades de desenvolvimento dos refugiados. A pesquisa reforçou o papel das interações interpessoais (especialmente no acolhimento infantil) na construção de vínculos sociais e na adaptação emocional dos migrantes e refugiados. O estudo sobre as brincadeiras infantis em contextos de acolhimento demonstrou que o brincar atua como um mecanismo de resiliência e construção da identidade, mas que sua realização pode ser comprometida por limitações estruturais e culturais.

Os resultados da pesquisa também oferecem contribuições relevantes para a formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas para migrantes e refugiados, especialmente no contexto brasileiro.

Os estudos indicam que as políticas devem ir além da assistência básica, garantindo acesso a serviços de saúde, educação e integração socioeconômica. A falta de interações entre refugiados e comunidades locais pode dificultar a adaptação e gerar segregação social. Programas que incentivem a troca cultural e o envolvimento da sociedade civil podem reduzir essas barreiras. Considerando o impacto das rotinas institucionais no desenvolvimento infantil, é essencial que casas de acolhimento promovam ambientes estimulantes e favoráveis ao brincar e à aprendizagem. A qualificação das equipes que trabalham diretamente com refugiados e migrantes deve ser

prioridade, especialmente no que diz respeito à sensibilidade cultural e às necessidades psicossociais dessa população.

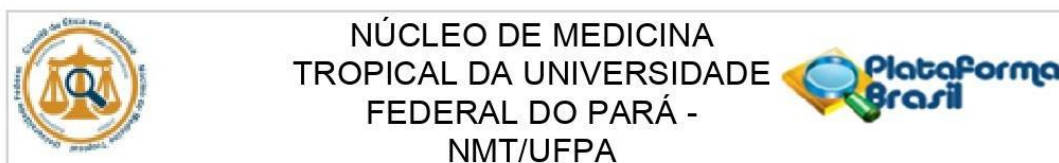
A pesquisa reforça a importância de políticas intersetoriais que considerem a complexidade do fenômeno migratório e suas implicações para o desenvolvimento humano, garantindo que os serviços oferecidos estejam alinhados às necessidades reais dos refugiados e promovam sua autonomia e dignidade.

Apesar das contribuições significativas, a pesquisa apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. O estudo empírico concentrou-se no acolhimento de migrantes e refugiados na Amazônia, mais especificamente em Santarém-PA. Embora essa seja uma região estratégica para o fluxo migratório, os resultados podem não ser totalmente generalizáveis para outras áreas do Brasil ou do mundo. A ausência de informações detalhadas nos prontuários das famílias acolhidas dificultou uma análise mais aprofundada de alguns aspectos do perfil biopsicossocial dos acolhidos. O estudo não acompanhou o impacto do acolhimento no longo prazo, o que impede uma análise mais detalhada sobre a evolução das condições e da adaptação dos refugiados ao longo do tempo. Além dessas limitações, a pesquisa enfrentou desafios na comunicação com refugiados indígenas, especialmente da etnia Warao, devido à falta de tradutores e mediadores culturais especializados.

Diante dessas limitações, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação sobre o acolhimento de refugiados e migrantes, abordando novas perspectivas e metodologias. Investigar como o acolhimento ocorre em distintos contextos geográficos e culturais pode contribuir para a formulação de modelos mais eficazes de recepção e integração. Estudos qualitativos, como entrevistas e grupos focais, podem fornecer uma visão mais subjetiva e aprofundada das experiências dos migrantes e refugiados. Pesquisas sobre como redes informais (família, amigos, ONGs) auxiliam na adaptação dos refugiados podem ampliar o entendimento sobre estratégias de acolhimento mais eficazes. Investigar os impactos emocionais do refúgio e do deslocamento forçado, com ênfase na necessidade de suporte psicológico.

Embora o estudo tenha alcançado seus objetivos e contribuído tanto para a teoria do desenvolvimento humano quanto para a formulação de políticas públicas, ainda há lacunas a serem preenchidas por pesquisas futuras. A ampliação dos estudos sobre o impacto das políticas de acolhimento pode fornecer subsídios mais robustos para a criação de estratégias que garantam dignidade, autonomia e inclusão para os migrantes e refugiados.

Apêndice A -Parecer de Aprovação em Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ASPECTOS PECULIARES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS REFUGIADAS E MIGRANTES NA AMAZÔNIA

Pesquisador: ANDREA IMBIRIBA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 67260223.4.0000.5172

Instituição Proponente: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.087.367

Apresentação do Projeto:

O projeto "Aspectos peculiares do acolhimento institucional de crianças refugiadas e migrantes na Amazônia" constitui um projeto de tese das doutorandas Andréa Imbiriba da Silva e Elizabeth Cristina Nascimento Branch, sob a orientação da Profa. Dra. Lília lêda Chaves Cavalcante, todas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC), da UFGA. O estudo se sustenta na ideia de que "o ser humano se desenvolve a partir de suas experiências individuais e coletivas, nas relações com a família, grupo de amigos, trabalho, dentre outros", relações essas fundamentais para o desenvolvimento humano. Considerando que o nível de desenvolvimento individual é baseado na dinâmica das suas relações sociais, e considerando que as crianças migrantes e refugiadas experienciam um contexto de vulnerabilidade em suas relações sociais e familiares (já que estão em países estranhos, em geral sem o grupo familiar mais extenso, sem laços sociais, muitas vezes sem escola), é necessário estudar o contexto de seu desenvolvimento, em especial, as atividades, relações e papéis que ocorrem dentro da casa de acolhimento que atendem essas crianças. Pretende, então, "... apresentar como resultados um panorama de como funciona a instituição de acolhimento para crianças e adolescentes e como esse espaço atende as demandas de refugiados em situação de vulnerabilidade social, quem são as crianças e adolescentes refugiados que vivem nestes espaços, suas características biopsicossociais; e quem são esses cuidadores responsáveis

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

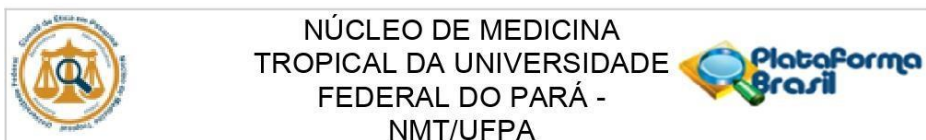
CEP: 66.055-240

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91)3201-0961

E-mail: cepnmt@ufpa.br



Continuação do Parecer: 6.087.367

Ausência	TCLAtualizado.pdf	24/02/2023 20:39:42	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCompleto.pdf	25/01/2023 15:16:06	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracaopesquisador.pdf	25/01/2023 15:14:29	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	25/01/2023 14:36:47	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AutorizacaoBelem.pdf	25/01/2023 14:33:42	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermodeAnuencialInstitucional.pdf	25/01/2023 14:30:53	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartadeAceite.pdf	25/01/2023 14:30:05	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	25/01/2023 14:29:10	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOPARAPESQUISAASS INADA.pdf	25/01/2023 09:16:59	ELIZABETH CRISTINA NASCIMENTO BRANCH	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 29 de Maio de 2023

Assinado por:

**Esther Iris Christina Freifrau von Ledebur
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

UF: PA

Município: BELEM

CEP: 66.055-240

Telefone: (91)3201-0961

E-mail: cepnmt@ufpa.br

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE
(Para coordenador educadores/cuidadores e técnicos)

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa científica. Caso aceite fazer parte deste estudo, após os devidos esclarecimentos, por favor, assine ao final deste documento, que está em duas vias (uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável), e rubrique as demais páginas deste documento. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa a qual você está sendo convidado a participar chama-se: Aspectos Peculiares do Acolhimento Institucional de Crianças Refugiadas E Migrantes Na Amazônia

Nossa intenção com esta pesquisa é “Analisar as rotinas e as brincadeiras em distintos contextos de acolhimento institucional para crianças migrantes e/ou refugiados em Santarém-PA”.

Caso você permita sua participação nesta pesquisa, será necessário:

1. Marcar sim neste termo de consentimento livre esclarecido;
2. Responder a um Formulário Caracterização sobre seus dados biosociodemográfico, de acordo com as características particulares de cada participante, com perguntas de resposta e questões de múltipla escolha;
3. Responder ao Inventário de Rotina que é detalhar as atividades do dia-a-dia na instituição casa de forma específica.

Fique sabendo que estes procedimentos envolvem alguns riscos e desconfortos, e ao concordar em participar desta pesquisa você poderá estar exposto à: Má compreensão dos objetivos da pesquisa; interpretação errônea das perguntas ou dos instrumentos; níveis incomuns de retraimentos, causados por prováveis experiências negativas relacionadas aos ambientes da casa de acolhimento; constrangimento no momento de responder às perguntas dos instrumentos propostos na pesquisa pelo motivo de, possivelmente; revelação da identidade dos participantes; perda ou extravio dos documentos da pesquisa; reconhecimento da voz gravada e o risco de contaminação por covid-19. Porém, com o objetivo de amenizar desconfortos as entrevistas serão realizadas em local apropriado e reservado, utilização de máscara, álcool para higienização das mãos e será mantido o distanciamento social entre os pesquisadores e os participantes da pesquisa.

Ainda assim, caso algum dano físico, moral ou psicológico lhe ocorra devido aos procedimentos desta pesquisa, os pesquisadores se responsabilizarão por toda a assistência que lhe seja necessária, pelo tempo que for preciso.

Contudo, por sua participação neste estudo você terá o benefício de terem o conhecimento da importância do seu papel frente às demandas de atendimento dentro da casa de acolhimento, além de poderem realizar reflexão acerca do trabalho desenvolvido.

Fique sabendo também que o seu anonimato será garantido durante e após esta pesquisa. Os resultados deste estudo ficarão de posse do pesquisador responsável que

somente os utilizará para a divulgação em meios científicos. Quando os resultados da pesquisa forem publicados, não aparecerá o seu nome.

Sua participação neste estudo é voluntária e, portanto, você tem a liberdade de se recusar a participar, ou mesmo que inicialmente aceite participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade, prejuízo ou perda de algum benefício adquirido na pesquisa. Você poderá ter todas as informações que quiser antes, durante e após o estudo. Para isto basta procurar um dos pesquisadores responsáveis ou mesmo comitê de ética que aprovou esta pesquisa:

Andréa Imbiriba da Silva, Universidade Federal do Pará
Prof.^a. Dr.^a. Lília Iêda Chaves Cavalcante, Universidade Federal do Pará

O comitê de ética trata-se de um grupo de pessoas comprometidas (das mais diversas áreas), que se reúnem, debatem e avaliam se projetos de pesquisa atendem aos requisitos éticos necessários para serem desenvolvidos, buscando defender os interesses, a segurança e a dignidade dos participantes destas investigações científicas. Caso seja necessário você também poderá obter informações sobre esta pesquisa, no comitê de ética da Universidade Federal do Pará, Endereço R. Augusto Corrêa, 01 – Guamá, Belém – PA, 66075-110. Vale ressaltar que pela sua participação nesta pesquisa você não receberá qualquer valor em dinheiro. Contudo você não terá nenhum custo ou despesa por sua participação nesta pesquisa.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPANTE DA PESQUISA

Eu _____ declaro que li as informações sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o seu conteúdo. Declaro ainda que por minha livre vontade, () aceito () não aceito participar desta pesquisa, cooperando para a coleta das informações necessárias.

Santarém-PA ____/____/____.

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste participante, explicando-o sobre os procedimentos e riscos desta pesquisa e sanando suas dúvidas, conforme determina a Resolução CNS 466/12.

Assinatura do Pesquisador

Declaro que presenciei o processo de esclarecimento das informações sobre a pesquisa, assim como do consentimento deste participante para a sua participação nesta pesquisa.

Testemunha

Testemunha

Apêndice C - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE

(Para menores e responsáveis participantes da pesquisa)

Oi! Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa científica. Aqui neste documento vamos tentar lhe explicar tudo que queremos fazer nesta pesquisa. Mas caso algo fique confuso, você pode fazer quantas perguntas quiser. Vamos lhe explicar melhor, até você entender.

Caso após estas explicações, você queira fazer parte desta pesquisa, por favor, assine seu nome na parte de baixo de todas as páginas deste documento. Seu responsável também vai fazer estas assinaturas, e depois disso você ficará com um destes documentos e nós vamos ficar com outro.

Mas fique sabendo que você só participa se quiser. E mesmo que você e seu responsável assinem seus nomes nestes documentos, caso você queira desistir depois, não vai ter problema nenhum nem pra você nem para seu responsável. É só dizer que não quer mais participar.

A pesquisa chama-se “ASPECTOS PECULIARES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS REFUGIADAS E MIGRANTES NA AMAZÔNIA”, e será realizada para “Analisar as rotinas e as brincadeiras em distintos contextos de acolhimento institucional para crianças migrantes e/ou refugiados em Santarém-PA”.

O que queremos realizando esta pesquisa, é conhecer como ocorre a rotina e as brincadeiras de crianças, além de verificar quem são essas pessoas que residem em instituições de acolhimento institucional.

Estamos convidando para participar desta pesquisa crianças refugiadas e/ou migrantes ou não migrantes, com idade de 03 a 12 anos incompletos atendidas em acolhimento institucional na cidade de Santarém Estado do Pará, você terá que:

1. Responder algumas perguntas sobre você, que servirá para saber de forma geral quem são os participantes da pesquisa;
2. Responderá também perguntas sobre o que você faz durante seu dia;
3. Responderá uma lista de perguntas sobre suas brincadeiras preferidas e com quem você gosta de brincar;

Fique sabendo que estes procedimentos envolvem alguns riscos e desconfortos, e ao concordar em participar desta pesquisa você poderá estar exposto à: Má compreensão dos objetivos da pesquisa; interpretação errônea das perguntas ou dos instrumentos; níveis incomuns de retraimentos, causados por prováveis experiências negativas relacionadas aos ambientes da casa de acolhimento; constrangimento no momento de responder às perguntas dos instrumentos propostos na pesquisa pelo motivo de, possivelmente; revelação da identidade dos participantes; perda ou extravio dos documentos da pesquisa; reconhecimento da voz gravada e o risco de contaminação por covid-19. Porém, com o objetivo de amenizar desconfortos as entrevistas serão realizadas em local apropriado e reservado, utilização de máscara, álcool para higienização das mãos e será mantido o distanciamento social entre os pesquisadores e os participantes da pesquisa.

Fique sabendo também que o seu anonimato será garantido durante e após esta pesquisa. Os resultados deste estudo ficarão de posse do pesquisador responsável que somente os utilizará para a divulgação em meios científicos. Quando os resultados da pesquisa forem publicados, não aparecerá o seu nome.

Mas coisas boas também acontecerão caso você aceite participar, como:

- ✓ Falar sua opinião sobre o ambiente em que você está vivendo;
- ✓ Conhecer outras experiências de crianças;
- ✓ Sua participação poderá despertar reflexão na sociedade, proporcionando mudança positiva e ainda o desenvolvimento de políticas públicas em relação ao acolhimento institucional de crianças.

Fique sabendo também que nós não contaremos a ninguém que você está participando desta pesquisa. É tudo um segredo! Só vai ficar sabendo quem você achar que deve saber.

Você e seu responsável não terão que pagar ou gastar nenhum dinheiro para participar desta pesquisa. Tudo nesta pesquisa está sendo pago pelos pesquisadores.

Sempre que você quiser, poderá fazer perguntas sobre o que está acontecendo durante esta pesquisa. Não fique com vergonha. Pergunte sempre que quiser. Nós vamos sempre procurar lhe fazer entender tudo.

Sua participação neste estudo é voluntária e, portanto, você tem a liberdade de se recusar a participar, ou mesmo que inicialmente aceite participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade, prejuízo ou perda de algum benefício adquirido na pesquisa. Você poderá ter todas as informações que quiser antes, durante e após o estudo. Para isto basta procurar um dos pesquisadores responsáveis ou mesmo comitê de ética que aprovou esta pesquisa:

O comitê de ética trata-se de um grupo de pessoas comprometidas (das mais diversas áreas), que se reúnem, debatem e avaliam se projetos de pesquisa atendem aos requisitos éticos necessários para serem desenvolvidos, buscando defender os interesses, a segurança e a dignidade dos participantes destas investigações científicas. Caso seja necessário você também poderá obter informações sobre esta pesquisa, no comitê de ética da Universidade da Universidade Federal do Pará, Endereço R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110. Vale ressaltar que pela sua participação nesta pesquisa você não receberá qualquer valor em dinheiro. Contudo você não terá qualquer custo ou despesa por sua participação nesta pesquisa.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu _____ declaro que li as informações sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o seu conteúdo. Declaro ainda que por minha livre vontade, aceito participar desta pesquisa, cooperando para a coleta das informações necessárias.

Ressalto que estou assinando/rubricando em todas as folhas do TALE e que isso está sendo feito em duas vias deste documento (TALE), sendo que uma delas ficará comigo.

Santarém- Pa ____/____/____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste participante, explicando-o sobre os procedimentos e riscos desta pesquisa e sanando suas dúvidas, conforme determina a Resolução CNS 466/12.

Assinatura do Pesquisador

Declaro que presenciei o processo de esclarecimento das informações sobre a pesquisa, assim como do consentimento deste participante para a sua participação nesta pesquisa.

Testemunha

Testemunha

Apêndice D - Termo de Compromisso de Utilização de Dados - TCUD

Nós, abaixo assinado(s), pesquisadores envolvidos no projeto de pesquisa se ASPECTOS PECULIARES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS REFUGIADAS E MIGRANTES NA AMAZÔNIA”, nos comprometemos a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos dos Espaços de acolhimento Casa de Acolhimento Reviver-CAR e Casa de acolhimento para Adultos e Famílias-CAAF, na cidade de Santarém e em instituições que são geridas pela Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA na Região Metropolitana de Belém bem como a privacidade de seus conteúdos, conforme preconizam os documentos éticos internacionais e as Resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde.

Informo também que os dados a serem coletados dizem respeito a ficha de atendimento dos acolhidos, dados como fundação, endereço, quem são as pessoas atendidas na instituição, registros em órgãos gerenciadores, imagens das brincadeiras que as crianças participam e suas interações, ocorridos entre as datas de a data da inauguração da casa e o momento da pesquisa.

_____, _____ de _____ de _____.

Pesquisadores envolvidos na manipulação e coleta dos dados:

Nome completo	CPF	Assinatura
Andréa Imbiriba da Silva	708.844.472-00	
Elizabeth Cristina Nascimento Branch	433.428.842-15	
Lília Iêda Chaves Cavalcante	175.586.032-34	

Apêndice E- Formulário de Caracterização das Instituições (FCI)

Formulário a ser preenchido pela direção para caracterização da instituição

A. IDENTIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÉCNICO-LEGAL:

1. Nome da instituição: _____
2. Endereço: _____
3. Bairro: _____ Município: _____
4. Telefone: _____ e-mail _____
5. Data de fundação da entidade: _____
6. Data em que iniciou o atendimento em regime de acolhimento para migrantes/refugiados: _____
7. Natureza do programa de acolhimento:
 público municipal público estadual público federal não-governamental
8. Tipo de acolhimento:
 instituição transitória / instituição de passagem albergue instituição lar (atende até 10 crianças em ambiente com características residenciais) abrigo comum (instalações físicas diferentes de uma residência) somente refugiados/migrantes (acolhimento apenas de crianças refugiadas) acolhimento de crianças refugiadas e não refugiadas Acolhimento de refugiados (acolhimento familiar para refugiados) outro.
 Especificar: _____
9. Instituição mantenedora: _____
10. CNPJ N°: _____
11. Registro no COMDAC; CEDCA e/ou ACNUR: _____
12. Como a instituição se sustenta financeiramente? (Múltipla resposta)
 recursos públicos do governo federal. Especifique: _____
 recursos públicos do governo estadual. Especifique: _____
 recursos públicos do governo municipal. Especifique: _____
 doações (pessoas jurídicas → empresas). Especifique: _____
 doações (pessoas jurídicas → organizações não-governamentais).
 Especifique: _____
 doações (pessoas físicas). Especifique: _____
 outras fontes. Especifique: _____
13. Como são custeadas despesas da instituição com:
 funcionários. Especifique: _____
 alimentação. Especifique: _____
 vestuário. Especifique: _____
 medicamentos. Especifique: _____
 material de higiene pessoal. Especifique: _____
 material de limpeza. Especifique: _____
 manutenção do prédio (consertos). Especifique: _____
 manutenção de equipamentos (eletrodomésticos, etc). Especifique: _____
 brinquedos e jogos. Especifique: _____
 roupa de cama, mesa e banho. Especifique: _____
 outras despesas. Especifique: _____
14. A instituição recebe supervisão técnica ou é fiscalizado por algum órgão: SIM NÃO.
 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Especifique:

 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Especifique:

 Juizados da Infância e Juventude. Especifique: _____

- Conselhos Tutelares. Especifique: _____
- Ministério Público. Especifique: _____
- Vigilância Sanitária. Especifique: _____
- Corpo de Bombeiros. Especifique: _____
- Fundação da Criança e do Adolescente do Pará. Especifique: _____
- outros. Especifique: _____

B. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO:

15. Qual a capacidade de atendimento da casa? _____
16. Qual a média/mês de atendimento? _____
17. Em 2021, quantas crianças foram atendidas pela casa? _____
18. Em 2022, quantas crianças foram atendidas pela casa? _____
19. Existe idade mínima e máxima para atendimento na casa? Se sim qual? _____
- Idade mínima: _____ Justifique: _____
- Idade máxima: _____ Justifique: _____
20. A instituição acolhe regularmente crianças em condição de risco social e pessoal, mas atende também alguma situação específica? SIM NÃO.
- Em caso positivo, quais são elas? _____
- crianças com necessidades específicas justifique: _____
 - crianças com HIV/AIDS e outras doenças infectocontagiosas (hanseníase, outros) justifique: _____
 - crianças com doenças graves (câncer, outras.). Justifique: _____
 - crianças em situação de rua (população de rua) Justifique: _____
 - crianças vítimas de abuso sexual. Justifique: _____
 - crianças ou adolescentes de outra cidade vizinha. Justifique: _____
 - outras situações que requerem atendimento especializado. Justifique: _____
21. Qual é o regime de permanência praticado pela casa?
- as crianças ficam na instituição o tempo todo (moram na casa).
 - as crianças ficam na instituição durante a semana e vão para outra casa nos fins de semana.
 - as crianças ficam na instituição durante o dia e dormem em casa de parentes.
 - outro. Especifique: _____
22. Das atividades abaixo relacionadas, quais são as que a instituição realiza regularmente?
- apoio e acompanhamento aos egressos (ex-acolhidos).
 - capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos da instituição de acolhimento.
 - elaboração de um Plano de Atendimento Individual (PAI)
 - providência de documentação civil para crianças que não a possui ou documentação própria para migrantes/refugiados.
 - publicação de boletins informativos, material de divulgação.
 - relatórios periódicos sobre a situação sócio institucional das crianças ao Juizado da Infância e da Juventude.
 - matrícula em instituição de ensino regular
 - nenhuma das atividades anteriores.
 - outras. Especifique: _____
23. Quem decide pelo acolhimento da família migrantes/refugiados e como é feito o seu encaminhamento ao acolhimento? _____
24. Em relação ao cumprimento dos princípios previstos no ECA:
- 1) a instituição prioriza a preservação dos vínculos com a família de origem.

- SIM NÃO. Justifique: _____
- 2) a instituição apoia alternativas de colocação em família substituta, principalmente a adoção.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- 3) a instituição não desmembra grupos de irmãos.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- 4) a instituição atende em regime de coeducação (instituição mista).
 SIM NÃO. Justifique: _____
- 5) a instituição atende pequenos grupos (até 25 crianças)
 SIM NÃO. Justifique: _____
- 6) a instituição garante a participação das crianças em ações, serviços e atividades comunitárias.
 SIM NÃO. Justifique: _____
- 7) a instituição propicia a participação de pessoas e organizações da comunidade em ações e atividades da Casa.
 SIM NÃO. Justifique: _____

C. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-FUNCIONAIS DA INSTITUIÇÃO:

25. As instalações do espaço ocupam um imóvel:
 próprio alugado cedido. Se for o caso, por quem? _____
 outro. Especifique: _____
26. O imóvel foi construído especialmente para servir como espaço de acolhimento?
 SIM NÃO Justifique: _____
27. Existe identificação externa, como uma placa fixada no imóvel, apresentando o regime de atendimento oferecido?
 SIM NÃO
28. O local se destina exclusivamente ao funcionamento do espaço de acolhimento?
 SIM NÃO
29. O espaço está localizado em (múltipla resposta):
 área residencial área comercial área urbana área rural
30. Além do programa de acolhimento, essa instituição oferece outros serviços ou programas para crianças na comunidade? (Múltipla resposta)
 creche
 escola
 pré-escola
 profissionalização e cursos
 apoio social e/ou psicológico a famílias de crianças e adolescentes em situação de risco.
 não desenvolve outros tipos de serviços e programas para crianças
 outros. Especificar: _____
31. As crianças utilizam serviços e equipamentos presentes na vizinhança da instituição de acolhimento?
 escolas. Especifique: _____
 creches. Especifique: _____
 hospitais. Especifique: _____
 postos de saúde. Especifique: _____
 praças. Especifique: _____
 quadras de esporte. Especifique: _____
 centros culturais. Especifique: _____
 igrejas. Especifique: _____

outros. Especifique: _____

32. De que modo a instituição oferece às crianças os seguintes serviços e atividades?

Serviços e Atividades	Serviços Internos	Serviços Externos	Não oferece
Assistência jurídica			
Assistência médica			
Assistência odontológica			
Assistência psicológica			
Assistência religiosa			
Assistência social			
Atividades culturais			
Atividade de lazer			
Atividades esportivas			
Creche			
Ensino Fundamental (1ª a 9ª ano)			
Reforço escolar			
Outros. Especificar			

33. Indique a distribuição dos espaços que constituem as áreas internas e externas do acolhimento:

Espaços Físicos (área interna e externa)	Quantidade	Necessidade
Almoxarifado		
Auditório		
Banheiro		
Berçário		
Brinquedoteca		
Cozinha		
Despensa para alimentos		
Dormitório		
Garagem		
Jardins		
Lactário		
Lavanderia		
Playground		
Quadra de esportes		
Refeitório		
Sala de reforço escolar		
Sala de atividades pedagógicas		
Sala de enfermagem		
Sala de TV e Vídeo		
Sala para atendimento psicológico		
Sala para atendimento social		
Sala para consultório médico		
Sala para descanso dos adultos		

Sala para reuniões		
Outros. Especificar		

34. Indique o estado de conservação de alguns espaços físicos do acolhimento (área interna e externa):

Espaço	Estado de conservação			Necessidade
	Bom estado	Pequenos reparos	Reforma estrutural	
Almoxarifado				
Auditório				
Banheiro				
Berçário				
Brinquedoteca				
Cozinha				
Despensa para alimentos				
Dormitório				
Garagem				
Jardins				
Lactário				
Lavanderia				
Playground				
Quadra de esportes				
Refeitório				
Sala de apoio pedagógico (reforço)				
Sala de atividades pedagógicas				
Sala de enfermagem				
Sala de TV e Vídeo				
Sala para atendimento psicológico				
Sala para atendimento social				
Sala para consultório médico				
Sala para consultório odontológico				
Sala para descanso dos adultos				
Sala para reuniões				
Outros. Especificar:				

35. A estrutura física do imóvel onde funciona o acolhimento atende às necessidades das famílias?

SIM NÃO

Justifique: _____

36. Quantos banheiros existem na instituição de acolhimento?

37. Existem banheiros de uso exclusivo das crianças e adolescentes? _____

38. Como são divididos os dormitórios dentro da instituição?

39. Quantos dormitórios existem na instituição? _____

40. A instituição possui instalações adaptadas para o acesso de pessoas com necessidades específicas?

SIM NÃO

Especifique: _____

41. Existe uma pessoa direcionada para o cuidado de crianças?

SIM NÃO

Se sim, qual a denominação que se dá ao cargo do funcionário? _____

42. Qual o grau de escolaridade e/ou formação exigida para essa função? _____

43. Qual o esquema de horário de trabalho (dias, hora de entrada e saída, carga horária diária e semanal) dos funcionários no período diurno? Especifique por categoria funcional

44. Quais as atribuições direcionadas para esse profissional? _____

45. Há pessoas (adultos) contratados que moram no local? SIM NÃO

46. Qual é a quantidade de funcionários em cada setor da casa? Especifique no quadro abaixo:

Função desempenhada no Espaço de Acolhimento	Quadro próprio	Convênio e parcerias	Voluntários	Necessidade
Assistente Social				
Auxiliar de Enfermagem				
Auxiliar de serviços gerais(cozinha)				
Auxiliar de serviços gerais (limpeza, jardinagem)				
Auxiliar de serviços gerais (portaria)				
Auxiliar de serviços gerais (vigilância)				
Auxiliar-Administrativo (secretária, telefonista, etc).				
Educador/ cuidador				
Enfermeiro				
Fonoaudiólogo				
Gerente				
Médico				
Motorista				
Nutricionista				
Pedagogo				
Professores				
Psicólogo				
Terapeuta ocupacional				
Outras. Especificar:				

47. O quadro de pessoal que o acolhimento possui atende às necessidades das Famílias?

SIM NÃO Justifique: _____

48. O acolhimento mantém programa de formação e atualização da equipe de trabalho?

- SIM, sistematicamente.
- SIM, conforme necessidade percebida.
- SIM, a pedido dos funcionários.
- NÃO mantém.

Em caso positivo, especifique o tipo de programação realizada: _____

49. O espaço conta com programa de voluntariado? SIM NÃO Justifique:

Em caso positivo, especifique como funciona:

realização de eventos para captação de recursos materiais e financeiros. Especifique:

realização de atividades recreativas com as crianças no espaço da instituição. Especifique: _____

realização de atividades recreativas com as crianças fora da instituição. Especifique:

outras. Especifique: _____

50. No acolhimento, há alguma atividade ou serviço que dependa exclusivamente do trabalho de voluntários?

SIM NÃO Justifique: _____

D. DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES:

51. As refeições que são servidas às crianças e adolescentes são preparadas no próprio espaço?

SIM. Quem faz? _____ NÃO. Por quê? _____

52. As roupas que são usadas pelas crianças e adolescentes são lavadas e passadas na própria casa?

SIM. Quem faz? _____ NÃO. Por quê? _____

53. As crianças e adolescentes usam roupas que são de uso pessoal exclusivo?

SIM NÃO Justifique: _____

54. Existe local apropriado para a criança e adolescentes guardar seus objetos pessoais?

SIM NÃO Justifique: _____

55. O espaço possui regulamento interno que orienta o seu funcionamento (permissões, proibições, direitos, obrigações, sanções, outros)? SIM NÃO Justifique:

Se o espaço possui regulamento interno, há quanto tempo começou a vigorar? _____

Se o espaço possui regulamento interno, quem o elaborou? (Múltipla resposta)

dirigentes equipe técnica crianças e adolescentes funcionários outros.

Especifique: _____

56. Que atividades são desenvolvidas com as crianças e adolescentes no próprio espaço? (Múltipla resposta)

atividades esportivas. Especifique: _____

atividades culturais. Especifique: _____

atividades de lazer. Especifique: _____

atividades religiosas. Especifique: _____

atividades educacionais. Especifique: _____

outras. Especifique: _____

57. Que atividades são desenvolvidas com as crianças fora do espaço do espaço? (Múltipla resposta)

atividades esportivas. Especifique: _____

atividades culturais. Especifique: _____

atividades de lazer. Especifique: _____

atividades religiosas. Especifique: _____

atividades educacionais. Especifique: _____

outras. Especifique: _____

58. Quantas crianças acolhidas frequentam a creche ou a pré-escola? _____

59. Quantas crianças acolhidas frequentam a escola? _____

60. As crianças têm permissão para passar período de final de semana, feriados, férias ou datas comemorativas em ambiente localizado fora da instituição? (múltipla resposta)

SIM NÃO Justifique: _____

Em caso positivo, especifique. (múltipla resposta)

com parentes

com outras pessoas com quem tenham relacionamento antes do acolhimento

com funcionários do espaço

com voluntários

com padrinhos (programas de apadrinhamento social e afetivo)

outros. _____

61. Qual o número de crianças que não possuem família ou referência familiar (órfãos ou cujos pais e/ou familiares estão desaparecidos ou raramente fazem contato com o espaço)?

Em 2018: _____ Em 2019: _____ Em 2020 _____ Em 2021 _____ Em 2022 _____ Em 2023 _____

E. DESLIGAMENTO DA CRIANÇA:

62. Qual o número de crianças migrantes ou refugiadas desligadas do espaço?

Em 2018: _____ Em 2019: _____ Em 2020 _____ Em 2021 _____ Em 2022 _____ Em 2023 _____

63. Quem decide pelo desligamento da criança e como é feito?

O abrigo realiza a preparação da criança para o desligamento do programa de acolhimento? SIM NÃO Justifique: _____

64. Existem ações apoio aos egressos que são realizadas pelo espaço? (Múltipla resposta)

atendimento psicológico.

acompanhamento social.

apoio financeiro (em dinheiro).

apoio material (cesta básica, material de construção, outros).

assistência jurídica.

qualificação profissional.

visitas domiciliares.

não realiza ações de apoio aos egressos.

outras. Especifique: _____

65. É realizado acompanhamento do processo de desligamento pelo Juizado? SIM NÃO Justifique: _____

66. É realizado acompanhamento do processo de desligamento pelo Conselho Tutelar?

SIM NÃO Justifique: _____

67. O espaço conta com programa de apadrinhamento de crianças? SIM NÃO Justifique: _____

Em caso positivo, especifique como funciona:

assistência material e financeira à criança. Especifique: _____

convivência extra-institucional com a criança (fins-de-semana, feriados, datas comemorativas, outros). Especifique: _____

68. Quem decide pela transferência da criança para outro espaço e como é feita a sua preparação para a mudança? _____

F. PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DAS CRIANÇAS:

69. O espaço organiza prontuário individual para cada criança acolhida? SIM NÃO
Justifique: _____

70. O espaço organiza prontuário único para grupo de irmãos acolhidos? SIM NÃO
Justifique: _____

71. Quais das informações abaixo relacionadas estão sempre disponíveis nos prontuários do espaço?

- Nome completo.
- Idade.
- Sexo.
- Raça/cor.
- Foto.
- Data do ingresso no espaço.
- Data do desligamento do espaço.
- Escolaridade.
- Situação jurídica.
- Motivo do ingresso no acolhimento.
- Quem encaminhou ao espaço.
- Endereço de residência da família e/ou responsáveis
- Visitas (permissão, periodicidade, quem visita)
- Uso de drogas na família.
- Informação sobre irmãos que estão em (outros) espaços.
- Passagem da criança por outras instituições de acolhimento.
- Renda da família e/ou responsáveis.
- Estado civil, composição e organização familiar.
- Experiência de programas de apadrinhamento.
- Registro regular das atividades de acompanhamento psicológico e social da família.
- Registro regular das atividades de acompanhamento psicológico e social da criança.
- Registro regular das vacinas recebidas no período.
- Registro regular dos indicadores de crescimento físico (peso e altura).
- Registro regular da ocorrência de doenças físicas ou mentais e o tratamento oferecido.
- outras. Especificar: _____

72. De quem é a responsabilidade pela organização dos prontuários? (Múltipla resposta)

- assistente social
- psicólogo
- pedagogo
- coordenador do espaço
- outro. Especificar: _____

G. DIFICULDADES E NECESSIDADES DO ACOLHIMENTO:

73. Quais destas dificuldades o espaço enfrenta?

- obtenção de convênios / manutenção financeira. Justifique: _____
- pessoal qualificado para trabalhar com questões específicas (abuso sexual, uso de drogas, entre outros).

Justifique: _____

preparação da criança e da família para o desligamento do espaço. Justifique:

 outra. Justifique: _____

nenhuma.

Justifique: _____

74. Na sua opinião, o que a sociedade deve fazer para melhorar o atendimento no espaço de acolhimento?

doação de recursos financeiros. Justifique: _____

doação de recursos materiais. Justifique: _____

formação e/ou supervisão do trabalho desenvolvido. Justifique: _____

trabalho voluntário para desenvolver trabalho com as crianças. Justifique:

 apadrinhamento de crianças.

Justifique: _____

outros. Justifique: _____

75. Na sua opinião, o que o Estado deve fazer para melhorar o atendimento no espaço de acolhimento?

dotação de recursos financeiros. Justifique: _____

dotação de recursos materiais. Justifique: _____

formação e/ou supervisão do trabalho desenvolvido. Justifique: _____

incentivar o trabalho voluntário com as crianças. Justifique: _____

apadrinhamento de crianças. Justifique: _____

outros. Justifique: _____

**H. PERFIL DO DIRIGENTE DO ESPAÇO DE ACOLHIMENTO
 RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO E DEVOLUÇÃO DO
 QUESTIONÁRIO:**

• Iniciais do seu nome? _____

• Qual a sua idade? _____

• Qual é a sua escolaridade? _____

• Qual a sua formação profissional? _____

• Há quanto tempo exerce a função de coordenador do espaço? _____

I. OBSERVAÇÕES:

Este espaço pode ser utilizado para complementar as respostas dadas às perguntas do questionário: _____

Apêndice F- Formulário de Caracterização de Famílias Migrantes e Refugiadas Acolhidas (FCFA)

DADOS PESSOAIS:	
DADOS PRÓPRIOS	DADOS DO PARCEIRO
1. SEXO FEMININO () MASCULINO ()	FEMININO () MASCULINO ()
2. ORIGEM Haiti () Venezuela () Equador () Colômbia () Outro (especifique qual) _____	Haiti () Venezuela () Equador () Colômbia () Outro (especifique qual) _____
3. Ano de nascimento:	
4. Ano de chegada ao Brasil:	
5. Número de filhos:	
6. Qual sua etnia: _____	Qual sua etnia: _____
7. Qual sua religião? _____	Qual sua religião? _____
8. Nível educacional Sem estudos () Ensino Fundamental I – do 1º até o 5º ano () Ensino Fundamental II – do 6º até o 9º ano () Ensino Médio – da 1ª até a 3ª série () Ensino Profissionalizante () Ensino Superior () Pós-graduação ()	Sem estudos () Ensino Fundamental I – do 1º até o 5º ano () Ensino Fundamental II – do 6º até o 9º ano () Ensino Médio – da 1ª até a 3ª série () Ensino Profissionalizante () Ensino Superior () Pós-graduação ()
9. Estado civil Solteiro () União Estável () Casado () Separado/divorciado () Viúvo ()	
10. Situação de emprego: Contrato com Carteira assinada (CLT) ()	Contrato com Carteira assinada

<p>Contrato temporário () Trabalho sem contrato () Desempregado () Aposentado () Inválido/Incapaz ()</p>	<p>(CLT) () Contrato temporário () Trabalho sem contrato () Desempregado () Aposentado () Inválido/Incapaz ()</p>
<p>11. Renda total aproximada ao mês:</p> <p>0-606 R\$ () 606 a 1.212 R\$ () 1.213 a 2.424 R\$ () 2.425 a 3.030 R\$ () Mais de 3.636 R\$ () SEM RENDA ()</p>	<p>0-606 R\$ () 606 a 1.212 R\$ () 1.213 a 2.424 R\$ () 2.425 a 3.030 R\$ () Mais de 3.636 R\$ () SEM RENDA ()</p>
<p>12. Motivo da migração:</p> <p>Econômico (ganhar mais) () Futuro melhor para meus filhos () Por causa da política e da insegurança () Para ter uma saúde melhor () Outro (especificar): _____</p>	<p>Econômico (ganhar mais) () Futuro melhor para meus filhos () Por causa da política e da insegurança () Para ter uma saúde melhor () Outro (especificar): _____</p>
<p>13. Por que você escolheu Brasil?</p> <p>Encontrar trabalho facilmente () Ganhar mais dinheiro do que em qualquer outro lugar () Estar mais perto do meu país de origem () Ter família/pessoas próximas aqui () Conhecer o idioma () Outro especificar: _____</p>	<p>Encontrar trabalho facilmente () Ganhar mais dinheiro do que em qualquer outro lugar () Estar mais perto do meu país de origem () Ter família/pessoas próximas aqui () Conhecer o idioma () Outro especificar: _____</p>
<p>14. Com quem você viajou? Marque quantos forem necessários:</p> <p>Sozinha/o () Parceira/o () Mãe/Pai () Amiga/o () Outros (especifique quem): _____</p>	<p>Sozinha/o () Parceira/o () Mãe/Pai () Amiga/o () Outros (especifique quem): _____</p>
<p>15. Você já esteve em algum serviço socioassistencial na cidade? (Exemplo: Funpapa e/ou outros)</p> <p>Sim () Não ()</p>	<p>Sim () Não ()</p>
<p>14. Se sim, indique o motivo (marque quantos achar necessário):</p> <p>Ajuda financeira () Ajuda para alimentos () Apoio psicológico ()</p>	<p>Ajuda financeira () Ajuda para alimentos () Apoio psicológico ()</p>

Outro (especificar qual): _____	Outro (especificar qual): _____				
<p>15. De que forma a família ou membro familiar acessou a Unidade para o primeiro atendimento?</p> <p>Por demanda espontânea ()</p> <p>Por busca ativa da equipe técnica ()</p> <p>Por encaminhamento de outros serviços/unidades de Proteção Social Básica ()</p> <p>Por encaminhamento de outros serviços/unidades de Proteção Social Especial ()</p> <p>Por encaminhamento de serviços da área da Saúde ()</p> <p>Por encaminhamento de serviços da área da Educação ()</p> <p>Por encaminhamento de serviços de outras áreas setoriais ()</p> <p>Por encaminhamento do Poder Judiciário ()</p> <p>Por encaminhamento do Sistema de Garantia de Direitos – Conselho Tutelar - Delegacia - Defensoria Pública – Ministério Público - ()</p> <p>Outros _____</p>					
DADOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES:					
<p>16. Quem mora no Espaço de acolhimento com as crianças:</p> <p>Mãe/Pai ()</p> <p>Parceira/Parceiro (não mãe/pai de seus filhos) ()</p> <p>Filhos do meu parceiro (de outros relacionamentos anteriores) ()</p> <p>Avós ()</p> <p>Tias/Tios ()</p> <p>Sobrinhas/Sobrinhos ()</p> <p>Primas/Primos ()</p>					
<p>17. No quadro abaixo, preencha os dados dos seus filhos. Para cada filho que você tem, preencha uma linha.</p>					
CR/AD	MENINO OU MENINA	IDADE	SÉRIE ESCOLAR	Reside com você no Espaço SIM () NÃO ()	O seu parceiro é o pai/mãe desta criança SIM () NÃO ()
1					
2					
3					
4					
5					
<p>18. Relate sua experiência com situações estressantes na emigração do seu país de origem.</p> <p>Indique o GRAU de MAL ESTAR ou DESCONFORTO que os seguintes eventos ou situações lhe causaram nos últimos 6 meses. Por favor, leia cada frase com atenção e indique até que ponto o que foi indicado o afetou, marcando com um X a opção de resposta</p>					

que você escolher dentre as que aparecem abaixo: 0= Não tive esse problema; 1= Já tive esse problema, mas não me afetou 2= Me afetou muito pouco; 3= Algo me afetou; 4= Isso me afetou muito; 5= Isso me afetou muito.						
1. Minha situação irregular como estrangeiro prejudicou minhas chances de conseguir um emprego.	0	1	2	3	4	5
2. A rivalidade e a inveja de outros compatriotas.	0	1	2	3	4	5
3. Saudade das pessoas que deixei no meu país natal.	0	1	2	3	4	5
4. As diferenças culturais entre o meu país e o Brasil.	0	1	2	3	4	5
5. Os problemas que tive por não ter “papéis”.	0	1	2	3	4	5
6. Que há compatriotas que se aproveitam de mim.	0	1	2	3	4	5
7. Ter perdido contato com algumas pessoas do meu país.	0	1	2	3	4	5
8. O modo de falar dos brasileiros.	0	1	2	3	4	5
9. Que alguns brasileiros me façam entender que este não é o meu país.	0	1	2	3	4	5
10. Dificuldades em encontrar moradia por não ter “papéis”.	0	1	2	3	4	5
11. Que por sermos imigrantes temos jornadas de trabalho muito longas.	0	1	2	3	4	5
12. Conflitos com outros grupos de imigrantes não latino-americanos.	0	1	2	3	4	5
13. Que minha família foi desfeita devido à emigração.	0	1	2	3	4	5
14. Ter que se adaptar à comida brasileira.	0	1	2	3	4	5
15. Ser abusado no trabalho porque sou imigrante.	0	1	2	3	4	5
16. A sensação de que posso ser expulso do Brasil a qualquer momento	0	1	2	3	4	5
17. Por ser imigrante ter que trabalhar por uma ninharia de dinheiro	0	1	2	3	4	5
18. Têm poucas relações sociais com compatriotas.	0	1	2	3	4	5
19. Sentindo-me longe da minha família.	0	1	2	3	4	5
20. A falta de religiosidade dos brasileiros.	0	1	2	3	4	5
21. Que há brasileiros que me olham mal por ser imigrante.	0	1	2	3	4	5
22. Ter problemas familiares devido à emigração.	0	1	2	3	4	5
23. A forma como os brasileiros educam os seus filhos	0	1	2	3	4	5
24. Que há brasileiros que me querem fazer entender que sou inferior a eles.	0	1	2	3	4	5
19. Experiência de suas reações a situações ou problemas A seguir, queremos saber como você reage a SITUAÇÕES OU PROBLEMAS, investigando aspectos positivos e negativos que vivenciou. Por favor, leia cada afirmação cuidadosamente e indique até que ponto você concorda marcando um X na opção de resposta que você escolher dentre as listadas abaixo: 0= Discordo em parte 1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo; 3 = Concordo ligeiramente;						

4= Concordo; 5= Concordo totalmente.						
1. Antes de tomar uma decisão, paro para pensar nas vantagens e desvantagens.	0	1	2	3	4	5
2. Pelo menos uma pessoa sabe o que há de errado comigo.	0	1	2	3	4	5
3. Quando as pessoas não pensam como eu, tendo a levar em conta o ponto de vista delas.	0	1	2	3	4	5
4. Conhecer-me bem me ajuda a resolver conflitos.	0	1	2	3	4	5
5. Sei pedir ajuda aos outros quando preciso.	0	1	2	3	4	5
6. Identifico-me com os valores básicos da unidade familiar.	0	1	2	3	4	5
7. Adapto-me facilmente às mudanças.	0	1	2	3	4	5
8. Considero-me uma pessoa criativa.	0	1	2	3	4	5
9. Os sentimentos devem ser separados das relações pessoais.	0	1	2	3	4	5
10. Gosto de participar e tomar decisões em grupo.	0	1	2	3	4	5
11. Considero-me uma pessoa flexível.	0	1	2	3	4	5
12. Acho que meus pais fizeram o melhor por mim.	0	1	2	3	4	5
13. Gosto de conviver com outras pessoas que pensam diferente de mim.	0	1	2	3	4	5
14. Conheço meus pontos fortes para enfrentar riscos.	0	1	2	3	4	5
15. Quando tenho um problema, busco informações para resolvê-lo.	0	1	2	3	4	5
16. Mantenho contato com minha família.	0	1	2	3	4	5
17. Sou mentalmente forte diante de problemas e momentos de risco	0	1	2	3	4	5
18. Gosto de trabalhar em equipe.	0	1	2	3	4	5
19. Sei esperar para atingir meus objetivos.	0	1	2	3	4	5
20. Procuo o lado positivo das coisas.	0	1	2	3	4	5
21. Eu me conecto com os sentimentos de outras pessoas.	0	1	2	3	4	5
22. Tenho um grupo de amigos.	0	1	2	3	4	5
23. Gosto de pertencer e participar de grupos, associações.	0	1	2	3	4	5
24. Tudo nesta vida tem sua lógica e seu significado.	0	1	2	3	4	5
20. Experiência da sua vida familiar						
Aqui estão algumas frases sobre seu papel como mãe ou pai e sua experiência na vida familiar. Por favor, leia cada frase com atenção e indique em que medida você costuma fazer o que é indicado nas frases em sua família, marcando com um X a opção de resposta que você escolher dentre as que aparecem abaixo: 0= Quase nunca 1 = Nunca 2 = Raramente 3 = Às vezes 4 = Muitas vezes 5 = Sempre						
1. Procuo e realizo atividades de lazer compartilhadas em família.	0	1	2	3	4	5

2. Em vez de corrigir meus filhos em público, eu os levo para um lugar tranquilo e explico o que eles estão fazendo de errado.	0	1	2	3	4	5
3. Valorizo seus resultados escolares e os apoios no que precisam melhorar.	0	1	2	3	4	5
4. Acompanho e apoio meus filhos em atividades extracurriculares.	0	1	2	3	4	5
5. Procuo distribuir as tarefas domésticas entre todos nós.	0	1	2	3	4	5
6. Faço um esforço para demonstrar afeto aos meus filhos.	0	1	2	3	4	5
7. Cuido para que façamos almoços e jantares em família.	0	1	2	3	4	5
8. Respiro fundo e baixo a voz quando estou prestes a gritar com meus filhos.	0	1	2	3	4	5
9. Tento resolver os problemas juntos.	0	1	2	3	4	5
10. Tento controlar meus estados emocionais quando fico com raiva de meus filhos.	0	1	2	3	4	5
11. Deixo meus filhos saberem que confio neles.	0	1	2	3	4	5
12. Eu escuto meu filho quando ele me fala sobre uma preocupação ou problema.	0	1	2	3	4	5
13. Quando discutimos, procuro manter o respeito e os laços de afeto que nos unem.	0	1	2	3	4	5
14. Cuido para que expressemos nossas emoções que surgem nos conflitos e nos bons momentos.	0	1	2	3	4	5
15. Faço com que as conquistas dos meus filhos sejam celebradas em família.	0	1	2	3	4	5
16. Proponho que estabeleçamos regras de convivência para que todos possamos dizer o que pensamos.	0	1	2	3	4	5
17. Compartilhamos sonhos e objetivos em família.	0	1	2	3	4	5
18. Quando meus filhos têm alguma boa iniciativa, demonstro minha satisfação.	0	1	2	3	4	5

21. Experiência de ter suporte

A seguir, queremos saber que APOIO OU AJUDA você tem para resolver os problemas que tem com seus filhos.

1. Quando você tem um problema com um de seus filhos, a quem você pede ajuda?

Coloque um “X” à esquerda das pessoas listadas abaixo para onde você vai para solicitar ajuda.

Para aqueles que você marcou, indique o quanto você aprecia a ajuda deles marcando um X na opção de resposta que você escolher entre as seguintes:

1 = Nada 2 = Pouco 3 = Mais ou menos 4 = Muito 5 = Excessivamente

Se você não costuma pedir ajuda a essa pessoa, não marque nada

Eu costumo pedir ajuda de:	Classificação da ajuda
PEÇO POR AJUDA – Marque “X”	PESSOAS

	Um filho mais velho.	1	2	3	4	5
	Meu parceiro.	1	2	3	4	5
	Meu pai.	1	2	3	4	5
	Minha mãe.	1	2	3	4	5
	Um amigo.	1	2	3	4	5
	Um irmão/irmã.	1	2	3	4	5
	Um vizinho.	1	2	3	4	5
	Outros.	1	2	3	4	5

22. Quando tem um problema com um dos seus filhos ou filhas, a que instituições (escola, Serviço socioassistencial de atendimento, Cáritas, polícia, associação de bairro, Igreja, Direção do Espaço de Acolhimentos, etc.) costuma recorrer a quem?

Coloque um “X” à esquerda das instituições listadas abaixo para as quais você procura ajuda. Para aqueles que você marcou, indique o quanto você aprecia a ajuda deles marcando um “X” na opção de resposta que você escolher entre as seguintes:

1= nada 2= pouco 3= um pouco 4= bastante 5= muito

Se você não costuma pedir ajuda a essa instituição, não marque nada

Eu costumo pedir ajuda de:	Classificação da ajuda					
PEÇO POR AJUDA – Marque “X”	INSTITUIÇÃO					
	Escola	1	2	3	4	5
	Serviço socioassistencial de atendimento	1	2	3	4	5
	Cáritas	1	2	3	4	5
	Polícia	1	2	3	4	5
	Associação de bairro	1	2	3	4	5
	Igreja	1	2	3	4	5
	Direção do Espaço de Acolhimentos	1	2	3	4	5
	Outros	1	2	3	4	5

23. As perguntas a seguir referem-se ao APOIO OU AJUDA SOCIAL que você tem:

Aproximadamente quantos amigos próximos ou parentes próximos você tem? (Pessoas com quem você se sente confortável e pode falar sobre qualquer coisa que vier à mente):

Escreva um número: []

Quando procura ajuda de outras pessoas, com que frequência você tem cada um dos seguintes tipos de ajuda ou apoio?

Por favor, leia cada frase com atenção e indique em que medida você costuma fazer o que é indicado nas frases em sua família, marcando com um X a opção de resposta que você escolher dentre as que aparecem abaixo:

1 = Nunca 2 = Poucas vezes 3 = Algumas vezes 4 = Na maioria das vezes 5 = Sempre

1. Alguém para ajudá-lo quando você tem que ficar de cama ou de repouso	1	2	3	4	5
---	---	---	---	---	---

2. Alguém com quem você possa contar quando precisar conversar	1	2	3	4	5
3. Alguém para aconselhá-lo quando tiver problemas.	1	2	3	4	5
4. Alguém para te levar ao médico quando você precisar.	1	2	3	4	5
5. Alguém que lhe demonstre amor e carinho	1	2	3	4	5
6. Alguém para se divertir.	1	2	3	4	5
7. Alguém para informá-lo e ajudá-lo a entender uma situação.	1	2	3	4	5
8. Alguém em quem confiar ou conversar sobre você e suas preocupações.	1	2	3	4	5
9. Alguém para te abraçar.	1	2	3	4	5
10. Alguém com quem você possa relaxar.	1	2	3	4	5
11. Alguém que possa cozinhar para você, se você não puder.	1	2	3	4	5
12. Alguém cujo conselho você realmente quer.	1	2	3	4	5
13. Alguém com quem fazer coisas que o ajude a esquecer seus problemas.	1	2	3	4	5
14. Alguém para ajudá-lo com suas tarefas domésticas se você estiver doente.	1	2	3	4	5
15. Alguém para amar e fazer com que se sinta amado	1	2	3	4	5

Apêndice G- Formulário de Caracterização das Crianças- FCC

DATA: _____ **ENTREVISTADOR:** _____ **CÓDIGO:** _____

SIGLAS DA INSTITUIÇÃO: _____

MUNICÍPIO: _____

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA

A. Dados Pessoais:

1. Iniciais do nome ou nome fictício: _____
2. Número do protocolo de refúgio _____
3. Sexo: () Feminino () Masculino
4. Data de Nascimento: _____ Nacionalidade: _____
5. Endereço: _____ Bairro: _____
6. Zona: () Rural () Urbana Município: _____ Estado: _____
7. Possui registro civil? () Não () Sim () SI
8. Tem o nome do pai no registro civil? () Não () Sim () SI
9. Possui foto no prontuário? () Não () Sim () SI

B. Dados Escolares:

10. Escolaridade: () Estuda () Não estuda () NA () SI
11. Nível: () Educ. infantil () Ens. Fundamental () NA () SI
- 11.1. Série que cursa: _____
12. Escola: () Pública () Privada () NA () SI
13. Já foi reprovado? () Não () Sim () NA () SI
- 13.1. Se sim, quantas vezes? _____
14. Já foi expulso de alguma escola? () Não () Sim () NA () SI
- 14.1. Se sim, quantas vezes? _____
- 14.2. Motivo da expulsão? _____
15. Se não estuda, em que série parou: _____
- 15.1. Nível: () Educ. infantil () Ens. Fundamental () NA () SI
16. Por quê parou de estudar? _____
17. Possui boletim escolar no prontuário? () Não () Sim () NA () SI

SITUAÇÃO FAMILIAR DA CRIANÇA

18. A criança chegou à instituição acompanhada de um adulto? Se sim, qual o grau de parentesco _____
19. A criança recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, outros)? () Não () Sim () NA () SI
- 19.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____
20. A família da criança recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, outros)? () Não () Sim () NA () SI
- 20.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____

21. Composição Familiar

Composição familiar	Sexo ¹	Idade	Escolaridade ²	Ocupação	Rend a	Paradeiro ³
Mãe						
Pai						
Responsável legal (Especificar o vínculo):						

Irmão 1						
Irmão 2						
Irmão 3						
¹ F = Feminino; M = Masculino ² EI = Educação Infantil; EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; ES = Ensino Superior ³ Conhecido=C; Desconhecido=D *SI = Sem Informação *NA = Não se aplica						

22. Com quem vivia antes da permanência na casa:

() Com a mãe e o pai () Apenas com a mãe () Apenas com o pai () Com a mãe e o padrasto () Com a mãe e outros familiares () Com o pai e a madrasta () Com o pai e outros familiares () Com os avós maternos () Com os avós paternos () Com outros familiares () SI Outros: _____

23. Orfandade antes de ser encaminhada à instituição

() Órfã de pai () Órfã de mãe () Órfã de ambos () NA () SI

24. Orfandade durante a permanência na instituição

() Órfã de pai () Órfã de mãe () Órfã de ambos () NA () SI

25. Condições de moradia

Situação do imóvel que morava antes de vim para a instituição ¹	Tipo de Construção ²	Energia Elétrica ³	Água Encanada ⁴	Saneamento ⁵	Número de Cômodos ⁶
¹ Próprio=P; Alugado = A; Cedido = C; Rua = R; Sem informação = SI; Outro = O (especificar) ² Alvenaria=A; madeira= M; taipa = T; mista=MT; Sem informação = SI; Outro = O (especificar) ³ Olhão=O; Gato=G; Motor=M; Sem informação = SI; Outro = O (especificar) ⁴ Cosanpa=C; Poço=P; Sem informação = SI; Outro = O (especificar) ⁵ Fossa Séptica=FS; Céu Aberto =CA; Sem informação = SI; Outro = O (especificar) ⁶ Especificar em números (Não contar o banheiro)					

PROCESSO DE ACOLHIMENTO

A. Situação Atual:

26. Possui o PIA (Plano Individual de Atendimento) no prontuário? () Não () Sim

27. Data em que deu entrada na instituição: _____ () SI

28. Motivo (s) que justificou (aram) seu encaminhamento a instituição

- () Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis
() Negligência familiar
() Situação de rua (família de rua, outros)
() Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais e/ou familiares
() Violência física (punições, torturas, confinamento, outros)
() Violência sexual (abuso sexual e estupro)
() Pai, mãe ou pais alcoólatras ou dependentes de outras drogas
() Pai, mãe ou pais presidiários

() Pai, mãe ou pais portadores de doença mental; necessidades especiais; doenças graves ou crônicas.

Outros: _____

29. Qual o motivo que a equipe técnica da instituição aponta para o acolhimento _____

30. Procedência do encaminhamento: _____

31. Permanência de irmãos na instituição () Não () Sim () SI

32. Em caso positivo, especifique:

Nome (iniciais)	Sexo ¹	Idade	Tempo de permanência

¹F = Feminino; M = Masculino
* NA = Não se aplica * SI = Sem informação

33. Possui irmãos em outras instituições de acolhimento? () Não () Sim () SI

33.1. Em caso positivo, especifique:

Nome (Iniciais)	Sexo ¹	Idade	Tempo de permanência

¹F = Feminino; M = Masculino
* NA = Não se aplica * SI = Sem informação

34. Recebe Visitas?

	Sim	Não	Periodicidade ¹	Nº de Visitas/Frequência
Mãe				
Pai				
Outros Parentes (Especificar)				
Comunidade (Especificar)				

Nunca = 0; Raramente = 1; Algumas vezes = 2; Frequentemente = 3; Quase sempre = 4 *
SI = Sem informação

35. Participa de algum serviço/atendimento periódico da rede? () Não () Sim () SI

35.1 Em caso positivo, especifique.

Tipo ¹	Local ²	Periodicidade ³

¹Psicossocial, Odontológico, Médico, Outros (especificar), outros
²DI = dentro da instituição; FI = fora da instituição (especificar)
³Nunca = 0; Uma vez na semana = 1; Duas vezes na semana = 2; Três vezes na semana = 3; Quatro ou mais vezes na semana = 4; Todos os dias = 5
* NA = não se aplica * SI = sem informação

36. Desligamento da instituição:

Data: _____ Destino: _____

Motivo: _____

Idade que foi desligada: _____ () NA

A.1.) Histórico de Acolhimento:

37. Primeiro acolhimento: () Não () Sim () SI

38. Idade em que foi acolhida pela primeira vez: _____

39. Permanência em outra instituição de proteção especial? () Não () Sim () SI

40. Em caso positivo, qual o nome da instituição? _____

41. Tempo de permanência nesta outra instituição de proteção? _____

42. Número de vezes em que deu entrada na instituição atual () Uma () Duas () Três () Mais de três () SI

43. Data em que deu entrada pela primeira vez na instituição atual: _____

44. Tempo de permanência na instituição da primeira vez? _____

45. Data em que deu entrada pela segunda vez na instituição: _____

46. Idade em que deu entrada pela segunda vez na instituição? _____

47. Tempo de permanência na instituição da segunda vez? _____

48. Qual a soma do tempo de permanência em instituições de proteção especial desde a primeira vez em que foi atendido? _____

49. Já se envolveu em algumas das situações abaixo? (Marque mais de uma, se for o caso)

() Envolvimento em brigas com agressão física/violência contra pessoas

() Destruição de propriedade

() Envolvimento em pichação

() Furtou algo

() Roubou alguém

() Vendeu drogas

Outra. Qual? _____

() SI () NA

B) Dados sobre a saúde da criança

50. Possui o "Cartão do SUS"? () Não () Sim () SI

51. Possui algum familiar que usa drogas? () Não () Sim () SI

51.1. Em caso positivo, qual?

() Drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro) () Drogas ilícitas (crack, cocaína, cola)

52. Distúrbios na fala (atraso, dislexia, etc): () Não () Sim () SI

52.1. Em caso afirmativo, qual? _____

53. Distúrbios visuais (baixa visão, cegueira, etc): () Não () Sim () SI

53.1. Em caso afirmativo, qual? _____

54. Distúrbios auditivos (baixa audição, surdez, etc): () Não () Sim () SI

54.1. Em caso afirmativo, qual? _____

55. Deficiência () Não () Sim () SI

55.1. Em caso afirmativo, qual? _____

56. Restrições na dieta: () Não () Sim () SI

57. Uso de medicação controlada: () Não () Sim () SI

57.1. Em caso afirmativo, qual? _____

58. Quando a criança chegou à instituição apresentava sintomas de alguma doença?

() Gripe/resfriado () Bronquite/asma () Amidalite () Pneumonia () Sarampo ()

Rubéola () Varicela () Escabiose () Diarreia () Otite () Hepatite () Desnutrição ()

Pediculose () Alergias () Doença crônica (diabetes, câncer, insuficiência renal, outros)

() Doença sexualmente transmissível () SI () NA

Outras: _____

59. Doenças durante a sua permanência na Instituição:

Gripe/resfriado Bronquite/asma Amidalite Pneumonia Sarampo Rubéola Varicela Escabiose Diarreia Otite Hepatite Desnutrição Pediculose Alergias Doença crônica (diabetes, câncer, insuficiência renal, outros) Doença sexualmente transmissível SI NA

Outras: _____

60. A criança tem histórico de violência e violações de direitos? Se sim, quais?

trabalho infantil exploração sexual abuso/violência sexual Violência física Violência psicológica Negligência contra a criança Negligência contra PCD Tráfico de pessoas outras especifique: _____

61. Quando a criança chegou à instituição apresentava lesões corporais? Não Sim SI

61.1. Se caso a resposta for sim, quais os tipos de lesões relatadas? _____

62. Quando a criança chegou à instituição apresentava alterações de ordem emocional (timidez excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, outros)? Não Sim SI

62.1. Em caso afirmativo, qual (is)? _____

63. Durante o período de adaptação à instituição a criança apresentou alterações de ordem emocional (timidez excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, outros)? Não Sim SI

63.1. Em caso afirmativo, qual (is)? _____

00 – 01 h																			
01 – 02 h																			
02 – 03 h																			
03 – 04 h																			
04 – 05 h																			
05 – 06 h																			
06 – 07 h																			

LEGENDA

ATIVIDADES

DA	dormir, descansar ou acordar	B	brincar	I	internet	CF	convivência familiar
H	higiene pessoal	TV	televisão/DVD	CO	conversar	API	atividades programadas int.
A	alimentação	R	rádio	L	leitura	APE	atividades programadas ext.
D	deslocamento	ER	evento religioso	FC	festa/comemoração		
E	escola	DC	dever de casa	AT	atendimento técnico		